

nas curvas do tempo

história e historiografia
na amazônia em debate

vol. 2

Arcângelo da Silva Ferreira
Vinícius Alves do Amaral
Elisângela Maciel
Heraldo Marcio Galvão Junior
Mônica Xavier de Medeiros
Orgs.

Governo do Estado do Amazonas

Wilson Miranda Lima
Governador

Universidade do Estado do Amazonas

Cleinaldo de Almeida Costa
Reitor

Cleto Cavalcante de Souza Leal
Vice-Reitor

*editora*UEA

Maristela Barbosa Silveira e Silva
Diretora

Maria do Perpétuo Socorro Monteiro de Freitas
Secretária Executiva

Jamerson Eduardo Reis
Editor Executivo

Samara Nina
Produção Editorial

Maristela Barbosa Silveira e Silva (Presidente)

Alessandro Augusto dos Santos Michiles

Allison Marcos Leão da Silva

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Maduro

Izaura Rodrigues Nascimento

Jair Max Furtunato Maia

Mario Marques Trilha Neto

Maria Clara Silva Forsberg

Rodrigo Choji de Freitas

Conselho Editorial

Arcângelo da Silva Ferreira
Vinicius Alves do Amaral
Elisângela Maciel
Heraldo Marcio Galvão Junior
Mônica Xavier de Medeiros
(orgs.)

Nas curvas do tempo
história e historiografia na Amazônia em debate



Jamerson Eduardo Reis
Coordenação Editorial

Erick Cundiff
Diagramação

Erick Cundiff
Raquel Ponce
Samara Nina
Silas Menezes
Projeto Gráfico

Gabriel Lima
Luan Cruz
Wesley Sá
Revisão

A *editora*UEA agradece o premiado fotógrafo paraense Luiz Braga pela cessão da fotografia *Rede Amarela* (1988) para a composição da capa dos dois volumes desta coletânea.

Todos os direitos reservados © Universidade do Estado do Amazonas
Permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte

Esta edição foi revisada conforme as regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Estado do Amazonas

N241
2019

Nas curvas do tempo : história e historiografia na Amazônia em debate (vol. 2) / Arcângelo da Silva Ferreira...[et al]. - Manaus (AM) : Editora UEA, 2019.
220 p.: il. ; 21 cm.

ISBN 978-65-80033-09-6

Inclui referências bibliográficas

1. História da Amazônia. 2. Historiografia da Amazônia. I. Ferreira, Arcângelo da Silva.

CDU 1997 – 82-94(811.3)

Editora afiliada:



*editora*UEA

Av. Djalma Batista, 3578 – Flores | Manaus – AM – Brasil
CEP 69050-010 | +55 92 38784463
editora.uea.edu.br | editora@uea.edu.br

SUMÁRIO

- 6 nota das organizadoras e organizadores
- 8 prefácio
- 11 instituições**
organização e legitimidade em jogo
- 12 **1 de diocese à arquidiocese**
os frutos da romanização em Manaus (1941-1952)
Elisângela Maciel
- 30 **2 para remediar a alma ou para descobrir o culpado**
relações eclesiais e tensões pelo segredo da confissão
(1736-1747)
Sarah dos Santos Araujo
- 48 **3 “logo que cheguey a este estado observey a grande falta que há nelle de índios”**
a (in) observância das prescrições do Diretório dos Índios
segundo o ouvidor Lourenço Pereira da Costa
Stephanie Lopes do Vale
- 68 **4 a força do direito contra o direito da força**
atritos entre o executivo e o judiciário no Amazonas pós-
golpe de 1964
Vinicius Alves do Amaral

- 89 trabalho**
conquistas, derrotas e rumos em pauta
- 90 **5 festa ou luta?**
discussões sobre o primeiro de maio em Manaus (1890-1930)
Richard Kennedy Nascimento Candido
- 106 **6 lutas socioambientais de trabalhadores rurais do município de Parintins/AM**
Mônica Xavier de Medeiros
- 126 **7 dimensões da educação na Belle Époque manauara**
as perspectivas do Estado, difundidas no Gymnásio Amazonense, e as dos operários na última década do século XIX
Carlos Henrique Gonçalves Assis
- 143 intelectuais e artistas**
o poder da pena
- 144 **8 no estômago, de aveztruz, azia**
Abguar Bastos e o modernismo antropofágico
Heraldo Márcio Galvão Júnior
- 164 **9 arquitetos da memória e as cidades encantadas**
literatura e fotografia na Amazônia de Milton Hatoum e Luiz Braga
Arcângelo da Silva Ferreira
Caroline Fernandes
- 178 **10 a disputa pelo patrimônio arqueológico**
André Luis dos Santos Andrade
- 195 **11 uma tribuna popular ou um palco de disputa política?**
uma análise da coluna “Reclamações do Povo” do jornal paraense *Folha do Norte* (1899-1900)
Vanessa Cristiani Nunes de Sousa
Geraldo Magella de Menezes Neto
- 216 sobre as autoras e os autores

NOTA DAS ORGANIZADORAS E ORGANIZADORES

A fotografia *Rede Amarela* (1988), nesta edição usada como imagem de capa nos dois volumes de nossa coletânea, registro visual gentilmente cedido pelo premiado fotógrafo paraense Luiz Braga, faz-nos pensar, como quer Jacques Rancière, que os elementos mais primordiais da História são o tempo, as palavras e a morte. Dito isto, a obra que o leitor têm em mãos honra a matéria sensível do conhecimento histórico. Trata-se de um projeto gestado em meados de 2013 que apenas ganhou vulto em 2016, mas que pelas contingências do mundo acadêmico vem a lume somente agora. A própria proposta de condensar em palavras o andamento de seus estudos gerou reflexões profundas em muitos autores que as incorporaram em suas pesquisas, confirmando o que certo personagem de Milton Hatoum afirmara em *Dois Irmãos: o tempo torna nossas palavras mais verdadeiras*. Mas como aponta Michel de Certeau, o que marca o ofício do historiador como um exercício de alteridade é o diálogo constante com esse Outro que é a morte. Certamente o esquecimento assombra a muitos pesquisadores pelo mundo, mas talvez na Amazônia tenhamos uma relação muito mais ativa para com ele uma vez que tradição historiográfica e projetos políticos e sociais de desenvolvimento se combinaram para apagar a ação dos sujeitos históricos regionais. Nesse sentido, este livro também é o resultado de um mutirão ou puxirum, na expressão amazônica, uma vez que reúne pesquisadores os mais diversos para enfrentar a barreira do esquecimento e do silêncio. Nas curvas do tempo as narrativas aqui desenhadas abrem-se à fecundidade das fontes, as quais em uníssono parecem ecoar que “a memória naturalmente acaba padecendo com o curso do tempo. Assim como as pessoas, a memória e as reminiscências também envelhecem. No entanto, certas lembranças jamais envelhecem, jamais desbotam”, como nos faz perceber o escritor

contemporâneo Haruki Murakami, na sua *Crônica do Pássaro de Corda*. Nessa medida, a coletânea que agora vem à baila, deixa transparecer que “a vida autêntica de um pensamento dura até que ele chegue ao ponto em que faz fronteira com as palavras: ali se petrifica, e a partir de então está morto, entretanto é indestrutível, da mesma maneira que os animais e plantas petrificadas da “pré-história” [aspas nossas], como assevera Schopenhauer, em seu livro *A Arte de escrever*. Nosso horizonte de expectativa, portanto, é que as vozes inscritas nas páginas que se avizinham suscitem reflexões e debates sobre a História e Historiografia da Amazônia.

PREFÁCIO

outras curvas do rio da história

O tempo é coisa ancestral. De tão antigo e longínquo, está no alicerce da mitologia, da religião e da história. Para os gregos antigos, Cronos era a personificação do tempo. O mais jovem dos titãs, filho de Urano, o céu estrelado, e Gaia, a terra, Cronos era o rei dos titãs e o grande deus do tempo, sobretudo quando este é visto em seu aspecto destrutivo, o tempo que rege os destinos e a tudo domina e devora. No candomblé de nação Angola, o Nkisi Tempo, corresponde ao orixá Ketu Irôko e ao vodum Loko, de nação Jeje. Irôko ou Tempo, como também é conhecido, é um orixá muito antigo. O Irôko foi à primeira árvore plantada e pela qual todos os restantes orixás desceram à Terra e, por isso, é a própria representação da dimensão Tempo. É um orixá pouco conhecido dos seres vivos ou mortos, nascidos ou por nascer, porém toda a criação está nos seus desígnios. Assim como Cronos, Irôko é implacável e inexorável, que governa o Tempo e o espaço, que acompanha, e cobra o cumprimento dos deveres de cada um de nós, determinando o início e o fim de tudo. Os tupi, com uma astronomia muito própria, definiam as dimensões do tempo com o ritmos da vida. As colheitas, a contagem de dias, meses e anos, a duração das marés, a chegada das chuvas. No desenho celeste, as narrativas do tempo mítico, dos códigos morais, como uma espécie de livro sagrado riscado no firmamento, nas curvas de suas histórias.

Em todas essas tradições, o tempo é curvo, imprevisível, indeterminável. A história nasceu de um conflito com a mítica do tempo, tanto no mar Egeu como no Rio Amazonas. Os historiadores de hoje, por laço de tradição, não fazem outra coisa senão recontar o tempo, recuperar genealogias, criticar e reescrever posicionamentos pretéritos da escrita do tempo. Neste livro, sugestivamente intitulado *Nas curvas do Tempo*,

os autores põem em debate passagens da história e das narrativas historiográficas da Amazônia. Organizado para ser publicado em dois volumes, a coletânea que os leitores acessam agora está dividido em três momentos de leitura. Assim, dando sequência ao primeiro volume, já lançado pela *Editora UEA*, na sua quarta parte, as instituições assumem o foco. Elisângela Maciel investiga o processo de transformação na Cúria do Amazonas na conjuntura da reforma católica brasileira, também conhecida como romanização, alargando o período para além das balizas clássicas da historiografia, incorporando a atuação dos bispos que a administraram: Dom João da Mata Andrade e Amaral (1941-1948) e Dom Alberto Gaudêncio Ramos (1949-1952), testemunho “tardio” dessa política que pretendia aproximar o catolicismo brasileiro das regras de Roma. Ainda no campo da história da Igreja, Sarah Araújo analisa a controvérsia do segredo sacramental da confissão em processos inquisitoriais no antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão, a partir dos registros do bispo Fr. Manuel da Cruz (1739-1747), em redes de disputas de poder e conflitos políticos na esfera do sagrado. No mesmo contexto setecentista, Stephanie do Valle trata da não observância das normas e prescrições do chamado Diretório dos Índios (1755), a partir do testemunho do ouvidor bacharel Lourenço Pereira da Costa. No mesmo quadrante da esfera das leis, Vinícius do Amaral se debruça sobre as contendas entre os poderes executivo e judiciário no Estado do Amazonas no período pós-golpe civil-militar de 1964, desvelando novos quadrantes da cultura política da época.

O tópico do trabalho e das conquistas sociais, vitórias, fracassos e perspectivas estão na pauta da quinta parte do livro. Richard Cândido volta-se para a história dos festejos e celebrações do Primeiro de Maio em Manaus durante a Primeira República, para além do colonismo da imprensa. Mônica Xavier de Medeiros enfrenta a história do trabalho a partir das lutas socioambientais de famílias rurais de Parintins que, a partir da década de 1970, começam a sentir o impacto da intensificação da pesca comercial, do corte predatório de madeiras e do avanço da pecuária em terras de ocupação tradicional. Por fim, Carlos Henrique de Assis elege os operários e suas diferenças de interpretação a respeito da educação em relação às políticas de estado na chamada belle-époque manauara, especialmente no que era difundido no *Gymnásio Amazonense*, principal reduto de atuação dos projetos de instrução pública no recente momento republicano.

A sexta e última parte do livro é dedicada aos intelectuais e artistas. Heraldo Galvão Júnior toma a obra do escritor paraense Abgvar Bastos (1902-1995) e suas incursões no modernismo antropofágico, para demarcar

as dimensões regionais, nacionais e universais das vanguardas brasileiras, para além dos estereótipos e lugares-comuns da historiografia literária. Arcângelo da Silva Ferreira e Caroline Fernandes examinam o processo de criação literária do escritor Milton Hatoum, em especial na novela *Orfãos do Eldorado*, invocando uma análise voltada para a dissecação da memória, suas dimensões de oralidade, assim como as estratégias narrativas que expurgam o tom grandiloquente e laudatório da ficção sobre a Amazônia. Paralelo a isso, a relação dialógica do literato amazonense com a obra do fotógrafo paraense Luís Braga, compreendendo-os como “arquitetos da memória”. André Andrade, por seu turno, inscreve o largo debate na esfera do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937-1945) sobre a preservação do patrimônio arqueológico brasileiro, em especial o amazônico, como peça-chave da identidade nacional na conjuntura da formulação das noções mais conhecidas de patrimônio material e cultura brasileira na Era Vargas. Vanessa Souza e Geraldo Neto lançando mão dos jornais *Folha do Norte* e *A Província do Pará*, que circularam em Belém na passagem do século XIX ao XX, investigam sobre as contradições das transformações urbanas ocorridas na cidade de Belém nesse período. Nessa tessitura a coluna “Reclamações do Povo” é fonte fecunda para a análise dos projetos civilizatórios do governo de Antônio Lemos.

Aqui, assim como no primeiro volume, a multiplicidade de temas, enfoques e manejo de fontes variadas revelam os desdobramentos de uma nova historiografia sobre a Amazônia, oriunda de pesquisas recentes em programas de pós-graduação sediados na região, em diálogo com perspectivas renovadas da historiografia contemporânea. Os organizadores deste livro, todos eles docentes e pesquisadores, com o afincado que tiveram de reunir os artigos que agora os leitores têm em mãos e, principalmente, dando a eles unidade na diversidade, estabelecendo interlocução teórica, apresentando exercícios de narrativas e enfoques diversos de pesquisa, contribuem para a construção de outras curvas na fortuna crítica da historiografia brasileira produzida na Amazônia.

Aldrin Moura de Figueiredo

Lisboa, outubro de 2017.

instituições

organização e

legitimidade em jogo

1

de diocese à arquidiocese

os frutos da romanização em
Manaus (1941-1952)

Elisângela Maciel

Em meio a avanços e recuos, que marcaram a transição do Séc. XIX para o XX, em especial os embates entre a Igreja Católica com o Mundo Moderno, nossos estudos baseiam-se na preocupação com as rupturas e permanências do poder da Igreja a partir da Romanização, visualizando a porção desta Igreja na Diocese de Manaus. Procuramos perceber estratégias e ações dos Bispos, para sintonizar com as diretrizes da Santa Sé e ao mesmo tempo responder aos desafios de sua região, e as reais contribuições da Diocese para a sociedade manauara.

Lourenço, Frederico e Irineu: Bispos semeadores

A Diocese no Amazonas foi erigida em 1892, como esforço de lideranças eclesiásticas e políticas do Estado. Dois anos se passaram para que fosse escolhido o primeiro Bispo e implantada a Diocese. Dom Lourenço da Costa Aguiar¹, fora Vigário Geral², passou a administrar o Bispado até 1905. Em sua primeira Carta Pastoral, fala do desejo realizado, que “por ação suave e forte de Deus transformou o Amazonas em Bispado” (AGUIAR, 1894, p. 7).

Fazendo um rápido balanço da história civil-eclesiástica do Amazonas, Dom Lourenço diz que só tardiamente se tornou Capitania; que ao despontar sua autonomia política, não perceberam seu fulgor e sua vastidão e

1 Nascido em Sobral, Ceará, em 9 de agosto de 1847; foi sagrado bispo em 11 de março de 1894 em Petrópolis; assume a Diocese dois anos após sua criação em 18 de junho de 1894 como o primeiro bispo do Amazonas; deixa a Diocese em maio de 1905, falecendo um mês depois. MONTEIRO, Mário Ypiranga. **A Catedral Metropolitana de Manaus** (sua longa história). 1958, p.131.

2 Em 09 de janeiro de 1877 o padre José Lourenço foi nomeado Vigário Geral; no ano de 1894, o então Cônego recebe a nomeação para ser o primeiro Bispo do Amazonas. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. **Cronologia Eclesiástica do Amazonas**. 1952.

classificaram-no apenas de Comarca, e que somente 30 anos após a Independência, foi transformada em Província; muitas regiões menores haviam sido elevadas à Prelazia e depois a Bispado, e o Amazonas ainda esquecido. Dom Lourenço diz que não havia chegado o tempo “no relógio da Providência” (MACIEL, 2014, p. 183).

Depois de muitas solicitações e de uma longa espera, a Comarca Eclesiástica do Amazonas era elevada à condição de Diocese. Afirma Dom Lourenço: “Tudo, entretanto, n’este mundo vem a tempo” (AGUIAR, 1894, p.6). Coroando os esforços e saciando os desejos locais, o Papa Leão XIII, decretou:

Para a formação da nova Diocese do Amazonas, desmembramos para sempre, por auctoridade Apostolica, o território do Estado deste nome, da Diocese de Belém, ao qual pertencia, e o damos perpetuamente à Igreja do Amazonas por Diocese. Fundamos perpetuamente a Sé e a Cadeira Episcopales de Manaós e elevamos á dignidade de Igreja Cathedral a Igreja dedicada a Mãe de Deus Imaculada (AGUIAR, 1894, p. 8).

A Diocese nascia dentro de um projeto estruturado na romanização e com muitos desafios pela frente. Era preciso alicerçar a Diocese unindo “Religião à Moral, como duas irmãs inseparáveis” (BITTENCOURT, 1973, p. 304). Também era responsabilidade do Bispo a organização do patrimônio da Diocese, que precisava aprender a caminhar sem o aparato do Estado. A arrecadação provinha de dízimos irregulares, doação popular, de municípios, doações de terrenos para a construção de capelas³, e das festas religiosas.

A maior arrecadação provinha dos leilões criativos realizados nas festas anuais da padroeira. Os custos de maior vulto – o conserto ou ampliação das igrejas, comemoração de grandes festividades, homenagens a autoridades leigas e eclesiais – eram rateados entre comerciantes. Excetuados aqueles poucos oriundos de

3 O Cônego Antônio Fernandes da Silva recebeu poderes do Bispo para assinar a escritura pública e aceitar a doação de Agostinho Alves e Francisca Maria de 50 metros de frente com 100 de fundo do sitio de Humaitá para a construção do patrimônio da igreja a ser edificada com o nome de Sagrado Coração de Jesus. **Dom Lourenço, 9 de setembro de 1896.** Em outro documento aparece a doação de Severino Freitas que deu um terreno no rio Tarauacá à Diocese para um templo a São Sebastião. **Documento de 21 de abril de 1900.** Também foram recebidas obras já em andamento, como a de Cordalina de Rosa Viterbo, de uma capela na praça Floriano Peixoto, na paróquia dos Remédios, de devoção a Santo Antônio, que foi aceito e assinado pelo comendador Joaquim Gonçalves de Araújo (tesoureiro e depositário das obras diocesanas). **Dom Lourenço, 31 de agosto de 1897.**

famílias de posses, os párocos faziam suas refeições em casas previamente escaladas e as despesas de suas viagens, vestuário, saúde e higiene eram custeadas pelos próprios comunitários (SILVA, 1999, p. 136).

Em sua administração, Dom Lourenço pôs em prática as viagens pastorais, exigidas pelos Concílios de Trento e Vaticano I, e ordenou doze sacerdotes. A Diocese era recém-inaugurada, nascida romanizada, não poderia permitir que os vícios do tempo do Padroado voltassem e atrapalhassem o seu crescimento. “As visitas pastorais, como revelam os documentos, eram prioridades, pois assistência dada pela presença do Bispo nas diversas localidades se mostrava mais eficaz” (MACIEL, 2014, p. 187).

Ao organizar os primeiros anos da Diocese de Manaus, Dom Lourenço percebeu a necessidade de contar com ordens religiosas. A atuação das ordens foi um braço forte na romanização, auxiliando os inúmeros trabalhos de manutenção que uma Diocese exigia. Ajudaram a conectar diversas localidades à Roma. Desde Leão XIII, intensificou-se a expansão catequética para os vários continentes, como uma nova cruzada. Com a fundação da Diocese de Manaus, “foram trazidos religiosos estrangeiros com o intuito de fortalecer a religiosidade nos moldes romanizados, o que significa que outros elementos foram incorporados ao culto do catolicismo no Brasil” (MACIEL, 2014, p. 208). As primeiras colaboradoras foram as Filhas de Sant’Ana⁴, que chegaram em 1890, para desenvolver na área de saúde e de caridade.

... Não havia senão uma só casa de cura, e logo com todo ardor e entusiasmo de mulher jovem jogaram-se na árdua da caridade cristã, em todo o fecundo apostolado das obras de misericórdia. Bem cedo as autoridades e os cidadãos todos apreciaram o bem que em silêncio operavam as humildes heroínas, verdadeiros anjos do bem não só nos corredores do público hospital aos doentes infelizes, inábeis, mas também nas grandes salas e nas escolas, no meio das orfazinhas e desamparadas. De fato em 1904 encontramos as beneméritas religiosas a presidir as duas principais casas de caridade pública dependentes do Governo do Estado (OLIVEIRA e MATA, 1973, p. 108).

4 A Ordem Religiosa Filhas de Sant’Ana foi fundada em 8 de dezembro de 1886 em Roma por Rosa Gatorno. OLIVEIRA, João Chrisóstomo e MATA, João Nogueira. **Real e Benemerita Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas (1873-1973)**: flagrantés históricos. 1973.

As Filhas de Sant'Ana, por mediação de Dom Lourenço junto ao Estado, passaram a dirigir o Instituto Benjamin Constant, em 1893. As Irmãs que já atuavam na Santa Casa de Misericórdia, em 1904 assumiram, a pedido do Bispo, a direção do Hospital Beneficente Portuguesa (RAMOS, 1952).

Os missionários do Espírito Santo foram introduzidos, em 1897, em Tefé⁵. Para a direção do Seminário Diocesano de Manaus, chegaram os Agostinianos da província do Santíssimo nome de Jesus. Dom Lourenço solicitou da Sé que os Capuchinhos da Lombardia permanecessem à frente da igreja de São Sebastião, o que foi oficializado em 1906, já no período de vacância. (RAMOS, 1952). Dom Lourenço faleceu em 1905, em Lisboa. Seu corpo foi trasladado para Manaus e depositado na Matriz de Nossa Senhora da Conceição. “Repousa, assim, no Templo em que, por tantas vezes, sua voz, do altar e do púlpito, ecoou, pedindo a Deus, mercês para o Amazonas, para o Brasil e para a Humanidade” (BITTENCOURT, 1973, p. 305).

A Diocese de Manaus passou por um período de vacância, nesse mesmo momento a Diocese do Pará foi elevada à Arcebispado, em 1906, e a Diocese de Manaus ficou como sua Sufragânea (RAMOS, 1952). O escolhido para assumir a Diocese foi Dom Frederico Benício de Souza Costa⁶. Dom Frederico governou de 1907 a 1913, período de transformação para o Amazonas. Mostrou empenho e clareza diante dos desafios, e ousadia na tentativa de integrar a região, que conhecia bem. Destacam-se dois aspectos em seu Bispado: a ampliação das visitas pastorais, e a denúncia de tudo que feria os princípios da Igreja e dos povos da Amazônia.

A Carta Pastoral de Dom Frederico, publicada em 1909, nos deixou bastante impressionados, ao relatar uma realidade que já vinha sendo denunciada ao longo do XIX e que ele pôde constatar pessoalmente, ou seja, que as sementes do catolicismo lançadas nos séculos anteriores, não tiveram grande desenvolvimento. Estava diante de um imenso desafio, para o bispo só através de uma ação mais próxima é que a fé católica seria alicerçada (MACIEL, 2014, p. 191).

5 Assumiram Tefé em 10 de junho de 1897. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. **Cronologia Eclesiástica do Amazônia**. 1952.

6 Nasceu em Boim, Pará em 18 de outubro de 1875. Ordenou-se em Roma em abril de 1899. A 8 de janeiro de 1907 é nomeado Bispo do Amazonas. Tomou posse da Diocese amazonense a 2 de junho de 1907; renunciou à Diocese em junho de 1913. Entrou na ordem Camaldulense e faleceu em Barcelona em março de 1948, já na qualidade de frade Carmelita. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. O Cinquentenário da Prelazia de Santarém, 1903-1953. Apud: Vitor Hugo. **Desbravadores**. Amazonas: Missão Salesiana de Humaitá. 1959, p. 235.

Era “necessário romanizar, estender a ação da Igreja e tornar a todos cristãos de fato. Num lugar que ainda não era brasileiro... Não se era brasileiro, mas já se era cristão; o que faltava era a compreensão da religião e a prática do cristão” (MACIEL, 2014, p. 194). Dom Frederico foi realizando as visitas e denunciando, chamando atenção para as necessidades da região, isolada e esquecida pelo Estado brasileiro. Dom Frederico continuou com empenho para trazer as Congregações Religiosas. “Após suas visitas pastorais, com as observações sobre a realidade das diversas paróquias e regiões da Diocese, se irmana aos ideais de Dom Macedo e de Dom Lourenço, que era ver a Amazônia permeada pela ação missionária” (MACIEL, 2014, p. 208).

Além da Diocese em Manaus, a Santa Sé estabeleceu Prefeituras Apostólicas e Prelazias⁷, demonstrando preocupação em intensificar a romanização, em uma região tão extensa, “que além de estar sendo alvo da modernidade, tem agudas necessidades espirituais” (MACIEL, 2014, p. 209). Dois aspectos marcam essa decisão: a superação definitiva da “tradição do padroado e da lusitanização do sistema eclesiástico na Amazônia...” (HOONAERT, 1992, p. 396); para Roma, a Amazônia é terra de missão, e precisou criar uma estratégia intermediária diante da realidade do Estado brasileiro.

Na administração de Dom Frederico foi criada a primeira Prelazia, a do Rio Branco (Roraima) em 1907, que foi entregue aos missionários Beneditinos. Esta missão depois foi entregue aos missionários da Consolata. Em 1910 foi criada a segunda Prelazia, a de Tefé, colocada aos cuidados dos padres do Espírito Santo, que vinham realizando um grande trabalho naquela região. Ainda em 1910, também com base nas análises feitas por Dom Frederico, foram criadas duas Prefeituras Apostólicas, ambas confiadas aos missionários Capuchinhos Lombardos, chegados no ano anterior (MACIEL, 2014, p. 210).

No Bispado de Dom Frederico foi criado duas Prefeituras Apostólicas em 1910: do Alto Solimões, sob a responsabilidade dos Capuchinhos; e a do Rio Negro, administrada pelos salesianos a partir de 1915 (RAMOS, 1952). A partir de 1910, a Diocese ganhou a valiosa colaboração das Irmãs Dorotéias, para desenvolvimento do trabalho educacional, que era “outra vertente das preocupações da romanização” (MACIEL, 2014), pois em Manaus não havia ainda, “um

⁷ Prelazia *Nullius* é uma circunscrição eclesiástica inferior à Diocese, é um território particular, com clero e povo próprio, distinto e separado de qualquer diocese, governado por um Prelado, denominado, por isso, *'Nullius Dioceseos'*, o qual é investido de dignidade prelática. CERES, 1997.

projeto de educação católica que fosse firme para os enfrentamentos necessários” (MACIEL, 2014). O projeto de uma escola feminina⁸ reforçava a preocupação com o “despertar a consciência das mulheres para sua responsabilidade em defesa da família, fortalecendo o seu compromisso pessoal com a Igreja” (MACIEL, 2014, p. 273). O Colégio Santa Dorotéia passou a funcionar a partir de 1911, no antigo prédio do Seminário São José⁹, com curso infantil, primário e complementar. As Irmãs também atuavam na catequese, nas paróquias de Nossa Senhora da Conceição e São Sebastião.

Apesar do processo de laicização, que atingiu também o trabalho das Irmãs, o hospital Beneficente Portuguesa mostrou gratidão às Filhas de Sant’Ana pelos serviços prestados. Em 1912 ocorreu a criação de um novo pavilhão no Hospital que também abrigava uma capela, onde diversos ofícios religiosos passaram a ser realizados.

No ano de 1913, um grupo de moças dirigiu um requerimento ao Bispo, com o apoio do Vigário Geral, Cônego Bento da Cunha, no qual expressavam a preocupação com a moral cristã, “nos tempos actuais pela corrente deletiva de idéias perniciosas e doutrinas subversivas da piedade e virtude christã”¹⁰. A resposta de Dom Frederico foi imediata, instituindo canonicamente a Pia União das Filhas de Maria, na Catedral:

Attendendo ao nobre sentimento de piedade e religião de que são animadas, com o louvável intuito de serem espelhos de virtude no meio social em que vivemos, procurando para isso o forte amparo e proteção da Virgem Imaculada Mãe de Deus – Havemos por bem declarar erecta e canonicamente instituída, na Nossa Igreja Cathedral a Pia União das Filhas de Maria, mandando que o mais breve possível se faça a agregação canonica a Prima Primaria de Roma¹¹.

Dom Frederico, concedeu 50 dias de indulgências “às piedosas senhoritas fundadoras, cada vez que se reunirem em comum para honrarem a santíssima Virgem implorando para elas todas as bênçãos do céu”¹². As moças, responderam aos apelos da Igreja, que em tempos de romanização, reforçava “a disciplina ao estimular a religiosidade católica

8 Só em 1921 uma proposta para meninos foi efetivada com a implantação do Colégio Dom Bosco.

9 O prédio do Seminário São José, localizado na Rua Joaquim Nabuco, passou a abrigar o Ginásio Santa Dorotéia em 17 de abril de 1911, onde está até hoje. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. **Cronologia Eclesiástica da Amazônia. 1952.**

10 Documento de solicitação da criação da Pia União das Filhas de Maria. 1913.

11 Decreto Episcopal de criação da Pia União das Filhas de Maria. 1913.

12 Decreto Episcopal de criação da Pia União das Filhas de Maria. 1913.

para as devoções por ela permitidas... A atitude das Filhas de Maria foi considerada um gesto concreto” (MACIEL, 2014, p. 264-265). Após visita pastoral em 1912, que coincidiu com uma grave doença, Dom Frederico renunciou. Assim, a Diocese entrou em vacância de 1913 a 1916, ficando o cônego João Dias Bento da Cunha responsável pelo Bispado, submetido por Decreto Apostólico de 1º de julho de 1913¹³, à Administração Apostólica de Dom Santino Coutinho, Arcebispo do Pará.

Bento da Cunha, após alguns meses, foi substituído por Monsenhor Antero José de Lima. Em 1916, finalmente o novo Bispo chegava a Manaus, Dom João Irineu Joffily¹⁴. O terceiro Bispo tomou posse em 1916 e permaneceu à frente da Diocese até 1924. Assumiu em meio à crise econômica e política, advindas em boa medida do declínio da economia gomífera, com a responsabilidade de continuar à organização de uma Diocese em expansão. Uma das primeiras ações foi verificar as dívidas, procurando resguardar o patrimônio da Diocese e cuidar da renovação “do espírito religioso da Diocese” (A Reação, 1946, p. 31), com muito empenho e uma “*oratória persuasiva*” (Idem, p. 31). Em Carta Pastoral, Dom Joffily saúda a Diocese, falando de sua missão: “Somos hoje vosso Bispo e isso vale dizer que iremos exercer as nobilíssimas funções de Pastor, pai, Juiz e Doutor nessa circunscrição que constitui a nossa Diocese amada” (Idem, p. 32).

O Bispo falou das “chagas sociais, a que os ricos de boa vontade tanto alívio podem trazer” (Idem, p. 32). Também demonstrou preocupação com o Sumo Pontífice e com a paz no mundo. Fez menção ao Papa Leão XIII e a questão social, como também chamou a família cristã à responsabilidade. Realizou visitas pastorais e, em outubro de 1919, criou o Boletim Paroquial, “*com o objetivo de envolver mais os fiéis levando-os a uma maior participação nas celebrações... servindo também de instrumento de comunicação entre a Diocese e os fiéis*” (MACIEL, 2014, p. 206). Dom Joffily, ficou registrado como colaborador para a motivação da vida cristã, e como o Bispo educador, para ele “a educação, concordando com seus predecessores e com as diretrizes papais, era a base da sociedade e começa na família” (MACIEL, 2014,

13 O Decreto Apostólico de Pio X se deu a 1 de julho de 1913 e no Ofício de Dom Santino ao cônego João Bento de 19 de março de 1914, ele registra a responsabilidade que foi dada aos dois para dirigirem a Diocese de Manaus durante a vacância.

14 Nasceu em Capina Grande, Paraíba, a 24 de maio de 1878. Foi ordenado sacerdote a 17 de fevereiro de 1901. Sagrou-se a 13/VI/1915, no Recife. No dia 16/IIV/1916 foi eleito Bispo de Manaus, onde tomou posse a 2 de dezembro. A 25/III/1924 foi transferido para a sede de Belém e tomou posse a 23/I/1925. Renunciou a 1º de julho de 1931, retirando-se para o Rio de Janeiro, onde ficou muito tempo como capelão do Mosteiro da Ajuda. Faleceu em 25/IV/1950 no Asilo de São Luis. Arquivo Particular de Dom Alberto Gaudêncio Ramos. Apud, Vitor Hugo. **Desbravadores**. Amazonas: Missão Salesiana de Humaitá. 1959.

p. 206). Essa preocupação é perceptível nos projetos educacionais desenvolvidos na Diocese. Em 1914, antes de sua chegada, foi fundada a Pia Obra de Santa Dorotéia¹⁵, e em 1918¹⁶, já em sua administração, foi colocado em prática o projeto da escola Gratuita de Nossa Senhora da Divina Providência, anexa ao Ginásio Santa Dorotéia. Em 1921, foi aberto o internato, e em 1924, o Ginásio passou também a abrigar um núcleo da Pia União das Filhas de Maria¹⁷. Foi também com Dom Joffily que:

A Diocese ganhou mais uma instituição religiosa, com o perfil que se afinava ainda mais com o espírito da romanização. Foram os salesianos imbuídos da missão de implantar nos corações jovens a mensagem de doação de Dom Bosco para a construção de uma sociedade mais cristã. Assim, com o empenho do Bispo, foi criado o Colégio Dom Bosco, cedendo inclusive sua própria residência episcopal para que abrigasse a escola e a capela. O Colégio Dom Bosco passou a funcionar em 1921, com o oratório festivo e aulas noturnas para filhos de operários. Em 1922 se deu a fundação do Grêmio Dom Bosco em Manaus. E em 1923, com as instalações prontas, passou a funcionar também como internato (MACIEL, 2014, p. 206-207).

Durante seu Bispado, os salesianos também passaram a auxiliar as Filhas de Sant'Ana, no atendimento eclesialístico do Instituto Benjamin Constant. Além de assumirem as capelas de Nossa Senhora Auxiliadora e a militar (A Reação, 1946, p. 183), e a Prelazia do Rio Negro. Ainda em seu Bispado foram criadas as prelazias do Alto Acre e Alto Purus, confiadas aos Servos de Maria. E, em reconhecimento pela atuação, como Bispo, Pio XI elevou Dom Irineu Joffily à autoridade de Arcebispo, passando a assumir o Pará em 1924 (RAMOS, 1952). A Diocese de Manaus estava novamente em vacância¹⁸.

15 A Fundação da Pia Obra se deu em 8 de setembro de 1914 na Catedral. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. **Cronologia Eclesiástica da Amazônia**. 1952.

16 A Escola foi fundada em 19 de março de 1918. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. **Cronologia Eclesiástica da Amazônia**. 1952.

17 A implantação foi em 2 de outubro de 1924. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. **Cronologia Eclesiástica da Amazônia**. 1952.

18 Dom José Maria parreira Lara foi eleito Bispo de Manaus em 18 de setembro de 1925, mas não chegou a assumir, pois foi imediatamente transferido para a Diocese de Santos. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. 1952.

Basilio, João e Alberto: iniciando a colheita

Nos anos 20, a crise econômica se agravava, tornando as disputas oligárquicas mais acirradas, inclusive com Manaus sendo palco de ação tenentista, como reflexo da situação brasileira, mas acima de tudo evidenciando a problemática manauara. É também nesse momento que a Diocese passou por nova fase de vacância, mas os projetos eclesiais continuavam em andamento, como é perceptível na criação da prelazia de Porto Velho, em 1925, entregue aos Salesianos. Esse foi o cenário encontrado, em 1926, quando o quarto Bispo chegou a Manaus, Dom Frei Basílio Olímpio Pereira, que teve uma longa administração, estendida até 1941¹⁹, abarcando, também, o período da interventoria do regime Vargas, aqui administrada por Álvaro Maia. Seu Bispado correspondeu também à fase da busca de alternativas econômicas para a superação da crise. O Bispo se pôs ao serviço na organização da Diocese. Procedeu à continuidade da reforma da igreja dos Remédios, iniciada por seu antecessor, concedendo as bênçãos ao novo templo em 1927 (RAMOS, 1952). Em 1928, as Irmãs Terceiras Capuchinhas chegaram em Manaus para cuidar da Casa Dr. Farjado (MACIEL, 2014.). Também em 1928, foi fundada a Pia União de Santa Terezinha na paróquia de São Sebastião. Em 1929, ocorreu a Fundação da União de Moços Católicos, e inauguração da Capela de Nossa Senhora de Fátima e de Sant'Ana, no Instituto Benjamim Constant (RAMOS, 1952). Em 1937, a Pia União das Filhas de Maria, foi inserida no Patronato Santa Terezinha, junto com os Santos Anjos, e em Maués (MACIEL, 2014, p. 269). Os primeiros núcleos da Ação Católica foram criados na paróquia de São Sebastião, em 1938. Em seu Bispado foi criado o jornal católico "A Reação", em maio de 1930, com o objetivo de unir o clero e ter um instrumento de comunicação com o povo e de evangelização. A iniciativa foi dos Moços Católicos, com a responsabilidade de ser um semanário.

As Filhas de Maria Auxiliadora chegaram em 1930, com grande entusiasmo para auxiliar nos trabalhos na Diocese. "No mesmo ano de 1930, foram fundados o Colégio, a Associação das Damas de Nossa Senhora Auxiliadora e o Oratório Festivo de Nossa Senhora Auxiliadora" (MACIEL, 2014, p. 274). As Irmãs cuidavam da assistência social e da catequese das crianças (A Reação, 1946). No mesmo ano, foi fundada a Associação das Damas de Maria Auxiliadora. Em 1932, instalou-se em anexo ao colégio o Posto Auxilium, que somado à capela, criada em

19 Dom Frei Basilio Olímpio Pereira, OFM, nasceu em 27 de maio de 1871 na Bahia. Foi ordenado em 1895, e sagrado em 1925. Tomou posse do Bispado do Amazonas a 16 de fevereiro de 1926. CERETTA, Celestino. História da Igreja na Amazônia Central. Manaus: Biblos, 2014, p. 507.

1933, realizava serviços de farmácia e posto à comunidade, com o apoio de alguns médicos da cidade, este também foi o ano de inauguração da capela. Em 1935, fundaram o Patronato Santa Teresinha (RAMOS, 1952), implantando Oratório e “ensino profissional gratuito para as jovens desse bairro” (A Reação, 1946).

Na década de 1930, as Irmãs Dorotéias abraçaram o projeto da Ação Católica e obtiveram o reconhecimento de seus serviços educacionais, sendo seu Ginásio equiparado à Escola Normal do Estado. Logo em seguida o Curso de Guarda Livros, fiscalizado pelo próprio Governo Federal²⁰. Dom Basílio demonstrou imensa preocupação com a formação de novos padres, pois o seminário fora fechado em meio à crise financeira do Bispado na época de Dom Frederico. Para a recuperação do Seminário São José, “adquiriu o terreno para a construção do Seminário e fundou a Obra das Vocações Sacerdotais” (CERETTA, p. 508) em 1937. Ano em que comemorado cinquentenário da presença Vicentina em Manaus, e como resultado de grande trabalho em prol da caridade, foi criada uma Vila, com apoio do município, que para tal fim, doou um terreno na Rua Ramos Ferreira, “*para a residência das famílias pobres que a Sociedade amparava*” (A Reação, 1946).

Durante seu Bispado, foram criadas as Prelazias: de Lábrea, em 1926, entregue aos Agostinianos Recoletos; de Guajará-mirim (RO), em 1929, entregue à Terceira Ordem Regular; de Juruá, em 1931, confiada aos Espiritanos. Os Agostinianos Recoletos, também passaram a atuar em Manaus em 1938 (RAMOS, 1952), e em 1941 “assumiram a recém-criada paróquia de Santa Rita” (MACIEL, 2014, p. 212). Os Espiritanos chegaram em 1939, passando a cuidar de Educandos, Colônia Oliveira Machado, Cachoeirinha e do Curato de São Raimundo. Dom Basílio, decretou a criação das Paróquias: Nossa Senhora da Conceição, em Codajás e São Francisco, em Eirunepé (RAMOS, 1952), e realizou visitas pastorais nas cidades de “Parintins, Barreirinha, Maués, Urucará, Silves e Itacoatiara” (CERETTA, p. 508). Após as visitas, já no ano de 1940, o Bispo tomou a decisão, inesperada, de renunciar. Assim, deixava a Diocese em 1941.

“A Diocese assim seguia seu curso, procurando estender suas ações às diversas localidades, estimulando o fervor devocional, se expandindo geograficamente, e gradativamente se estruturando atendendo às diretrizes propostas pela Santa Sé” (MACIEL, 2014, p. 226). Cada Bispo, conforme o seu carisma e em sintonia com o Papa, se esforçou para

20 O reconhecimento do Estado foi pelo decreto nº 88 de 30 de setembro de 1935, e a implantação do Curso de Guarda Livros, hoje Contabilidade, foi em 1938. **Suplemento de A Reação**. Março de 1946.

atender às necessidades da Igreja no Amazonas, e seguiram plantando. Apesar dos inúmeros desafios que continuavam a se apresentar, a partir dos Bispados de Dom Basílio Olímpio e Dom João da Mata Andrade e Amaral, verificamos o início lento, mas gradativo, da coleta dos frutos, constituindo, assim, etapas da terceira fase de romanização.

Dom João da Mata²¹ chegou a Manaus em 1941, com muito entusiasmo e anunciando o 1º Congresso Eucarístico Diocesano, para uma administração que se estendeu até 1948. Diante de seu antecessor, foi um governo mais curto, mas foram sete anos de crescimento para a Diocese. Em seu primeiro ano em Manaus, observando a expansão da cidade e as necessidades da Diocese, criou três novas paróquias: São Raimundo, desmembrada de Nossa Senhora da Conceição, na responsabilidade dos Espiritanos; Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, desmembrada de Nossa Senhora dos Remédios, que ficou com os Diocesanos; e Santa Rita, também saída dos Remédios, dirigida pelos Agostinianos.

Os preparativos para o Congresso Eucarístico se iniciaram em 1941, sendo cedido para as reuniões o salão solene da Beneficente. O Congresso foi realizado em 1942, comemorando o cinquentenário da criação da Diocese. Nessa ocasião, a cidade ganhou o monumento em homenagem à Nossa Senhora da Conceição, erigido na Praça do Congresso, local em que as celebrações ocorreram. O monumento possui quatro faces, exaltando a Diocese:

Face norte – “para lembrar pósteros o 1º Congresso Eucarístico Diocesano de Manaus – comemoração do cinquentenário da criação do Bispado – A prefeitura Municipal ergueu, sob as bênçãos do povo, este marco a Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Amazonas” (5-5-1892/4-6-1942).

Face sul: “Em preito de gratidão – a dom Francisco Orellana e aos seus companheiros – no quarto centenário do descobrimento do Rio Negro – as administrações do Estado do Amazonas e da prefeitura de Manaus mandaram construir este monumento” (3-6-1542/4-6-1942).

Face leste: “Manaus – agradecida – ao seu 1º Bispo – Dom José Lourenço de Aguiar – organizador da Diocese”.

Face oeste: “Manaus – de joelhos – Diante de Leão XIII – Papa dos operários e criador da Diocese” (MONTEIRO, 1998, p. 171).

21 Nasceu em 8 de fevereiro de 1898, em Pernambuco. Celebrou sua primeira em 1918 na diocese de Nazaré. Em 1934, foi eleito bispo de cajazeiras. Em 21 de outubro de 1941, chegou a Manaus, como seu 5º Bispo. Faleceu em 1964 (BITTENCOURT, 1973, p. 281).

Dom João, demonstrando preocupação com as questões sociais, fundou em 1943 o “Abrigo Cristo Redentor, com Círculo Operário, Creche, Obra do Berço e aulas de corte e costura. No campo da assistência social a casa da criança é talvez a sua maior obra”. (BITTENCOURT, 1973, p. 281). Como mais um auxílio para a Diocese, que passava por crescimento contínuo, chegou a Manaus os Redentoristas, em 1943. Os religiosos assumiram uma das novas paróquias, a de Nossa Senhora Aparecida, criada neste mesmo ano, desmembrada de Nossa Senhora da Conceição. “Os padres foram bem acolhidos e enquanto suas instalações se organizavam, ficaram provisoriamente usando a capela de São Vicente de Paulo como sede” (MACIEL 2014, p. 213).

Em 2 de junho de 1945, o Papa Pio XII consagrou a Diocese de Manaus ao coração Imaculado de Maria. A Sagração do templo foi descrita como reflexo da alma dos fiéis, pois grande manifestação de Deus ocorre no templo, envolvendo e levando os leigos a experiência da espiritualidade cristã (MACIEL, 1914, p. 227). Em continuidade ao seu antecessor, que em 1937 fundara a Obra das Vocações Sacerdotais, reorganizou-a, inaugurando o primeiro pavilhão do Seminário São José em 1946. “Aos freqüentes e vivos apelos, responderam os diocesanos com generosidade. E o seminário se construiu, sem instalações luxuosas, simples, mas plenamente confortável, em ordem à finalidade a que se destina” (PINHEIRO, 2007, p. 62).

...assim como o fortim de S. José, em dias de 16, garantia a soberania portuguesa no Lugar da Barra, hoje, a fortaleza espiritual de Amazonas também se escuda no seu patrocínio, garantindo o futuro da Igreja na Planície. Reviveu o nome do nono Bispo do Pará, D. José Afonso de Moraes Tores que, em 1848, aqui fundava o Seminário S. José, o 1º estabelecimento de ensino secundário do Amazonas.... Sob o feliz reinado do Santo Pio XII, Dom Mário de Miranda Vilas-Bôas, Arcebispo Metropolitano do Pará, benzeu e inaugurou este primeiro Pavilhão do Seminário São José, na ocorrência do 25º aniversário de Ordenação Sacerdotal de Exmo. Snr. Bispo Diocesano, Dom João da Matta Andrade e Amaral. 20-3-1946. (A Reação, 1946, p. 220-221).

Nos anos 40, o fervor religioso parecia intensificado, o que verificamos através da devoção do Sagrado Coração que atingiu vários municípios ao longo dos anos que se seguiram²², ampliando, nesse período,

22 O Apostolado da Oração, ao se expandir pela Diocese, chega à Paróquia dos Remédios em 13/07/08 e na igreja de São Sebastião, agregado em 06/08/08; em 01 de janeiro de 1909 na paróquia dos Remédios; São

para a incorporação de seções masculinas, registrada em 1945, na paróquia de Aparecida (MACIEL, 2014, p. 262). Assim, o Apostolado da Oração crescia, atuando junto às demais associações para a intensificação da vida espiritual em várias paróquias. O que ocorreu também com as Filhas de Maria, que em 1942 passaram a atuar na paróquia de Santa Rita, em 1944 na paróquia de Aparecida, em 1945 na paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, e em 1946 em Codajás. As Filhas de Maria eram de grande auxílio. Em Aparecida, sua colaboração foi intensa, “no auxílio aos doentes; na organização de cursos de corte e costura e flores; além da intensa participação nos arraiais, encarregadas das barracas de guloseimas” (MACIEL, 2014, p. 269-270). Foi no ano de 1945 que a Diocese de Manaus foi consagrada ao Imaculado Coração de Maria.

Em Manaus, o núcleo da Ação Católica (AC) foi reorganizado e implantado oficialmente em 1945. Em 1946, quando Dom Mário de Miranda (Bispo de Guaranhus), veio à Diocese para inaugurar o Pavilhão do seminário, encontrou um grupo pequeno, mas muito entusiasmado, de jovens militantes da AC, contando com: quatro rapazes na JCB; vinte e quatro na Liga Feminina; e o núcleo da JFC com dezenove membros (A Reação, 1946). Desde 1945 a JEC já havia sido instalada no Colégio Santa Dorotéia, em 1947 no Patronato Santa Teresinha e no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Também foi na década de 1940, que duas novas congregações femininas chegaram a Manaus. Em 1948, as Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, que receberam a responsabilidade de zelar pela Casa da Criança, inaugurada neste mesmo ano por Dom João (RAMOS, 1952). E a Congregação das Adoradoras do Preciosíssimo Sangue, que se localizou no bairro de São Geraldo em 1949, iniciando o Noviciado. A bênção do convento já foi procedida por Dom Alberto Gaudêncio Ramos²³, para que, assim, as Irmãs iniciassem os serviços religiosos. Segundo Moacir Andrade:

A maior parte das irmãs que constituíram o primeiro escalão do convento das Adoradoras do preciosíssimo

Raimundo, agregada em 3/01/09; Anori e Codajás em 19/02/13; em Maués 02/06/11; agregação do apostolado da Oração de Manicoré 04/06/09; em Manicoré 01/06/12; em 14/07/13 em Itacoatiara; agregação De Codajás; em Janaúacá 29/08/14 e agregada em 30/09/16; em campos Sales 16/07/18; lago Manicoré 03/05/19; em Espírito Santo Manicoré, Santo Antônio da Cachoeira, São Joaquim do Cajari, Bom Jesus em 08/05/15; agregação De Maués e Parintins; agregação do apostolado Do ginásio Santa Dorotéia 06/09/25; 02/07/36 em Borba e é agregado em 05/06/37; em 29/3/42 na paróquia de Santa Rita; em 17/ 10/44 na paróquia de Nossa Senhora Aparecida, instalada a secção feminina e a masculina em 5/12/45; em Codajás foi em 1/2/46 e Canutama à agregação se deu em 4/3/46; em 26 de junho de 1949 nas paróquias de Nossa Senhora de Nazaré e Santa Teresinha. RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. **Cronologia Eclesiástica do Amazonas**. 1952. 23 Sagrado Bispo de Manaus em 1948, chegou a Manaus em janeiro de 1949. CERETTA, Celestino. *História da Igreja na Amazônia Central*. 2014.

Sangue, saiu das famílias da paróquia de Aparecida, através de um trabalho missionário muito bem dirigido às vocações sacerdotais, capitaneado pela irmã Julita, superiora da congregação, moças de profunda convicção religiosa, todas elas pertencentes à congregação da Pia União das Filhas de Maria²⁴ (ANDRADE, 1985, p. 223).

As Irmãs, somadas às congregações masculinas e ao clero diocesano, e às várias associações leigas, não mediram esforços, “tudo para a realização da extensa obra religiosa, que dirigida pelos Bispos, gerou o crescimento da Diocese de Manaus” (MACIEL, 2014, p. 275). A Diocese vivia um novo cenário eclesiológico, ocorreu “uma verdadeira reconquista espiritual da Amazônia, ou seja, ocupando os espaços, mantendo e fortalecendo a instituição” (MATA e TADA, 2005, p. 43).

Registramos ainda, nesta década o envio de missionários para as Prelazias: para Codajás, os Redentoristas, em 1945; para Rio Branco, os Missionários da Consolata, em 1948; e para Macapá, coube a responsabilidade para o PIME, a partir de 1949, que neste mesmo ano também passou a atuar em Manaus. Em 1948, foram criadas duas novas paróquias: São José Operário, que foi desmembrada de Nossa Senhora dos Remédios, ficando na responsabilidade dos Salesianos; e Nossa Senhora de Nazaré, desmembrada de São Sebastião, que foi confiada ao PIME (Pontifício Instituto para as Missões Estrangeiras). Dom João da Mata foi transferido para a Diocese de Niterói em 1948. Em janeiro de 1949, chegava o sexto Bispo, Dom Alberto Gaudêncio Ramos. No mesmo ano, o Bispo inaugurou o Noviciado do Precísíssimo Sangue, sendo celebrada a entrega do hábito para as primeiras noviças, e colocou a pedra fundamental das novas capelas: São Geraldo; e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na paróquia de Aparecida. No ano de 1949, visualizamos a intensidade da vida da Diocese, aqui destacamos alguns desses aspectos: a reorganização das Damas de Caridade; a inauguração da nova sede do Círculo Operário; fundação do Apostolado da Oração nas paróquias de Nossa Senhora de Nazaré e de São José e Santa Teresinha; bênção da capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na Rua Leonardo Malcher; organização da Semana Diocesana do Ensino Religioso e Primeira Maratona Catequética Diocesana, ocorrida em setembro (RAMOS, 1952).

A nova década que se iniciava, apresentava sinais de prosperidade para a caminhada eclesial de Manaus. Destacamos em 1950: inauguração da Escola Primária Nossa Senhora Aparecida;

24 ANDRADE, Moacir. *Manaus: ruas, fachadas e varandas*. Manaus: Umberto Calderaro. 1985, p. 223.

do ambulatório Dr. Adriano Jorge na paróquia de Nossa Senhora de Nazaré; fundação da JEC no Instituto Benjamim Constant; bênção e inauguração do Jardim de Infância do Patronato Santa Teresinha; Semana Diocesana da Ação Católica, em dezembro. (RAMOS, 1952). Em 1951, encontramos: a bênção da primeira pedra da Escola Industrial Salesiana; a ereção canônica da Congregação Mariana de Nossa Senhora de Nazaré e São João Batista; a inauguração do primeiro pavilhão do Educandário-Orfanato Nossa Senhora de Nazaré; a fundação das Obras Sociais e Educacionais em Carauari. As Prefeituras Apostólicas de Tefé e do Alto Solimões foram elevadas a prelazias em 1950. E como expansão da presença religiosa, destacamos, em 1951, a chegada das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria, instaladas na paróquia de São Raimundo em Manaus, e a abertura da nova casa das Irmãs Adoradoras do Preciosíssimo Sangue em Codajás. Em 1952, novos núcleos da Ação Católica foram implantados, com a fundação da Juventude Operária Católica (JOC), da Juventude Independente Católica Masculina (JICM), da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica Masculina (JECM).

Em reconhecimento aos frutos advindos do esforço dos Bispos, clérigos, religiosos e religiosas, e do laicato, Manaus foi elevada à Arquidiocese, a 2 de julho pela Bula *Ob Illud* do Papa Pio XII. E em 4 de junho de 1954, pelo breve *“Primae Labis”*, o Papa proclamou Nossa Senhora da Conceição padroeira do Amazonas. Pio XII estava apenas oficializando o que na prática já ocorria. Coroando a elevação à Arquidiocese, foi realizado o II Congresso Eucarístico de Manaus, realizado de 2 a 6 de julho de 1952. Na abertura do Congresso, foi instalada oficialmente a Arquidiocese, tomando posse o primeiro Arcebispo de Manaus Dom Alberto Gaudêncio Ramos. O Amazonas iniciava, assim, um novo capítulo de sua história eclesial, colhendo os frutos dos 60 anos da Diocese.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Dom Lourenço da Costa. *Carta Pastoral de Inauguração da Diocese do Amazonas*. 1894.

ANDRADE, Moacir. *Manaus: ruas, fachadas e varandas*. Manaus: Umberto Calderaro. 1985.

BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

CERETTA, Celestino. *História da Igreja na Amazônia Central*. Manaus: Biblos, 2014.

HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja na Amazônia*. 1992.

HUGO, Vitor. *Desbravadores*. Amazonas: Missão Salesiana de Humaitá. 1959.

MACIEL, Elisângela. *“Igreja de Manaus, porção da Igreja Universal”: a Diocese de Manaus vivenciando a romanização (1892-1926)*. Manaus: Valer, 2014.

MATA, Raimundo Possidônio C. e TADA, Cecília (organizadores). *Amazônia, desafios e perspectivas para a Missão*. 2005.

MONTEIRO, Mario Ypiranga. *A Catedral Metropolitana de Manaus (sua longa história)*. Manaus, Sérgio Cardoso & Cia. Ltda. Editores, 1958.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Roteiro Histórico de Manaus*. vol. 1. Manaus: EDUA, 1998.

OLIVEIRA, João Chrisóstomo e MATA, João Nogueira. *Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas (1873-1973): flagrantos históricos*. 1973.

PINHEIRO, Nonato. *Dom João da Mata*. Manaus: Academia Amazonense de letras, Governo do Estado do Amazonas e Editora Valer. 2007.

RAMOS, Dom Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. Manaus, 1952.

SILVA, Francisco Gomes da. *A Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Itacoatiara (1759-1999)*. 1999.

Suplemento de *A Reação*. Visão Histórica da Diocese de Manaus nas Festas Jubilares de 1946. Manaus, março, 1946.

2

para remediar a alma ou para descobrir o culpado

relações eclesiásticas e tensões
pelo segredo da confissão (1736-
1747)

Sarah dos Santos Araujo

Um dos objetivos desse breve texto é explorar alguns aspectos do tema confissão. Ele já foi discutido por historiadores famosos como Jean Delumeau no ensaio *Confissão e Perdão* (DELUMEAU, 1991), no livro fala a respeito da confissão e dos diversos vieses que fomentaram o tema do confessionário do século XIII ao XVIII. Deste modo, apresenta-nos as várias dimensões sobre o ato de postar-se perante um confessor.

Na historiografia a confissão foi levada à problematização como fonte de forma variada, sendo analisada por meio do “ser confessor”, constituído com toda uma ordenação estabelecida pela Igreja, assim como, modelo para que o clérigo recebesse a confissão como parte dos sacramentos. Por conta disso, a partir do século XIV temos os *Manuais de confessor* como instrumento desses eclesiásticos para aprender os procedimentos para uma “adequada coleta” da confissão (MACEDO, 2009, p. 19).

Esses manuais servem como fonte para conhecer os diferentes aspectos tanto da estruturação da Igreja com seus fiéis, quanto para entender como seria realizado o sacramento com o objetivo de conhecer e absolver a culpa dos que se dirigiam ao confessionário (DELUMEAU, 1991, p. 42). Assim, estabelecida desde o Concílio de Latrão (1215) e tornada obrigatória com Trento (1542), a confissão se concretizou como elemento basilar no conhecimento da vida dos confidentes e de toda uma rede de comunicação que se estabeleceu dentro da Igreja. Motivo que a fez se tornar um tema tão atraente a quem deseja explorar distintos aspectos da vida cristã em determinado período.

Outra dimensão da confissão muito explorada foi com a Inquisição. Ela como parte aparelho institucional da Igreja que buscava e punia heresias, entrou com esse aspecto essencial da penitência na dimensão processual do Santo Ofício. Deste modo, a confissão

ingressou no rito processual como prova cabal, que levava ao almejado arrependimento contra o delito cometido.

Mesmo com esse rito definido, Jaime Gouveia indica um paralelismo entre o processo inquisitorial e o sacramento da penitência, relação que buscamos destacar entre o Santo Ofício e a confissão, sobre a qual:

(...) no Santo Ofício, a confissão, muito embora fizesse parte de um processo judiciário, mantinha a sua conotação sagrada, continuando a ser um meio de salvação da alma pecadora e conferindo às penalidades impostas um caráter penitencial (...) (GOUVEIA, 2011, p. 183).

Assim, a confissão serve a ambos os interesses, carregados de significados para a relação confitente e confessor ou na forma de confissão ao Inquisidor.

Vale lembrar que diferente da confissão auricular, a confissão inquisitorial não surgia apenas de uma vontade do coração contrito como pregavam seus defensores. A confissão perante o Inquisidor era permeada de dúvidas, incertezas e medos, formatada pelo Tribunal para obter a verdade a todo custo. Sonia Siqueira nos aponta que: “(...) ambientes, conselhos dos ministros inquisitoriais, insinuação de ter o Santo Ofício notícias exatas sobre a vida da pessoa – levavam o indigitado a sentir mais viva sua condição de culpado. Tudo era encaminhado para estimulá-lo a desatar as autocensuras e falar” (SIQUEIRA, 2013, p. 469-470). Com isso, a autora demonstra que todo o cabedal inquisitorial induzia a delação, conseqüentemente a confissão muitas vezes configurada nos autos do processo como espontânea, era na verdade permeada de sentimentos conflitantes.

Buscamos relacionar em alguma medida essas formas de confissão. Pois, nos interessa explorar elementos de como se manifestavam na Metrópole Portuguesa e na Colônia, as relações a respeito do tema confissão. Mais ainda, em um período que a atuação Inquisitorial moveu-se com vigor contra o rompimento do segredo, atuando contra uma “nova heresia” denominada: sigilismo. Tal heresia surgida na Idade Moderna provocou intensos debates a respeito do procedimento de alguns confessores. Pedro Paiva ao definir tal procedimento nos esclarece que o sigilismo, era um delito contra fé, formulado como neologismo para a quebra do segredo da confissão. A questão se dava principalmente pelos padres no confessionário quererem saber nomes de envolvidos nas situações do que se

confessava e os locais onde ocorriam, para condenar os que cometiam delitos (PAIVA, 2011, p. 397-398).

Podemos visualizar esses debates primeiramente em Portugal, por meio deles tentaremos ver alguns aspectos que permeiam o ato de confessar-se, para conseguinte buscá-los na colônia tentando compreender se essas discussões se desdobravam ou não no “além-mar”.

Para tanto, levaremos em consideração que o processo e atuação dos eclesiásticos tanto em Portugal, quanto na colônia mobilizavam ações para manutenção da fé e repressão aos delitos. Nesse ponto, as conexões se estabelecem com a Inquisição que também se utilizava de informações do confessorário e direcionamento de confissões para reprimir as heresias, assim como, os eclesiásticos com suas jurisdições, em certa medida, definidas. Nesse sentido, buscamos elementos do desdobrar da temática confissão da MetrÓpole à colônia por meio da ação desses representantes da Igreja.

“somente a Deus pertence a confissão”: a querela do sigilismo

A querela do sigilismo passou a tomar corpo em Portugal a partir do ano de 1745. De acordo com Paiva, em 3 de maio de 1745, o Cardeal D. Tomás de Almeida enviou uma pastoral alertando alguns confessores que estavam espalhando doutrinas erradas: “negando absolvição, para usarem daquela notícia em ordem à emenda de delitos comuns”. Três dias depois o inquisidor-geral e cardeal D. Nuno de Ataíde, emitiu um edital que dizia saber que “confessores imprudentes” estavam persuadindo os penitentes a declararem os nomes de cúmplices das suas culpas e os lugares em que elas ocorriam. Paiva continua a explicação sobre o caso:

A sintonia dos fatos, o conteúdo dos dois documentos e a proximidade existente entre os protagonistas que os difundiram evidenciam estar-se perante uma ação concertada. O que verdadeiramente estava em causa não era o receio da existência de confessores com práticas ilícitas que ameaçassem a dignidade da confissão e pudessem disseminar eventuais heresias. Esse era o argumento explícito e que se podia utilizar, apesar de se admitir que a Inquisição estivesse receosa do eventual aviltamento do sacramento, porquanto, utilizava o confessorário para saber de heresias. Todavia, o lance tinha um objetivo não declarado nos dois documentos: atacar um conjunto de prelados protegidos de Frei Gaspar da Encarnação, os quais tinham vinculações à jacobea, movimento que muito

valorizava a importância da confissão frequente e até sua longa duração. Visava-se anular o poder que Gaspar da Encarnação e os jacobeus tinham alcançado junto do monarca e na esfera da Igreja, manifestando a supremacia inquisitorial (PAIVA, 2011, p. 399).

O autor nos apresenta toda uma trama que gira em torno da confissão e seu rompimento e como a Inquisição surge como instrumento de repressão ao desvio. Demonstrando a profusão de interesses que surge em torno do tema confissão e como importantes representantes da Igreja se posicionam diante dele. Temos, então, a polarização entre dois grupos: os membros da Inquisição e os bispos Jacobeus liderados por Gaspar da Encarnação.

Tratando primeiramente dos Jacobeus, ou da doutrina dos chamados “Jacobistas” ou “Jacobistas” sabemos, de acordo com Beatriz Santos, que foi um movimento religioso em Portugal que tinha um caráter reformista surgido no início do século XVIII que:

(...) preconizava a transformação do catolicismo português através de um rigorismo moral e uma atitude de austeridade, que correspondesse a uma verdadeira espiritualidade. Propunha a realização de diversos exercícios espirituais e a valorização dos sacramentos, especialmente a penitência, tal como fora definida no Concílio de Trento (SANTOS, 2014, p. 217).

Essas transformações estavam mobilizando muitos dos grupos eclesiais do Reino, contudo, como destaca a autora, dentre eles existiam os críticos a forma como postulavam esse retorno aos ideais de Trento. Diante das transformações vivenciadas pela Igreja desde a “descoberta do Novo Mundo”, buscavam um retorno à observância estrita aos preceitos religiosos católicos para o clero e seculares, com o objetivo de consolidar esses preceitos em todo o Reino.

Esse movimento reformador foi gestado pelo Frei Francisco da Anunciação (1669-1720). Elisa Costa nos fala sobre a trajetória do eclesial, destacando como se desenvolveram suas ideias para essa reforma:

Tendo tomado hábito no convento lisboeta de Nossa Senhora da Graça, na ordem dos agostinhos (eremitas calçados de Santo Agostinho), foi no colégio Graciano da cidade de Mondego que frei Francisco da Anunciação orientou o começo do movimento reformador. Professou

em 1685, iniciando uma vida que o fez sobressair da maioria dos seus contemporâneos em especial pela redação do livro *Vindicias da virtude* (...), no qual fixou os objetivos e o programa espiritual da Jacobeia (COSTA, 2010-2011, p. 34).

Nesse período conquistando influência e consolidando seu “programa espiritual”, esses padres utilizavam desses poderes dentro do âmbito do Estado Português. Almejando a conservação da fé católica e a estrutura do Estado e Igreja em um só corpo, isso foi usado por esses eclesiásticos para disseminar suas propostas.

Além disso, essa reforma não mobilizou apenas eclesiásticos em Portugal. Destacamos que teve seus reflexos no além-mar, por meio dos clérigos enviados às colônias, que mantinham contato com Portugal, buscando compreender o desenrolar dessas mudanças e ordens do Reino para aplicá-los em seus bispados no “Novo Mundo”. Questão que retornaremos adiante.

Não podemos deixar de falar também de Frei Gaspar da Encarnação (1685-1752) que foi muito influente durante o reinado de D. João V. Com o nome de batismo Gaspar de Moscoso e Silva, foi doutor em cânones pela Universidade de Coimbra, da qual foi reitor nos anos 1710 e 1715, após esse período entrou para o convento Franciscano do Varatojo onde se professou; mais tarde transferiu-se para a Ordem dos cônegos regrantes de Santo Agostinho. Outros aspectos importantes da vida desse frei foram destacados por Elisa Costa:

A 24 de abril de 1723, pelo breve *Ex iniuncto nobis*, o papa Inocêncio XIII (a pedido de D. João V) nomeou frei Gaspar para ser, por um biênio, visitador e reformador da congregação dos cônegos regrantes do Colégio de Santa Cruz de Coimbra, missão com naturais repercussões noutros institutos religiosos (COSTA, 2010-2011, p. 34).

De volta à querela apresentada por Paiva, agora conhecendo seus fomentadores, temos Gaspar da Encarnação, dando seguimento a reforma Jacobeia como influente nome para o desenrolar das questões a respeito dos sigilismo, e, não apenas nesse quesito, sua atuação incomodou a muitos no reino.

A política reformadora do episcopado implementada pelo frei, fez com que instituísse, a partir, dos anos 20 em Portugal, os seus aliados, padres jacobeus, nas mais ricas e prestigiadas dioceses e esse poder se estendeu a nomeações para dioceses ultramarinas (PAIVA,

2011, p. 402). Diante disso, a crescente rivalidade só aumentou com seus principais antagonistas representados pelo Santo Ofício, que mantinha sua atuação firmada em Portugal na figura cardeal D. Nuno de Ataíde.

Esse quadro, nos ajuda a compreender como as escolhas feitas para os bispados mais influentes em Portugal e os nomes indicados para assumirem possessões no além-mar ocorreram. Esses cargos não eram concedidos sem aval real e anuência da Igreja, mas, eram dados por relações de poder estabelecidas, nesse caso, por indicação de frei Gaspar da Encarnação.

Contudo, voltando ao desentendimento que nasceu entre o partido dos bispos Jacobeus e a Inquisição, além de ganhar proporções que necessitaram de interferência Papal, teve sua parcela panfletária difundida de ambos os grupos. Para exemplificar esse momento temos a publicação de 1746 da *Carta de hum curioso da Universidade de Évora escrita, a outro curioso da Universidade Coimbra, que pela sua resposta (sic) mostra às consequências terríveis, que nascem de alguns Confessores não guardarem o sigilo da confissão Sacramental*. A carta com autoria do Padre jesuíta José de Araújo, foi trocada como se fosse entre anônimos, que no documento denominam-se “Curioso de Évora” e “Curioso de Coimbra”; tendo sido publicada pela Editora Francisco Del e Herdeiros.

O “Curioso de Évora” coloca em questão os procedimentos que acarretam na quebra do sigilo confessional, dando ensejo ao debate do período sobre o sigilismo. O autor do texto começa descrevendo como exemplo uma mulher solteira, com mais 40 anos de idade, que teria pecado com um Sacerdote e um estudante solteiro. Ela indo ao confessor, este a inquire a respeito do nome e endereço dos citados na confissão. Nesse momento do relato, a mulher argumentaria: “Ai Padre, para que quer saber isso? A rua, e o nome são pecados? Os dois tinham boa reputação e ninguém soube isto, e eles dizem que nunca mais tornam a buscar-me e nem eu quero; e o pobre estudante está para se ordenar”²⁵. Após isso, o confessor continua a inquirição, perguntando se a mulher está arrependida, tem caridade do próximo, perguntando mais, se ela quer a absolvição. Diante disso, a mulher persuadida e por medo de morrer sem absolvição indica nomes e locais dos cúmplices no pecado (ARAÚJO, 1746, p. 2).

Essa é a questão central do “Curioso de Évora” para o de Coimbra, que remete ao que já estávamos discutindo sobre confissão e seus debates entre Inquisição e Bispos. Nesse ínterim, outra referência da carta deve ganhar destaque:

²⁵ Optamos pela atualização da escrita do texto para melhor fluidez da leitura da fonte.

Olhai rapazes, dizei sempre todos os pecados ao Confessor; porque ele não há de dizer nada; aquele segredo é maior, que o da Santa Inquisição, o que ali se diz, fica coberto com um grande monte de terra, ali ficam sepultados os pecados, as circunstancias, e as nesgas dele; porque estes homens só ouvem para remediar o pecado, e não para descobrir o culpado (ARAÚJO, 1746 p. 3).

A parte em destaque com grifo nosso, se repete em muitas das pastorais elaboradas com o objetivo de tranquilizar o confitente. Dentro dessa lógica, Delumeau destaca aspectos que são semelhantes aos citados no documento acima sobre as particularidades do ser confessor: “(...) confessor é obrigado a um segredo tão inviolável, que ele jamais pode dar a conhecer, nem direta nem indiretamente, o que ele sabe pela confissão” (DELUMEAU, 2003, p. 262). Contudo, o contexto em que o “Curioso de Coimbra” questiona sobre o ato de se confessar, já demonstra outros aspectos que se configuram em novas alçadas, como a da Inquisição sendo utilizada como exemplo para mostrar a importância do segredo, sendo ela mesma também interessada sobre os procedimentos indevidos no confessionário.

Temos aí as referências que precisamos para endossar a discussão proferida pelo acadêmico conhecedor dos métodos da confissão. Outro destaque importante sobre essa fonte e a querela dos sigilistas, foi referido na biografia de Luís Antonio Verney (1713-1792), famoso intelectual português, escritor de *O Verdadeiro Método de Estudar* de 1746, escrita por Antonio Alberto de Andrade. Na biografia, Andrade nos conta que Verney indicou que o Padre José de Araújo fazia parte de um grupo de jesuítas, que envolvido no embate sobre os sigilistas se postou a favor da Inquisição. Interessante aspecto que o biógrafo nos trouxe foi que em meio à polêmica, Verney se põe ao lado dos bispos por medo (ANDRADE, 1965, p. 147). Deste modo, podemos refletir sobre a dimensão que estas disputas alcançaram e como seus partidos exerciam forte pressão sobre nomes influentes da época.

Lembramos também, que o fato das cartas serem trocadas entre anônimos de Universidades conceituadas de Portugal tem seu peso. Pois, as Universidades eram os celeiros de futuros eclesiásticos, homens de renome que assumiriam cargos em diversos dos ramos da Igreja e no Estado (PINTO, 2010, p. 197). Com isso, podemos dizer que a inquietação do “Curioso” P. José de Araújo foi fruto de seu tempo e de seu contexto, e por meio dela é possível vislumbrar o quão conturbado eram essas questões e como estavam sendo levadas ao público por

meio desses escritos (TIN, 2005). Temos deste modo, a convergência de elementos para refletir um pouco mais sobre a confissão mergulhada nesse debate acalorado.

Mais alguns aspectos da carta com a resposta do “Curioso de Coimbra”, trazem respostas permeadas de críticas aos procedimentos dos padres que usavam dos referidos subterfúgios para encontrar os cúmplices dos pecados confessados. Desse modo, ocorreria o rompimento do segredo da confissão prejudicando o sacramento que tinha como objetivo o arrependimento dos fiéis. O “Curioso de Coimbra” evidenciou que essas ações dos padres levavam muitos a se afastarem da penitência, sendo esse um dos argumentos contra a ação dos sigilistas. Diante disso, em resposta ao “Curioso de Évora” o de Coimbra desenvolve as quatro consequências sobre rompimento do Segredo da Confissão. Delas trazemos a relevo a segunda consequência na qual temos o argumento a respeito se “É licita a violação do Sigilo Sacramental”, vejamos como a desenvolve:

(...) A maior e sem controvérsia; por que isso quer dizer *sigillo*, isto é, *segredo*; e quem diz que o ouviu na confissão, não guarda segredo, e por boa consequência quebra o sigilo, a que está obrigado por direito Eclesiástico e tem por preceito Divino; porque sendo os Fieis obrigados a manifestar os seus pecados ainda internos; para que o fizessem com boa segurança, determinou Cristo Senhor nosso, que os Confessores fossem fieis em não os descobrir. (...) Já mostrei, que tal licença não pode dar o penitente; porque com ela se infama o próximo gravemente, nem o Confessor pode usar dela; porque faz odiosa a confissão, como diz o Papa no Breve, que escreveu aos Senhores Cardeais Inquisidor Geral e Patriarca, por cuja proíbe esta perniciosa doutrina, e manda proceder contra os que a praticarem (ARAÚJO 1746, p.13-14).

A preocupação em tornar odioso o sacramento já havia sido exposta em breve Papal e endossada pela Inquisição. Essa preocupação já era demonstrada em diversos âmbitos da Igreja com a inquietação sobre o afastamento dos fiéis desse sacramento. Não deixamos de levar em consideração que a “Carta do Curioso de Évora” foi escrita por um partidário da Inquisição e que nela podemos ver toda a voga da discussão sobre o rompimento da confissão nos moldes dos aliados do Santo Ofício. Mesmo assim, podemos constatar seus argumentos embasados em Manuais que endossam a “preocupação fraternal” dos eclesiásticos para manutenção dos fiéis.

Delumeau ao tratar dos procedimentos para confissão já indicava o modelo fraternal como uma das fontes para consolidar o corpo da Igreja. No Manual sobre confissão de Duns Scot, por exemplo, o autor comenta: “a essência do sacramento de penitência não reside nos três momentos até considerados como essenciais – a contrição, a confissão e a satisfação -, mas no perdão concedido pelo padre em virtude do poder das chaves” (DELUMEAU, 1991, p. 44). Seria esse o caminho a ser percorrido pelos eclesiásticos, trazendo os penitentes de coração contrito de volta aos caminhos de Deus. Contudo, ainda que na resposta do “Curioso de Coimbra”, feita a um aliado do partido da Inquisição que buscava a “verdade a todo custo”, percebemos que a argumentação vai ao sentido de “exortação fraternal dos penitentes”. Porém, os ânimos inquietos do período, trouxeram novas realidades e na turbulência sobre execução do sacramento se pode perceber a repercussão do debate.

Por outro lado, se formos nos deter nas argumentações do partido dos bispos Jacobeus, podemos verificar os interesses que estão para além do confessionário. Com a ação montada por fr. Gaspar da Encarnação nas dioceses do Reino e além-mar, temos que pensar no poder que se constituiu com os seus escolhidos atuando nesses locais, e, o alcance de suas reformas. Assim, poderemos ver mais alguns aspectos importantes da temática da confissão por meio da atuação dos partidários de fr. Gaspar no ultramar, avaliando se essas querelas alcançaram a colônia.

questões d'Aquém e d'Além-mar: relações eclesiásticas e a confissão em cena

Frei Gaspar da Encarnação passou a ter grande influência durante o reinado de D. João V, após a morte do Cardeal Mota. Como já referido, teve ingerência sobre a escolha dos prelados que assumiram os bispados mais importantes de Portugal e nas colônias, assim indicou o nome de Dom Frei Manoel da Cruz para tomar posse do Maranhão.

Para entendermos como se deu a atuação do escolhido por Frei Gaspar na colônia, precisamos conhecer um pouco do contexto que antecedeu sua chegada. Para isso, citamos um documento escrito por um comissário do Santo Ofício, Manoel de Almeida, que atuou na região. Na fonte ele trata do desregramento da fé cristã que fazia parte do cotidiano dos eclesiásticos que ali trabalhavam. No documento expedido em 19 de setembro de 1736 temos o seguinte relato:

Não há dúvida estar toda esta terra infeccionada de feiticeiras e várias superstições, ritos, e abusos diabólicos, não só entre negros, mas ainda entre brancos, e cada vez se vai alteando mais esta peste, e tudo causa o pouco zelo dos Prelados Eclesiásticos, e ainda dos Ministros Seculares nos caso *mistifori*, que a tudo dão peste, ainda que haja quem acuse, e se processem os delitos, e como há pouco Segredo nos Ofícios da justiça de um, e outro foro, Sucede muitas vezes jurarem as testemunhas a medo, e algumas falsamente; na suposição que os oficiais recebem seus ditos, e os culpados o venham a saber, e de tudo tenho larga experiência pelos anos, que assisto nesta Cidade, e ter sido nela Vigário Geral (...) (OFÍCIO DO COMISSÁRIO... ANTT-16825, 1736, f. 1).

O documento apresenta características da vida na colônia sob o olhar do comissário do Santo Ofício, relatando práticas de diferentes esferas culturais que se encontravam naquele espaço. Sendo elas relacionadas às práticas indígenas denunciadas como desvios da fé e os crimes a serem denunciados ao Santo Ofício. O relato com o objetivo de remeter quatro denúncias ao Tribunal de Lisboa acabou por revelar os procedimentos de padres com pouco zelo nas suas funções eclesiásticas.

O que também chama atenção é a questão do “foro misto” apontado pelo comissário, indicando o problema das alçadas eclesiásticas, diante dos desvios de natureza múltipla da colônia. A questão referida de que “há pouco Segredo nos Ofícios da justiça de um, e outro foro, Sucede muitas vezes jurarem as testemunhas a medo, e algumas falsamente”, é outro dos trechos que nos faz refletir sobre a questão do sigilo em âmbitos da justiça, que nesses casos eram administrados pelos padres que atuavam em diferentes setores da vida na colônia.

Com isso, podemos vislumbrar questões referentes ao confessorário, que bem poderiam ser alvo do rompimento do segredo, assim como os ofícios de justiça citados na fonte. Por isso, refletimos que o que foi denunciado ao Santo Ofício pelo comissário como: testemunhos falsos ou por medo, bem poderiam ser aplicados às confissões por medo, ou falas falsas juradas diante dos padres que coletavam informações na colônia.

Este relato foi apenas um em meio a outros dirigidos aos Inquisidores de Lisboa que podem ter contribuído para o envio de uma Visita Inquisitorial à região anos depois. Como tratou Sônia Siqueira em suas pesquisas sobre a ação do Santo Ofício nas colônias, indicava a vida dissoluta de grande parte dos colonos, que viviam apartados

da fé ao demonstrarem as diferentes dinâmicas da sociedade colonial (SIQUEIRA, 1978, p. 13). Sendo assim, levamos em consideração não apenas as referências sobre superstições, ritos e abusos diabólicos que atentariam contra a fé católica, cometidos pela população. Mas, temos que o próprio clero atuante na região, estava envolvido em procedimentos ligados aos interesses locais, que muitas vezes os distanciavam da “correta vida religiosa”.

Tal aspecto foi alvo das observações do bispo Manuel da Cruz ao ser enviado ao Maranhão. O frei destacou que os poucos clérigos que estavam na região não davam conta do grande trabalho que existia para manutenção da fé. Muitos deles envolvidos em práticas condenadas pelo bispo (COPIADOR, 2008, p. 79). Nas suas pastorais vemos o desdobrar de suas ações buscando o “remédio” para a situação que encontrou no bispado.

Outrossim, ordenamos, que nenhum pároco desobrigue aos seus fregueses do preceito anual da confissão sem primeiro serem examinados da doutrina, e aprovados por ela na confissão ou fora dela, quando por algum legítimo impedimento não possa examinar a todos, e por esta causa cometa o exame a alguns sacerdotes nunca os desobrigará do rol da Quaresma sem certidão jurada dos tais sacerdotes e como os examinaram, e aprovaram na doutrina, e por que pelas distâncias, que há neste bispado entre muitos moradores, e suas paróquias não podem todos assistir nelas doutrina cristã nos sobreditos dias antes se faz preciso irem os párocos ou mandar desobrigá-los às suas casas lhe mandando que nelas os examinem primeiro da doutrina na mesma forma que nas igrejas, e de nenhuma sorte desobriguem aqueles, que não souberem, antes os obriguem a virem aprendê-la às igrejas procedendo contra os rebeldes, e contumazes na forma de direito, no que lhes encarregamos gravemente as suas consciências (COPIADOR, 2008, p. 87).

Podemos perceber que essa pastoral traz consigo todo um procedimento e cuidado com o preceito da confissão. Essa descrição não foi feita à toa, ela é oriunda de uma preocupação com o estado da fé local e a forma como os párocos deviam ensinar a “correta doutrina” aos fregueses. É importante lembrar que esses fregueses eram formados por indígenas, colonos, negros escravizados e toda essa gama de pessoas devia estar debaixo das ordens estabelecidas pelas pastorais executadas pelos párocos.

Acreditamos ainda, que outra razão para a acuidade na descrição disposta pelo fr. Manuel da Cruz era fruto da influência reformadora de fr. Gaspar da Encarnação se estendendo sobre a colônia. Em relação à qual Elisa Costa faz referência ao trabalho de Evergton Sousa - *Jansenismo e reforma da igreja na América Portuguesa* - no qual cita o Bispo Manuel da Cruz como partidário da ação reformadora no alémmar (COSTA, 2010-2011, p. 37).

Mesmo com esse cuidado na hora de descrever a Pastoral, para que ela pudesse ser seguida pelos prelados, não significava que ela conseguiria ser posta na prática. Assim, como as querelas quanto a Reforma de fr. Gaspar e as disputas por conta do tema confissão se avolumavam em Portugal, na colônia com distintas vivências outras necessidades para a prática correta doutrina surgem para o bispo Manuel da Cruz. Vemos dessa forma, a adaptação à realidade local indicada pelo eclesiástico, levando em consideração as distancias do Bispado e entre seus moradores, que marcam indelevelmente a execução das atividades pastorais. Não deixando, contudo, de perceber que as penitências de forma geral são levadas como instrumento estandarte para a doutrina almejada pelo bispo, são elas as primeiras especificadas no documento.

Ainda sobre a execução das pastorais, em várias de suas missivas o bispo indica “confissões gerais”, justificadas novamente pelas longas distancias do bispado, mas, isso não quer dizer que suas inquietações quanto ao que ditavam as reformas doutrinárias que ocorriam na metrópole portuguesa estavam fora do seu alcance na colônia. Manuel da Cruz mantém constante correspondência com fr. Gaspar da Encarnação, sempre o saudando de forma respeitosa e compartilhando as atividades que desenvolveu buscando a estruturação do bispado do Maranhão.

Podemos deste modo, estabelecer a relação entre as ações reformadoras de fr. Gaspar, especificamente, no que dizia respeito à confissão e como elas se materializavam nas colônias, lendo as missivas entre esses dois eclesiásticos. Frei Manoel da Cruz, como já vimos, demonstrava em suas pastorais a preocupação com as penitências, e a confissão aparecia como elemento importante para manutenção da fé.

Nas correspondências trocadas com distintos eclesiásticos podemos perceber sua afinidade com o que ditava a Jacobeia, marcada com essa preocupação com a confissão. Para corroborar com essa ideia, em uma de suas epístolas ao Monsenhor Matos no ano de 1745:

Nunca o Demônio descansa em perverter o caminho do Céu, e sendo para ele estrada real a confissão, quis

com diabólica destreza facilitar o sigilo para fazer mais dificultosa a confissão, na qual como é mui natural a fragilidade humana o pejo de manifestar as culpas, o qual pela graça de Deus se vence com o sigilo; desejou o inimigo persuadir, que este não fosse tão apertado, para que os penitentes na confissão não abrissem totalmente as suas consciências com o receio de que as suas culpas fossem por algum modo descobertas; mas a tudo acudiu nossa piedosa mãe a santa Igreja com o remédio mais oportuno, e conveniente (COPIADOR, 2008, p. 141).

Nesse ínterim podemos perceber como o espírito reformador influenciava no além-mar. O Bispo Manoel da Cruz, além dessas preocupações, ao longo de sua ingerência no Maranhão tentou sanar o desregramento dos povos e o ensejo à confissão confirma isso. Dessa forma, dando importância à confissão como sendo um caminho que leva ao céu, ele refletiu e compartilhou a dificuldade da penitência diante das questões espirituais da colônia. No entanto, o programa prático desse exercício para a remissão dos pecados era potencializado na colônia por conta de toda a trajetória do processo de conversão dos “bárbaros daqueles sertões”, que deveriam ser consolidados com os párocos liderados pelo bispo. Sabemos que esse processo não era fácil e permeado pelas dificuldades conhecidas do bispo, oriundas do pensamento cristão, e ainda havia as dificuldades contextuais advindas da vivência local e com os padres que deveriam ensinar essa doutrina.

A vista de tudo isso, mesmo depois que assumiu o bispado de Mariana, Manuel da Cruz manteve as extensas trocas de correspondência com Gaspar da Encarnação. Dessa forma, as querelas entre as reformas implementadas pelo antístite e os seus opositores representados pela Inquisição, foram alvo de passagem nas missivas dos clérigos. Assim, podemos ficar sabendo como se deu o desdobramento da questão a respeito do sigilismo que levantou questões entre ambos os grupos, tendo por várias vezes intervenção papal, como já vimos em referências acima.

Sobre a ressonância dessas questões na colônia já no ano de 1747, vemos no trecho a seguir na resposta dada pelo bispo Manuel da Cruz a Gaspar da Encarnação:

Vi sim as pastorais dos excelentíssimos preladados de Évora, Algarve, e edital do Santo Ofício, que por outra via me mandaram, como [corroída uma palavra] bula, que se expediu o nosso santíssimo padre sobre a sua matéria; e me parece, que o santo padre deu a cada um, o que lhe

pertence; porque nem os prelados queriam mais do que lhe concede o Papa, como consta das suas pastorais, nem o Tribunal do Santo Ofício devia querer outra coisa: enfim [o] foi providência altíssima controverteram-se as jurisdições para se aclarar a verdade, extinguir-se o erro, e dar-se a forma, como se deve proceder contra ele assim no Tribunal da Inquisição, como no Juízo Eclesiástico, o que tudo faz com notável individuação, providência, e [pru]dência a dita bula (COPIADOR, 2008, p. 210).

Esse trecho traz distintos significados para a discussão que continuava na metrópole e chegava à colônia. Contudo, não podemos deixar de lembrar, que as realidades na colônia, eram distintas das vivenciadas no Reino. Isso, porém, não tirava os interesses que estavam postos pela Igreja aos que eram enviados para as regiões do além-mar. Por isso, a carta de Manoel da Cruz traz consigo não apenas uma menção no sentido de congratular o seu receptor com o contentar-se: “(...) que o santo padre deu, a cada um, o que lhe pertence (...)”, finalizando a querela entre os grupos. A satisfação demonstrada por Manoel da Cruz ao breve papal traz consigo as vantagens previstas pelo grupo ao qual pertence. Levando em consideração que elas se reverterem de forma positiva à proposta reformadora de seu protetor o fr. Gaspar.

Sobre os sentidos para além da carta, é importante saber que a querela sigilista com os partidos da Inquisição e dos Bispos não se finda com o Breve Papal referido. Os dois partidos continuaram discutindo e as tensões continuaram a se desenrolar em Portugal até a ascensão do Marquês de Pombal. Nesse ínterim, Manuel da Cruz já seguia no Bispado de Mariana, ainda acompanhando as discussões por meio das cartas com Gaspar da Encarnação.

Destarte, o panorama que apresentamos, relacionando a querela do sigilismo e suas repercussões na colônia, nos faz perceber como as relações entre os grupos pertencentes à Igreja Católica começavam a mudar no século XVIII. Isso demonstra como as afinidades entre Inquisição e Justiça Eclesiástica estavam começando a desvanecer. A colaboração por meio da confissão não possui a fluidez de outros tempos e isso é uma característica do período que vai desembocar em desestabilidades para a Igreja e a sua missão de fé no Reino e no além-mar.

Dessa forma, podemos entender um pouco de como vai se estruturar o palco para ações dos regulares, seculares e até mesmo dos funcionários da Inquisição nas colônias. O tema da confissão permeia as relações de todas essas pessoas em sociedade. Nas motivações que

vão gerir as apresentações diante de um confessor ou inquisidor, e até as suas falas ou silêncios diante do clérigo.

A temática da confissão e todos esses intercursos de interesses movem a vida na Idade Moderna e podem nos revelar mais sobre as relações políticas, sociais e culturais do período. O ato de postar-se diante de alguém, seja na perspectiva confessional ou inquisitorial, abre espaço para múltiplas reflexões sobre complexo universo que era a Igreja no século XVIII. Por isso, a importância de estudar o tema da confissão para explorar esses meandros do mundo d'aquém e d'além-mar.

A expectativa que fica é continuar na observação desses dois mundos separados pelo Atlântico, mas unidos pela concepção da Igreja e Estado da época. Eles revelam uma sociedade que ainda mantém muito dos segredos fechados no confessionário que precisam ser rompidos pelo curioso olhar da História e suas problematizações.

REFERÊNCIAS

fontes impressas:

ARAÚJO, José de. *Carta de hum curioso da Universidade de Evora escrita, a outro curioso da Universidade Coimbra, que pela sua resposta mostra as consequencias terriveis, que nascem de alguns Confessores não guardarem o sigillo da confissão Sacramental*. SJ. Hierro, Francisco del, Herdeiros, 1746.

COPIADOR de Cartas Particulares do Exm^o. e Revm^o. Dom Frei Manoel da Cruz (1739-1762). Transcrição, Revisão e notas Aldo Luiz Leoni. Brasília: Senado Federal, 2008.

fontes manuscritas:

Ofício de Manuel de Almeida, Comissário do Santo Ofício em Belém do Pará, dirigido aos Inquisidores, sobre quatro denúncias. 1736. ANTT. n^o 16825.

bibliografia:

ANDRADE, António Alberto de. *Vernei e a cultura do seu tempo*, Coimbra, Universidade, 1965.

COSTA, Elisa Maria Lopes da. *A Jacobeia: achegas para a história de um movimento de reforma espiritual no Portugal Setecentista*. Arquipélago História, 2^a série, XIV-XV (2010-2011), p. 31-48.

DELUMEAU, Jean. *A confissão e o perdão: as dificuldades da confissão nos séculos XIII a XVIII*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

_____. *O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séculos 13-18)*. Trad. Álvaro Lorencini. Bauru: EDUSC, 2003.

GOUVEIA, Jaime Ricardo Teixeira. *O Sagrado e o Profano em Choque no Confessionário: O delito de solicitação no Tribunal da Inquisição – Portugal 1551-1700*. Coimbra: Palimage, 2011.

MACEDO, José Rivair. *Os Manuais de Confissão Luso-Castelhanos dos séculos XIII-XV*. Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS; Vol. 2, n° 2, 2009.

PAIVA, José Pedro – *Baluartes da fé e da disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

PINTO, Felipe Martins. *A Inquisição e o Sistema Inquisitório*. Belo Horizonte: Revista Faculdade de Direito UFMG, n° 56, Jan-Jun, 2010.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *Reflexões sobre um percurso de pesquisa: o Mosteiro de São Bento e o culto de São Gonçalo do Amarante*. In. Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental/ organização João Fragoso, Roberto Guedes, Antonio Carlos Jucá de Sampaio. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

SIQUEIRA, Sonia. *A Inquisição Portuguesa e sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

_____. *O momento da Inquisição*. João Pessoa: Editora Universitária, 2013.

TIN, Emerson (Org.). *A arte de escrever cartas: Justo Lípsio, Erasmo de Rotterdam, Anônimo de Bolonha*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

3

“logo que cheguey a este estado observey a grande falta que há nelle de índios”

a (in) observância das prescrições
do Diretório dos Índios segundo o
ouvidor Lourenço Pereira da Costa

Stephanie Lopes do Vale

Uma bandeira portuguesa na Amazônia oriental, ocupando vários continentes, estabelecendo portos, feitorias e fortalezas à Coroa lusitana estava presente. Alguns desses territórios foram feitos em colônias do Império Ultramarino Português, a região que hoje conhecemos como Amazônia²⁶ era em boa parte uma possessão ibérica, ao longo de período moderno.

Sendo outra colônia desde o século XVII²⁷, o Estado do Grão-Pará e Maranhão não possuía qualquer dependência administrativa com o Estado do Brasil, portanto, estamos à frente de outro território luso no ultramar. Na segunda metade do século XVIII, desdobraram-se mudanças burocráticas e organizativas nesse vasto mundo português, com os olhos voltados para as colônias americanas, a manutenção dessa colonização tornou-se mais essencial ao Império (NOVAIS, 1989). A fronteira indefinida, as conjunturas de guerras entre as coroas europeias e o decréscimo da produção do ouro ocasionaram a necessidade de uma administração mais vigilante e eficaz (CARDOSO, 1984 e SOUZA, 1983).

26 Pelo Tratado de Tordesilhas somente a região próxima à boca do Amazonas, no Pará, seria de posse portuguesa, o restante era espanhol. A fronteira lusitana, depois brasileira, ficou séculos sem demarcação, parte do que é a Amazônia se estendia pelos atuais países da Guiana Francesa, Guiana Inglesa, Suriname, Colômbia, Venezuela, Peru e Bolívia, sendo que parte do Brasil era considerada espanhol. Fronteiras e limites inexistentes (basicamente dos gabinetes dos governos, quando muito nas distantes sedes das colônias) onde nativos e moradores das povoações transitavam, desertavam e fugiam.

27 A América Portuguesa foi separada em duas colônias, os estados do Maranhão e do Brasil, durante a União Ibérica em decorrência das invasões holandesas (em guerra com a Espanha) e devido às dificuldades de navegação para comunicar-se com a sede na Bahia, dificultando a proteção da região contra as ocupações de outras nações. Seria mais rápida a comunicação direto com a Corte. Apesar de descontinuidade por alguns anos no século XVII quando foi nomeada de estado do Maranhão e sua extensão alcançava o Ceará colonial, a distinção em duas colônias, logo, duas administrações distintas se manteve. Mudando de nome algumas vezes e com a sede entre São Luís do Maranhão e Belém do Pará, comunicava-se diretamente com a Corte e suas secretarias, assim como a Justiça, que se reportava direta à Casa da Suplicação.

O Pombalismo foi a representação da Ilustração nessa parte da Europa, com seu modelo de Despotismo Esclarecido, a partir das reformas do ministério de Sebastião de Carvalho e Melo que os ramos do controle cresceram²⁸. Na Amazônia portuguesa também ocorreram tais mudanças, Belém passou a ser a sede do estado, e este era composto pelas capitanias do Rio Negro, Pará, Maranhão e Piauí. A colônia norte na América Portuguesa era um vasto território que tinha fronteiras com as possessões francesas, holandesas, inglesas e espanholas, sendo habitada majoritariamente por indígenas. A criação da capitania de São José do Rio Negro foi um dos frutos dessas reformas, pois, sendo definida uma capitania no extremo oeste da região – porção esta de grande fronteira aberta com a Espanha²⁹ – criava-se a máquina burocrático-administrativa com funcionários do rei, militares e colonos para vigiar, habitar e proteger as povoações e as estradas-rios (SANTOS, 2012).

funcionários régios no Ultramar português

O funcionalismo da majestade fidelíssima carregava as mesmas marcas dos reinos modernos: indivíduos de nobreza de sangue e de serviço (guerra e letras), um quadro composto a partir da perspectiva da Graça régia e da clientelagem. O rei como cabeça do reino e dos territórios era o patrono, tanto administrador natural, quanto o dignitário a quem se devia oferecer lealdade. Quando falamos da sociedade de Antigo Regime devemos compreender que a base das relações era ao nível do que entenderíamos como particular, o papel do rei como centro o dotava como árbitro final das divergências e indefinições da própria legislação régia, e era este o comportamento esperado da sociedade e dos funcionários.

28 Na década de 1750, ao assumir o posto de Ministro dos Negócios Ultramarinos no reinado de D. José I (1750-1770), Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1777) teve a frente o Tratado de Madri e um país com queda de arrecadação do ouro e da liderança no mercantilismo, exigindo esforços de organização e centralização do poder para obtenção de maior controle e vigilância administrativa, militar e fazendária, principalmente nas fronteiras, de forma a assegurar os territórios reivindicados por Portugal. Estava exposta a precariedade da situação das colônias e a própria heterogenia entre os vários pontos do Império. Dentre as medidas instaladas duas são alvo de destaque: a reforma militar e a exigência do cumprimento e a retirada do certificado de impureza de sangue dado aos indígenas ou aos naturais da terra mestiços, este último uma das maiores mudanças do período. Tais mudanças tem relação com modernizações de inspiração inglesa em um esforço para o reino português retomar a liderança e a riqueza de obtida com o ouro e os diamantes, em vista ser cada vez mais dependente da Inglaterra. Pombal foi um entre vários intelectuais que tiveram contato com outros movimentos, buscando modernizar e conservar o poder régio e lusitano – pelo menos, este seria o objetivo essencial.

29 Quando nos referimos a 'fronteira aberta' tratamos sobre o vasto território indeterminado entre os reinos nas colônias. Na segunda metade do século XVIII a região era observada como uma grande fronteira aberta, mais ao oeste, justamente na capitania do Rio Negro, portanto, além das Demarcações em realização, havia uma questão estratégica bem marcada na política para a nova capitania.

Ainda em disputa com outros paradigmas, o corporativismo se sobressaiu até o final do Antigo Regime. Dessa forma, a sociedade ainda era vista como um corpo, onde o rei era a cabeça, o centro decisório e irradiador. Porém, este sozinho nada poderia fazer, por isso, as relações de compadrio com os funcionários (e entre eles) eram reguladoras e davam sustento à rede administrativa. Possuir agentes nos serviços régios e equilibrar os espaços de poder com as Câmaras eram também respeitar os privilégios e o Direito das Gentes, a majestade era detentora das obrigações e dos direitos de exercício da “graça”, da “economia” e da “justiça”, estas matérias lhe eram as naturais (SUBTIL, 1998).

As áreas da administração régia eram a Guerra, a Fazenda e a Justiça – esta é uma leitura contemporânea sobre a organização, pois as naturezas dos ofícios se cruzavam, as atribuições se confundiam, foram construídos ao longo dos séculos tendo em vista os privilégios de direitos e a necessidade de sofisticação dos instrumentos. A função das Cortes pode ser observada nas Câmaras, esta era como um dos pilares tradicionais do reino e não possuía decisão régia, nem a eleição dos vereadores nem dos juízes leigos³⁰. Esta estrutura local administrava as vilas, no seu cotidiano de gastos, arrecadações e manutenção; sendo um dos centros da ideia das conexões de fidelidade com o rei e deste com os vassalos – a partir das Câmaras os povos poderiam reclamar e reivindicar, exercendo um braço essencial do poder que estava fora do mando do monarca e rivalizando com os agentes régios (XAVIER e HESPANHA, 1998 e MELLO, 2013).

Muitos cargos eram nomeados pelo rei, mas poderiam ser enquadrados como instrumentos de reconhecimento do merecimento/dignidade do vassalo (graça) ou meios para a criação e conservação dos laços de fidelidade e dependência; os dois modos estão presentes na fórmula: “dar, receber e restituir”. Ser nomeado ou agraciado era, em dadas circunstâncias, uma obrigação do rei, já em outras, era fruto da solicitação/desejo do vassalo de ingressar no quadro da administração

30 A importância da fundação das vilas perpassava por esta possibilidade, ao reunir os moradores (somente os cidadãos votavam, logo, a nobreza da terra) nas câmaras, como vereadores, juízes e os demais ofícios, conexões eram construídas. A eleição dos vereadores e dos juízes era feita entre os cidadãos da vila, as várias formas de privilégios e distinções citadas no Diretório citavam estes cargos da república, e se fez essencial a ideia que o poder detido por estes principais da terra era da sua “natural distinção”. O juiz ordinário e o juiz de fora a partir de 1640, eleitos na Câmara. O juiz ordinário (vara vermelha) era o único não letrado atuante na Justiça com tal perfil de atribuições – em geral dois. O Juiz de Fora era um bacharel que sobre nomeação real servia nas Câmaras e Senados tendo a mesma atuação que o Juiz Ordinário – que era bacharel em direito (vara branca), aplicava o direito nos processos, porém fazia uso do direito costumeiro, e nos casos de vaga de dois juízes eles coexistiram tendo o de Fora preponderância – mas sentenciava independentemente e obedecia as mesmas condutas dos demais bacharéis, em muitos casos assumindo a presidência da mesa da câmara (WEHLING e WEHLING, 2004).

e, com isto, era obrigado a restituir o rei com bom serviço (SUBTIL, 1998). Dentre os vários funcionários régios, os bacharéis tinham a exigência de uma formação específica – o que criava um perfil particular a este grupo de funcionários que atuavam na *Justiça*.

A *Justiça* era a área de excelência do rei, “fazer justiça” era a atribuição máxima de equilibrar os estados, assegurar os direitos e privilégios e harmonizar os povos, resumidamente era garantir a igualdade entre os desiguais. Essa função tem a ver com a manutenção da sociedade, sendo esta de Antigo Regime, ser justo significava manter o que era de direito de cada um. As atribuições dos desembargadores, juizes, corregedores e demais não estavam circunscritas aos tribunais, elas possuíam peso administrativo e fiscal. Como já foi dito, essa área decorre dos privilégios e obrigações do rei com seus vassallos, portanto, ele devia respeitar e assegurar o que dizia a tradição (CAMARILHAS, 2009 e MELLO, 2013). O papel do rei era semelhante ao do pai na família nessa sociedade, tudo se volta a ele e tudo parte dele, ele era o árbitro final. Por exercerem o poder do rei, a força dos bacharéis provinha desses privilégios régios de exercício e isso era voltado para a manutenção desse corpo que era a sociedade.

No entanto, temos na *Justiça* um conjunto de funcionários que obrigatoriamente passaram pelo curso de direito (civil ou cânones) na Universidade de Coimbra e que foram submetidos ao mesmo conjunto de avaliações e exames do Desembargo do Paço. Para além da necessidade de ter cabedal para o sustento do curso (entre 08 e 12 anos), os exames de limpeza de sangue e as necessidades de autorizações de deslocamento e casamento (assim como, as restrições) criavam um grupo seletivo e conectado – mas uma barreira aos demais agentes régios, por mais nobre que fosse um Vice-rei, ele jamais poderia ser um Ouvidor.

Pela sua importância estratégica e política, a *Justiça* foi um dos campos da atenção das reformas pombalinas, sairia dela a transformação das organizações dos mecanismos de punição e fiscalização das vilas e capitânias como um todo³¹.

Equilibrar e harmonizar “novas leis” com as das Ordenanças e as Leis Extraordinárias era um esforço contínuo nas estruturas da administração portuguesas, exercícios que os funcionários deviam realizar. Em dadas correspondências, como estamos apresentando, foram argumentadas

31 As reformas tiveram vários aspectos que abarcaram o campo dos bacharéis, como a reforma da Universidade de Coimbra. Porém serão abordados apenas pontos que se dirigiram ao proposto no texto, lembrando que, o objetivo deste não foram as reformas.

interpretações ou “esclarecidos” aspectos das ordens e legislação, e um dos objetos desses documentos foi o Diretório dos Índios. Mais precisamente, parágrafos da lei eram citados como mal examinados ou desrespeitados pelos administradores (VALE, 2015, p. 100).

A instituição de parâmetros que declararam como corruptas e abusivas as normas e costumes que iam contra o espírito das leis, de alguma lei estipulada e/ou não ter mais de 100 anos, estariam em conflito com o Direito Português³². A manutenção das práticas consideradas boas ao reino nas povoações e a implementação de mais jurisdições (juizes, comarcas, tribunais e juntas de justiça) nas colônias foram aspectos do projeto de Sebastião José de Carvalho e Melo para o Império ultramarino Português. De forma a não atacar de frente as tradições e privilégios – ou para atrelá-los mais aos braços da administração – a ampliação do corpo de funcionários e a definição/criação de novas áreas, demonstrava-se como uma alternativa de centralização do Império Ultramarino, vigiando suas fronteiras, as contas e quebrando os poderes que rivalizam com a majestade³³.

As transformações da segunda metade do século XVIII moveram o eixo do centro de poder da Amazônia, de São Luís do Maranhão para Santa Maria de Belém do Pará. Encarregado de executar o acordo de demarcações do Tratado de Madri (1750) e de criar povoações com vassalos portugueses, o governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão percorrerá a Amazônia até sua porção mais ao oeste, a capitania de São José do Rio Negro. Parafraseando Nauk de Jesus, Mafalda da Cunha circunscreve a necessidade da criação de comarcas neste momento da história colonial, com seu respectivo bacharel.

Essa posição, não podendo ser interpretada como um reconhecimento de eventuais competências militares desse magistrado deixa, no entanto, patente que

32 Não existia um corpo de leis constituído em formato único e escrito, o que havia (no século XVIII) eram as Ordenações Filipinas que era uma compilação de ordens e despachos – uma proposta de centralizar e instituir um corpo de leis, mas a estrutura jurídica e mental dava mais peso a tradição (o próprio poder e os privilégios decorriam de critérios de antiguidade). A perspectiva de constituir um Direito Português era para priorizar as concepções/leis/árbitros do reino luso, haja vista que, a base que definia era o Direito Romano – de tal forma que, no fim as práticas jurídicas caminhavam por ele. Um dos principais problemas do costume era as suas variações de lugar para lugar, não havia uma uniformidade, tão pouco isso era possível, pois os privilégios não permitiam. Portanto, os campos das leis era um caleidoscópio de informações e ordens, sem um padrão de decisão definido – a Lei da Boa Razão (1769) foi um dos mecanismos que tentaria mudar tal situação.

33 Poderes rivalizantes seriam os mandatários locais e os bandos que por acordos e negociações exerceriam força e influência nas instituições do rei e mando local, seja por medo ou por dependência dos moradores para com os “padrinhos” ou a nobreza da terra (MELLO, 2013).

assegurar a administração da justiça e a estabilidade dessas regiões menos povoadas era fulcral, considerando-se que ajudaria a evitar eventuais disputas territoriais com a coroa castelhana (CUNHA, 2016, p. 25).

Com a nomeação de Lourenço Pereira da Costa como ouvidor geral do Rio Negro foi criada a comarca, jurisdição de atuação do letrado, e também o cargo de Intendente Geral da Agricultura, Comércio e Manufatura do Rio Negro, fundado no contexto de disputa territorial entre as Coroas Ibéricas (AHU – Rio Negro, 30/06/1760).

a Amazônia de Francisco Xavier de Mendonça Furtado

A viagem para a Amazônia era um tanto longa, quando Lourenço Pereira da Costa foi nomeado como Ouvidor e Intendente da Agricultura, Comércio e Manufatura da capitania de São José do Rio Negro esta parte da América Portuguesa lhe era desconhecida. Verdade seja dita, a realidade amazônica ainda é um mistério para boa parte da população do que hoje chamamos de Brasil, mas naquele momento essa colônia era outro estado, a capitania recém-criada para qual Pereira da Costa foi enviado fazia parte do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

A relação dos nativos com os invasores variou entre a aliança e a guerra declarada, e foram estes os alvos da política lusitana para a região na segunda metade do século XVIII. Nos séculos anteriores, as políticas lusitanas acabaram por definir dois perfis aos nativos: o aliado e o inimigo, este foi o principal tópico das mudanças na legislação, pois a definição da escravidão e da tutela em disputa entre moradores e religiosos era constante (PERRONE-MOÍSES, 1998).

Antes de adentrar no tema do artigo é necessário abordar tal questão mais demoradamente, os índios eram os braços da região (o verdadeiro outro da região). Tanto a ocupação, como a exploração da região, dependiam deles, nada se fazia sem seu trabalho, eram os remadores, os que preparavam a terra e sabiam se deslocar pelos rios, eram os que davam volume às tropas de resgastes e mesmo as tropas de guerra na defesa da região ao longo do século XVII – sem eles os franceses teriam ficado com o Maranhão e o território açucareiro. Em consequência a esta presença e importância, a evangelização deles era um dos motivos (que justificaria a presença lusa) do argumento dos religiosos para que estes administrassem a vida e a rotina dos índios, pois salvariam suas almas e os conduziram à civilidade – pagando com trabalho o esforço europeu.

No século XVII, a costa da região foi alvo de invasões holandesas e francesas gerando instabilidade política, adentrando no sistema de aliança e guerra dos povos indígenas. O deslocamento de populações para lutarem na reconquista e contra os aliados dos “invasores” criou acordos e tratados de paz da Coroa portuguesa com algumas das nações indígenas, o que estabeleceu certos povos como detentores de privilégios e, ao longo do processo, formou-se uma nobreza da terra com sangue nativo. Dentre esses, houve chefes que receberam ofícios e títulos de enobrecimento, aspecto importante para a conservação de seus espaços de poder frente aos seus inimigos, o que definiu um novo índio (cristão e aldeado, o tapuia) aliado e povos naturalmente rivais aos portugueses (ROCHA, 2013/ CARVALHO JUNIOR, 2005).

O processo também ocorreu para o lado dos colonos, a constituição de uma elite que se fundamentou nas suas relações e pactos com líderes indígenas: os régulos do sertão. Era nesse sertão, ao oeste, que muitos povos se evadiram e expandiram, abandonando a costa e a própria várzea para manter seus costumes, longe das ordens religiosas. Com as entradas nos sertões, as viagens de coleta de drogas e as tropas de resgastes que vários contatos foram feitos, e reinóis se estabeleceram em aldeias indígenas, vivendo e casando segundo o modo nativo. Os índios influenciavam a balança do controle territorial, pois eram os maiores conjuntos de indivíduos disponíveis para o trabalho, para as tropas e para colonizar em comparação ao leste da Amazônia. Ao final do XVII e início do XVIII, eram cada vez mais recorrentes as fugas pelos maus tratos e as mortes por doenças e pelos abusos físicos (ROCHA, 2013).

Portanto, ao longo das décadas algumas situações foram definidas: para os amigos, cargos e privilégios, como os principais atos à liberdade³⁴, a condição de cidadão e a entrada no grêmio da Igreja e da sociedade civilizada³⁵, e aos inimigos, a guerra justa, a escravidão, a expulsão, a prisão, a execução e as punições. A questão explode com o Tratado de Limites de 1750, pois tendo como princípio a habitação para definição das fronteiras exigiu que este espaço fosse ocupado por súditos do rei português. Não mais aldeias, mas vilas. Não mais

34 Falamos de liberdade para trabalhar, para exercer a fé – única, que era a católica – e para ser vassalo português, isto é, monogamia, sedentarismo, prática agrícola, residências nucleares europeias, lealdade ao rei e obediência aos seus representantes, atuação nas tropas, uso da língua portuguesa e vestir e se portar como lusitano.

35 Civilidade é um conceito constituído dentro de um universo mental europeu historicamente determinável, não estamos aqui definindo nem trabalhando tais conceitos, tão pouco, concordando com esse discurso. O que está em pauta são os parâmetros que circularam nessa sociedade para implantar um projeto e modificar povos em prol a objetivos que bem ou mal lhe são alienígenas.

escravos, mas colonos. As missões religiosas e a região do rio Negro, Branco e Madeira eram as alternativas para serem as vilas e as fortalezas, os índios aldeados passaram a serem os colonos.

Quando Francisco Xavier de Mendonça Furtado foi nomeado governador e capitão-general do estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759), ficou encarregado da realização das demarcações, da fundação das vilas e da execução das Leis de Liberdade, o problema seria a realidade amazônica. Somente no ano de 1755 foram publicadas as Leis que deram aos nativos a liberdade de administrarem suas vidas e bens, concedendo igualdade entre índios e “brancos”, e retirando dos padres o poder temporal – sem dá-lo a ninguém. O grande problema dessas leis de 06 e 07 de Junho de 1755 era a possibilidade das povoações ficarem vazias, inviabilizando a existência das vilas e a manutenção do território em disputa, afinal, quem habitaria os sertões com a cruz e o pelouro português³⁶?

Politicamente a situação não foi das mais simples, a maior parte do território era habitada por nativos com pouco ou nenhum contato com o universo mental, social e político do rei português, muitos sem batismo, resumidamente, existia um vasto sertão com povos indígenas bravios, gentis ou mesmo selvagens. Para a região do Rio Negro e Branco, de missãoção carmelita, a situação era semelhante à antes do Regimento das Missões e poucos povos queriam acordo com os portugueses e negociavam abertamente com holandeses, espanhóis e franceses – era uma grande fronteira aberta (FARAGE, 1991). Somente as missões jesuíticas estavam plenamente aptas a serem elevadas a categoria de vilas e seus moradores vivenciavam modos e espaços de articulação vantajosos à causa lusitana (DOMINGUES, 2000).

Mafalda da Cunha analisou as fases de criação ouvidorias e comarcas na América portuguesa, percebendo que havia lógicas nas instalações da burocracia, atendendo a necessidades e padrões metropolitanos. A historiadora, apesar de não citar a comarca de São José do Rio Negro em seu artigo, entende que:

(...) sendo intenção da coroa criar uma ouvidoria na região, esta foi suspensa até que estivessem cumpridos aqueles que podem ser considerados os requisitos para a criação de tal circunscrição, incluindo-se a existência de uma vila que lhe servisse de sede. Nesse sentido, o fato de a monarquia optar pela fundação de vilas antes

36 Refiro-me a missão do padroado português de levar a fé católica e ao símbolo maior da administração (governo e justiça): o pelouro, onde era feita a eleição e as punições. Eram, ambos, obrigatórios e pré-requisitos da existência de uma vila.

do provimento do primeiro ouvidor deve ser visto mais como um meio para alcançar o fim pretendido, ou seja, a instituição da comarca. Não se pretende com isso desvalorizar, entre outras coisas, a política de fundação de vilas, incrementada em várias cronologias pela coroa, mas apenas alertar para o fato de, em alguns casos, em especial nessas regiões de “fronteira aberta” a urgência demonstrada na criação do município resultar da tentativa de prossecução de um objetivo mais amplo” (CUNHA, 2016, p. 24).

Quando fez as viagens pelo estado, Mendonça Furtado elevou mais de 60 aldeias a condição de vilas, a maioria era jesuítica, na capitania do Rio Negro concedeu elevação à aldeia de Mariuá à vila de Barcelos, sede da capitania, criou fortalezas e também ajudou a projetar outras povoações. Dentre seus projetos está o “O Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário” ou simplesmente Diretório dos Índios (1757), mecanismo legal produto das reflexões entre o governador e o bispo Dom Miguel de Bulhões (governador interino) e que objetivava viabilizar a implantação e manutenção das vilas e de seus moradores, os índios. Seria esta a solução para evitar o despovoamento, a crise produtiva e a conseqüente perda do território para o inimigo espanhol, estabelecendo a tutela dos índios, ainda que fossem livres, eram administrados.

O Diretório dos Índios foi uma das legislações indigenistas mais trabalhadas na historiografia, todavia, aqui o trabalhamos pelo viés de seu papel político e jurídico na vida das populações indígenas e das atribuições dos funcionários colônias. É necessário entender que esse mecanismo legal modificou uma situação de liberdade, instituindo uma tutela sem definir um término, para os bacharéis seria mais uma lei em execução e que pesaria nas inquirições gerais e nas residências de ofícios. A legislação detalhou os meios de vida e os costumes que os nativos deveriam ter, ao executar os parágrafos, o Diretor de Índios assegurava a transformação deles em vassalos com a implementação dessa política – tão vassalos que poderiam recorrer aos bacharéis do rei.

um bacharel no sertão Amazônico

Três anos depois da publicação do Diretório foi nomeado o primeiro ouvidor geral do Rio Negro, justamente a esse cargo, Lourenço Pereira da Costa recebeu o ofício de intendente geral da

Agricultura, Comércio e Manufatura do Rio Negro (AHU – Rio Negro, 30/06/1760). Cargo previsto no Diretório e inédito na legislação colonial, esta intendência foi exercida pelos ouvidores e era profundamente conectada às prescrições desta legislação pombalina.

Assim como os bacharéis régios nomeados depois dele, o primeiro ouvidor do Rio Negro teve dois postos aglutinados na mesma carta de nomeação e na sua prática de funcionário. A ouvidoria atenderia as atribuições regulares da Justiça, em sua atividade faria as viagens de inquirição procedendo nas Devassas Gerais e atuando nas eleições das câmaras. No momento de visita às povoações, os funcionários executariam as duas funções, exercendo a intendência ao levantar quais parágrafos do Diretório não eram postos em prática e o motivo disso³⁷.

Quando Pereira da Costa desembarcou na região havia alguns anos de tutela e Mendonça Furtado teria implantado povoações e fortalezas também nesta capitania. Definindo eixos de defesa, comércio e comunicação, o governador anterior estabeleceu algumas áreas como de colonização prioritária³⁸. Entretanto, o que o ouvidor encontrou não foi bem isso, faltavam índios nas povoações que esvaziadas não tinham roças, prédios públicos, nem residências, e o comportamento dos diretores e moradores ocasionava fugas e carência de produtos e comércio.

Agora Excelentíssimo Senhor há de Vossa Excelência ter a bondade ouvir-me, do que sinto deste Estado, e as precisões que nele há, ou me parece haver, e falarei com toda a verdade com que costume, e amor que tenho a Nação, e serviço de Sua Majestade, e se não for fútil, tem no desprezo o fácil remédio sem dano, e eu o desengano da minha pouca capacidade (AHU – Rio Negro, 18/01/1761)³⁹.

37 Isto foi observado em minha pesquisa de mestrado sobre os dois primeiros ouvidores da capitania, no entanto, ainda temos um campo de situações para serem analisadas sobre qual era o papel dos funcionários para a região. Tínhamos um espaço diferente, com necessidade e negociações próprias, portanto, a ação deles foi influenciada pelo contexto, tornando a Justiça mais adaptativa que impositiva (VALE, 2015).

38 Quando foi nomeado para a capitania do Rio Negro, o governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão era Manuel Bernardo de Melo e Castro (1759-1763) e depois assumiu Fernando da Costa de Ataíde e Teive (1763-1772).

39 As citações documentais do longo artigo são de natureza manuscrita, portanto, dada a natureza desses as transcrições são próprias da autora e optou por atualizar a ortografia e em desfazer as abreviaturas – onde consta o itálico se trata de interferências, não constando dessa forma no original - sem mais outra modificação no texto. Seguem-se as normas técnicas da transcrição de fontes documentais, inclusive o uso do sinal gráfico [...] para indicar algo da condição do texto.

Neste documento em específico, Pereira da Costa realizou um balanço do que havia encontrado na capitania, um diagnóstico de um espaço em desordem. A desobediência das leis, em especial do Diretório dos Índios, é o grande tema do documento, do mesmo modo, são apresentadas formas de como melhor executá-lo mesmo contra as argumentações de dificuldades alegadas pelos moradores.

Quando estranho a pouca cultura, e fabrico desta capitania, logo recorrem ao comum refúgio de dizer não tem gente, e, com efeito, tem razão, e *quando* os convenço com os meios *que* se podem dar *para* evadir esta dificuldade suscitam outra, dizendo *que* as terras são de fraca produção nesta vila, e *que só para* o centro as há boas, de donde há difícil a condução por falta de gado; porem além de eu ocularmente mostrar não ser infrutífera a terra, e *que* se não produzir frutas de um gênero, pode produzir de outro, também sendo do agrado de *Sua Majestade* se lhe pode prover de remédio (AHU – Rio Negro, 18/01/1761).

A falta de observância dos parágrafos seria a causa principal do estado da capitania, ao não fazer críticas, a legislação em si explica que o problema foi as ações de Diretores e o poder que tinham.

Também me parece ser *muito* preciso *que Sua Majestade* a viva a observância dos Parágrafos. 31. 32. 59. 54 do Diretório; porque nesta parte são os Diretores *muito* absolutos, e o corpo da câmara muito pouco atendido, contra o Espirito da Lei esta há o Diretório, *que para* este Estado foi ditado pelo Espirito Santo, desejo ter forças *para* o poder fazer praticar, faltam-me estas, e sobra-me o ardente desejo.

(...)

Costuma-se nesta capitania, não se darem Índios sem licença do Diretor, e ordem do Governador inda *para* o trabalho feito na vila, o *que* me não parece justo, (...) *que* sendo *para* trabalho [*borrado*] da vila, onde está pronto ao *primeiro* aviso *para* o Real serviço, não deve pedir licença, querendo um e outro, aliás [*borrado*] estão os Índios na maior escravidão e tenho divisado *Segundas intenções* nos Diretores com *detrimento* da Liberdade dos Índios, e povoadores que *devem* ser Livres, no *que* deve haver providencia, sendo do Real agrado (...) (idem)⁴⁰.

40 Adiciono a observação de Santos: “eram os diretores os interlocutores preferenciais do Ouvidor Sampaio, porque em última instância, seriam eles que imprimiriam a dinâmica imediata do poder régio nos Confins Ocidentais, o que implica no entendimento de que as novas Câmaras municipais tiveram a sua atividade quase esvaziada (ou mesmo esvaziada) pela ação tutelar dos diretores, que dirigiam, também, os índios que ocupavam funções nas câmaras” (SANTOS, 2012, p. 152).

Os diretores assumiriam um caráter absoluto, possuindo o encargo de distribuir e autorizar a ida dos índios para os trabalhos com particulares, produzindo riqueza para alguns e a exploração dos nativos. Ao possuírem a tutela dos índios acabavam por administrar o trabalho dos nativos definindo para quem fariam serviços, por meio disso acabavam por decidir situações que não lhes eram próprias. As três citações anteriores tratam de problemas que se encontram, pois a queixa dos moradores decorre, em muitos casos, da preferência dos diretores por outros colonos e pelo desrespeito ao tempo de descanso dos índios aldeados.

Os três primeiros bacharéis perceberam que os diretores extravasavam suas prerrogativas, não possuíam a administração da vida dos índios, sendo estes livres e vassalos. Mas ao serem os emissores das cartas para serviço e quem administrava os salários, os diretores absorviam poder para dizer para quais serviços, com que moradores os índios trabalhavam, quando iam e quem ia ao serviço – e como lembra o ouvidor, agiam como absolutos desrespeitando as ordens régias. (SAMPAIO, 2012 e VALE, 2012, p. 93).

O abandono das povoações era frequente, parecia, aos olhos do bacharel, que tudo faltava, principalmente índios. Em essência as diretrizes do Diretório dos Índios tratavam de meios que manteriam os gentis nas áreas colonizadas, e que os fariam tomar gosto pela acumulação de bens, incrementando o comércio e a produção. A proposta de Mendonça Furtado era que os índios criassem raízes nas povoações, assentando Praças nas Ordenanças, cultivando as roças, produzindo manufaturas e comercializando-as, as vilas cresceriam e isto acabaria por atrair mais nativos. Nesse cenário, as Drogas dos Sertões representaram uma força contrária no projeto acarretando o esvaziamento por longo prazo das povoações com o conseqüente abandono das roças, do cuidado com as casas (e a uma estrutura familiar monogâmica cristã), a distância dos ritos (e vigilância) da Igreja e do governo. Os indígenas estariam fora sempre.

Logo que cheguei a este Estado observei a grande falta que há nele de Índios, sendo causa motivada as faltas, uma de pagamento, da palavra à outra, pois indo nas canoas, e segurando-lhe que em se recolhendo no Porto de donde sairão, hão de ir para as suas Povoações a descansar os fazem pelo contrário ir para outras expedições, de sorte que às vezes andam um ano fora de suas casas e famílias, no que parece de se haver providencia em todo este Estado, e capitania (AHU – Rio Negro, 18/01/1761).

O deslocamento chegava a esvaziar completamente as vilas, segundo o letrado havia desrespeito da lei e um dos grandes responsáveis seriam os diretores de índios, que tomariam para si um poder que não tinham. A tutela permitia ao indígena a escolha do serviço, a obrigação do trabalho não retirava dele a liberdade de seus bens e pessoas, os privilégios dos vereadores e juizes índios deveriam ser assegurados e respeitados. Como bacharel régio, o ouvidor deveria devassar as práticas e as ações tomadas pelos agentes coloniais, na medida em que, os diretores agiam fora da norma (ou não agiam) caberia aos letrados proceder às denúncias e aceitá-las, seja de moradores ou dos índios.

O que apontamos aqui foi o momento inicial de contato com a realidade desta capitania, que depois de três anos de Diretório ainda vivia nas mesmas condições de esvaziamento populacional – lembrando que o Tratado de Madri ainda vigorava e não havia acordo de paz entre Portugal e Espanha sobre o conflito das Coroas. Além disso, havia a continuidade de um quadro quase permanente na Amazônia: a falta de farinha e demais alimentos (APEP – Códice 54, 30/09/1761).

Dentre esses funcionários [agentes régios], merecem destaque as intervenções dos ouvidores em função de sua responsabilidade enquanto intendentem da agricultura e do comércio. Estes, em seu contínuo esforço de aplicação do Diretório recomendam, sugerem, denunciam, desesperam-se. Tudo parece inócuo. Pelo que se depreende das suas falas, as populações viviam à beira da inanição. Talvez algo próximo a isso. O estado de penúria da maioria dos habitantes do Grão-Pará, como se viu, está presente em muitos indicadores de época (SAMPAIO, 2012, p. 186).

Dentre os parágrafos do Diretório existia a obrigatoriedade das vilas terem roças de mandioca e fábricas de farinha, a produção devia ser para o próprio sustento e para o comércio, encerrando a dependência da compra de farinha do Pará – o que custava muito aos cofres do Rio Negro.

(...) tem ocasionado considerável despesa de farinhas, *para* Socorrer o que, se manda buscar farinha agora à Borba, e Silves, e a Serpa, por serem partes de donde se podem conduzir com mais brevidade, (...) suplico a Vossa Excelência lhe ordene *que quando* as canoas desta capitania houverem de fazer viagem, venham por Porto de Moz, e Pauxis, e carreguem as farinhas; pois chegando a esta vila pelo Natal, bem a bom tempo (...) (AHU – Rio Negro, 18/01/1761).

Porém os anos passavam e nem as roças para o consumo das famílias se desenvolviam, quanto mais as para comércio, e a fome atingia as povoações e as fortalezas periodicamente – o que explica as constantes rebeliões das tropas e dos povos, muitos se amocambavam.

A falta de alimentos causava grande instabilidade na região, pois também era um momento em que deveriam ocorrer descimentos e sem as farinhas, isso se tornava impossível. Não havia como pagar parte do soldo dos soldados, as doenças e a revolta se espalhavam pela população que fugia e criava mocambos (SAMPAIO, 2012, p. 209-214). Apesar de se tratar de lugar de habitação, estes locais eram um conjunto populacional fora do controle lusitano, que não seguia as leis e ordens, nem representaria o contingente militar para frear expansões espanholas ou defender os governos em caso de guerra. Perdiam as milícias, a Fazenda Real, a câmara e a produção, as fugas se tornaram uma das estratégias de reclamações dos nativos e moradores. Quando insatisfeitos, evadiam-se das vilas ou mesmo se recolhiam aos matos para não irem aos trabalhos que não concordavam e sem os indígenas, não existiam vilas.

A Intendência que Pereira da Costa foi encarregado o adicionava às funções de observar a estrutura física da vila: os prédios públicos, os locais de trabalho/manufatura, a condição das roças e das casas, a quantidade de pessoas e os fluxos de produção e comércio, mas esta é uma avaliação mais historiográfica⁴¹. No início de seu documento, vemos a incerteza sobre o que o intendente faria, mas a ciência das atribuições dos diretores.

(...) para o que necessito q Sua Majestade me faça [borrado] lissima graça de declarar a quê se dirige a minha intendência; porque suposto não ignoro, dever ex [borrado] lha fazer crescer o negocio expedi-lo para o sertão por meio das câmaras, e Diretores favorecer os negociantes, cuidar nas obras, especialmente fabricas, aumentar roças, fomentar plantações, cuidar nas colônias, persuadir descimentos, favorecer os moradores, e syndicar Diretores (AHU – Rio Negro, 18/01/1761).

Havia uma incerteza nas suas funções de intendente, mas isto não o impediu de proceder em uma avaliação das causas da miséria e da alegada falta de condições de produção e comércio na capitania. Ao mesmo tempo

41 Segundo Ângela Domingues: "(...) a actividade dos directores era devassada pelos corregedores, ouvidores e intendentes-gerais. Estes tanto podiam inquirir individuos ou casos especificos como desempanhar a sua função sobre todos os directores das povoações luso-brasileiras. Por aditamento ao Directoria, feito em 1760, ficou determinado que os delitos crime perpetrados pelos directores ficariam sob a alçada do corregedor da comarca, enquanto os casos económicos e fiscais pertenceriam a jurisdição do intendente-geral do Estado" (DOMINGUES, 2000, p. 157).

em que percebeu a falta de nativos para o serviço e na habitação das povoações, notou que existiam problemas na distribuição e abuso no uso de seus serviços, o que remete à não observância da condição de liberdade tutelada tornando a administração dos índios em poder temporal sobre os mesmos, mas agora nas mãos dos diretores dos índios.

Ambos seriam funcionários coloniais, diretores e intendente/ouvidores, mas ao ser um cargo ocupado por um morador leigo, a Diretoria dos Índios trazia ao governo os vícios e problemas das localidades. Assim, as associações e as alianças influenciavam nas distribuições dos índios e controlavam o cotidiano da povoação, processo que resultaria na afirmação e domínio financeiro e político de determinados grupos. Frente a isto, foi instalada a comarca do Rio Negro, área de controle da Justiça do Rei e jurisdição dos bacharéis, que a princípio deveria ser alheia aos jogos e as relações das povoações.

Lourenço Pereira da Costa parece muito mais próximo aos motivos e projetos metropolitanos. Nos anos iniciais se propôs a executar o Diretório continuando o empreendimento de constituir centros populacionais, o que percebemos é que sua atuação se deslocou, além de uma execução de punições e do enquadramento de costumes às novas diretrizes pombalinas de governo. Fazer justiça na Amazônia exigiu do letrado um comportamento flexível frente às ações e necessidades dos moradores e dos indígenas, sendo um exercício negociação e instrução dos povos.

Nesse sentido, o cargo de intendente da Agricultura, Comércio e Manufatura tornou-se uma fiscalização estrutural, de onde saíam orientações sobre os melhores negócios para povoações, qual o plantio adequado e as obras que os diretores deveriam promover a construção pelos nativos. O documento de 18 de janeiro de 1761 apresentava estrutura que dava a forma de relato analítico, o letrado narrava ao Secretário de Estado Marinha e Ultramar a situação das povoações – citando nominalmente alguns e, em especial, se refere a alguns diretores de índios – a questão não seria justificar as suas demoras ou não execuções, mas declarar que o estado da capitania não se alterara, o Diretório dos Índios não era executado pelos diretores ou pelos moradores.

O cenário do Império português, tanto político como organizativo, demonstrou uma série de articulações que tornariam mais eficientes à máquina burocrática e de fiscalização da Coroa nas colônias. A Amazônia ganhou nova configuração política e a criação da capitania e comarca demarcou mudanças de movimento habitacional, militar e de governo. As preocupações na segunda metade do XVIII se internalizaram na América

e o processo político operado no Rio Negro era um dos seus pontos, dessa forma, as temáticas se dirigiam aos aspectos que perpassavam as Demarcações e o Diretório. É notável que houvesse outros projetos para a região, sejam individuais ou coletivos, e que o choque de interpretações transformou cada povoação em um conjunto de argumentos, instruções e ordens régias.

Ao encarregar um bacharel régio para a intendência estavam postas intenções de regulação com as demais políticas e propostas de reforma. A presença dos poderes do centro nas mais distantes vilas e o funcionalismo régio envolvido nas questões coloniais, como o desequilíbrio das práticas, costumes e leis, desde a devassa de uma aquartelada até a falta de conservação das casas, abriram possibilidades de matérias para o governo. Seria necessário um funcionário do rei formado em leis ou cânones na Universidade de Coimbra para garantir a aplicação e execução das ordens e regulamentos da majestade nas mais distantes e pobres fronteiras do Império.

REFERÊNCIAS

fontes

Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos, Capitania do Rio Negro, Caixa 01, Documento 26, Decreto do rei de 30 de junho de 1760.

Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos, Capitania do Rio Negro, Caixa 01, Documento 30, Correspondência de Lourenço Pereira da Costa, ouvidor e intendente da capitania do Rio Negro, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, secretário de Marinha e Ultramar, 18 de janeiro de 1761.

Arquivo Público do Estado do Pará, Códice 54, Correspondência de Lourenço Pereira da Costa para o governador e capitão-general do estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, em 30 de setembro de 1761.

bibliografia

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Entre a teoria e a prática: dinâmicas político-administrativas em Portugal e na América portuguesa (séculos XVIII e XVIII). *Revista de História*, nº 167, pp. 75-98, jul.-dez. 2012.

CAMARINHAS, Nuno. O aparelho judicial ultramarino português. O caso do Brasil (1620-1800). *Almanack Brasiliense*, n.º 09, pp. 84-102, maio 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Economia e Sociedade em Áreas Periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1984.

CARVALHO JR., Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CUNHA, Mafalda Soares da e NUNES, António Castro. Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII. *Tempo*, vol. 22, nº 39, pp. 01-30, jan-abr. 2016.

DOMINGUÊS, Ângela. *Quando os índios eram vassallos*. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

FARAGE, Nádya. *As Muralhas do Sertão – os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MELLO, Isabele de Matos Pereira de. *Magistrados a Serviço do Rei: a administração da justiça e os ouvidores gerais da comarca do Rio de Janeiro (1710-1790)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. *Perspectivas sobre a “nobreza da terra” na Amazônia Colonial*. *Revista de História*, nº 168, pp. 22-68, jan.-jun. 2013.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 5ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1989.

ROCHA, Rafael Ale. *A elite militar no Estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (1640-1684)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social na Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Edua, 2012.

SANTOS, Francisco Jorge dos. *Nos confins ocidentais da Amazônia portuguesa: mando metropolitano e prática do poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVIII*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do Ouro. A Pobreza Mineira no Século XVIII*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983.

SUBTIL, José. *Os Poderes do Centro*. In.: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)*. 4º Volume. Lisboa: Estampa, 1998. p. 141-230.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. *Direito e Justiça no Brasil Colonial*. O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

VALE, Stephanie Lopes do. “Adequar e não inovar”. Implementação da Justiça na Capitania de São José do Rio Negro. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. A Representação da Sociedade e do Poder. In.: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)*. 4º Volume. Lisboa: Estampa, 1998. p. 113-140.

4

a força do direito contra o direito da força

atritos entre o executivo e o
judiciário no Amazonas pós-golpe
de 1964

Vinicius Alves do Amaral

Não são poucos aqueles que comparam os juízes a sacerdotes modernos, tão devotos da Lei que precisam se isolar das “tentações mundanas”, incluindo-se aqui as posições políticas, para melhor atendê-la. Contudo, essa imagem parece pouco condizente com a realidade.

Embora recentemente seja mais visível o apelo político da atuação de magistrados, principalmente pela forma como a mídia tem explorado esse aspecto, ele sempre esteve presente na dinâmica do Poder Judiciário, ainda que de forma mais sutil. Afinal, como ensina Pierre Bourdieu (1989, p. 211), o Direito é um campo movido tanto por uma lógica interna quanto por relações de força entre agentes jurídicos, que se inspiram nas relações sociais.

Há mais de trinta anos, José Honório Rodrigues (1978, p. 160) já provocava os pesquisadores: “Quais as influências político-sociais dos juízes na vida nacional e quais as reações do povo às decisões judiciárias?”. A difusão da nova História Política e do Neoconstitucionalismo⁴² no Brasil, responsável por questionar a pretensa objetividade dos magistrados e até estimular o que muitos têm chamado de “ativismo judicial”, apenas reforçaram a pertinência de tal questão.

O que ofereço no presente texto é uma pequena contribuição a essa discussão por meio da análise de reiterados atritos entre o Governador do Amazonas, Arthur César Ferreira Reis, e os magistrados do Estado entre 1964 e 1965. Procuro apurar em que medida tais crises marcaram a trajetória da nova ordem que se instalou no país após a deposição do presidente João Goulart.

42 Neoconstitucionalismo ou novo constitucionalismo é como tem sido chamado uma corrente interpretativa do Direito que procura se desvencilhar do formalismo jurídico, o apego à técnica, que predominava na até então dominante corrente positivista do Direito, defendida por Hans Kelsen. Promulgada em 1949, a Lei Fundamental de Bonn, a Constituição Alemã, é considerada como marco inicial dessa tendência (BARROSO, 2005, p. 3).

Para tanto a noção de Cultura Política será de grande valia para nosso estudo, uma vez que ela “refere-se a um conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores” (CARNEIRO, KUSCHNIR, 1999, p. 227). Em outras palavras, ela permite visualizar melhor a articulação entre os valores e as atitudes dos sujeitos históricos no jogo político.

Antes de adentrar no assunto em si faz-se necessário um pequeno esclarecimento. A princípio soa como no mínimo desaconselhável articular o conceito de campo jurídico com o conceito de Cultura Política pelas evidentes distinções entre ambos. Para Bourdieu toda ação social está associada à uma instrumentalização dos valores. Assim, não existe ato desinteressado, nem julgamento moral que não almeje encobrir interesses sociais. Nesse ponto, o sociólogo Jessé Souza assinala que:

O que Bourdieu nega ao relativizar todo juízo moral e mostrar seu caráter meramente instrumental é o fato de que os indivíduos, as classes e as sociedades ‘aprendem moralmente’ ainda que a custo de sofrimentos inauditos, guerras e muito sangue derramado. Existe, mesmo inarticuladamente, uma noção de ‘boa vida’ e ‘virtude’ subjacente a todas as nossas ações, embora não sejamos conscientes dela quase nunca (SOUZA, 2015, p. 161).

Quanto à Cultura Política uma das críticas mais contundentes tem sido ao seu uso, geralmente classificando “comportamentos usuais, dando-lhes nome, menos do que conceptualizando-os” (FICO, 2017, p. 19). Muitos consideram o conceito essencialmente vago, mesmo após a adaptação feita por Serge Berstein para os historiadores, mas os adeptos de sua utilidade têm procurado sanar essa fraqueza teórica por meio de definições mais precisas. Nesse sentido, Rodrigo Patto Sá Motta tem insistido que Cultura Política pode ser entendida como:

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2009, p. 21).

O historiador ainda atenta para alguns pontos fundamentais para delimitar os usos do conceito. Para ele, é “inadequado usar cultura política tendo como referenciais situações efêmeras”, uma vez que seu foco são comportamentos arraigados na cultura de um grupo. Também

não seria recomendável esquecer os chamados “vetores sociais”, as bases concretas desses valores (MOTTA, 2009, p. 22-23).

Nesse ponto, uma intersecção entre campo jurídico e Cultura Política parece possível, contanto que não sejam apagadas as diferenças e insuficiências de cada um. Se proponho essa pequena e frágil combinação é por causa de seu grande potencial explicativo para o caso em questão, permeado por essa delicada relação entre Direito e Política em que valores e posições sociais se entrelaçam.

a força do direito: uma brecha na moldura?

Nos minutos finais do dia primeiro de abril de 1964, consumada a deposição de João Goulart pela marcha das tropas sob o comando do general Olympio Mourão Filho, toda uma articulação fora feita para empossar o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, como Presidente da República. Nas palavras de Luís Viana Filho (1975, p. 46), participante da articulação e mais tarde ministro e biógrafo do marechal Castelo Branco, com a chegada do Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ribeiro da Costa, “compunha-se definitivamente a moldura”.

Ribeiro da Costa tomara a decisão de apoiar a transferência de poder sem consultar os demais membros da Corte, ou seja, falava em nome da instituição sem anuência de todos seus integrantes. Tempos depois justificou sua atitude: “Estou certo de que a alternativa política exigia a realização imediata daquele ato que veio a propiciar a estabilidade constitucional, a legítima e incontestável (...)” (COSTA *apud* KAUFMANN, 2012, p. 67).

O primeiro Ato Institucional, expedido pelo Executivo no dia 9 de abril de 1964, previa a cassação de inúmeros políticos ligados tanto a Goulart, acusado de “crime político”, quanto aos comunistas. No saldo de autoridades afastadas também se incluíram 49 juizes (LEMOS, 2004, p. 424).

Apesar de atacar muitas garantias constitucionais, a validade do AI-1 foi reconhecida por muitos juristas, como Miguel Reale. Na condição de mais alta instância jurídica do país desde 1891 e, portanto, de órgão responsável pelo controle de constitucionalidade, o STF também não deslegitimou a medida... a princípio.

Comissões de investigações foram instaladas pelo Brasil, reportando-se a Comissão Geral de Investigações (CGI). Elas estavam sob o comando de militares de baixa patente que realizavam Inquéritos Policial-Militares (IPMs) sobre personalidades públicas e organizações

que no seu entendimento estariam corrompidas pela corrupção ou pela subversão. Os IPMs deveriam ser submetidos à apreciação jurídica dos tribunais estaduais e, em último caso, do STF.

Analisando os processos de *habeas corpus* julgados pelo STF entre 1964 e 1968, Fabrícia Cristina de Sá Santos identifica uma mudança de comportamento através das decisões dos ministros: a partir de agosto de 1964 a Corte passa a ser “menos condescendente com as ações arbitrárias do novo regime” (SANTOS, 2004, p. 328) concedendo mais *habeas corpus*. Com a palavra, Hermes Lima, ministro do STF na época:

Mas, no ardor revolucionário de servir, de defender, de punir, de depurar, era frequente que esses inquéritos chegassem ao tribunal com os prazos estourados e na qualificação legal do ato apontado como delituoso, alheios ao enquadramento específico da norma. A inexperiência das comissões de inquérito partia, muitas vezes, de premissa subjetiva sobre o ato ou o fato objeto da investigação para o texto da lei, e não deste para a matéria em processo de julgamento. Resultava que a especificidade do ato ou do fato, além de não corresponder ao enquadramento legal sugerido, situava-o fora do alcance de sanções penais (LIMA, 1974, p. 290).

Assim, tensões foram se estabelecendo entre setores mais radicais do governo e o Poder Judiciário por conta da aplicação do AI-1. Em novembro de 1964 o conflito se agudiza com as decisões favoráveis do STF aos principais governadores processados: Plínio Ramos Coelho do Amazonas, Mauro Borges de Goiás e Miguel Arraes de Pernambuco. A prisão destes políticos não respeitou o foro especial, o que motivou a concessão de *habeas corpus* pela Corte. Osvaldo Trigueiro do Vale (1975, p. 92) defende que o julgamento de Mauro Borges foi um dos momentos altos do Poder Judiciário no Brasil, pois o STF não se rendeu à forte pressão dos cruzados da nova ordem que articularam uma intervenção federal em Goiás.

Mas em 27 de outubro de 1965, após diversos protestos das hostes extremistas que ficaram conhecidas como “linha dura”, Castelo Branco edita o Ato Institucional n. 2 que em seu Artigo 98 previa o aumento do número de ministros do STF de 11 para 16, numa clara tentativa de minar a força da instituição. Anunciada desde a primeira metade do ano, a medida é combatida desde o início por Ribeiro da Costa que sete dias antes concede uma entrevista à *Folha de São Paulo* a atacando:

Se ao Supremo Tribunal Federal cabe o controle da legalidade e constitucionalidade dos atos dos outros poderes, por isso mesmo ele é investido de excepcional autonomia e independência, tornando-se intolerável a alteração do número de seus juizes por iniciativa do Executivo e chancela do Legislativo. (...) A que se reduzirá, então, a independência do Poder Judiciário se até o seu mais alto Tribunal poderá ficar a mercê da oscilação de opiniões e vontades estranhas a aquele Poder? (COSTA apud KAUFMANN, 2012, p. 99-100).

Portanto, nesse ínterim entre o primeiro e o segundo Ato Institucional existe uma caminhada conturbada que oscila da colaboração do Judiciário, representado aqui na figura do STF, com algum temor à resistência contra o processo de fortalecimento do Executivo em detrimento dos demais poderes. Mas esse breve panorama carrega em si alguns pontos que merecem ser analisados com maior cuidado.

Em primeiro lugar, o comportamento ambíguo dos magistrados só demonstra quão insuficiente são as correntes explicativas que procuram ou associar o direito apenas a encenação da luta de classes ou atribuir a ele uma autonomia exagerada do resto da sociedade. Por isso, a concepção de direito de Pierre Bourdieu é tão útil à nossa pesquisa, pois ela procura acolher essa complexidade ao não retratar o campo jurídico como uno:

Lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, (...) na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade de interpretar (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um corpus de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social (BOURDIEU, 1989, p. 212).

Evidentemente, as bases sociais dos atores jurídicos não desaparecem quando eles entram nessa arena. De acordo com Bourdieu, esse vínculo soma-se a outro associado à interpretação correta das leis. A posição nesse campo é definida de acordo com o grau de manipulação destes textos, ou seja, desse saber técnico que na realidade seria a hermenêutica. É a legitimidade, o reconhecimento, o respaldo que está em jogo.

Por isso, a presença do Presidente do STF é mais que requisitada pelos vitoriosos de 1964, pois mesmo com o balanço de forças decidido ainda é preciso da legitimidade para “compor definitivamente a

moldura”. A institucionalização do golpe não se baseia somente na criação de um extenso aparato repressivo. Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p. 31) assinala que “no Brasil houve repressão e expurgos, bem o sabemos, mas os regimes autoritários temperaram perseguição com cooptação, violência extralegal com o uso de mecanismos legais”.

Nesse sentido, o pesquisador Renato Lemos, apoiado nas reflexões de Hannah Arendt, esclarece que o destaque especial do Direito no campo político é um fenômeno recente, reflexo do trauma produzido pelos totalitarismos das décadas de 1930 e 1940:

No mundo do pós-guerra, o ‘mercado mundial de ideias’ estabeleceu a legitimidade democrático-representativa como pré-requisito para a aceitação da dominação política, o que impôs aos regimes não democráticos surgidos a partir de então um quadro de ‘esquizofrenia ideológica’: praticar o autoritarismo no presente prometendo a democracia no futuro (LE MOS, 2004, p. 414).

Para situar melhor a legalidade como valor que extrapola o campo jurídico, sendo importante fator de legitimidade de governos mesmo autoritários, faz-se necessário definir melhor o conceito de Cultura Política. Cunhado por cientistas políticos norte-americanos (Gabriel Almond e Sidney Verba) preocupados em realizar uma tipologia dos comportamentos políticos de países ocidentais na década de 1960, o conceito sofreu uma profunda reformulação, essa mais atinente com os interesses dos historiadores, em meados do século XX quando autores como Serge Berstein se comprometeram com uma nova “História Política” (DUTRA, 2002, p. 25).

Berstein (1998, p. 350) salienta que duas características são essenciais da Cultura Política: o papel preponderante das representações e seu caráter plural num mesmo contexto. Enquanto Almond e Verba defendiam uma tipologia de comportamentos políticos influenciados por valores culturais homogêneos para cada país, Berstein buscou superar o etnocentrismo inicial deste conceito apontando para a pluralidade de culturas políticas concorrendo para dominar um mesmo espaço nacional.

Quanto ao tópico do pluralismo, Rodrigo Patto Motta (2009, p. 20) aponta que o historiador francês talvez tenha confundido famílias políticas, no sentido de correntes políticas que podem redundar ou não em partidos, com cultura política, que significa uma representação mais global da sociedade. O presente estudo se filia ao entendimento de Motta, representando assim os diversos personagens aqui citados como pertencentes à famílias políticas distintas.

Para Berstein (1998, p. 350-351) os principais ingredientes da Cultura Política são uma “base filosófica ou doutrinal” sob a forma de uma “vulgata”, uma “leitura normativa do passado histórico” com “conotação positiva ou negativa”, uma concepção de sociedade ideal, uma visão institucional tratando da organização da sociedade e do Estado e uma linguagem que seja significativa para seus portadores.

A fecundidade do conceito para os historiadores residiria, ainda segundo Berstein, na capacidade de articular uma dimensão individual com uma dimensão coletiva uma vez que se trata de um fenômeno cultural. Assim:

A hipótese das investigações sobre a cultura política é que esta, uma vez adquirida pelo homem adulto, constituiria o núcleo duro que informa sobre as suas escolhas em função da visão do mundo que traduz (BERSTEIN, 1998, p. 359).

A Cultura Política não seria monolítica, uma vez que pode se moldar às novas circunstâncias, desde que essas sejam profundas. E a aquisição da Cultura Política se daria através de canais de sociabilização política, chamados por Berstein de vetores sociais. Família, igreja, escola, universidade, partidos, mídia, trabalho, todas estas instâncias seriam vetores sociais, influenciando uma visão de mundo do indivíduo que as frequenta, sendo por essa própria natureza plural nunca uma mensagem unívoca, totalmente coerente e homogênea (BERSTEIN, 1998, p. 357).

No presente caso, a formação acadêmica e o ofício diário podem ter contribuído para a transmissão de uma Cultura Política ligeiramente liberal, uma vez que se ampara nas vantagens da democracia representativa do pós-guerra, entre os magistrados analisados a seguir. Evidente que auscultar decisivamente a posição política dos juízes é um tanto mais difícil devido as tradicionais estratégias do campo jurídico, aferradas ao pressuposto da autonomia completa, e ao próprio capital simbólico (a manutenção da ordem democrática de direito) se confundir com uma causa política.

Como todo espaço restrito, a distância entre os profissionais e os leigos é reforçada a cada minuto. Assim, a preocupação com a técnica jurídica pode ser utilizada tanto como meio de delimitar mais ainda esse campo, demonstrando aos leigos o “seu lugar”, ou como “brecha liberalizadora”, na expressão de Renato Lemos, impedindo que alguns abusos sejam cometidos por conta de formalismos.

Por fim, um último ponto antes de adentrar na pesquisa propriamente dita: nunca é demais lembrar que se para nós está

muito claro que as tensões entre os Poderes resultariam num governo de exceção é porque já sabemos de antemão o que aconteceu. Para não incorremos em anacronismos é necessário atentar para o caráter reativo do golpe de 1964, como nos fala Adriano Codato (2004, p. 17). As forças que se uniram para depor Goulart não tinham um projeto coeso além do golpe. O futuro do Brasil era tão nebuloso para aqueles que viveram a época quanto para nós agora.

tropas ao redor do Tribunal: o primeiro grande atrito

Desde 1947 o órgão maior do Poder Judiciário no Estado do Amazonas era o Tribunal de Justiça. Como informa Mário Sílvio Cordeiro Verçosa (1983, p. 57), o número de membros só foi ser fixado em dez por lei posterior.

Em meados de agosto, quando se desenrola o imbróglgio que será tratado a seguir, o Tribunal era composto dos seguintes nomes: Azarias Menescal Vasconcelos, Benjamin Brandão, Orlando Soares Monteiro, Roosevelt de Pereira de Melo, Artur Gabriel Gonçalves, Joaquim Paulino Gomes, João Meirelles e João Pereira Machado Júnior. Leôncio Salignac e Souza e Oyama Cesar Ituassu eram respectivamente presidente e vice-presidente da instituição, enquanto Mário Verçosa ocupava a Corregedoria Geral. José Augusto Teles de Borborema, por sua vez, a Procuradoria Geral do Estado (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, 1964, p. 7).

Com a exceção de Joaquim Gomes (o qual não pude apurar até o momento sua formação), todos obtiveram o título de bacharel pela Faculdade de Direito do Amazonas, remanescente da Universidade Livre de Manaós. Apesar de fundada em 1909, a Faculdade sofreu com a crise da borracha, passando por um processo de estadualização na década de 1920 e de federalização na década seguinte (REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DO AMAZONAS, 1955).

Durante esse período turbulento a Faculdade oscilou na qualidade do ensino ofertado. Mesmo Mário Ypiranga Monteiro (2012, p. 49), ex-aluno e um dos seus grandes entusiastas, reconhecia bem depois a necessidade de reformas profundas na instituição: “É que havia muita facilidade: o matriculado podia exercer as funções de promotor público em comarcas distantes e no fim do ano prestava exames”.

Quanto à obtenção do título de bacharel, temos a seguinte cronologia: Azarias Vasconcelos e Orlando Monteiro (1933), Leôncio Salignac e Souza (1934), João Machado (1937), Oyama Ituassu (1939), Benjamin Brandão, João Meirelles e Roosevelt Melo (1941), Artur Gonçalves

(1942), João Borborema (1943), Mário Verçosa (1946) e Paulo Jacob (1949) (REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DO AMAZONAS, 1955, p. 51-60).

Apesar do grupo se dividir entre os formandos da década de 1930 e aqueles mais novos da década seguinte, todos tiveram uma trajetória bem similar: após servirem como juiz de Direito ou promotor de comarcas do interior, como Codajás, Itapiranga, dentre outras, requisitavam a transferência para a capital e em alguns anos, por merecimento, eram promovidos a desembargadores. Em agosto de 1964, João Pereira Machado era o mais antigo no posto, empossado em 1947 (VERÇOSA, 1983, p. 136-137).

Em junho de 1964, o governador Plínio Ramos Coelho, pertencente ao mesmo partido de João Goulart e exercendo seu segundo mandato, foi cassado por ato adicional do novo presidente, marechal Humberto Castelo Branco. Seu substituto, indicado pelo próprio Castelo Branco, foi o historiador Arthur César Ferreira Reis que só foi empossado no final do mês.

Uma das primeiras iniciativas do novo governador foi apurar os crimes das administrações anteriores. Composta pelo advogado e professor da Faculdade de Direito do Amazonas, David Alves Melo, os advogados Peri Pinto Nery e Garcitylzo do Lago Silva e presidida pelo major José Félix da Silva, a Comissão Estadual de Investigações (CEI) foi instalada a 15 de julho de 1964 (REIS, 1965, p. 101-104).

Tramitavam na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM) dois projetos que desagradavam ao novo Governador, que prometera realizar um mandato de austeridade: um aumento para os deputados e outro para os magistrados. Quando no dia 10 de agosto de 1964 a possibilidade de vetar o segundo projeto foi combatida pelos parlamentares, Reis enviou tropas para cercar o prédio onde provisoriamente se instalava a ALEAM e a sede do Tribunal de Justiça (A CRÍTICA, 1964, p. 1).

No dia seguinte, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas convocou uma Sessão Extraordinária para as três horas da manhã por conta do *habeas corpus* impetrado pelo advogado Percyr Montenegro em favor de Plínio Ramos Coelho, governador cassado em junho, mas que naquele mesmo dia havia sido preso.

Os desembargadores reuniram-se novamente às duas horas da tarde do mesmo dia. Montenegro “sustentou que, contra o paciente não há prisão preventiva, nem ordem escrita da autoridade competente” (...) (ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA apud VERÇOSA, 1983, p. 190). Borborema, na condição de Procurador Geral, alegou que o assunto não era de competência do Tribunal. Contra sua avaliação insurge Oyama Ituassu que:

Evocou o parágrafo 3^a do art. 7 do Ato Institucional, embora tenha um caráter esdrúxulo (sic), correndo paralelo à Magna Carta, (...) não deixou o seu autor emérito jurista, de submetê-lo aos princípios gerais dos direitos individuais. A liberdade humana ali não ficou desprezada. Examinando-o nos preceitos correspondentes nos dois aspectos, o da sanção política e os das sanções penais, neste, ter-se-ia de atender ao imperativo de serem as conclusões da Comissão encaminhadas à autoridade judiciária para os devidos fins (ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA apud VERÇOSA, 1983, p. 190).

Ituassu concluía que o “Governador não é autoridade competente para ordenar a prisão de quem quer que seja” (ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA apud VERÇOSA, 1983, p. 190), votando pela concessão do “heroico remédio”. Resultado: cinco votos contra dois.

O julgamento foi noticiado em todos os veículos locais de imprensa e não demorou a chegar ao conhecimento do historiador-governador, como informa a notícia a seguir:

Por volta das 18:15 horas o Governador Arthur Reis, que no seu Gabinete conversava com auxiliares diretos, recebeu um telefonema de sua esposa, dona Graziella da Silva Reis, informando que o ex-governador Plínio Ramos Coelho fora posto em liberdade e que simpatizantes de sua causa festejavam o acontecimento com grande alarido (O JORNAL, 1964, p. 1).

Ao saber do fato, Reis assinou sua carta de renúncia e a entregou ao presidente da ALEAM, Rui Araújo, no mesmo dia. Aconselhado pelos militares, Reis desiste da renúncia, mas sua única condição persiste: a prisão de Plínio Coelho. O ex-governador, tão logo em liberdade pelo Tribunal de Justiça do Amazonas, refugiou-se no interior amazônico, mas seu advogado impetrou novo pedido de *habeas corpus*, dessa vez ao STF.

No final do mês de agosto, o nome de Benjamin Brandão aparece numa lista de processados pela CEI. O magistrado é acusado de “exação no cumprimento do dever” (REIS, 1965, p. 26). O crime basicamente consistia em ter cobrado vantagens indevidas pelo exercício de sua profissão. Brandão, em carta ao sogro (também juiz), esclarece que iniciou um processo em março de 1964 para apurar o sumiço de fichas eleitorais, mas que não o presidiu até o final. Os envolvidos foram absolvidos e criou-se a suspeita de que ele estivesse mancomunado com os réus.

Para que você saiba o quanto me interessei no ressalto da verdade, basta que lhe diga que retive o operário Alfredo Lobato Cardoso, principal testemunha, por mais de 72 horas no prédio do Tribunal, dando-lhe dinheiro do meu bolso, para sua alimentação, pois eu temia, como todos nós, no Tribunal, que ele fosse sequestrado pela polícia (BRANDÃO *apud* BRANDÃO, 2008, p. 11).

Brandão expôs seu caso ao responsável pela investigação, major João Maria Botelho, mas naquela altura nem o presidente da CEI, nem o Comandante Militar da Amazônia queriam reparar o erro. Restava o Governador, amigo de Brandão desde os tempos do Colégio Dom Bosco (ITUASSU, 1998, p. 131). Apesar de enviar uma carta e documentos provando sua inocência o magistrado não obteve resposta de Reis. Um amigo comum a ambos contaria tempos depois o motivo de tal indiferença:

RUI [Araújo] – Trago-lhe aqui, Artur, uma carta do nosso amigo Brandão.

ARTUR – Nosso amigo, não. Seu amigo. Já foi meu amigo, mas no momento em que eu mais precisei dele, ele me faltou.

Referia-se ao voto do 'habeas-corpus' do Plínio Côelho. Que notável consciência jurídica tem o nosso Governador, sogro (BRANDÃO *apud* BRANDÃO, 2008, p. 16).

Por conta desse mal entendido, Benjamin Brandão foi um dos poucos juízes incluídos no rol de personalidades públicas afastadas pelo AI-1. Até onde pude apurar não houve protestos nem manifestações de apoio ao juiz na imprensa.

O mais interessante é que os mais “notórios” defensores do *habeas corpus* de Plínio Coelho, Oyama Ituassu e Benjamin Brandão, eram ligados a grupos políticos contrários ao ex-governador. Brandão era amigo de Rui Araújo e Álvaro Maia, tradicionais concorrentes de Coelho nas eleições (ITUASSU, 1998, p. 131). Ituassu (2007, p. 111) considerava como “escravidão ideológica” o vínculo entre o discípulo de Coelho, Gilberto Mestrinho, e os membros da “massa”.

Outro ponto que merece ser ressaltado é que a reação dos magistrados, tanto ao cerco do Tribunal quanto ao afastamento de um de seus colegas, é o silêncio. A expectativa quanto aos rumos da nova ordem é grande e a ação de Reis é vista como episódica, ou seja, como um perigoso capricho ou fruto de inabilidade política.

o xeque-mate do Tribunal: o segundo grande atrito

Novo conflito se instala em fins de 1964 quando o juiz de Direito da 7ª Vara da Capital, Osvaldo Salignac e Souza, foi aposentado pelo Governador após conceder *habeas corpus* ao empresário Jayme Araújo, diretor do Departamento de Estradas e Rodagem no Governo de Plínio Coelho.

A composição do Tribunal de Justiça havia mudado com a saída de Brandão, Ituassu e Vasconcelos: Domingos Alves Queiroz, Paulo Mendes da Silva e José Teles Borborema foram indicados como desembargadores e José Matos Filho como Procurador Geral.

Em 30 de dezembro, o então Presidente do Tribunal, João Pereira Machado, convoca seus pares e decide com eles baixar a Portaria de n. 366/64 que previa a suspensão das atividades de toda magistratura do Estado como resposta a Reis. O único a discordar foi Domingos Queiroz por entender que a paralisação poderia ser prejudicial à população (ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA *apud* VERÇOSA, 1983, p. 194).

No dia seguinte, os magistrados pedem a intervenção federal ao STF para restabelecer a harmonia entre os poderes. Em carta escrita ao Governador, José Teles Borborema dá a entender que recebeu um telefonema furioso de Reis sobre o assunto:

Disse V. Excia. que agi com indignidade, naturalmente me lembrando que se sou desembargador é porque me nomeou. (...) Indignidade cometeria se, levado pelo receio ou pelo reconhecimento, eu tivesse deliberado contra a Constituição, as Leis e a Justiça, já que foram a estas que jurei defender e respeitar, como doutor em direito e magistrado (BORBOREMA, 1964).

João Pereira Machado em protesto saiu da Presidência do Tribunal, transmitindo-a para Mário Verçosa, que em janeiro de 1965, após conversações com Arthur Reis, retira o pedido de intervenção federal e, como acordado, o Governador anula a aposentadoria compulsória de Osvaldo Salignac e Souza. O juiz, para evitar maiores conflitos, aposenta-se voluntariamente.

O que chama a atenção nesse segundo atrito é a mudança de comportamento dos magistrados: de vítimas das circunstâncias a agentes capazes de desafiar o Governador, do silêncio constrangido de agosto ao protesto público em dezembro. A ação dos magistrados se ocupa de uma dimensão tanto regional (com a inédita greve do Judiciário no Estado do Amazonas) quanto nacional (com o pedido de intervenção federal).

Se esse segundo atrito se desenrola de maneira menos alarmante que o primeiro, sem muita participação popular, não poderia ser menos traumatizante para o Governo, cuja intervenção federal em Goiás foi encarada por muitos como prova de desgaste político. A possibilidade de uma nova intervenção federal, requerida pelo Tribunal de Justiça, representava uma rachadura na moldura da legitimidade que os vitoriosos de 1964 estavam procurando construir. A leitura do contexto político dos magistrados parece ultrapassar a figura do Governador.

A ação dos magistrados mudou, mas o cerne do conflito continua o mesmo: os *habeas corpus*. Criado na Inglaterra medieval no contexto da escrita da primeira Carta Magna, o *habeas corpus* está intimamente ligado ao constitucionalismo. De acordo com Adauto Suannes, ele representa um avanço em muitos sentidos:

A instituição do *habeas corpus*, portanto, significa um avanço ético: a) o poder das autoridades pode ser limitado; b) a pessoa humana, qualquer que seja sua condição pessoal e social, merece um mínimo de respeito, de tal maneira que sua prisão deve ser sempre justificada (SUANNES, 1985, p. 28).

O primeiro Ato Institucional previa a cassação de políticos indesejáveis, mas não confrontava frontalmente todo o arcabouço constitucional, como fica claro na interpretação de Ituassu no julgamento de Plínio Coelho. Se por um lado, os ataques às decisões judiciais poderiam ativar a solidariedade dos magistrados ou mesmo um corporativismo, as soluções favoráveis a eles nesse primeiro momento também incentivava a mobilização de um grupo multifacetado que desejava grandes reformas no sistema legal.

O direito da força: a moldura adquire contornos mais precisos

Já em abril de 1964 surge na imprensa o termo “linha dura” para designar um grupo vago de elementos favoráveis a um aprofundamento da “Revolução” principalmente nas punições. No decorrer do ano a nomenclatura se tornara sinônimo daqueles militares obstinados em realizar o maior número de devassas e prisões possíveis. Suas armas são os IPMs e as manifestações na imprensa.

Em exaustiva pesquisa sobre a “linha dura”, responsável por desmentir muitos mitos sobre o tema, Maud Chirio faz em determinado momento uma descrição breve, mas densa desse grupo explosivo:

Em um ano de inquéritos, 50 mil oponentes, ou seja, 10 mil réus e 40 mil testemunhas teriam sido afetados por essa caça às bruxas da qual teriam participado mais de 3 mil oficiais. (...) A criação de centenas de IPMs retira inúmeros oficiais, selecionados por seu fervor revolucionário, das estruturas hierárquicas e do ambiente profissional habitual. Em contrapartida, essa nova situação estimula suas ambições repressivas, tanto mais que a ausência de formação jurídica ou policial incita-os a desenvolver seus inquéritos como cruzados, não raro bastante propensos à violência (CHIRIO, 2012, p. 67).

Mesmo sendo um contingente pequeno, os “coronéis dos IPMs” eram barulhentos, atraindo os holofotes sobre suas declarações e intimações de personalidades públicas. Para conter a animosidade nos quartéis insuflada por esses elementos, Castelo Branco os pune com nomeações para locais distantes dos grandes centros políticos. Mas com a edição do segundo Ato Institucional, estipulando a entrada de mais ministros (estes favoráveis ao novo Governo) e a extensão das cassações, muitos compreendem que a “linha dura” em 1965 obteve uma Vitória de Pirro (GASPARI, 2002, p. 134-135).

Na imprensa nacional, Arthur Reis é frequentemente classificado como membro da “linha dura” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1964, p. 3; ÚLTIMA HORA, 1964, p. 2). Mas o historiador não pertencia ao meio militar tampouco fora ligado aos jovens “coronéis dos IPMs”. O que permitia sua aproximação com esse grupo era suas atitudes punitivas, ou o que Benjamin Brandão classificava como sua “má consciência jurídica”.

Arthur César Ferreira Reis possuía o título de bacharel, obtido em 1928 pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (DANTAS, 2014, p. 28). Como tantos intelectuais de sua geração, a carreira de Reis era blindada por títulos que eram reconhecidos entre as elites letradas da época como signos de conhecimento sobre a sociedade e a cultura (PÉCAUT, 1990, p. 184).

Reis fora professor de Economia Política e Ciência das Finanças na Faculdade de Direito do Amazonas na segunda metade da década de 1930 e nos anos seguintes, paralelo à sua trajetória de pesquisador, ele foi galgando postos no Ministério do Trabalho (DANTAS, 2014, p. 29). Portanto, diferente dos “coronéis dos IPMs”, Reis não era um mero leigo em Direito.

Ao longo do ano de 1966, Reis manifestou mais claramente a sua opinião na imprensa criticando os termos da democracia brasileira até aquele momento. Em seu livro *Dois Anos de Governo*, espécie de relatório para um público mais amplo, ele sintetiza seu pensamento sobre os atritos da seguinte forma:

A Revolução de 31 de março manteve íntegras as instituições a cuja sombra se cometeram crimes e erros. O respeito a esse sistema legal tem impedido que a própria Revolução se realize efetivamente em muitas dessas áreas que ficaram intocáveis (REIS, 1966, p. 5).

Reis relativizava o sistema legal em nome de algo maior, o “processo revolucionário brasileiro”, que, segundo ele, vinha de longa data. Argumentação que lembra muito a de Miguel Reale, que situa o marco inicial da “Revolução” em 1922 com a tomada de consciência de que o Brasil precisava se modernizar e moralizar (REALE, 1964, p. 111-113).

Assim, em publicação posterior dando conta de todo o seu mandato, Reis justifica os “incidentes que marcaram, em certo momento, a relação do Executivo (...) com o Legislativo e com o Judiciário” como a mais clara manifestação de seu comprometimento com uma mudança abrangente, “a reconstrução do Estado” (REIS, 1967, p. 13-14).

Jazia sob seu pensamento uma concepção jurídica velada, uma interpretação do Direito que remontava aos debates do início do século XX na Europa sobre os limites do poder constitucional. A grosso modo, pode se dizer que enquanto Hans Kelsen criticava a excessiva influência da política no processo constitucional, por acreditar que o sistema de pesos e contrapesos (ou seja, a divisão dos poderes) ainda funcionava, Carl Schmitt enfatizava a importância do chefe de Estado e da unidade política sobre a Constituição (SILVA, 2009, p. 25-27).

Quando hierarquiza as necessidades políticas e jurídicas, privilegiando as primeiras, Reis está se associando a tendência schmitteana. Os desembargadores que na sua visão desafiaram seu “compromisso revolucionário” não estavam o fazendo simplesmente por um gosto pessoal, mas pelos vínculos com seu ambiente profissional e pela confiança na autonomia da Lei (é importante lembrar que Kelsen era e ainda é um autor canônico, sendo ensinado na maioria das Faculdades de Direito brasileiras há décadas).

Reis pertencia a um grupo político e intelectual que diante da experiência dos governos anteriores, amparados no carisma e no partidarismo, preconizava a adoção de uma democracia tutelada, um governo tecnocrático. Contestando a visão de que o autoritarismo foi uma reação espontânea do Governo aos “coronéis dos IPMs”, Lemos (2004, p. 426) defende que as reformas partidárias e judiciárias já eram assunto conhecido nas discussões parlamentares⁴³.

43 Desde 1961, para ficar em apenas em um dos exemplos mais emblemáticos, o senador Raul Pilla vinha defendendo abnegadamente a adoção do sistema parlamentarista no Brasil como forma de

Analisando os preâmbulos dos Atos Institucionais para compreender a “defesa legal do arbítrio”, Márcia Pereira da Silva identifica o que chama de “cultura da legalidade”:

No Brasil, a cultura da legalidade é traduzida pela necessidade do grupo político no governo alegar sempre pautar-se num conjunto de normatizações que regem a sociedade. Nós brasileiros estamos, em muitos aspectos, acostumados à tutela do Estado, traduzida em leis públicas referentes aos direitos sociais. Nosso hábito cultural não abarca, infelizmente, a prática de recorrer à justiça para resolver atritos entre os membros da sociedade, já que nesses casos costumamos apelar para os favores, numa prática político-pessoal que remonta aos tempos do coronelismo. Entre nós, a cultura política da legalidade está restrita à dominação política do Estado (SILVA, 2009, p. 21-22).

Não é estranho que a moldura do novo Governo, de um Executivo politicamente forte e apartado de pressões populares, tenha sido a razão de conflitos entre instâncias do próprio Estado. Há com certeza uma dose de corporativismo na reação dos envolvidos, mas isso não significa que não há também o compromisso com valores e crenças, como procurei demonstrar acima.

É possível detectar a cultura da legalidade nas atitudes e na fala de muitos personagens ligados tanto ao campo jurídico quanto político antes, durante e após a consolidação do governo autoritário. Analisar a transformação institucional da nova ordem sem desconsiderar os valores compartilhados (e disputados) pelos sujeitos e grupos pertencentes ou próximos as instâncias do Estado é um meio de tentar compreender melhor um processo que marcou o Brasil, e do qual o Amazonas não foi mero espectador.

Em tempos em que a fronteira entre a legalidade e a ilegalidade parece ter sido borrada por um desejo de punição que parece mais se orientar para uma catarse (ou um “grande pacto nacional”) que para uma solução efetivamente justa e relevante para o aperfeiçoamento de nossa jovem democracia, nunca é demais atentar para os conflitos no passado sobre garantias e direitos fundamentais e suas consequências.

depurar os “paroxismos” dos partidos e da “demagogia”: “Ora (...) se democracia é isto, a verdade é que o sistema presidencial corresponde a uma forma rudimentar de democracia e somente o sistema parlamentar, verdadeira maravilha da arte política, a realiza plenamente” (PILLA, 1969, p. 21).

REFERÊNCIAS

fontes impressas

BORBOREMA, José Augusto Teles de. *Carta ao Sr. Gov. Arthur César Ferreira Reis*, 31 Dez. 1964. Acervo pessoal do advogado Flávio Antony.

A CRÍTICA. Interditada a Assembleia: Plínio preso. Manaus, 11 Ago. 1964, p. 1. Hemeroteca do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 14 Ago. 1964, p. 2. Arquivo Arthur Cezar Ferreira Reis.

O JORNAL. Artur Reis renunciou ao Governo. Manaus, 12 Ago. 1964, p. 1. Hemeroteca da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas.

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DO AMAZONAS. Bacharéis formados pela Faculdade de Direito do Amazonas, no período de 1914 a 1954. Manaus: s/ed, 1955. Acervo da Academia Amazonense de Letras.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS. Diário do Poder Judiciário. Manaus, 31 Ago. 1964. Acervo da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

BRANDÃO, Benjamin. Carta a Artur José de Araújo, 13 Nov. 1964. In: BRANDÃO, Clynio. *A história de uma injustiça*. Manaus: Edição do autor, 2008. Acervo pessoal de Clynio Brandão.

bibliografia

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 11 Ago. 1964a. In: VERÇOSA, Mário Sílvio Cordeiro. *Mosaicos do Judiciário Amazonense*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1983.

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 11 Ago. 1964b. In: VERÇOSA, Mário Sílvio Cordeiro. *Mosaicos do Judiciário Amazonense*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1983.

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 31 Dez. 1964. In: VERÇOSA, Mário Sílvio Cordeiro. *Mosaicos do Judiciário Amazonense*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1983.

BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo ou a constitucionalização do Direito (o triunfo tardio do Direito Constitucional no Brasil). *Revista de Direito Administrativo*, n. 240, p. 1-42, abr/jun. 2005.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma História Cultural*. Trad. Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Thomaz. Lisboa: Bertrand, 1989.

CARNEIRO, Leandro Piquet; KUSCHNIR, Karina. As dimensões subjetivas da política: Cultura política e antropologia. *Estudos Históricos*, v. 13, n.24, p. 227-250, 1999.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. *História: Questões & Debates*, n. 40, p. 11-36, 2004.

DANTAS, Hélio. *Arthur César Ferreira Reis: Trajetória intelectual e escrita da História*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos e genealogias. *Varia História*, n. 28, p. 13-28, dez. 2002.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo e Argumento*, v. 9, n. 20, p. 5-74, jan.-abr. 2017.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ITUASSU, Oyama Cesar. *Colonialismo e a escravidão humana*. Manaus: Academia Amazonense de Letras/ Governo do Estado do Amazonas/ Editora Valer, 2007.

_____. *Memórias do meu tempo*. Manaus: Edição do autor, 1998.

KAUFMAN, Rodrigo de Oliveira. *Memória jurisprudencial: Ministro Ribeiro da Costa*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2012.

LEMONS, Renato. Poder Judiciário e poder militar (1964-1969). In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/ Bom Texto, 2004.

LIMA, Hermes. *Travessia (memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Histórias facetadas de Manaus: anedotas envolvendo figuras amazonenses*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2012.

MOTTA FILHO, Cândido. *Ditos e vividos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____. *Culturas políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o povo e a nação*. Ática: São Paulo, 1990.

PILLA, Raul. *A revolução julgada: a crise institucional*. Porto Alegre: Livraria Lima, 1969.

REALE, Miguel. *Imperativos da Revolução de Março*. São Paulo: Livraria Martins, 1965.

REIS, Arthur César Ferreira. *Dois anos de Governo*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1966.

_____. *Como governei o Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1967.

_____. *Sumário de inquéritos: Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1965.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio/ Instituto Nacional do Livro, 1978.

SANTOS, Fabrícia Cristina de Sá. O Supremo Tribunal Federal e os processos de habeas corpus (1964-69). *Projeto História*, São Paulo, n. 29, p. 325-335, dez. 2004.

SILVA, Márcia Pereira da. História e culturas políticas: as concepções jurídicas evocadas pelos governos militares enquanto instrumento de obtenção de legitimidade. *História*, São Paulo, n. 28, vol. 2, p. 18-36, 2009.

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

SUANNES, Adauto. *O que é habeas corpus?* São Paulo: Brasiliense, 1985.

VALE, Osvaldo Trigueiro do. *O Supremo Tribunal Federal e a instabilidade político-institucional*. Dissertação de Mestrado (Administração Pública) – Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975.

VERÇOSA, Mário Sílvio Cordeiro. *Mosaicos do Judiciário amazonense*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1983.

VIANA FILHO, Luís. *O governo Castelo Branco*. Tomo 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/ José Olympio, 1975.

trabalho

conquistas, derrotas e
rumos em pauta

5

festa ou luta?

discussões sobre o primeiro
de maio em Manaus (1890-
1930)

*Richard Kennedy Nascimento
Candido*

origens do Primeiro de Maio na Historiografia

O Primeiro de Maio é dado como uma data de celebração do Dia do Trabalhador em grande parte dos países. Pensar como essa data foi idealizada é uma das inquietações que surgem como ponto de partida para este artigo. Na sequência, colocar a cidade de Manaus em meio a essa discussão pelas significações do dia do operariado mundial durante os anos iniciais do século XX também surge como partida para essas análises.

Michelle Perrot em seu livro chamado *Os Excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros*, brinda-nos com um texto no qual ela vai tratar sobre a criação da data e seus significados para os trabalhadores franceses. Também vai discorrer como a data foi pensada para ser a primeira grande mobilização operária internacional.

Tendo como base esses pontos, não podemos nos esquecer da grande contribuição da Nova História no que se refere aos novos estudos e novas abordagens históricas como bem define Peter Burke (1992). A História vista de baixo, que contava com a adesão de historiadores como Edward Palmer Thompson, Christopher Hill e Natalie Zemon Daves, entravam em cena para dar lugar àquela História tradicional que antes tinha como objetivo contar a história da classe privilegiada. Agora, a ideia era utilizar pessoas comuns nas práticas de escritas da história (SHAPE, 1992).

As discussões acerca da Nova História foram demasiado importantes para as pesquisas de História Social do Trabalho, pois possibilitaram abrir um leque de novos rumos que a História poderia nos oferecer, como é o caso de *A Formação da Classe Operária Inglesa* de Thompson e de trabalhos de outros historiadores e historiadoras oriundos do Partido Comunista Britânico.

No que tange às discussões do Primeiro de Maio na França, Michelle Perrot apresenta uma data que, dentre outros aspectos, seria exemplar. Ainda segundo a autora, esse ato em forma de data emblemática ilustrou um espírito “*voluntário na construção de uma classe*” (PERROT, 2017, p. 133). E, tendo em vista suas particularidades, o debate em torno das simbologias não cessou:

Em sua iniciativa, o Primeiro de Maio é incontestavelmente criação de cima, e em particular da corrente mais organizada em termos políticos, a corrente marxista (na França, os guesdistas). Daí as reservas, os conflitos que cercam seu nascimento, as resistências oferecidas, por exemplo, pelos alemanistas e anarquistas, não só por questões de rivalidade, mas também por oposição ao próprio princípio de tal procedimento, visto como forma de manipulação das massas. O debate nunca cessou (PERROT, 2017, p. 133-134).

Michelle Perrot fala ainda no “*nascimento de um rito operário*”, se referindo à prática de utilização desse enigmático dia pelos trabalhadores mundiais até hoje. Tratava-se do nascimento de uma data que se queria grandiosa, já naquele momento, pelos trabalhadores franceses que a idealizaram para ser o “*grande dia*” do operariado. Um dia para lutar pelos seus direitos e lutar pelas oito horas de trabalho, que por sinal foi um dos principais motivos para a idealização da data. Aquele primeiro de maio de 1890 acabou ultrapassando as expectativas dos promotores que pensavam em estratégias demarcadas e menores. Ao passo que as ideias eram absorvidas, começaram a ocorrer greves inesperadas:

(...) esse primeiro de maio excede (ultrapassa) o projeto dos seus promotores. Objeto de disputas, torna-se o centro de estratégias diferentes que, por exemplo, exercem-se nos itinerários dos desfiles. Em seguida, seu ritual sumário, ao mesmo tempo rígido e simples, é invadido pelas formas de expressão popular das comunidades locais. Enfim, gerador de ondas de greves inesperadas, ele escapa aos iniciadores que pretendiam limitar sua duração, fixar seu objetivo. A “*intimação*” dirigida às autoridades transforma-se entre certos operários, geralmente os mais deserdados, numa expectativa mais ampla e mais vaga de transformação. A seguir, a pedagogia socialista e sindical trará seus frutos. Instaurar-se-á uma tradição, com todo um código de percursos, slogans e a preocupação fundamental em reunir aquilo que constitui o êxito das manifestações modernas: o número, sinal ostensivo do consenso (PERROT, 2017, p. 134-135).

No Brasil, o Primeiro de Maio foi visitado por alguns historiadores e historiadoras que pensaram a data num contexto nacional, muito embora as análises não avançassem do eixo centro-sul do país. Não podemos deixar de destacar uma das obras pioneiras acerca das origens do Primeiro de Maio no Brasil, escrita por Silvia Petersen para um congresso no México. A obra, que é uma espécie de cartilha, foi dividida em duas partes, a primeira trata sobre o contexto histórico e a segunda parte se propõe a analisar os anos 1890-1894 como forma de mapear as primeiras manifestações ocorridas nesta data (PETERSEN, 1981).

Petersen fala que é difícil encontrar um marco para afirmar quando ocorreram pela primeira vez as comemorações do Primeiro de Maio no Brasil, mas, com base nos jornais pesquisados, ela afirma que o ano de 1891 pode ser este marco inicial. Fazendo uma comparação com a pesquisa que está sendo feita sobre Manaus, também foi possível encontrar o ano de 1891 como marco inicial:

É muito difícil, pelo menos no caso brasileiro, estabelecer com absoluta precisão como, quando e onde foi comemorada pela primeira vez a data do trabalho.

A historiografia tradicional – que quase não se refere a este fato – o situa em São Paulo, no ano de 1894.

No entanto, fazendo uma exaustiva consulta aos jornais da época – única fonte que permite uma relativa sistematização dos dados diante da dispersão, descontinuidade ou mesmo inexistência de documentos de outra espécie –, se pode deslocar essa data para 1891.

Mesmo assim, não há um indício conclusivo de que se trate da primeira comemoração no Brasil; por isto, prefere-se indicá-la como a primeira comemoração até agora localizada (PETERSEN, 1981, p. 27).

No ano de 1986, foi publicado um livro em virtude dos cem anos do Primeiro de Maio, levando em consideração os acontecimentos de Chicago. Escrito por Alcina de Lara Cardoso e Silvia Pereira de Araújo, intitulado de *1º de Maio: cem anos de solidariedade e luta*, a obra vai versar sobre a história desse movimento, desde 1886 até o ano de 1986, discutindo sobre solidariedade, resistência, civismo, descompromisso, luta e alienação. As autoras falam ainda da importância das comemorações desse dia no Brasil e sobre a esperança que ele trazia para todos os operários nacionais:

A entrada do 1º de maio para o calendário do movimento operário marcou, inicialmente, uma festa de esperança e

um dia de luta, na dependência ideológica às correntes de ação e pensamento vigentes. Esperança de ver atendidas as reivindicações da classe e a realização dos seus direitos (...). O dia de luta transparece nos desdobramentos históricos das comemorações de 1º de maio, detectados nos jornais operários, através da recordação da sua origem e recuperação dos conflitos entre as classes, em meio ao pleno vigor da aparência festiva na qual a data foi sendo transformada (CARDOSO; ARAÚJO, 1986, p. 23).

Entendendo o Primeiro de Maio como uma data que constantemente sofria tentativas de apropriação pelo Estado ou patronato, Barbara Weinstein, já a partir dos anos 40, nota que a data adquire um sentido de recreação e está dentro dos esforços do Serviço Social da Indústria (SESI) para que os operários pratiquem atividades durante este dia. A pesquisadora relata, também, a criação de “clubes operários”, onde os trabalhadores passavam o tempo com “jogos de dominó, xadrez e damas” (WEINSTEIN, 2000, p. 258-259).

Em um estudo monográfico, João Carlos Marques (2009) discorre sobre as imagens e mensagens acerca do Primeiro de Maio no Brasil partindo do jornal *A Voz do Trabalhador*, entre os anos 1909-1915, versando a respeito de como as ideais anarquistas influenciaram exclusivamente essas manifestações.

Em seu trabalho, Marques vai mostrar as formas com as quais os anarquistas pensavam o Primeiro de Maio por meio das imagens, como podemos ver na passagem seguinte:

Nas publicações da imprensa anarquista, no dia Primeiro de Maio, as ilustrações assumem um papel de insistência nas ideias da necessidade de união do proletariado, não só na imagem do gigantesco trabalhador, mas também no seu punho cerrado, gesto que expressava a convicção e a disposição de luta (MARQUES, 2009, p. 32).

Luciana Barbosa Arêas, em sua dissertação de mestrado, nos mostra que o grande interesse do operariado do Rio de Janeiro era nos períodos de grande mobilização, como o Primeiro de Maio:

O operariado demonstrava um interesse maior nos momentos de grande mobilização. Um destes momentos eram as comemorações anuais do Primeiro de Maio, a principal festa trabalhadora na época. Em vários anos chegou à casa dos milhares o número de pessoas que participaram das passeatas, dos comícios e das sessões solenes. O “Dia do

Trabalho” foi interpretado de formas diversas por diferentes grupos sociais (CAMPOS, 2010, p. 116-117).

Tentando trazer essas discussões para a cidade de Manaus, onde a História Social do Trabalho vem crescendo ano após ano, não encontramos um trabalho acadêmico voltado especificamente para o Primeiro de Maio. No entanto, foi possível encontrar, em uma dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM, algumas páginas que, dentro de sua temática, cita de alguma forma o Dia do Trabalhador.

Trata-se do trabalho de Luciano Everton Costa Teles, no qual o pesquisador fala sobre o Primeiro de Maio em Manaus, fazendo menções a uma data festiva e sua relação com a “cultura associativa” (BATALHA; SILVA; FORTES, 2004), trazendo ainda o ponto de partida: a cidade de Chicago de 1886. Ele observa dois sentidos da data em Manaus, uma referente às atividades que seriam realizadas durante o dia e a outra sendo a posse das chapas vencedoras em seus respectivos sindicatos no Primeiro de Maio (TELES, 2008, p. 50-54):

Enfim, ora em local público, ora entre paredes das agremiações operárias ou em ambos, palestras, conferências, discursos, cortejos e outras formas de atuação que externam elementos de uma “cultura associativa” operária estiveram presentes na comemoração desta data importante para os trabalhadores de então (TELES, 2008, p. 53).

Luís Balkar Pinheiro (2005) nos alerta de que o sucesso do Primeiro de Maio em Manaus “foi imediato”, entretanto, várias correntes passaram a divergir sobre os significados da data e de como deveria ser utilizado o dia:

Impossibilitados de conter a vontade dos trabalhadores de comemorar a data, as classes dominantes tentaram transformá-lo em “Festa do Trabalho”, com brindes, jogos, danças e bebidas, numa clara tentativa de esvaziar seu conteúdo reivindicatório e de luta política. Enquanto os trabalhadores desorganizados e sob o controle patronal tenderam a participar dos festejos despolitizados, os grupos organizados em torno dos Anarquistas e Socialistas, denunciando a estratégia de cooptação patronal, reivindicavam o retorno a um “1º de Maio de luta”, com passeatas, protestos e comícios (PINHEIRO, 2005, p. 9).

Como uma forma de aglomerar todo esse debate historiográfico, pensamos na proposta de Silvia Petersen em utilizar uma pesquisa inter-regional como modelo para o grande desenvolvimento da história dos trabalhadores e trabalhadoras. A autora também nos aponta que grande parte dessas pesquisas mantém seu ineditismo devido a pouca circulação fora de suas respectivas regiões (PETERSEN, 1995, p. 146). Os estudos a respeito do Primeiro de Maio têm se mostrado colaborativos na direção de favorecer um amplo entendimento e compreensão da História Social do Trabalho no Brasil, jogando luz às interações e tensões presentes no seio da classe trabalhadora brasileira.

a imprensa de Manaus em debate

A utilização de fonte jornalística na pesquisa histórica precisa ser precedida de alguns cuidados metodológicos que servirão de base para as análises e seus resultados. No enfrentamento das nossas fontes prioritárias, chama a atenção o fato de que cada jornal possui particularidades que o distingue dos demais. Renné Zicman nos apresenta alguns aspectos importantes a serem levados em conta para uma análise mais geral e completa do jornal:

- Aspectos formais e materiais do jornal: qualidade do papel, formato, número de páginas, tipografia, ilustrações, primeira página (vitrine do jornal), composição, nome e sistema de títulos.
- Aspectos históricos do jornal: origem, proprietários e diretores do jornal, proposta, corpo da redação, principais campanhas encampadas pelo jornal.
- Aspectos econômicos do jornal: financiamento, tiragem, publicidade, difusão, preço.
- Aspectos da clientela do jornal: destinatários, idade, sexo, classe social, etc (ZICMAN, 1985, p. 93-94).

Podemos observar que a imprensa não é neutra e também se vê influenciada por ideologias diversas, assumindo conteúdos e perspectivas que expressam as visões de mundo e interesses de seus idealizadores, donos e/ou editores. Por isso, para que se possa proceder a uma análise mais qualificada dos jornais na História, é preciso identificar o local de fala de cada jornal (VIEIRA, 1995). Para que se possa chegar às suas ideologias e pontos de vista e, na sequência, traçar uma análise mais completa desse jogo de interesses que se revela nas redações dos jornais, o historiador precisa estar

preparado para todo tipo de situação quando o quesito é utilizar jornais (BARBOSA, 2010).

No tocante às fontes históricas, a imprensa é muito rica. A reconstrução do passado por meio dela se torna mais completo e complexo. No âmbito operário, podemos observar os ideais, os interesses e as lutas, não só dos operários, mas de toda a sociedade, assim como suas aspirações, suas reivindicações e suas vidas (TELES, 2011, p. 190).

É interessante lembrar que, no mundo todo, o Primeiro de Maio ganhou diversas significações no que concerne às formas de se expressar nessa data, e em Manaus não seria diferente. Podemos observar uma dualidade entre os operários não muito particular do nosso estado: a dicotomia “dia de festa” e “dia de luta”. Esse dualismo ganha mais força quando os jornais de cunho operário começam a tecer comentários difamando aqueles trabalhadores que festejavam ou descansavam ao invés de protestar por melhores condições de trabalho para a classe.

Em Manaus, os jornais operários são classificados, em sua maioria, como efêmeros, portanto, sem grande longevidade. Da grande imprensa, o jornal utilizado foi o *Jornal do Comércio* por este ter, entre outros motivos, um número mais amplo e seguro de edições, propiciando, por consequência, uma análise mais detalhada.

Traçando um olhar panorâmico do *Jornal do Comércio do Amazonas*, percebemos a sua grande versatilidade ao tratar de diversos temas, como a conquista do Acre e a própria questão do Primeiro de Maio, entre outros assuntos. O *Jornal* ganhou as ruas de Manaus pela primeira vez em janeiro de 1904, passando por diversas fases do seu nascimento aos dias de hoje. É, sem dúvidas, um dos jornais mais importantes e impactantes para o estado (SOUZA, 2007). Devido a isso, esse material foi alvo de nossas análises.

No ano de 1904, esse mesmo jornal publicou uma nota chamada de “1º de Maio”, onde os trabalhadores almejam, em cada uma das linhas da matéria, um futuro melhor para a classe. Esta é uma situação que está presente também nos jornais operários, e de forma mais constante: “a alma do operário que o capital martiriza, depois de consumir as forças vitais de seu corpo serve, como um doce regenerador [...] sonha que um justiceiro futuro lhe predestine a prole a tranquilidade segura de um viver melhor”⁴⁴.

44 *Jornal do Comércio*. Manaus, 1º de Maio de 1904. As edições digitalizadas desse jornal se encontram no seu próprio site na internet, acessível apenas por meio de assinatura. Também se encontra digitalizado no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Esse jornal foi fundado em 1904 por Joaquim Rocha dos Santos, um comerciante português, e defendia os interesses dos comerciais do estado.

Esse é um dos temas que atravessam praticamente todas as mobilizações do Primeiro de Maio. Apesar de padecerem em ambientes e trabalho ruins, os trabalhadores e trabalhadoras sempre acreditaram em um futuro melhor. Eles e elas nunca se esquecem dos momentos ruins que ocorreram no passado, mesmo com alguns avanços significativos.

No Jornal do Comércio, de 1910, observamos, em uma nota, uma definição da palavra “operário”, segundo os próprios operários. No texto, são os próprios trabalhadores que colaboram para a “obra do progresso” e se colocam como “motor infatigável” para chegar nisso:

O operário é o motor infatigavel: é elle que labóra, desdobra-se, multiplica-se na obra do seu alevantamento moral, pela *ansa da sua victoria material e pela propagação de suas ideias: é elle que desenvolve as suas energias, revigóra as suas actividades, purifica os seus irrompimentos espirituiaes, servindo de fautor preponderante aos estúos da civilisação hodierna, pela sua collaboração infatigavel e pertinaz na grande obra do progresso (JORNAL DO COMÉRCIO, MANAUS, 1910, p. 2).

Ainda em 1910, algo curioso foi noticiado na coluna chamada de “estrangeiros”, uma pequena nota onde se mostram as movimentações da classe operária na cidade de Paris e que trazia uma clara interação entre os operários no mundo todo: “1º de Maio: Paris, 30. – Há grande movimento na classe operaria que querem comemorar a data 1º de Maio com extraordinário expledôr”. Essas interações e trocas de informações ocorrem não só entre o Brasil e a Europa, mas também entre outros estados brasileiros e com países da América Latina, como a Argentina, por exemplo.

O jornal *A Lucta Social*, de maio de 1914, nos mostra o desgosto do uso do Primeiro de Maio como um dia para se festejar. Por se tratar de um jornal anarquista, ele desaprovava a mudança do significado original da data, segundo o próprio jornal, saindo de um dia de protesto para um dia de festa. Na nota que segue, é possível ver a irritação do redator ao se dirigir para aqueles trabalhadores que partilham dessa visão que era julgada, por eles, como desabonadora:

Se rebuscarmos as paginas da historia, havemos de ver que todas as festas se realisam para celebrar ou comemorar um triunfo.

Mas o trabalho, esse, ainda não triunfou. Continua sob o peso da maldade biblica. Os governantes e os sacerdotes, os nobres e os militares, os funcionarios e os privilegiados,

os capitalistas e os financeiros não só participam dele, como o fazem pesar, qual fardo maldito, sobre a carcassa dos assalariados...

A festa do trabalho! Que irritação. Poderá o trabalhador embelezar com frescas e aromáticas flores a máquina em que se extenua para ganhar uma ridicularia que mal chega para o pão e caldo, a oficina que o sufoca, as cadeias que lhe coartam a liberdade, o chicote que o acoita, a organização social contemporânea que pretende reduzi-lo à submissão e à impotência?...⁴⁵

A nota acima se apresenta de forma bastante dura para os trabalhadores que não iam protestar. Muito disso vem da ideologia anarquista que o dono do jornal, Tércio Miranda, assumia como linha editorial. Inclusive, criticando esse conceito de festa que, para ele, só serviria se fosse “para celebrar ou comemorar um triunfo”, mas que não foi o caso.

Também no ano de 1914, conseguimos observar um grande destaque dado pelo Jornal do Comércio ao Primeiro de Maio, talvez o maior destaque dado por este jornal a tal data. Isso lembra-nos do mesmo destaque que o jornal operário *A Lucta Social* deu ao Dia do Trabalhador no ano de 1914 e é possível tirarmos algumas conclusões acerca disso. Primeiro, pode ter sido a maior manifestação já feita na cidade, tendo como base o destaque dado por esses dois veículos da imprensa.

A Praça de São Sebastião, no centro de Manaus, estava repleta de pessoas das mais variadas oficinas da cidade. O jornal passou o roteiro do que aconteceu naquele dia e quem tomou a fala. O primeiro com as palavras foi o acadêmico chamado Adail Valente do Couto e, na sequência, falou o tipógrafo Joaquim Azpipicuenta (*JORNAL DO COMÉRCIO, MANAUS, 2 DE MAIO 1914, p. 2*).

O jornal mostrou o trajeto que a “massa” percorreu, passando por diversas ruas até chegar ao teatro chamado de “Alcazar”.

Ao cortejo reuniram-se as moças operárias, continuando ele a sua marcha vitoriosa pelo trecho da Rua da Instalação e pela rua Municipal, até ao teatro-cinema “Alcazar”, cujo recinto, invadido, em ondas, pelo povo, inclusive numerosas famílias que encontravam na praça da Constituição, para logo ficou absolutamente repleto, apresentando então um imponente e soberbo aspecto (*JORNAL DO COMÉRCIO, MANAUS, 2 DE MAIO DE 1914, p. 2*).

45 *Jornal A Lucta Social*. Manaus, 1º de Maio de 1914. As edições desse jornal encontram-se microfilmados no acervo do Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Trata-se de um jornal anarquista, efêmero, fundado por Tércio Miranda, um imigrante português.

Por volta das 20h, houve a solenidade de posse da Federação Marítima no Teatro Amazonas com a presença de representantes do governo local e da imprensa. Houve também discursos sobre o Grande Dia e uma forte presença festiva do movimento, deixando bem destacado o caráter de não protestos:

Mais tarde, pelas vinte horas, teve lugar no theatro Amazonas sob a presidencia do Dr. Dorval Porto, superintendente municipal, a sessão de posse da comissão executiva da Federação Marítima, com a presença dos representantes do governador do Estado, do commercio, da imprensa, de varias outras corporações, vendo-se ainda nas frizas, camarotes e cadeiras numerosas familias.

Houve discursos allusivos ao primeiro de Maio, tocando, fóra e dentro do theatro, as bandas de musica da policia e do 46° batalhão de caçadores (JORNAL DO COMÉRCIO, MANAUS, 2 DE MAIO DE 1914, p. 2).

Foi no ano de 1914 que conseguimos observar, pela primeira vez, o termo “Comité Primeiro de Maio” nos jornais. Já havíamos conseguido observar a presença dele em outros anos, como em 1928 e em 1930, sendo este comitê responsável pela organização das movimentações em torno da data em Manaus:

De momento a momento, foi apresentando a onda humana, em breve se tornando verdadeiramente vultuosa. Galgando o degrão superior do monumento (...) então da palavra por parte do Comité Primeiro de Maio, o acadêmico Adail Valente de Couto (JORNAL DO COMÉRCIO, MANAUS, 2 DE MAIO DE 1914, p. 2).

O historiador Luciano Everton Teles chama a atenção, em um de seus artigos, quando ele afirma que a data também era marcada pela cerimônia de posse das novas diretorias de diversos sindicatos e associações (TELES, 2011, p. 211). Isso soava mais como uma forma de legitimidade para as novas gestões do que como uma escolha aleatória por esse dia, visto que a data carregava um grande peso ideológico no seio operário e era válido usar esse dia para tal finalidade:

No dia 18 do corrente mez, realizaram-se as eleições dos corpos dirigentes dos Foguistas, dando o seguinte resultado:
- Presidente, Alfredo Moreira Lima, (reeleito); vice-dito, Adelino Gonçalves Areais; 1º secretario, Ivo Alves de Almeida

Filho; 2º dito, Amancio Rebello Nery; 1º thessoureiro, Annanias Alves de Oliveira, (reeleito); 2º dito, José Maria dos Santos, (reeleito); orador, Francisco Magalhães, - Conselho Fiscal, - Estevam Francisco Oliveira, Bernardino Crispim de Oliveira, Antonio Telles de Menezes, Alvaro José da Costa, Elpidio Dias, Theodoro José da Silva, João Francisco Pereira de Mattos, (reeleito), Alcebiades Antonio de Castro, Fausto Torres Cavalcante, Manoel Feliciano Motta, Francisco Linhares e Raymundo Marques Peroba.

À posse realizar-se-à no dia 1º de Maio as 20 ½ horas⁴⁶.

O trecho acima, extraído do jornal *Vida Operária*, possibilita confirmar o caráter legitimador que a posse no Primeiro de Maio trazia em seu bojo para sindicatos e associações operárias que apresentavam um grande vínculo com essa data. Nessa mesma fonte jornalística, é possível observar que não só os foguistas, mas outras associações precediam da mesma forma, como o Sindicato dos Estivadores e a União Operária, ambas com finalidades idênticas. Era bastante comum que essas práticas fossem feitas na data acima referida.

Antes de finalizar, devemos destacar que, ao longo da Primeira República, o Dia do Trabalhador sofreu tentativas de apropriações por diversos setores da sociedade. Isso se intensificou com o decreto de feriado a partir de 1925 e com as sucessivas tentativas de cooptação operária no governo Vargas nos anos 1930. Portanto, podemos observar que, mesmo com diversas tentativas de apropriações, os trabalhadores e trabalhadoras continuam resistindo em virtude de aderir um sentido de manifestação ao Primeiro de Maio.

No embate entre “festa” e “luta”, observamos os anseios dos trabalhadores e trabalhadoras pela busca de uma aurora operária, como bem destaca Edgar Rodrigues (1979) no título de seu livro *Aurora Operária*. Conseguimos perceber que o Primeiro de Maio não estava particularizado a determinadas áreas da sociedade, mas ele era parte de toda a sociedade manauara, pois a cada ano que passava, essa data conseguia embrenhar-se mais no calendário da cidade, com destacada importância.

A mudança de significação da data, conforme os anos iam passando, mostra uma clara força que o movimento possuía. O Estado, juntamente com o patronato, queria desmobilizar esses protestos, era a forma de trazer os operários para o bojo do patrão e de causar uma maior desmobilização daqueles que queriam manifestar ao invés de festejar. Mas a classe trabalhadora sempre resistia e se reapropriava desses feitos.

46 *Vida Operária*. Manaus, 1º de Maio de 1920. As edições desse jornal encontram-se microfilmadas no acervo do Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Começou a circular em 1920 e deixou de existir no mesmo ano.

Diferentemente do que se via nos jornais operários, a saber, falas encorajando os trabalhadores a irem à busca de seus direitos por meio do protesto, o Jornal do Comércio se omite em noticiar essas movimentações. Durante quase duas décadas de jornais analisados, a ideia difundida era sempre aquela que interessava aos donos, por isso, em alguns anos, o jornal reafirma a posição de protesto e luta, mas, na maior parte das edições pesquisadas, é o tema da festa que prevalece.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Marivalda. *História Cultural da Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BATALHA, Cláudio. “A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetórias e tendências”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 145-158.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Org). *Cultura de Classes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- BURKE, Peter (Org). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. *Trabalho e Emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)*. Dissertação (Mestrado em História). Manaus: UFAM, 2010. p. 116-117.
- CANDIDO, Richard Kennedy Nascimento. “Trabalho & Imprensa: as celebrações do Primeiro de Maio na imprensa manauara (1890-1930)”. IN: Hydra: Revista discente eletrônica da pós-graduação em História da Universidade Federal de São Paulo, v. 1, n. 1, 2016.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.
- CARDOSO, Alcina de Lara. ARAÚJO, Silvia Pereira de. *1º de Maio: cem anos de solidariedade e luta, 1886-1986*. Curitiba: Bejar-Flor, 1986.
- DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus, 1880-1920*. Manaus: Valer, 2000.
- GOMES, Ângela de Casto. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Campus, 1985.
- HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. 2a ed. São Paulo: Ática, 1991.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos Periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e Livres: Experiências comuns na formação da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

PERROT, Michele. “O Primeiro de Maio na França (1890): nascimento de um rito operário”. In: *Os Excluídos da História: Operários, mulheres, prisioneiros*. 7a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017, p. 133-174.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Origens do 1º de Maio no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS – MEC, 1981.

_____. *Cruzando Fronteiras: As pesquisas regionais e a História Operária Brasileira. Anos 90*. Porto Alegre, nº 3, jun. 1995.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Imprensa e Mundos do Trabalho no Amazonas. Fronteiras do Tempo: Revistas de Estudos Amazônicos*, v. 1, p. 5-11, 2012.

_____. *Na Contramão da História: Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha (Manaus, 1920-1945)*. *Anais XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina-PR. 2005, p. 1-12.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). *Imprensa Operária no Amazonas*. vol. 1. Transcrições e fac-símiles. Manaus: Edua, 2004.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925*. 2a ed. Manaus: Edua, 2003.

RODRIGUES, Edgar. *Aurora Operária: os congressos operários no Brasil*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4a ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Leno José Barata. Cultura Impressa no Amazonas e a trajetória de um jornal centenário. *Revista Tempos Históricos*, v. 14, 2010, p. 106-133.

TELES, Luciano Everton Costa. *A Vida Operária: Imprensa e Mundos do Trabalho (1920)*. Dissertação (Mestrado em História). Manaus: UFAM, 2008.

_____. Imprensa e Mundos do Trabalho: a singularidade da imprensa operária no Amazonas (1890-1920). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 3, nº 5, p. 186-212, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

VIEIRA, Maria do Pillar et al. *A Pesquisa em História*. 3a ed. São Paulo: Ática, 1995.

WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha da Amazônia: expansão e decadência*. São Paulo: Hucitec, 1993.

ZICMAN, Reneé Barata. História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, n 4. São Paulo, Educ, 1985, p. 89-102.

6

lutas socioambientais de trabalhadores rurais do município de Parintins/AM

Mônica Xavier de Medeiros

Compreendendo tal como propõem Willians (1979) e Hall (2003) que modos de vida forjam modos de luta específicos, analisamos a cultura e as condições de vida de moradores da zona rural de Parintins (Amazonas), especificamente da Gleba de Vila Amazônia nas décadas de 80 e 90 do século XX. Objetivou-se entender como tecem o território em que vivem a partir de suas experiências e memórias. Nas entrevistas realizadas, os moradores de comunidades rurais falaram sobre suas vidas, anseios, expectativas, demandas e formas de trabalho. O puxirum (trabalho coletivo) revelou-se não apenas como uma eficaz estratégia de trabalho, mas como um modo de vida, uma cultura baseada na solidariedade entre vizinhos e parentes que informam ações, sentimentos, modos de ver e de se relacionar destes sujeitos sociais. Em 1987, as terras de Vila Amazônia foram desapropriadas para fins de Reforma Agrária envolvendo uma área de ocupação tradicional, na qual moravam muitas famílias há gerações na condição de posseiros e pequenos proprietários. As entrevistas realizadas durante a pesquisa dão conta de uma acirrada disputa por terras na região antes mesmo da chegada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - (INCRA), pois com a intensificação da pecuária houve a expansão de grandes fazendas e a compra de terras dos moradores locais para a formação de pasto para a criação de gado e búfalo. A desapropriação, em 1987, e a chegada do INCRA, na década de 90, consistem mais numa regularização fundiária do que num processo de redistribuição de terras.

A metodologia da história oral foi importante na compreensão da cultura enquanto algo que é histórico, portanto dinâmico e que se atualiza a partir da interação com os novos processos de exploração capitalista, como a pecuária, que, no caso específico desta parte da Amazônia, tencionaram os valores vividos pelos trabalhadores rurais, como a solidariedade no trabalho e a relação com a natureza.

O modo de vida de trabalhadores rurais, bem como suas lutas pelo acesso às terras firmes em Vila Amazônia, também foi analisado. Neste processo, os trabalhadores vivenciaram deslocamentos várzea-terra firme motivados por diversas razões tais como a necessidade de terras devido ao casamento, aumento da família, fazer a roça, produzir farinha e os demais derivados da macaxeira, fugir das forças das cheias do Rio Amazonas, forjar alternativas ao enfraquecimento do preço da juta no mercado ou por terem vendido suas terras para os fazendeiros/pecuaristas que no período estavam ampliando esta atividade econômica. Esse novo processo de territorialidade na floresta foi marcado pelos modos de vida desses trabalhadores por meio do trabalho coletivo (*puxirum*) que passou a ser realizado não apenas para a roça da mandioca/macaxeira, mas para desmatar a área da colônia agrícola, construir caminhos pelos quais pudessem se locomover e edificar espaços coletivos, como as capelas e os barracões. Para avançar seus domínios na floresta, os trabalhadores teceram alianças com poderes públicos e eclesiásticos e protagonizaram lutas contra os fazendeiros que na época compravam suas terras. ***“Era pra mim procurar uma terra pra mim trabalhar, porque viver em terra alheia não era vida”***⁴⁸.

As terras de Vila Amazônia são habitadas por centenas de famílias de posseiros há gerações, organizadas em comunidades rurais para ocupar áreas de várzea e terra firme⁴⁸. As comunidades rurais são territórios formados por sujeitos sociais que tem por base relações de parentesco e vizinhança, constituídas na dimensão do trabalho coletivo (*puxirum*), no lazer com as festas comunitárias e também através de valores e modos de interpretar suas realidades que são compartilhados, mas não necessariamente consensuais. São vilas e povoados, muitas vezes habitados por um número pequeno de famílias de pescadores, caçadores, coletores, agricultores, funcionários públicos que, ao se relacionarem, demarcam territórios na floresta.

O aumento de famílias nas comunidades rurais influenciou a demanda por terras, onde se pudesse plantar a roça, o que ensejou a formação de “*colônias agrícolas*”, uma área mais para o “*centro*” da floresta, numa região de “*terra firme*”, bem diferente das comunidades

47 Odenil Ramos Muniz, casado, 60 anos, pai de 10 filhos, nascido em terras do entorno do lago do Zé-Açu (atualmente comunidade do Bom Socorro na Gleba de Vila Amazônia). Entrevistado por Mônica Xavier de Medeiros em 29 jan. 2011 na sede do IDAAM. Gravado em áudio. Duração 1 hora e 07 minutos (28 páginas); Acervo da pesquisadora.

48 As áreas de terra firme são aquelas onde não incidem as cheias dos rios; já a várzea é periodicamente inundada pelo transbordamento lateral de rios e lagos na região amazônica. Os solos são extremamente férteis em função dos sedimentos trazidos com a inundação. A várzea é habitada por povos indígenas desde antes da conquista de portugueses e espanhóis. Com a colonização tornou-se a veia central de apropriação do território (RIBEIRO, 2007).

que geralmente eram organizadas no entorno de lagos, rios e igarapés, para que os trabalhadores pudessem usufruir das águas não somente para alimentação e higiene pessoal, mas como meio de transporte. Dependendo da distância da colônia, havia a necessidade do trabalhador pernoitar lá, podendo até mesmo ficar dias quando o trabalho era intenso. Muitas colônias, com o passar do tempo, acabaram por se transformar em comunidades, uma vez que as famílias passaram a residir permanentemente nelas, como aconteceu com a comunidade do Açaí, uma antiga colônia da comunidade de Aparecida do lago do Miriti.

De acordo com as entrevistas, havia reuniões nas comunidades para a formação de colônias, quando era avaliado o local em que ela seria implantada e as famílias beneficiadas e que teriam direito às terras. A partir destas definições, os lotes eram divididos pelos trabalhadores e iniciavam-se os trabalhos na base do puxirum para derrubar a mata, plantar a roça e construir caminhos de ligação. A formação de colônias era iniciativa dos próprios moradores, eventualmente contavam com o apoio de igrejas⁴⁹ e do poder público através da prefeitura. Para compreender as formas pelas quais os trabalhadores de áreas rurais de Parintins se apropriaram das terras em que moram, entrevistei pessoas de comunidades do entorno de lagos como Jauari, Miriti, Mato Grosso, Valéria e Zé Açu.

Odenil Ramos Muniz⁵⁰ nasceu em 1956 em terras do entorno do lago do Zé Açu, e sua família morava na fazenda de Sebastião Araújo⁵¹ em que trabalhava seu pai, “quando eu nasci e me criei, nós se criamos numa terra alheia e o meu pai, ele não teve esse cuidado de preparar um local pra gente...”. Lá, o pai de Odenil fazia pasto, cuidava do gado e trabalhava em roça, *“trabalhava em roça e depois fazia pastagem e o Sebastião gratificava e assim que era nossa vida de criança né, assim que era...”*. Interessante notar que Odenil interpreta o fato de seu pai não ter terra como *“falta de cuidado”*, interpretação que advém do significado que atribuiu à sua própria experiência de vida, uma vez que ao se casar travou uma batalha pelo direito de ter um pedaço de terra para morar e trabalhar, como narra:

49 A Igreja Católica tem grande influência na constituição destas comunidades rurais e colônias agrícolas, mas também há a presença de outras igrejas, como a Batista, Assembleia de Deus e Universal. Atualmente se percebe, inclusive, comunidades onde há templos de mais de uma igreja. Nesta pesquisa, analisarei comunidades que têm o catolicismo por base religiosa, pois foram as primeiras a se formar e contemplam o recorte temporal proposto.

50 Odenil Ramos Muniz, casado, 60 anos, pai de 10 filhos, nascido em terras do entorno do lago do Zé-Açu (atualmente comunidade do Bom Socorro na Gleba de Vila Amazônia). Entrevistado por Mônica Xavier de Medeiros em 29 jan. 2011 na sede do IDAAM. Gravado em áudio. Duração 1 hora e 07 minutos (28 páginas); Acervo da pesquisadora.

51 Além de ser proprietário rural, foi um grande “patrão” nas décadas de 60 e 70, dono de firma de prensagem de juta e casa de comércio em Parintins, na qual comprava produtos dos trabalhadores rurais como juta, pau-rosa, andiroba, entre outros.

É, não, ele continuou até morrer, porque ele já é falecido, até morrer, quando ele morreu, eu já fiquei com meus 20 anos, quando eu completei 26 anos, eu constitui família, eu me casei, tive família. *Aí, meu sogro me deu um parecer, disse que era pra mim procurar uma terra pra mim trabalhar, porque viver em terra alheia não era vida, e até inclusive ele tinha, mas só que já tava tudo desmatado e não tinha mais onde plantar, ele me disse: “olha, eu não vou poder te ajudar, porque o meu terreno não tem mais condições, tu ainda está novo, começaste uma família, tu precisa duma área pra ti trabalhar, pra ti sustentar tua família”* e valeu a pena o que ele me falou. Eu lutei muito, andei muito, andei mesmo: primeiramente eu fui com meu padrinho de batismo [...] me levou lá na área... muito bonito, um terreno muito bonito, tinha 300 metros de frente por 1.000 de fundo, era uma base de 30 hectares, era um terreno grande mesmo, bem grande pra gente, diz a história, pra pobre... eu fiquei muito alegre, aí eu comecei, fiz dois hectares de roçado, aí o vizinho que tinha comprado o terreno que era dos pais dele, começou brigar comigo, dizendo que o terreno era dele, que ele tinha requerido e que era dele e pra evitar confusão, meu padrinho disse: *“meu filho, se é pra ter confusão largue”* e eu larguei, eu perdi meu trabalho, perdi tudo⁵².

Constituir família e a necessidade de sustentá-la surgem como motivações para que o trabalhador rural pobre desloque-se, ampliando seu território sobre a floresta. A narrativa de Odenil ajuda a pensar a ocupação tradicional de Vila Amazônia a partir da relação desses moradores com os fazendeiros, o Estado e a Igreja. Ocupar terras para além das várzeas e do entorno de lagos foi um processo que por vezes enfrentou os donos dessas terras que geralmente moravam na zona urbana de Parintins e criavam gado na zona rural. A terra em questão, onde Odenil plantou dois hectares de roçado, era reivindicada também pelo vizinho, e Odenil optou por deixar a terra e perder o trabalho que tinha feito no roçado.

Após essa tentativa frustrada de conseguir terras, Odenil participa de uma organização de moradores da região com o objetivo de conseguir fazer uma colônia agrícola numa área de terra firme (no centro) a 17 km da beira do lago, batizada de *Santa Fé*. Segundo Odenil, essas terras *“não tinham dono”* e essa ocupação teve o apoio da prefeitura de Parintins:

Era da vila, era da vila, era também uma terra, assim, devoluta, a pessoa chegava lá, fazia a barraca dele, lá ele trabalhava. Não tinha documento, nada, não tinha nada.

52 Odenil Ramos Muniz. Entrevista citada.

Aí, depois, tinha um cidadão chamado José Quirino que era presidente da Vila mesmo na época, da Vila e lá os vizinho tinha sempre uma encrenca e uns dizia assim: *“rapaz tu já tá mexendo, entrando na minha capoeira”⁵³, minha capoeira, aquela lá é minha*” e deu um problema. Aí, ele reuniu as famílias e dividiu a terra, pra cada qual ter seu pedacinho, mas sem documento nenhum, *só pra fazer um acordo, o acordo era de vizinho, pra acabar com o problema*. Aqui o teu, aqui o teu, aqui o teu, é tudo loteado, foi o tempo que criou a reforma agrária, agrária né, tempo da reforma agrária, aí o INCRA entrou pra colocar, aí bom, aí daí já veio o documento. E nisso aí, graças ao meu bom Deus, eu consegui meu pedaço pra mim⁵⁴.

Nas margens do lago Zé Açú, juntamente com a tradicional ocupação do seu entorno, houve um processo organizado de deslocamento para áreas de terra firme, para o “centro” da floresta, como é dito na região. Analisando a narrativa de Odenil, notamos, novamente, as experiências compartilhadas por trabalhadores/agricultores pobres nesta região do Médio e Baixo Amazonas. A necessidade de ampliação da extensão de terras ocupadas de forma tradicional era engendrada por vários fatores, seja o casamento, o aumento da família ou a questão das terras de várzea (que são as mais férteis) já estarem ocupadas. Essas necessidades faziam com que parte desses trabalhadores se organizasse para ampliar seus domínios na Floresta. A ocupação de áreas de terras firme constituía-se, então, uma alternativa.

As dificuldades de locomoção e a distância fizeram com que Odenil desistisse pela segunda vez de sua roça, de seu trabalho, mas a sua luta pela terra continuou. Recebeu convite para trabalhar nas terras nas quais seu cunhado também era posseiro: *“ele me chamou e disse ‘cunhado, olha aqui, não é meu’, ele disse, ‘mas eu tô trabalhando aqui, vamo trabalhar aqui junto, se um dia derem pra nós um pedaço, tudo bem’...”*. Há uma estrutura de sentimento que relaciona a terra ao trabalho. Odenil demonstra os sentidos de se perceber como trabalhador rural através de uma visão social de mundo engendrada na desigualdade e na exploração e que se constituem enquanto dimensões de suas experiências sociais, compartilhadas por outros trabalhadores rurais sem terra nesta região.

O casal Maria e João Batista também narrou suas histórias em busca de terra para morar e trabalhar. O terreno deles fica na

53 Capoeira é um tipo de mata secundária, que cresce após a derrubada da mata original ou primária.

54 Odenil Ramos Muniz. Entrevista citada.

Laje (próximo à comunidade de Santa Maria/sede do assentamento), e margeia o Rio Amazonas. Lá criam galinhas e possuem árvores frutíferas, como açazeiros, pupunheiras, cupuaçuzeiros, castanheiras, guaraná e outras. Moram numa casa de madeira e chão batido, e, embora as telhas sejam de zinco, existe uma fresta entre a parede e o telhado para a circulação do ar, uma importante adaptação da arquitetura de muitas casas na região para manter uma temperatura agradável (uma vez que o clima é muito quente e úmido). Maria e João ao se casarem não moravam na Laje/Santa Maria, mas seus filhos estudavam lá e tinham de percorrer a pé trilhas e caminhos na floresta até a escola, o que fez despertar o interesse do casal em morar mais próximo:

Aí foi o tempo que as crianças estudaram e eles vinham de lá por tudo que era mato, [...], eles vinham por dentro daquele caminho por meio do mato lá pra casa e as crianças estudavam aqui e iam pra lá, aí depois a menina, acho que deram um espanto nela pelo meio do caminho, ela chegou chorando uma vez lá em casa, depois ninguém achou mais que fosse bom, aí o homem [...], morou aqui, foi pra cidade, da cidade foi pra Manaus, mas era um conhecido muito de nós, né. Aí ele veio, falou pra nós e disse pra nós que se a gente quisesse vir morar por causa das crianças, que viesse morar nessa casa aqui que era dele, a casa ainda tava meio boa. Aí nós viemos ver aqui a casa, tá, aí ele deu pra nós esse lote de terra, *“podem trabalhar aí, endireitem a casa ou fazem outra né e vocês moram aí por causa das crianças”*, deu pra nós essa terra⁵⁵.

Esse “acordo” de conhecidos foi legitimado pela necessidade das crianças morarem perto da escola. Um acordo dentro de normas das culturas de tradição oral, no qual a palavra é tão importante que prescinde da letra para valer não apenas entre os envolvidos, mas perante a comunidade, pois não houve transferência de título de propriedade, em um tempo em que a terra – pelo menos para as famílias que habitavam a região – ainda não era mercadoria. A posse da terra era legitimada pela moradia e o trabalho. Quando o INCRA esteve nas terras de João na década de 90, ele não tinha ideia do tamanho do terreno: *“O terreno é grande, quando foi no tempo do... que passou pro INCRA, que veio essa medição de terra, esse assentamento como diz,*

55 João Batista dos Santos, 78 anos, casado com Maria Inis Batista, 82 anos. A entrevista foi realizada com o casal por Mônica Xavier de Medeiros em 05 abr. 2014 na casa onde moram, na Laje em Santa Maria de Vila Amazônia. Gravado em áudio. Duração: 41 minutos (19 páginas).

veio o INCRA fazer medição do terreno aqui dessa frente, nós já morava aqui há muitos anos...⁵⁶.

Eraldo Albuquerque também fez com sua família a migração das terras de várzea para a terra firme. Mudou-se do Paraná de Parintins em 1995, aos 21 anos de idade, e construíram a comunidade de São José do Laginho:

Olha, a partir de final da década de 80 começaram a acontecer enchentes maiores, com mais frequência e também e isso aconteceu também em função da atividade econômica, a gente trabalhava na juta, ainda era a principal atividade econômica até o final da década de 80, ainda no início da década de 90, então como ela fragilizou, a gente foi buscar uma nova alternativa e coincidiu também com esses fenômenos naturais das enchentes grandes com frequência e então o pessoal buscou uma certa garantia de que pudesse ter seus plantios sem a interferência dessas fenômenos. Então a terra firme foi a saída pra isso. A gente passou a ir pra terra firme⁵⁷.

A narrativa de Eraldo ajuda a perceber como o declínio da atividade econômica da juta influenciou o deslocamento das várzeas para a terra firme objetivando plantar roça. A luta por uma nova ordem fundiária já estava pautada desde muito antes da Reforma Agrária, de 1987, e da chegada do INCRA, no início dos anos 90. Essa nova territorialidade foi protagonizada por trabalhadores rurais e, por vezes, negociada e incentivada por setores da Igreja Católica e agentes públicos.

A entrevista com Maria Cursino Bulcão⁵⁸ também permite a problematização dessa migração 'várzea-terra firme' ou 'beira-centro', possibilitando entrever uma cartografia social de apropriação do território e as motivações que levaram moradores das áreas de várzea da zona rural de Parintins a deslocarem-se para a terra firme. Maria nasceu em 1936 no entorno do lago do Miriti. Sua mãe era de lá mesmo, mas seu pai era da várzea da outra margem do Rio Amazonas, onde Maria morou até 1953. Devido à cheia histórica deste ano⁵⁹, sua

56 Idem.

57 Eraldo Albuquerque, 42 anos, casado, nasceu na várzea do Paraná de Parintins na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (*Gleba de Vila Amazônia*). Entrevistado por Mônica Xavier de Medeiros na sede da EMBRAPA, em Parintins, em 02 mar. 2016. Gravado em áudio. Duração: 53 minutos (25 páginas).

58 Maria Cursino Bulcão, casada, 77 anos, mãe de oito filhos. Entrevistada por Mônica Xavier de Medeiros na comunidade de Aparecida no dia 02 jul. 2015. Gravado em áudio. Duração: 46 minutos (32 páginas).

59 Em 1953, o Rio Amazonas teve a maior cheia do século XX, o que ocasionou inúmeros transtornos, principalmente para os moradores das beiras de rios.

família voltou para as terras altas de Vila Amazônia, com a intenção de conseguir um pedaço de terra para fazer a roça sem as intempéries da natureza. Enquanto morou na várzea, a família de Maria plantava melancia, feijão, milho, banana, macaxeira, cacau e juta. Maria lembra que, com dez anos, já começou a trabalhar na juta capinando, cortando e lavando. Seu pai vendia os produtos agrícolas em Parintins na rampa do mercado. Depois da grande enchente, voltaram para o Miriti:

Aí tinha uma irmã da mamãe, ela tinha um pedaço, esse pedaço aqui, né... E ela... Aí nós chorando pra ela... *Eu que era mais danada pra querer trabalhar assim no negócio pesado, no negócio de roça e...* E eu dizia pro papai: mas papai, bora pra terra firme, que aqui a gente só come né? Temo a farinha do Pará que a gente jogava aqui e ia embora... Bulurenta... Marrá... Ninguém comia o que prestasse... Aí pegava aqueles enorme tambaqui gordo que a mamãe fazia e a gente ia pra mesa almoçar. Com aquela farinha não dava gosto... Não, vamo embora, vamo embora pra terra firme e aí ele dizia: “*não, minha filha, o que a gente vai fazer pra terra firme? Nós num temo roça, num temo terreno lá*”... E eu falei: “*ah, mas com tanta terra que tem lá e a gente pede por lá e faz*”. Até que ele se convenceu e nós se passemo pra cá...⁶⁰

Maria constrói o enredo da mudança ressaltando a vontade de comer uma farinha de qualidade, que sua própria família poderia fazer ao plantar roça nas áreas de terra firme. A cultura de fazer farinha é vivenciada nas áreas de roça da terra firme e serve para a alimentação, trocar por produtos cultivados em áreas de várzea e, também, vender nos mercados locais, sendo, portanto, uma alternativa de auferir algum dinheiro para a compra do que não se produz, como o café, sal ou sabão. A narrativa ainda ressalta o protagonismo desses trabalhadores rurais na luta por um pedaço de terra em que pudessem morar e trabalhar. Maria, que insistiu com o pai em ir para terra firme porque lá “*tinha tanta terra*”, conseguiu um pedaço para fazer o seu roçado:

De lá olha, chegemo aqui, eu tinha um, tinha um tio aqui que ele fica, nós chegemo aqui e ele disse [pro pai de Maria]: “*cumpadi, o senhor quer, o senhor quer fazer um roçado, uma roça?*” “*Eu quero*”. “*Então vou lhe levá lá no centro lhe mostrá um pedaço de capoeira, lá pro senhor fazer...*”. Lá, ele foi, ele mostrou um pedaço de terra e ele olha... *Fizemo um puxirum foi de repente*. De lá pronto,

60 Maria Cursino Bulcão. Entrevista citada.

ninguém saiu mais daqui. Eles saíram já pra ir pra cidade e pra lá morreram...⁶¹

Apreende-se que as práticas sociais desses trabalhadores são articuladas a partir da expectativa de melhorar de vida, de conseguir trabalhar na roça e produzir farinha. Percebemos também como se dava esse processo de territorialidade onde os trabalhadores rurais ampliavam seus espaços na Floresta através da posse de terras e de acordos verbais entre parentes e vizinhos. No centro, na capoeira, esses trabalhadores começaram a plantar suas roças na base do puxirum. Maria disse que quando seu pai realizava um puxirum vinha gente, vizinhos ou parentes, de outras comunidades e até do outro lado do rio. Era também uma forma de manter e estreitar os vínculos, de saber das notícias e de confraternizar.

A família de Dona Maria, ao chegar à terra firme e conseguir um pedaço de capoeira, começou a cultivar mandioca, macaxeira, café e cará, além de um laranjal cultivado com a ajuda de outros parentes que já moravam no Miriti. O barracão de farinha ficava no centro, próximo à roça. Maria relembra que faziam farinha, mas esta não era vendida e sim trocada: *“Agora farinha, essas coisa era difícil a gente vender... era só mais... gente que aparecia... gente do [Rio] Amazonas, que vinham trocar com peixe, melancia, assim, essas coisa...”*⁶². As relações com os moradores das várzeas do outro lado do Rio Amazonas eram intensas, continuavam a fazer o puxirum juntos e trocavam os produtos da várzea pela farinha da terra firme. Dona Maria fala com orgulho que trabalha até os dias de hoje e que cuida, junto do filho, de um hectare de roça. Só lamenta a situação do marido que, devido ao Mal de Parkinson, não pode mais trabalhar e ainda a impede de ficar mais tempo fora de casa (durante toda a entrevista ele esteve sentado ao seu lado, mas não conseguia falar). Maria é acostumada a ser a dona da voz e, aquela que enuncia a história e se coloca como protagonista dela, pois trabalhou desde os dez anos com juta, foi ela quem convenceu o pai a sair da várzea e partir para Vila Amazônia, sabe fazer roça, farinha, beiju, tarubá, além de ser parteira no Miriti e região e *puxadora de ossos*⁶³. E assim Maria transcorreu a entrevista com uma série de *histórias exemplares* de como conseguiu superar as dificuldades da vida e de como gosta de trabalhar, principalmente *“no pesado”*.

61 Idem.

62 Idem.

63 Puxar ossos é uma prática de medicina popular. O puxador de ossos cuida de torções, dores musculares e fraturas em ossos. Receita chás medicinais e pomadas de plantas nativas. Ao examinar o doente, o puxador de ossos realiza orações. Seus praticantes atribuem seus conhecimentos ao um “dom” divino e de nascença.

Esse processo de deslocamento das terras de várzea para as terras firmes em Vila Amazônia ensejou uma nova dinâmica de organização fundiária na região. As narrativas de Eraldo Albuquerque, do Paraná de Parintins, de Odenil Muniz, do Lago do Zé Açú, de Maria Cursino do Lago do Miriti, de João e Maria Batista, de Santa Maria de Vila Amazônia, evidenciam as inúmeras motivações e expectativas que acompanharam os deslocamentos destes trabalhadores rurais em áreas florestais de Parintins, como as grandes cheias do Rio Amazonas, a decadência do comércio da juta, a necessidade de ter a própria terra depois do casamento, a busca por bens sociais como escola para os filhos, a vontade de trabalhar na roça e com a fabricação de farinha.

Tentando apreender como o social se constitui na diferença, trazemos a fala de Felipe Cursino Martins, de 53 anos e morador da comunidade do Açai em Vila Amazônia, para evidenciar as diversas interpretações que esses trabalhadores tiveram do processo vivido. Na ocasião da entrevista, Felipe tinha acabado de inaugurar uma mercearia e também trabalha com plantação de banana, açai e cupuaçu. A criação da comunidade do Açai está intimamente ligada à expansão da pecuária sobre as terras de ocupação tradicional no entorno do lago do Miriti. Num primeiro momento, o Açai era colônia agrícola do Miriti, ou seja, muitas famílias moravam próximas ao lago, mas cultivavam suas roças e construíam os barracões de farinha mais para o “centro” da floresta. Na fala de Felipe, percebemos como a pecuária impactou esse processo:

Com a chegada dos fazendeiros, os fazendeiros foram comprando o terreno das pessoas que trabalhavam na roça, que foi forçando essas pessoas a adquirir terreno mais longe no caso meu pai foi um deles, foi vendendo terreno que dava pra gente fazer a roça, os pecuaristas tinham mais recurso foram comprando⁶⁴.

Ao falar sobre as novas formas de trabalho, advindas do contato com as grandes fazendas, Felipe relata:

Mônica - O Dodó Carvalho tem terra aqui também? De boi?
Felipe - O Dodó Carvalho tem terra aqui, tem, ele tem fazenda.
Mônica - Mas desde a década de 90?
Felipe - Não, eu acho calculadamente uns dez anos, ele já tomou esse terreno, se bem que essas pessoas ajudam

64 Felipe Cursino Martins, casado, nascido em terras do entorno do Lago do Miriti (atualmente comunidade de Aparecida no assentamento da Gleba de Vila Amazônia) em Parintins/AM. Entrevistado por Mônica Xavier de Medeiros na comunidade do Açai em 02 jul. 2014. Gravado em áudio. Duração: 40 minutos (17 páginas).

muito a comunidade lá, mas essas pessoas, essas pessoas do Miriti ficam sem terra pra trabalhar, ficam dependendo do trabalho de campo com os pecuaristas, praticamente ficam nas mãos dos pecuaristas se tiver trabalho, ele tem, se não tiver [...]. Quando os pecuaristas chegaram eles tinham que abrir roçado pra fazer campo, nessa sequência as pessoas do Miriti, inclusive até eu trabalhei nisso.

Mônica - Você abriu roçado?

Felipe - Eu abri roçado pra fazer campo pra criação do gado.

Mônica - Era cortar e queimar?

Felipe - Era cortar e fazer o roçado que é mais plantar, se bem que ajudou muitas as pessoas, mas no caso as pessoas ficaram sem terra pra trabalhar né, o dinheiro vinha mais rápido a gente vendendo o terreno, que era pouquinho, mas chegava mais rápido, ficava sem terra pra trabalhar ou ia procurar terra pra trabalhar mais longe e as terras foram ficando mais longe⁶⁵.

A memória de Felipe atribuiu significados para o processo de expansão da pecuária para as terras de ocupação tradicional na comunidade de Aparecida, que eram habitadas por parentes e vizinhos, e aponta para um momento em que os fazendeiros estavam comprando as terras desses moradores a baixos preços. Felipe valoriza positivamente o fato de que, com essas compras, os comunitários conseguiam dinheiro de forma rápida, mas avalia também que a venda dessas terras significou a dependência dos trabalhadores em relação aos fazendeiros, porque ficavam sem terra para garantir seu sustento. Esta narrativa visualiza outras relações de trabalho que estão surgindo e passam a coexistir com as formas tradicionais de trabalho coletivo, como o puxirum, introduzindo a capitalização das relações sociais e a mercantilização da terra, que passa a ter o objetivo de garantir o lucro de sua renda para o seu proprietário. Todo esse processo faz surgir novos valores e concepções de sociabilidade e novas relações com a terra e com o trabalho.

O pai de Felipe vendeu suas terras no Miriti e foi cultivar no Açaí. Felipe morou em Manaus alguns anos, onde trabalhou no comércio. Na época em que voltou para Parintins, seu pai sofreu um acidente que o impediu de continuar cultivando essas terras. Ele e seu irmão, então, decidem continuar o trabalho do pai para não perdê-las, pois nessas comunidades o que garante a terra é o trabalho. Felipe faz parte de uma nova geração que já vendeu sua força de trabalho para as fazendas de gado, que já morou nas cidades de Manaus e Parintins. A experiência

65 Felipe Cursino Martins. Entrevista citada.

de “vender” a força de trabalho e morar em cidades talvez tenha sido determinante para que Felipe assumisse uma postura empresarial em relação a terra. Assim, além da mercearia, Felipe e seu irmão têm plantações de açaí e cupuaçu que não vendem *in natura*, mas em polpa vendidas diretamente a um “patrão”, o que demanda a contratação de empregados para tocar o negócio. Felipe conta sobre a forma de realizar esse comércio:

Mônica – Aí o senhor vende isso lá pra Parintins?

Felipe – isso a gente vende, na verdade a gente vende pra atravessador ainda, eu tenho um, *nós temos um como na lei daqui um patrão*, que ele paga bem pra gente, é um atravessador que paga bem, nós não temos o trabalho de tá, de empatar o tempo lá pra vender.

[...]

Mônica – Ele já compra direto?

Felipe – Compra direto e é bom, é bom pra gente que nessa questão que a gente vende num preço bom e não tem demora de tá empatando pra gente lá... é bom tá vendendo diretamente pro consumidor, é. Você tem que ter um tempo também para estar lá, porque você chega o consumidor não tá esperando ali, ele vem devagar e é isso que pega a gente, porque como diz o *tempo é dinheiro se a gente perder muito tempo lá, a gente para aqui alguma coisa*, aí a gente entrega aqui, num preço bom também pra lá...⁶⁶

Apesar de vender para atravessador (e especificamente para um “patrão”), Felipe interpreta sua atividade de maneira positiva, pois não precisa “*perder tempo*” na venda direta ao consumidor, afinal, de acordo com os novos valores que vem despontando na Floresta, “*tempo é dinheiro*”. Esses novos valores pretendem instituir outras temporalidades, como a hora do relógio do capital, que mais do que indicar a passagem do tempo, regula as novas formas de trabalho. Apreendem-se, na narrativa de Felipe, como os valores dominantes se articulam na sua interpretação do vivido, revelando que a luta de classes também ocorre no campo da construção de significados para as experiências sociais, que assume diversas formas não se expressando somente em termos de luta e resistência, mas em negociação, incorporação e até capitulação.

Em diálogo com os comunitários, analisando suas narrativas orais, pude perceber as mudanças dos modos de vidas destes trabalhadores rurais. Os fazendeiros pecuaristas podiam comprar as terras de moradores

66 Idem.

tradicionais livremente antes da reforma agrária. Procurar terra para trabalhar *mais longe*, mais para o *centro*, também era uma estratégia para driblar a concentração de terras efetivada pelos pecuaristas.

Para Felipe, esse processo de avanço da pecuária para as terras de ocupação tradicional, que resultou num aumento da concentração de terras na região, foi naturalizado como parte do “progresso”: *“hoje em dia pra você conseguir terra no assentamento tá difícil porque todos tem dono, então futuramente ainda vai ser mais longe porque o progresso está chegando”*⁶⁷. Nesse sentido, conseguimos apreender que a concepção de progresso para o entrevistado está ligada à noção de desenvolvimento e aos valores urbanos em contraste à vida no campo, tida como sinônimo de atraso.

Nas trajetórias de vida desses trabalhadores, percebi indícios que indicam o social no qual estavam inseridos. O deslocamento do local de trabalho dos moradores do Miriti foi balizado tanto pela compra de suas terras pelos pecuaristas como pelo enfrentamento aos “donos das terras” onde estavam construindo as novas colônias.

Antes há muito tempo quando eu nem existia, já existia usina de extração de pau-rosa mais pra dentro do Quebrinha, inclusive o senhor Juca Peixinho⁶⁸ que era o dono e eu acho que ele se sentiu no direito de dizer que tudo era dele, porque era só ele que trabalhava, tinha a estrada do Miriti até lá, mas só ia as máquinas dele mesmo, ninguém tinha naquele tempo carro, bicicleta nem se falava para cá, moto então... aí já tinha essa abertura de estrada pra virem para cá, já reconheciam, já reconhecia, o meu pai já reconhecia porque trabalhou aí pra essa usina pra dentro do Quebrinha, então eles já conheciam, sabiam a área, já conheciam toda a área, [...] eles só fizeram simplesmente já se apossar das áreas porque já conheciam⁶⁹...

67 Idem.

68 José Medeiros da Gama era conhecido como Juca Peixinho e além de ser dono da usina de extração de essência de pau-rosa também foi deputado estadual (1947 a 1950) e vereador na Câmara Municipal de Parintins entre 31 de dezembro de 1951 a 31 de dezembro de 1955, chegando à presidência desta casa. Pertenceu aos quadros da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e do PSP (Partido Social Progressista). No livro de memórias do político Gláucio Bentes Gonçalves lê-se: “Sei também que o Juca, um certo tempo, se dedicou aos assuntos atinentes ao ruralismo, tendo vivido muito anos no comando do Sindicato Rural de Parintins, chegando a ser juiz classista junto à Justiça do Trabalho, onde permaneceu como representante patronal até o fim de sua existência. Antes, porém, tinha sido um dos fundadores da Cooperativa dos Jucicultores de Parintins. Foi proprietário de vastas áreas de terras, na região do Paraná de Parintins, sendo também criador de gado (GONÇALVES, 2012, P. 197).

69 Felipe Cursino. Entrevista citada.

Analisando a narrativa de Felipe, apreende-se a construção de uma imagem socialmente compartilhada, que articula o trabalho com o direito à posse dessas terras. O ex-dono da usina de exploração de pau-rosa reivindicava a área. O declínio destas atividades comerciais legitimou a apropriação dessas terras pelos trabalhadores. Também o fato destes já conhecerem e trabalharem nas terras corroborou para que se apropriassem delas. Os moradores do Miriti não aceitaram ser tratados somente como força de trabalho na exploração do pau-rosa e passaram a reivindicar a terra em que moravam e trabalhavam.

As experiências desses trabalhadores foram fundamentais no processo que levou ao questionamento das desigualdades no acesso e permanência na terra em Vila Amazônia. As práticas sociais são tecidas num campo de domínio e subordinação, mas não limitam a consciência:

Homens e mulheres também retornam como sujeitos, [...] não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida tratam essa experiência em sua consciência e em sua cultura (THOMPSON, 1981, p. 182).

Raimundo Rocha Carvalho⁷⁰ também viveu o deslocamento da várzea para a terra firme, onde, juntamente com familiares e vizinhos, formaram uma colônia agrícola que deu origem à comunidade de São José do Laguinho. Durante sua infância e juventude, morou numa comunidade de várzea chamada Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada no Paraná de Parintins de Baixo⁷¹. A organização da memória de Raimundo articula preferencialmente determinados níveis de experiência relacionados ao plano institucional, tal como aponta Portelli⁷², que dizem respeito à esfera da política, governo, partidos,

70 Raimundo Rocha Carvalho, casado, 51 anos, pai de duas filhas. Desde jovem participou de movimentos sociais e de cursos de formação política organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Foi fundador do GRANA V (Grupo Ambiental Natureza Viva) e do COAGVA (Conselho dos Assentados da Gleba de Vila Amazônia). Entrevistado por Mônica Xavier de Medeiros em 15 ago. 2014 em sua residência. Gravado em áudio e vídeo. Duração: 1 hora e 22 minutos (36 páginas).

71 De acordo com o livro Clarões de Fé no Médio Amazonas, de Dom Arcangelo Cerqua (2009), a comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro foi fundada em 10/11/1967 sob a presidência de Alamiro Silva de Carvalho. É preciso ressaltar que a data de fundação dessas comunidades no livro citado corresponde à data da construção da Igreja, mas as pessoas já moravam na região anteriormente.

72 Portelli argumenta que se pode definir mais ou menos três estratos verticais, ligados a espaços de referência, em torno dos quais se organizam as narrativas: *O Institucional* – a esfera da política, governo e partidos, tendo como espaço de referência a nação e o mundo; *O Coletivo* – relativo a greves, catástrofes nacionais, participação coletiva em eventos institucionais, que tem como espaços de referência a cidade, o bairro, o local de trabalho; o *Pessoal* – refere-se à vida privada e familiar, ciclo de nascimentos, casamentos, mortes e tem como espaço de referência o lar (PORTELLI, 2004, p. 307).

sindicatos, eleições e contexto histórico nacional. Foi no decorrer da entrevista que Raimundo percebeu que também estávamos interessados em *detalhes* pessoais e cotidianos. Sobre o deslocamento para a terra firme, Raimundo afirma:

Então nesse contexto participando do movimento da Igreja que tinha as Pastorais Sociais da Igreja e lá depois tinha um padre, um padre diocesano que se formou chamado padre Manuel do Carmo, ele veio pra Parintins e tinha um trabalho social muito grande em expandir e tornar público as doutrinas sociais da Igreja Católica, que a Igreja defende, porque a Igreja... de que lado a Igreja está? O que a Igreja pensa em relação aos pobres? As camadas sociais mais carentes através da CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil foi criado a Comissão Pastoral da Terra que era uma pastoral financiada [...] que tinha como dá formação, capacitação às lideranças, dirigentes, moradores, ribeirinhos de comunidades da região da Amazônia, no sentido de eles tarem se organizando e discutindo interesses das comunidades dessa região, do município de Parintins, porque se notou assim... é... a economia girava em torno, nessa época, girava em torno da juta, da fibra da juta⁷³.

O enredo de Raimundo contextualiza historicamente a experiência dos moradores das várzeas durante o deslocamento para a terra firme, evidenciando e organizando determinados níveis de experiência, tais como a relação com a Doutrina Social da Igreja Católica através das Comunidades Eclesias de Base – (CEBs) e o trabalho das pastorais. A formação de colônias agrícolas também foi incentivada pela Igreja. Segundo Raimundo, com a queda do preço da juta no mercado, as comunidades de várzea foram diminuindo, pois houve a expansão da pecuária para essas áreas: *“essas comunidades [de várzea] foram praticamente despovoadas, as pessoas saíram de lá, ficaram praticamente desabitadas, então venderam uma comunidade que pertencia a 30, 40 famílias, hoje são de dois, três, quatro, cinco donos, proprietários que são os fazendeiros...”*⁷⁴.

A narrativa de Raimundo evidencia o processo de apropriação e concentração das terras de várzea pela pecuária. O declínio do comércio da juta é apontado, novamente, como uma das razões para os deslocamentos entre várzea e terra firme, mas não somente. Em

73 **Raimundo Rocha Carvalho**. Entrevista citada.

74 Idem.

outro momento, Raimundo destaca que a recorrência de enchentes acentuadas no regime de águas do Rio Amazonas também teria contribuído para o processo migratório. Segundo Raimundo, a formação de colônias agrícolas na terra firme foi incentivada tanto por setores da Igreja Católica quanto pelo poder público municipal:

Eu me lembro de lá para cá, o prefeito na cidade era o Benedito Azedo⁷⁵, ele foi assim pioneiro em abrir as colônias, dá condição pra que com o término da juta, as pessoas procurasse uma outra atividade que substituísse economicamente a cultura da juta. Então juntamente com a Igreja, o bispo da cidade na época e houve tipo assim tipo uma **invasão desordenada** dessas comunidades, todas fizeram as colônias agrícolas. Como que era isso? Juntava um monte de umas dez, uma dezena de famílias e desbravavam a mata, faziam uma picada e faziam os lotes demarcados por eles mesmo, sem topógrafo, sem nada⁷⁶.

Na década de 70, com a queda do preço da fibra da juta e a ocorrência de grandes cheias no Rio Amazonas, moradores das várzeas começaram a procurar as terras altas de Vila Amazônia formando colônias agrícolas onde pudessem cultivar suas roças e produzir farinha. É preciso enfatizar, entretanto, que foram os trabalhadores rurais que protagonizaram a formação dessas comunidades/colônias agrícolas, embora pudessem tecer diversas alianças com o poder público municipal e a Igreja Católica, como apontado por Raimundo Rocha.

As relações tecidas entre a Igreja Católica e os trabalhadores de áreas rurais de Parintins foram rememoradas por Lenita da Silva Marialva⁷⁷:

Olha a comunidade do Jauari era umas sete famílias, tinha.... tava tudo espalhado aqui pro Miriti, aqui prumas cabeceiras que tem, isso aqui era uma roça, isso aqui não era uma terra assim... quer dizer que moravam pessoas, mas não tinham assim uma igreja, nós conseguimos essa igreja através do pessoal lá da Itália que nossa primeira igreja aqui era de madeira, quer dizer o barracãozinho era de palha tudo era ainda no começo.⁷⁸

75 Benedito de Jesus Azedo foi prefeito de Parintins entre os anos de 1973 e 1976, pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional).

76 **Raimundo Rocha de Carvalho**. Entrevista citada.

77 **Lenita da Silva Marialva**, casada, 56 anos, mãe de 11 filhos, nascida no paraná do Itaboraí de Baixo/Parintins. Entrevistada por Mônica Xavier de Medeiros na comunidade de Santa Clara do Lago Jauari em 09 jul. 2015. Gravado em vídeo e áudio. Duração: 50 minutos (37 páginas).

78 **Lenita da Silva Marialva**. Entrevista citada.

O trecho da narrativa mostra que, mesmo antes da fundação da comunidade, em 1976, as pessoas já moravam no entorno do lago do Jauari, mas com outras lógicas de territorialidade. O pessoal da Itália a que Lenita se refere são os padres do PIME⁷⁹, que angariaram doações para a construção de uma igreja em alvenaria na comunidade, como estratégia para reunir esses moradores sob a influência da religião. Embora São Jorge tenha sido escolhido como padroeiro da comunidade, Lenita disse que o doador italiano do dinheiro que construiu a igreja era devoto de Santa Clara, por isso a igreja não foi construída em homenagem ao padroeiro escolhido pela comunidade. Essa passagem revela tensões e tentativas de controle da religiosidade popular na constituição de comunidades rurais uma vez que o culto a São Jorge está associado não apenas ao catolicismo, mas às religiões de matriz africana.

No início, o barracão de madeira coberto por palha feito no puxirum era utilizado para reuniões, aulas e cultos dos moradores. Para a formação da comunidade, a Diocese providenciou a compra do terreno:

Foi a diocese que comprou pra comunidade. Daqui... uma terra até lá... pra *Baixa da Morte* que chamam [...] Nós se reunimos, a diocese compra essa terra. Nós viemo pra cá e construímos nossas casinhas aqui, cada um com um pedacinho de terra pra fazer nossas casas. Meu cunhado era o presidente da comunidade naquele tempo, dividiu os pedacinhos de terra pra cada um de nós fizeram a sua casa.⁸⁰

Depois da formação da comunidade de Santa Clara do Jauari, os moradores providenciaram uma colônia agrícola, dessa vez batizada com o nome do padroeiro escolhido anteriormente “São Jorge”. Lá a família de Lenita tem um açaizal, além de plantação de macaxeira, batata, cará e mamão. Sua família também pesca no lago do Jauari, mas apenas para consumo próprio. O barracão de farinha também se localiza na colônia e a produção é voltada para o próprio consumo da família. Além da farinha, produzem também outros derivados da macaxeira e da mandioca como o beiju, a tapioca, o tucupi e as bebidas nutritivas consumidas em dia de “trabalho” no puxirum (pajiroba e tarubá).

79 Pontifício Instituto das Missões Exteriores (PIME). Em 1955, foi criada a prelaia de Parintins ficando sob os cuidados do PIME, que abrangia ainda as paróquias de cidades próximas como Barreirinha, Boa Vista do Ramos e Maués. O PIME nasceu da unificação de duas instituições missionárias italianas, fundadas na segunda metade do século XIX, que pretendiam formar padres para evangelizar regiões consideradas “remotas” para os europeus. A primeira é o “Instituto das Missões de Milão”, fundada em 1850 por Ângelo Ramazzotti, e a outra é o “Pontifício Seminário dos Santos Pedro e Paulo para as Missões Exteriores”, fundada em 1874 por Pedro Avanzini. Em 1926, o papa Pio XI unifica os dois institutos que passam a se denominar Pontifício Instituto das Missões Exteriores. Disponível em: <<http://www.mundomissao.com.br/menu.asp?menu=27>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

80 *Idem*.

O processo de territorialidade em Vila Amazônia foi constituído nos últimos vinte anos do século XX pelas formas tradicionais de apropriação de terra de seus moradores articuladas ao enfraquecimento do comércio da juta, a expansão da pecuária e a regularização fundiária ocorrida com a Reforma Agrária a partir de 1987. A análise do modo de vida de trabalhadores rurais desta espacialidade é uma forma de percebermos e evidenciarmos as estratégias da luta pela terra na região. A politização do *tradicional* na Amazônia requer que os modos de vida de seus moradores não sejam tratados como *resquícios* e também não sejam considerados oposição ao *moderno*. O reconhecimento de que o modo de vida de populações tradicionais se instituí no contato com novas determinações econômicas e fundiárias permite evidenciar suas resistências e lutas pela terra, pelo acesso aos recursos naturais e pelos seus modos específicos de relação com a Floresta, o que enseja a visualização do protagonismo dessas populações tradicionais na luta por seus direitos.

REFERÊNCIAS

CERQUA, Arcângelo. *Clarões de Fé no Médio Amazonas* (A prelazia de Parintins no seu Jubileu de Prata). Manaus: ProGraf. 2009.

GONÇALVES, Gláucio Bentes. *Parintins nas minhas lembranças*. Manaus: Editora Aram. 2012.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO. 2003.

PORTELLI, Alessandro. "O momento da minha vida": Funções do tempo na história oral. In: ALMEIDA, Paulo Roberto; FENELON, Déa; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes (orgs). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho Dágua. 2004.

RIBEIRO, Noely Vicente. *Atlas da várzea: Amazônia/Brasil*. Manaus: IBAMA. 2007.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erro: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1981.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1979.

7

dimensões da educação na *Belle Époque manauara*

as perspectivas do Estado,
difundidas no *Gymnásio
Amazonense*, e as dos
operários na última década
do século XIX

*Carlos Henrique Gonçalves
Assis*

A última década do século XIX que é apresentada por alguns autores como o período de grande surto de urbanização da cidade de Manaus, também foi um momento crucial para as disputas em torno da educação na cidade. Nesse sentido, coube a Eduardo Gonçalves Ribeiro promulgar o decreto número 34 de 13 de outubro de 1893 e criar o *Gymnásio Amazonense* em substituição ao Instituto Normal Superior. (LEÃO, 1925, p.53) E, tendo em vista a reforma federal de Benjamim Constant, o *Gymnásio Amazonense* foi equiparado ao *Gymnásio Nacional*. Em 1894 Plácido Serrano, então comissário do governo da república, vistoriou o novo instituto de ensino dando um parecer favorável à equiparação do instituto amazonense ao seu congêneres nacional, o que ocorreu pelo decreto 1778 de 22 de agosto de 1894.

Nesse sentido, a ação de Eduardo Ribeiro de criar o *Gymnásio Amazonense* e equipará-lo ao congêneres nacional, ocorre no período em que parte da sociedade de Manaus, via de regra, vivia o período de prosperidade da *Belle Époque*. Sendo assim, podemos situar o processo educacional em conjunto com o projeto de desenvolvimento pautado pela exploração do látex na região. E, da mesma forma que a prosperidade dos lucros da borracha ficou nas mãos de uma pequena parcela da sociedade, as possibilidades do ensino também eram limitadas às elites locais.

Assim sendo, o *Gymnásio Amazonense* atendia educacionalmente, com o apoio do poder público, à elite local também beneficiária dos lucros da exploração da borracha. Nesse sentido, podemos considerar que o instituto amazonense utilizava-se das propostas educacionais do *Gymnásio Nacional* para criar uma ideia de educação de pretensão hegemônica para compor a civilização que Estado e parte da elite manauara criavam em torno dos lucros da exploração do látex. Uma vez equiparado

ao *Gymnásio Nacional*, esse ensino que visava incutir uma perspectiva do que seria a “boa sociedade”, formada por brancos com história vinculada aos portugueses, favoreceu às autoridades do Amazonas, através do *Gymnásio Amazonense*, a construção de um modelo de civilização para referendar a sociedade da *Belle Époque* que se buscava construir a partir do desenvolvimento econômico da exploração do látex.

Contudo, ainda que o Estado possuísse o *Gymnásio Amazonense* como um modelo de ensino e padrão civilizacional de educação, outras dimensões da educação também compunham a cidade em seus mais diversos agentes sociais. Mesmo um ano antes de Eduardo Ribeiro regulamentar a criação do *Gymnásio Amazonense* em 1893, a análise dos periódicos que circulavam na cidade em 1892 demonstram a educação como um campo de disputas na cidade de Manaus. Nesse sentido, a regulamentação da instituição de ensino um ano depois da entrada de Eduardo Ribeiro no governo do Estado, indica a preocupação das autoridades com a educação enquanto um campo de disputas sociais.

O governador regulamenta a instrução pública do Estado, cria o *Gymnásio Amazonense* e equipara-o ao seu congêneres nacional em um contexto interno em que alguns grupos sociais se organizam para buscar sua formação autônoma e, em um contexto externo, Benjamim Constant realiza uma reforma no ensino nacional: é importante ressaltar a proximidade com a perspectiva positivista tanto do militar que governava o Amazonas (Eduardo Ribeiro) quanto do militar responsável pela Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos (Benjamim Constant). Assim sendo, passaremos agora à análise dos periódicos que circulavam em Manaus à época para evidenciar as práticas educacionais desses grupos sociais que estavam à margem do projeto de civilização que parte da elite e do Estado buscava instituir.

para além do *Gymnásio Amazonense*: outras dimensões da Educação na análise dos periódicos da cidade de Manaus.

A análise da historiografia brasileira demonstra que a utilização dos jornais como fonte de pesquisa histórica aumentou a partir do último quarto do século XX: os meios jornalísticos que antes eram vistos com desconfiança, passam a ser considerados como fonte para as pesquisas históricas. Contudo, a utilização da imprensa enquanto fonte de pesquisa deve ser baseada em criteriosos métodos de análise que permita evitar erros básicos, como os identificados por Maria Helena

Rolim Capelato nos historiadores brasileiros da primeira metade do século XX que consideravam a notícia como “relato fidedigno da verdade” (CAPELATO, 1988, p. 21).

Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, em seus estudos a respeito de história e imprensa, consideram que nas últimas décadas os pesquisadores incorporaram “(...) a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com a qual devemos lidar” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 254). Nesse sentido, de ampliação da compreensão a respeito das fontes para os estudos históricos, as autoras desenvolveram um procedimento de análise para o trabalho de crítica histórica desses materiais.

As autoras demonstram que, apesar dos alertas realizados a respeito da ideologia presente nos discursos dos jornais e de suas relações com determinados grupos sociais, ainda persiste em grande parte dos trabalhos a utilização da imprensa apenas como fonte de informação, prevalecendo uma pesquisa sobre o assunto abordado no jornal. Assim sendo, propõem uma reflexão sobre a historicidade da imprensa, “(...) tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas”. (Idem, p. 257). Nesse sentido, Maria do Rosário e Heloísa de Faria Cruz propõem uma articulação da análise do periódico ao campo de lutas sociais no interior da qual se constitui e atua, ou seja, um deslocamento para o campo da história social. Trata-se de entender a relação imprensa/sociedade, fugindo do mito da objetividade e identificando-a enquanto parte formadora do social. Assim sendo, buscou-se nesse trabalho utilizar o roteiro de análise proposto pelas autoras para se pensar os jornais analisados para contribuir com a composição das dimensões da educação na cidade de Manaus no período alcançado por essa pesquisa.

Um jornal de grande circulação em Manaus era o “Estado do Amazonas” que era editado às quartas, sextas e domingos, e servia como uma espécie de diário oficial levando informações do Estado para a população. O periódico se propõe em seu subtítulo ser um jornal político, comercial, noticioso e literário o que demonstra uma pretensão de delimitar espaços a respeito de diversos assuntos mobilizando a opinião do seu público, além de associar a natureza de sua intervenção a assuntos amplos e de interesse geral. Contudo, a análise dessa posição do subtítulo e do seu conteúdo revela uma tentativa do periódico de criar referências homogêneas, vinculando as temáticas incluídas no

subtítulo às ações do Estado, excluindo assim outras formas de se fazer política, comércio, literatura e educação, uma vez que os “(...) leitores são mobilizados e se mobilizam pela leitura do periódico enquanto um campo de forças” (Idem, p. 263).

O jornal, como a maioria dos que circulavam na cidade, era composto de quatro páginas, divididas por quatro colunas cada. As seções do projeto gráfico podem ser divididas basicamente em quatro grandes temáticas, que sofriam pequenas alterações entre as edições, mantendo uma coesão no seu discurso. Era iniciado com duas seções sobre política e uma policial. A “Parte Oficial” era a maior seção do jornal que ocupava a primeira página e continha informações sobre as ações do governo como viagens, mudanças de funções, nomeações e opiniões do governo sobre os acontecimentos políticos do período; esta era seguida pelo “Editorial”, que fazia comentários sobre os aspectos oficiais do governo e construía referências a respeito do que queria transmitir como ações políticas. Essas eram sempre associadas às ações do governo enquanto responsáveis pela condução do povo que escolheram os líderes para atuar no campo político. Contudo, a palavra “povo” ou a expressão “todas as classes sociais” são utilizadas quando o governo necessita de propagar uma ideia de participação e legitimação democrática de suas ações.

O jornal dedicava um espaço específico para assuntos policiais, intitulada “Pela Polícia”, que continha trechos de literatura policial e era seguida de informações sobre os membros da polícia e ações policiais na sociedade. A demarcação do tema policial nas páginas do jornal visa demonstrar a presença da polícia em todas as áreas da cidade, até mesmo nos jornais. Isso demonstra a intenção do jornal, que era vinculado ao governo, de demarcar a busca pela manutenção da ordem divulgando assuntos policiais, além de criar no público uma tensão que justifique a atuação do governo no controle da sociedade.

A seção a respeito da política, seguida da seção policial, cria referências coesas que justificam ações autoritárias do governo, como o decreto de estado de sitio noticiada na edição 05 que circulou em 15 de janeiro de 1892⁸¹, que foi justificada por uma tentativa de golpe ao governador, “único que recebeu investidura constitucional” e que deve agir com “toda energia e atividade na repressão de tão grande crime”,

81 “Considerando que hoje pelas cinco horas da tarde um grupo de conspiradores (...) e desenvolveram uma inconveniente e perigosa discussão tendente a destruir o governo legalmente constituído(...). Considerando que a gravidade da situação e a ordem e a tranquilidade públicas exigem da parte do poder responsável, o único que recebeu investidura constitucional(...). Ficam suspensas por trinta dias (...) todas as garantias civis e políticas(...)”. In: Jornal Estado do Amazonas. Anno I. Número 05. 15 de Janeiro de 1892. p.1 Disponível em: <http://memoria.bn.br/>

agindo pela ordem e tranquilidade pública: as informações sobre política buscavam delimitar o campo da atuação política associada ao governo enquanto que a presença da seção policial buscava garantir que esse campo político não fosse interferido ou questionado por outros agentes sociais.

Já as seções “Dados”, “Comércio” e “Pauta Oficial” eram dedicadas à economia do Estado e traziam informações sobre despesas e receitas do mercado público, alfândega e tesouro, além de cotações dos preços dos produtos de importação e exportação, como a borracha, copaíba, cacau e couro. Dessa forma, marcavam o tema da economia com os gêneros que se relacionavam com a exportação e estavam associados ao comércio de um pequeno grupo de pessoas da sociedade da época. A delimitação dessa seção do jornal com uma economia específica corrobora a perspectiva de análise de Edineia Mascarenhas Dias, que demonstra que o discurso do fausto foi criado pelas elites locais e referendado pelas autoridades do Estado, que justificavam esse discurso com construções e grandes obras que materializasse o discurso de opulência das elites: “os aumentos sucessivos das exportações e os elevados preços dos produtos exportados, principalmente da goma elástica, alavancam a receita do Estado, contribuindo com isto, para uma enorme euforia dos administradores estaduais” (DIAS, 2007, p. 28).

Após os aspectos políticos e econômicos o jornal era composto por duas breves seções destinadas à poesia que eram a “Perolas Soltas” e a “Dito e Facecias” que tinham uma pretensão humorística, mas se caracterizavam, em sua maioria, por preconceitos contra a mulher. Essas poesias geralmente associava a mulher às conversas informais a respeito da vida alheia, buscando demarcar um papel feminino específico na sociedade, distante das funções do trabalho e próximas da vida doméstica. Além de textos humorísticos relacionando o casamento a um fardo enfrentado pelo homem que escolhia viver sua vida ao lado de uma mulher, relacionando essa ação a quem agiu sem usar a razão, como se a razão estivesse somente ao lado dos negócios políticos e econômicos tratados nas seções anteriores.

Como de costume à época, o jornal era finalizado com os “Anúncios”, que era em sua maioria composto por propagandas relacionadas a bebidas, remédios, advogados e artigos diversos, além do Seminário de São José que era um dos mais citados. As propagandas relacionadas no jornal constituem um estilo de vida que poucas pessoas tinham acesso na cidade de Manaus do período, que pode ser percebido

na recorrência da propaganda da Cidra Estrela, e do tabaco e gravatas da Casa Havanesa⁸².

É importante ressaltar o fato de que na edição 18 que circulou no dia 14 de fevereiro de 1892 o chefe de polícia solicita não mais conceder licença para o Café Leitão (propriedade de J.M. Ferreira) e o Café Marinho que são vistos como focos de imoralidade e germes de crimes e vícios:

Por esta Secretaria manda a Intendência Municipal fazer público que em vista da requisição do Dr. Chefe de Polícia do Estado, em ofício de 30 de janeiro último, deixa de conceder novas licenças a J. M. Ferreira, dono do antigo <<Café Leitão>> e a Cambeiro & Irmão, donos do <<Café Marinho>> para continuarem a ter botequins, por se tornarem aquelas casas focos de imoralidade e germeas de vícios e crimes de toda a sorte conforme declarou o mesmo Dr. Chefe de Polícia (JEA. Nº 18. 14/02/1892. p. 03).

Essa publicação foi respondida pelo proprietário do estabelecimento na edição 20 do dia 19 de fevereiro de 1892 que fez questão de tornar público à intendência municipal que seu estabelecimento comercial não era casa de imoralidades como havia dito o chefe de polícia: “J.M Ferreira, estabelecido à rua da instalação, faz público à Intendência Municipal d’ esta cidade, que o seu ramo de negócio é casa de comedorias, e de vender frutas e não taberna como está no lançamento e não vende cachaça.” (JEA. Nº 20. 19/02/1892. p. 03).

Essa preocupação do comerciante demonstra a soma de esforços do poder público para excluir ou afastar as práticas que não se enquadravam no controle social que buscava garantir a imagem de cidade civilizada. Ao mesmo tempo em que fazia propaganda da bebida consumida por um grupo de pessoas, reprimia com ação policial de controle, fiscalização e não renovação da licença de funcionamento do estabelecimento que vendia bebidas de custo popular. Ao buscar compor as dimensões do lazer dos estivadores na cidade de Manaus no começo do século XX, Maria Luiza Ugarte chama a atenção para dificuldade de se constituir esse aspecto da vida dos estivadores, tendo em vista que suas diversões estavam quase sempre associadas

82 “A existência de um mercado que penetra o periódico é uma constatação que também deve ser levada em conta pelo historiador. Afinal, sua presença evidencia os anunciantes como poder de pressão em cima do periódico, tanto em sua cobertura quanto em seu alcance ao público, confirmando assim que o anúncio deve ter um impacto positivo nas vendas do anunciante. Já o jornal, dependendo cada vez mais desse tipo de verba, vai ter no *merchandising* um importante pilar de sustentação econômica.” In: LAPUENTE, Rafael Saraiva.

O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. História da Mídia Impressa, 10º Encontro Nacional de História da Mídia, 2015. p. 7 Disponível em: www.ufrgs.br/alcar2015.

às práticas proibidas como o jogo, o álcool e a prostituição: “(...) o lazer popular muitas vezes ia de encontro às normas disciplinadoras postas em prática pelos representantes do poder público, o que acarretava serem algumas dessas atividades acompanhadas de perto pela força policial” (PINHEIRO, 2003, p. 68).

Na edição 04 do jornal “Estado do Amazonas”, que circulou em uma quarta feira no dia 13 de janeiro de 1892, período de férias escolar, destaca-se a propaganda do Seminário de São José que possuía nota na terceira página informando a abertura da matrícula, os valores das mensalidades e os elogios ao corpo docente, e uma tabela na última página do jornal com detalhes dos valores para cada curso (primário, secundário e internato) e os materiais do enxoval, que eram os objetos necessários ao aluno que estudaria no sistema de internato. Vale ressaltar que a propaganda do Seminário de São José, ocorre em diversas edições, sendo a propaganda mais recorrente do jornal, o que parece estar associado à grande aceitação desse tipo de ensino por parte do público alvo do jornal. Demonstra também a busca do jornal em constituir uma ideia do que seria uma educação de qualidade, tendo em vista a quantidade e o espaço dedicado no jornal a essa instituição. Além de indicar a articulação do periódico com os interesses da instituição e composição dos interesses comerciais daquela época.

Já para as crianças abandonadas⁸³ essas instituições, que pretendiam “ser o teto que protege, serviam como muros” para manter dentro dessas instituições os indesejáveis para a implantação da sociedade que se pretendia formar. Essa opção histórica da sociedade brasileira pelo modelo asilar de assistência à infância pobre foi analisado por Irma Rizzini e Irene Rizzini que demonstra que as demandas que levaram um número inestimável de crianças brasileiras aos internatos não foram devidamente enfrentadas ao nível das políticas públicas. Ou seja, a autora demonstra que não ocorreram, na mesma proporção, ações que revertissem o quadro social que levava essas crianças pobres serem internadas, persistindo ao longo do século XIX e XX, as intervenções assistencialistas e autoritárias no âmbito da família (RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma, 2004, p. 14).

Destaca-se também no jornal “Estado do Amazonas” o anúncio da reabertura da escola particular que funcionava no bairro da Campina, que aparece em mais de quatro edições do jornal, sendo, junto com o Colégio 13

83 “Crianças que se encontrem em estado habitual de mendicidade, libertinagem, ou que frequentem lugares e/ou tenham hábitos que não sejam condizentes com a moral estabelecida pelo Estado como expressão de civilidade”. Cf. RIZZINI, Irene e RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente* / Irene Rizzini, Irma Rizzini. – Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio; São Paulo : Loyola, 2004. p. 91.

de Maio e o Seminário de São José as instituições de ensino mais citadas no periódico, mais até do que a instituição de ensino do Estado:

“Carolina Joaquina Sympson avisa aos senhores pais de família que reabriu a escola mista particular de primeiras letras no bairro da Campina a rua 21 de maio, casa nº 30, no dia 20 do corrente mês. Espera continuar a merecer a confiança dos mesmos e do respeitável público” (JEA. Nº 9. 24/01/1892. p. 3).

O anúncio dos jornais também é revelador das diferenças das dimensões da educação presente na sociedade manauara analisada. No jornal “Estado do Amazonas” encontra-se apenas anúncios do Seminário São José, Colégio 13 de maio e das aulas particulares de Carolina Joaquina Sympson, além das breves menções ao Instituto Estadual. Contudo, a análise de outros periódicos demonstra que outras escolas, tanto regulares quanto de ensino particular, funcionavam na cidade. Essas marcações revelam as distinções no modelo de educação que cada grupo social entendia e buscava se atrelar e defender, uma vez que revelam as opções tanto dos profissionais da educação que escolhiam o jornal que queriam anunciar, tendo em vista o público alvo que queriam alcançar, quanto dos gráficos que escolhiam qual tipo de educação queria noticiar em seu periódico.

Outra instituição educativa presente na proposta editorial do jornal “Estado do Amazonas” é o Estabelecimento de Educandos Artífices, que possui edital de fornecimento de materiais para as atividades práticas anunciados no jornal. Foi notório o surgimento dessas instituições de artes e ofícios no último quarto do império do Brasil, como demonstrado por Luiz Antônio Cunha que identifica o surgimento dessas instituições em diversas regiões do Brasil. “Ainda que algumas fossem de iniciativa privada, como a “Sociedade Propagadora da Instrução Popular” que se instalou em São Paulo em 1873, essas instituições passaram a receber apoio e subsídios do Estado” (CUNHA, 2005. p. 122).

Apesar de esse estabelecimento ter sido regulamentado no Amazonas em 1882 essa ideia de educandos artífices já faz parte da institucionalização do modelo de educação profissional que compunha a educação popular no Amazonas desde 1858, poucos anos após o nascimento da província (RIZZINI, 2006) traz à proposta de atender pobres, ingênuos e índios com idade entre 7 e 15 anos, a instituição exigia condições sanitárias para o ingresso dos alunos e oferecia aulas teóricas

(como francês, história e gramática) e práticas (como música, esgrima e ginástica) em sistema de internato. Dessa forma, o estabelecimento cumpria o sanitarríssimo ao exigir as condições de saúde dos alunos e ao retirar esses alunos da cidade colocando-os dentro dos muros da instituição de ensino e dos muros do projeto de civilização.

Um dos objetivos da instituição era a formação dos alunos em diversas atividades práticas em que eles eram obrigados a trabalhar nas obras públicas da cidade: “Art. 8º Os aprendizes de pedreiro, carpina, funileiro e ferreiro são obrigados a trabalhar nas obras públicas da província feitas por administração dentro da capital, sem prejuízos das aulas que frequentarem” (Regulamento Nº 44, 25 de novembro de 1882, p. 5). O fato do estabelecimento de educandos artífices ser destinado aos pobres (deveriam comprovar com um atestado do pároco), ingênuos e índios, corroboram as perspectivas de sociedade do Estado presente no jornal “Estado do Amazonas” e no modelo de educação do *Gymnásio Amazonense* que, continuando o projeto civilizador do seu congênera nacional, atribuía à “boa sociedade” a tarefa de conduzir a sociedade, excluindo/ afastando o “outro” da constituição da cidade.

O Estado direcionava a formação da cidade para atender aos interesses da elite gumífera, bem como constituía instituições de ensino para a formação de seus filhos voltando à educação para a formação superior, enquanto os pobres eram afastados das áreas centrais da cidade, e tinham seus filhos formados em estabelecimentos artífices que objetivava trabalhar em obras públicas da cidade a qual eram excluídos. Sendo assim, o Estabelecimento de Educandos Artífices cumpria, no mínimo, uma dupla função: buscou acompanhar o processo civilizador que o império brasileiro tanto almejou ver implantado no país, fugindo, através da educação, do estigma da selva e do selvagem (RIZZINI, 2006, p. 3); e servir como uma forma de manter a harmonia necessária entre o capital e o trabalho (CASTANHO, 2007).

Contudo, alguns grupos buscavam o acesso à educação não pelas instituições oficiais, mas pelas vias da cidade. Educação e escola tendem a se confundir, embora a educação aconteça também em outros espaços como o trabalho e outros ambientes de socialização: como os operários⁸⁴ que possuíam um jornal comum. Nesse sentido, ao analisar a imprensa operária no Amazonas, os autores Luís Balkar Pinheiro e Maria Luiza Ugarte Pinheiro demonstram a importância

84 “(...)Muito associado ao trabalhador fabril, o termo “operário” foi empregado no Amazonas durante toda a República Velha num sentido mais amplo, como sinônimo de trabalhador urbano”. Cf. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte e Pinheiro, Luís Balkar Sá Peixoto. (Org.) *Imprensa Operária no AMAZONAS*. Manaus: EDUA, 2004. p. 14.

da imprensa como espaço de conscientização dos trabalhadores e formação de conhecimentos entre a população ao ressaltar a ação do jornal Operário que denunciava o empastelamento de periódicos e prisões de jornalistas opositores ao governo de Eduardo Gonçalves Ribeiro (PINHEIRO; PEIXOTO, 2004, p. 9-14). Essa denúncia demonstra a preocupação do Estado em controlar as vias de circulação de informação que orientavam a população, bem como era feito com a educação formal no Estado.

Antecessor do Jornal Operário, o Jornal Gutemberg também circulou em Manaus na última década do século XIX e era um jornal do partido operário que possuía como subtítulo o lema, “um por todos e todos por um”, demonstrando a intenção de cumprir a função de defesa dos interesses dos trabalhadores e de ideia de união entre os operários. O jornal, que era vendido aos domingos, era escrito por um único redator, Marcellino da Exaltação Fernandes, e circulava em uma tiragem de 1000 exemplares.

O jornal é composto por notícias da organização política e ação direta da luta dos trabalhadores, bem como outras questões com as quais a classe trabalhadora se identificava, como literatura, religião, educação e lazer. A primeira página é dedicada para as notícias a respeito dos fatos ocorridos na ordem do dia próximo à edição do jornal. Já a segunda página é composta por poesias, informações sobre os Partidos Operários de outros estados e a seção Folhetim que traz trechos de contos literários que continuavam em edições posteriores. E a terceira página é composta pela seção imprensa, que traz notícias de outros jornais do país. Pode-se constatar a organização dos operários nessas seções que demonstram a circulação de informação com outros partidos operários e causas dos trabalhadores que ocorriam em outros estados do país, informando sobre suas influências de outros modos de se fazer a leitura da luta dos trabalhadores e da sociedade.

Em relação às referências mais diretas a respeito da educação, o semanário questiona uma reforma na instrução pública que pretendia alterar o horário de saída dos alunos do instituto amazonense, prevendo uma punição aos professores que descumprisse o horário de saída de cada turma, que passou a ser diferenciado de acordo com cada série:

Desde o primeiro governo provisório que tivemos, como os mais que lhe seguiram tem nomeado comissões para reformar a já tão reformada Instrução Pública, e nada de novo; o que tem dado muito o que fazer ao atual diretor, que raro é o dia em que, não vem por meio de portarias

alterando ou condenando não só os trabalhos escolares como também pondo os professores num tal sarilho de que resulta constantemente censuras e multas sem conta (JG. Nº25 01/07/1892 p. 3).

O jornal também informa a respeito da criação, pelo próprio jornal, de uma escola noturna que teve como sede o próprio espaço da gráfica do jornal, e o professor era o mesmo gráfico que editava os jornais dos operários:

Convida-se a todos os artistas operários trabalhadores e amigos da instrução para assistirem a inauguração da Escola Nocturna do mesmo partido para maior solenidade do acto e comemoração do dia 1º de Maio;(...) O presidente convicto do grande amor que os seus amigos dedicam a causa da instrução e das classes suas irmãs espera a concorrência de todos ao logar designado (JG. Nº 19. 01/05/1892, p. 3).

O seu horário e local de funcionamento revelam os objetivos da escola de atender aos operários que trabalhavam durante o dia e, em sua grande maioria, eram analfabetos, por não terem a oportunidade de um local de aprendizado das letras. Contudo, muito além de se preocupar unicamente com o ensino formal da alfabetização, a criação desse espaço de saber pode ser pensada no âmbito do entendimento dos operários a respeito da educação como um campo de luta.

O fato de disponibilizar no mesmo espaço do jornal um horário para o aprendizado do operário demonstra que entendiam a necessidade do acesso à escrita e à leitura para uma livre formação de opinião, viam o acesso à possibilidade de ler e escrever como mais uma ferramenta no entendimento de mundo e nas disputas pela cidade. Assim sendo, essa articulação do jornal operário entre tipografia e escola, revela não só a organização do partido operário como demonstra que entendiam a alfabetização dos mesmos como uma forma de luta. Isso dava aos operários maior autonomia em relação às leituras coletivas dos periódicos, bem como podiam expressar suas opiniões de forma escrita com em folhetins, comunicados, convocações, entre outros.

Essa consciência da educação como forma de luta e transformação do operário, também pode ser percebida na primeira página do Jornal Operário de dezembro de 1892 que, depois de ficar três meses sem circular por suspensão do governo, retorna à circulação sucedendo o Jornal Gutenberg. Na primeira página, da primeira edição do retorno

do periódico dos operários em 1892, o jornal faz uma consideração, sob o título de “Aos Operários”, sobre o futuro desenvolvimento da Amazônia. O periódico trata a região como o canal de comunicação da civilização entre o ocidente e o oriente da América, e enfatiza que o desenvolvimento da Amazônia só será possível com a participação do trabalho do operário. Nesse sentido, pondera que o desenvolvimento do Estado só ocorrerá com a educação do operário, que o ensinaria a ter uma leitura independente do funcionamento da sociedade:

Eduque-se o operário, aprendendo a viver independente das fascinações enganosas da política das ruas. Somente assim é que pode o trabalho de cidadãos livres contribuir com a cimentação utilíssima dos alicerces da nossa pátria. (JO. Nº1 12/12/1892, p. 1).

É interessante pensar essa consideração do Jornal a respeito da educação do trabalhador, vista aqui como uma forma de permitir uma leitura autônoma da política e sua consequente conscientização, relacionada ao desenvolvimento do Estado no período do governo de Eduardo Ribeiro, “o Pereira Passos local”. Uma vez que o projeto de desenvolvimento proposto pelo Estado não incluía os trabalhadores na cidade, mas afastava-o para as áreas periféricas e tentava excluir sua cultura dos modos de vida que se pretendia homogeneizar na cidade. Sendo assim, os jornais “Gutenberg” e seu sucessor “Operário”, viam a educação enquanto uma forma de conscientização dos operários, entendendo-a não como forma de acumular conhecimentos, conquistar títulos ou aprender os mecanismos das ciências ensinadas nos institutos educacionais do Estado, mas como uma forma de conquistar a liberdade do operário, para que ele obtivesse autonomia da leitura do funcionamento da sociedade.

Assim, faz-se necessário um estudo crítico das realidades sociais que privilegie uma abordagem histórica comprometida com as perspectivas políticas de mudança do social, e esse compromisso pretendemos assumir nesse trabalho. Nesse sentido, no texto “Muitas memórias, outras histórias-cultura e o sujeito na história”, Yara Aun Khoury aborda as relações entre história e memória e a forma como os processos sociais criam significações e como essas interferem na própria história: tanto a história quanto a memória são entendidas como processos e campo, respectivamente, de disputas sociais. Nesse sentido, demonstra a necessidade de uma abordagem diferenciada para as interpretações históricas, uma vez que mais do que uma

análise factual das narrativas, evidencia a importância de se levar em consideração as significações atribuídas pelos próprios sujeitos históricos à realidade social de sua experiência.

As análises dos jornais da época demonstram que, apesar do projeto civilizatório imposto a Manaus, que baseava o ensino nos princípios iluministas e limitava-o à elite local, a cidade era composta por outras noções de educação. As experiências da população contribuíam para a sua formação e constituição de formas educacionais concomitantes à proposta oficial. Mesmo os trabalhadores estando de uma maneira geral alijados das reformas realizadas na cidade e do sistema de ensino formal, mantinham ações que fomentavam seus aprendizados e desenvolvimentos educacionais. Da mesma forma que o projeto de urbanização da cidade convivia com as contradições dos agentes sociais considerados indesejados atuando na cidade, a organização educacional dos trabalhadores também contribuiu para contradizer a harmonia que se pretendia de um projeto civilizatório elitista e excludente: a educação também se constituiu como um campo de interações e lutas entre o modelo oficial e a experiência dos agentes sociais no cotidiano da cidade.

Nesse sentido, é notório que a imprensa não está descolada da realidade, não é uma opinião que paira sobre a sociedade, ela é parte constitutiva dela. As análises dos jornais não tiveram como objetivo buscar nos periódicos os reflexos das opiniões dos grupos sociais como um espaço de divulgação de suas ideologias e opiniões, mas situá-los na lógica da sociedade que se buscava se constituir. A análise das fontes oficiais sobre a educação relacionadas com os periódicos revela a educação enquanto um campo de disputas na composição de uma cidade que estava sendo moldada em torno dos objetivos da elite gumífera e tinha o *Gymnásio Amazonense* como modelo de educação. Esse modelo visava demarcar as características do que se pretendia ser a educação, não só diferenciando o ensino entre os grupos sociais, bem como expropriando saberes, costumes, formas de vida tradicionais que pudessem conferir autonomia às pessoas e atrapalhar o modelo de civilização que se pretendia para a cidade.

Contudo, sendo a educação um fenômeno múltiplo, que atende à heterogeneidade das condições sociais, era composta por outras dimensões como a noção dos operários da importância da educação para suas conquistas sociais e autonomias da leitura do funcionamento da sociedade. Assim como os trabalhadores foram excluídos da sociedade sanitária que se buscou constituir em Manaus, a maioria de suas fontes

também foram excluídas da memória da cidade. Portanto, apenas um olhar minucioso e com acuidade de fontes como os periódicos, permite entrever a presença de outras dimensões da educação e revelar as disputas pela cidade no campo da educação. Sendo assim, foi possível perceber que mesmo os sujeitos excluídos do processo educacional que se pretendia para a cidade, experimentaram em seu cotidiano diferentes situações educacionais, tratando-as em sua consciência e atribuindo um significado próprio aos seus interesses na cidade.

REFERÊNCIAS

fontes

LEÃO, Manoel de Miranda. *Anuario do Gymnásio Amazonense “Pedro II”*: comemorativo do primeiro centenário natalício do ex-Imperador, Manaus-AM, 1925.

Regulamento Nº 44 de 25 de novembro de 1882 para o estabelecimento de educandos artífices restabelecido sob a denominação de instituto amazonense. Disponível em <http://www.fcc.org.br> Acessado em: 24/09/2016.

periódicos

Jornal Estado do Amazonas

Jornal Gutenberg

Jornal Operário

bibliografia

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CASTANHO, Sérgio. “*Institucionalização das instituições escolares: final do império e início da república no Brasil*”. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História, São Paulo, n. 35, Dez-2007.

CUNHA, Luiz Antonio. *O ensino de ofício nos primórdios da industrialização*. São Paulo, Editora da UNESP; Brasília, Flacso, 2000.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920*. 2ª Edição. Manaus: Editora Valer, 2007.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. *O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos*. História da Mídia Impressa, 10º Encontro Nacional de História da Mídia, 2015. Disponível em: www.ufrgs.br/alcar2015.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte; PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. (Org.) *Imprensa Operária no Amazonas*. Manaus: EDUA, 2004.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. 2. ed. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura/Editora da Universidade Federal do Amazonas/Universidade do Estado do Amazonas, 2003.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente* / Irene Rizzini, Irma Rizzini. – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irma. *O imaginário divino e o amor da pátria: tensões entre a igreja e a instrução pública nas províncias amazônicas*. Revista Contemporânea de Educação. vol. 1, nº 2, 2006, p. 3. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br> Acessado em: 24/09/2016.

**intelectuais e
artistas**

o poder da pena

8

no estômago, de aveztruz, azia

Abguar Bastos e o
modernismo antropofágico

Heraldo Márcio Galvão Júnior

As relações entre as províncias/regiões do Brasil foram conturbadas e conflituosas em diversos âmbitos desde o tempo da colonização. Hoje se percebe, principalmente a partir das revoltas de junho de 2013 até as atuais tomadas de posição em relação ao impeachment e proposições de diversas reformas econômicas e sociais, a formação de grupos que defendem desde separações territoriais regionais até lutas para que a proporcionalidade de senadores ocorra em relação ao número de habitantes dos estados e não a proporcionalidade estadual, como vem ocorrendo.

Estes movimentos mais conservadores e segregacionistas, provenientes principalmente de setores da classe média, parecem surgir em resposta a uma realidade atual de desintegrações regionais, o que é perceptível quando nos atemos à cultura. Nesse aspecto, há até hoje a formação e/ou manutenção de mitos fundadores culturais e defesas regionalistas, entretanto também há a tentativa de desconstrução destes mitos e a fusão das culturas em direção a uma cultura brasileira autêntica e geral.

Estes aspectos são encontrados no movimento modernista brasileiro da década de 1920, pois por diversas vezes foi cristalizada, nacionalmente, uma ideia de que teria sido São Paulo o centro propulsor vanguardista, tendo a Semana de Arte Moderna, em 1922, como ápice de tal movimento contestatório. A partir daí as ideias de nacionalidade e historiografia brasileiras confundiram-se com a história paulista. Entretanto, ocorreram lutas regionais que tentaram firmar e formular ideias de que teria sido em tais localidades em que pela primeira vez surgiu o movimento modernista, como é o caso do Pará, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de Pernambuco, entre outros. Percebe-se, nesta questão, que há um embate simbólico e a questão

literária se transforma em questão ideológica, política e revolucionária na literatura, em jornais e em revistas literárias.

Não será questionada a importância que teve o movimento paulista para o modernismo nacional, mas pretende-se relativizar a preponderância estritamente paulista neste movimento, informação esta encontrada sobremaneira em materiais didáticos e livros especializados no assunto.

Arelada a estas discussões está a questão dos termos influência e presença. Acredito que o termo influência denota um caminho de mão única, representando uma cópia, ou seja, se for dito que os modernistas foram influenciados por estrangeiros, por exemplo, estamos sugerindo que eles faziam meras cópias. O sentido proposto aqui é de presença, pois o que os modernistas fizeram foi utilizar escritos estrangeiros adaptando-os às suas realidades e intenções individuais e coletivas. Do mesmo modo que houve este processo em relação ao componente cultural internacional, acredito que possa ter ocorrido em relação aos seus pares regionais, isto é, um “cosmopolitismo” interno entre os modernistas de diversas regiões, com especial atenção para os intelectuais e artistas advindos da região amazônica e paulistas. Assim, temos outra questão: em qual medida autores amazônicos e paulistas se liam, influenciavam-se e estavam presentes em suas obras?

Estas discussões levam as perguntas ainda mais instigantes: São Paulo teria sido centro propulsor do modernismo? Local de integração cultural regional? De recepções culturais regionais? De que maneira os diversos modernismos encontrados no Brasil se fizeram presentes em São Paulo? Mas especificamente, qual o papel dos intelectuais paraenses na construção do modernismo regional e nacional?

Assim, tomo a Semana de Arte Moderna como documento/monumento. Esta geração paulista, cujos exemplos acima são significativos, tentou então submeter a um padrão local um fenômeno nacional, o mesmo que ocorreu posteriormente com as primeiras historiografias a respeito do Modernismo, como é o caso de *Contribuição à história do Modernismo*, de Alceu Amoroso Lima, em 1939. O modernismo foi sendo construído como um autêntico patrimônio paulista. Este aspecto será questionado neste capítulo a partir da análise da presença amazônica na *Revista de Antropofagia*, essencialmente em sua primeira fase – ou denteção – haja vista que a consideramos como último momento em que o movimento modernista paulista ainda estava aglutinado e convivia com diferenças estéticas e políticas extremas.

A *Revista* é um projeto amplo, de caráter coletivo, ou seja, é ponto de encontro de itinerários individuais reunidos em torno de uma ideia comum; microcosmo em que intelectuais organizam suas redes de sociabilidades, difundem ideias e garantem seus sustentos. Além disso, pode-se considerar a revista como lugar de memória que pode nos sugerir adesões e exclusões de ideias no campo intelectual que deixa entrever a dinâmica de ideias que configuram um dado momento histórico.

A revista apresenta-se como lugar estratégico na construção, veiculação e difusão do ideário antropofágico, mas de maneira diferente em suas duas fases. Especificar acerca da contribuição ativa de autores vindos da Amazônia brasileira para o modernismo nacional e para o movimento antropofágico é extremamente necessário para compreender estas vanguardas e movimentos mais profundamente. Além disso, não há estudos na historiografia que o tenham feito percorrendo este caminho.

estômago de avestruz

- Ella está acima de quaisquer grupos ou tendências;
- Ella aceita todos os manifestos mas não bota manifesto;
- Ella aceita todas as críticas mas não faz crítica;
- Ella é antropófaga como o avestruz é comilão;
- Ella nada tem que ver com os pontos de vista de que por acaso seja veículo.

A “Revista de Antropofagia” não tem orientação ou pensamento de espécie alguma: só tem estômago (MACHADO e BOPP, 1928).

Talvez esta nota de Alcântara Machado e Raul Bopp encontrada no primeiro número seja a mais representativa da primeira fase da *Revista de Antropofagia*. Ela agrega opiniões, tendências políticas, ideologias que, a princípio, são opostos, mas que se enquadram dentro de uma proposta maior, daí a importância de estudar profundamente esta “dentição”, afinal, quando analisamos a produção acadêmica acerca do tema antropofagia no modernismo, têm-se a percepção de que a maior parte dos estudos são da área de literatura e de artes, sendo raros em história.

Mesmo em relação a essas três áreas, o foco recai sobre Oswald, sobre o *Manifesto Antropófago* ou sobre o movimento antropofágico, sendo mais raros ainda estudos que se atenham especificamente à *Revista de Antropofagia* como um todo. Geralmente, os principais temas abordados quando se trata da *Revista* são literatura, ideologia cultural, identidade nacional, estética de vanguarda e brasilidade, mas

surgiram abordagens atuais importantes que levam em consideração a *Revista* como fenômeno político e classista⁸⁵. Assim, compreenderemos, com este artigo, a primeira detenção em uma perspectiva geral e por um prisma amazônico.

Mesmo propondo uma arte especificamente nacional, o grupo nada homogêneo que formou os modernistas paulistas – desde a década de 1910 até fins de 1923 – preocupou-se mais com importações literárias europeias, essencialmente Paris, do que com a brasilidade e a diferenciação nacional.

A partir de fins de 1923 e início de 1924 surgiram diversas publicações cuja ênfase recaiu sobre a identidade nacional e as diferenciações nacionais, a exemplo do *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* (1924) e *Pau-Brasil* (1925), de Oswald de Andrade, e de publicações de Mario de Andrade, para se ater apenas a São Paulo no momento. Desde então, aquele grupo heterogêneo que havia se unido pela “modernização” da arte no Brasil e em São Paulo começa a se dividir, gerando a formação de grupos distintos esteticamente e politicamente, como Pau-Brasil, Antropofagia, Anta e verdeamarelismo.

Três caminhos principais a serem seguidos nesta fase estavam relacionados, por um lado, com as conquistas vanguardistas internacionais, em que o parnasianismo foi sendo deixado de lado para a ascensão do simbolismo; por outro, por intelectuais que buscavam a brasilidade, a independência cultural de Portugal e, de maneira tímida, da França e, por fim, um terceiro caminho que buscava pensar o Brasil em âmbito internacional e a exportação da nossa cultura.

Augusto de Campos faz parte da gama de autores que contribuíram para cristalizar a noção de São Paulo como propulsor do modernismo para o restante do Brasil e considera a *Revista de Antropofagia* e a *Klaxon* como as revistas mais características e representativas do modernismo brasileiro. Sem entrar neste mérito, afinal o próprio autor assume que escreveu a introdução à edição fac-símile de maneira longa e apaixonada, sublinhamos a importância da *Revista de Antropofagia* enquanto aglutinadora de tendências e uma das mais revolucionárias de sua época.

Há dois relatos acerca do início do movimento antropofágico e da *Revista de Antropofagia*: uma anedota narrada por Raul Bopp, o “açougueiro” da revista na primeira detenção, e outro de Tarsila do

85 Jorge Schwarcz é um dos primeiros a defender esta abordagem, entretanto não foca na revista em si. Podemos verificar estes aspectos em SCHWARTZ, J. *Brasil 1920-1950: de la Antropofagia a Brasília*. D O Leitura, São Paulo, v. 4, n. ano 19, p. 43-50, 2001.; e SCHWARTZ, J. *Fervor das vanguardas. Arte e literatura na América Latina*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Amaral, companheira de Oswald no ano da publicação do primeiro número da *Revista* e do *Manifesto Antropófago*.

Conta Raul Bopp, em *Movimentos Modernistas no Brasil*, que certa noite Oswald e Tarsila levaram um grupo de amigos a um restaurante que servia rãs. Quando os pratos com as iguarias chegaram, Oswald teria levantado e traçado a teoria da evolução das espécies para provar que a linha de evolução biológica do homem passava pela rã, a mesma rã que eles estavam a saborear. Tarsila teria intervindo dizendo: “Em resumo, isso significa que, teoricamente, deglutindo rãs, somos uns... quase antropófagos” (BOPP, 1966, p. 83). Tal *blague* levou o grupo a citar Hans Staden e outros clássicos da antropofagia: “La vem a nossa comida pulando!”. Tal frase está na primeira página do primeiro número da *Revista*.

Outra versão é contada por Tarsila do Amaral em 1969, em entrevista publicada em 10 de abril no *Correio da Manhã*, do Rio. A artista conta que pintou um quadro como presente de aniversário a Oswald de Andrade e que ambos se impressionaram e estranharam a obra. Chamaram, no dia seguinte, Bopp, e este também se impressionou. Resolveram, em conjunto, batizar o quadro de *Aba-poru*, cujo significado é “antropófago”, após consultar um dicionário de tupi-guarani.

Independente da veracidade das versões, afinal, como indicam Le Goff (2000), Nora (1993) e Pollak (1992), o que a memória recalca, exclui, grava e relembra é resultado de um trabalho de organização e reorganização de um passado muitas vezes de maneira inconsciente, o que fica claro é a ativa participação de Oswald, Bopp e Tarsila na organização inicial de um movimento que já possuiu diversas facetas e chegou à nossa contemporaneidade.

A *Revista* teve duas fases, intituladas como “dentições”. A primeira possuía o formato de 33 por 24 cm e oito páginas por número. Totalizando 10 números, foi editada mensalmente de maio de 1928 a fevereiro de 1929 e contou com Antônio de Alcântara Machado como diretor e com Raul Bopp como gerente. Ao todo, na primeira dentição, assinaram 62 autores entre nomes reais e pseudônimos. O autor que mais publicou foi Antônio de Alcântara Machado, totalizando vinte artigos ao longo das dez edições. O segundo autor que mais publicou foi Yan de Almeida Prado, com nove publicações e ausente apenas no primeiro número. Estes são autores opostos em relação às intenções vanguardistas, políticas e estéticas.

Mário de Andrade publicou cinco artigos – nos números 1, 2, 4, 5 e 10. O primeiro artigo, intitulado *manhã*, em clima antropofágico de

estreia, recorre a uma paisagem tranquila, “marupiara e descansante”, em um “silêncio nortista, muito claro”, em que não se desejava mulheres, mas Lênin, Carlos Prestes ou Ghandi para, após convidá-los a sentar, contar a eles sobre a brasilidade a partir de nomes de peixes, Ouro Preto e Marajó. No segundo número é publicado um trecho de Macunaíma. Nos números quatro e cinco são publicados “Romance de veludo” e “Lundú do escravo”, estudos sobre folclore e música. O número 10 é um estudo sobre a antropofagia enviado de Natal, quando ele viajava para conhecer o país e divulgar o movimento.

Augusto Meyer tem quatro artigos publicados e Carlos Drummond de Andrade três. Com duas publicações, temos Oswald de Andrade, Raul Bopp, Plínio Salgado, Brasil Pinheiro Machado, Ruy Cirne Lima, Achilles Vivacqua, Manuel Bandeira, Mario Gracioti, João do Presente, Luis da Câmara Cascudo, Sebastião Dias e A. de Almeida Camargo. Com apenas uma publicação temos quarenta e dois autores. Há ainda sessões e artigos que não são assinados. Com estas características, pode-se afirmar que uma das políticas editoriais era prezar pela variedade e alternância de autores que estivessem, nem que fosse minimamente, em concordância com a antropofagia. Talvez uma experimentação.

Havia contribuições do grupo verde-amarelo ou Anta, que mais tarde teria relações cortadas com os “antropófagos”: Plínio Salgado, Guilherme de Almeida e Cassiano Ricardo. Um dos motivos que levou a discordâncias e corte nas relações entre os dois grupos foi a maneira de pensar o nacionalismo e questões políticas, chegando a Integralismo, Revolução Constitucionalista, Comunismo, Anarquismo. Gerações literárias em transição estavam presentes nesta denteção, mesclando-se a redatores de filiações políticas diversas, ou dúbias, em um cotidiano de mudanças rápidas.

Igualmente, este ecletismo e rotatividade de autores parece ser inclusive uma das características iniciais do movimento antropofágico, ainda em fase de construção e maturação.

De 1922 a 1929, embora haja discussões e confrontos entre grupos que pensavam a nacionalidade, principalmente a partir da estética, eleição de símbolos e emblemas diferenciados que representassem a brasilidade, disputas de poder simbólico e literário – como é o caso do movimento da poesia pau-brasil e o grupo Anta, inicialmente, e deste com a antropofagia depois –, o cerne da questão é a busca pela nacionalidade, justamente o que parece atrair estes dois polos inicialmente díspares, fora as questões sociológicas e redes de sociabilidades. Em guerra pela estética, a nacionalidade unia. No geral, tupi ou caraíba, verde-amarelo ou

vermelho, anta ou avestruz, não importava quando se pensava em buscar as raízes nacionais brasileiras, pelo menos até a primeira fase da Revista e a eventos como a questão sucessória presidencial de 1929, a formação da Aliança Liberal, Revolução de 1930, Revolução Constitucionalista, Integralismo e Comunismo.

Quando perguntado a Oswald, pelo *O Jornal*, do Rio, em 18 de maio de 1928, se a *Revista de Antropofagia* era homogênea, este responde que, para a finalidade de luta, sim. Sobre a plêiade organizada em torno da revista, o autor cita Antônio de Alcântara Machado, Raul Bopp, Plínio Salgado, Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo, Mario de Andrade, Guilherme de Almeida e “outros muitos, só para falarmos do terreno puramente literário, circunscrito a São Paulo [que] estão no front do movimento. De outros Estados temos já recebido adesões. São artistas de todas as artes que nos enviam o seu voto de solidariedade, o seu nome para o alistamento”.

Oswald dá nota sobre a complexidade política e ideológica desta São Paulo da década de 1920 na introdução a *Serafim Ponte Grande*:

A situação “revolucionária” desta bosta mental sul-americana, apresentava-se assim: o contrário do burguês não era o proletário - era o boêmio! As massas, ignoradas no território e como hoje, sob a completa devassidão econômica dos políticos e dos ricos. Os intelectuais brincando de roda. De vez em quando davam tiros entre rimas. O único sujeito que conhecia a questão social vinha a ser meu primo-torto Domingos Ribeiro Filho, prestigiado no Café Papagaio. Com pouco dinheiro, mas fora do eixo revolucionário do mundo, ignorando o Manifesto Comunista e não querendo ser burguês, passei naturalmente a ser boêmio (ANDRADE, 2000, p. 55).

Não é para menos que Oswald, em entrevista ao mesmo jornal, em 1925, pouco depois de lançar o *Manifesto da poesia Pau-Brasil*, após demonstrar sua intenção em aproveitar os elementos desprezados da poesia nacional do tipo exportação, ao contrário dos modelos importados de Coelho Neto e Bilac, escreve que no “sentido de uma verdade bem nossa, bem de exportação, São Paulo já tem dado bons exemplos”, fazendo elogios a Mario de Andrade (com quem rompe por questões estético-políticas na segunda denteção da *Revista de Antropofagia*), Guilherme de Almeida (verde-amarelo, Anta, poeta de 32 e integralista), Menotti Del Picchia (verde-amarelo) e Sérgio Milliet.

Os exemplos são muitos, o que desemboca na última fase de aglutinação de personagens díspares politicamente em torno de

um movimento literário, ou seja, no primeiro número da primeira dentição da *Revista de Antropofagia*, em que Oswald explicita em seu *Manifesto Antropófago*:

“Só a Antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente. Única lei do mundo. Expressão mascarada de todos os individualismos, de todos os coletivismos. De todas as religiões. De todos os tratados de paz” (ANDRADE, 1928, p. 3)⁸⁶.

O que esperar da primeira dentição? Antropofagia. Externa e interna.

A Primeira Dentição, como um todo, foi mais estética, imbuída de um nacionalismo ainda abstrato, eclética e de uma ideologia entre o anti-imperialista e a utopia.

Como demonstrado, nesta dentição foram publicados autores de diversas variantes do modernismo e da política brasileira, o que nos leva a questionar a afirmação apresentada por diversos estudiosos sobre o assunto de que a *Revista* seria apenas um modelo de exportação do modernismo paulista para as demais regiões brasileiras. Este pressuposto acaba reafirmando a preponderância do modernismo paulista frente os demais estados da federação, preceito criticado neste artigo.

Entre os artigos, raras são as questões político-ideológicas levantadas diretamente pelos autores em relação a Marx e Engels, revolução bolchevique, política e sociedade no Brasil e no mundo. Não há um enfrentamento direto contra o *status quo* e o PRP, dominante na cena política paulista. Os textos mais radicais acabam sendo o *Manifesto Antropófago* e *Schema ao Tristão de Ataíde*, de Oswald, em que o autor resgata uma de suas máximas “A posse contra a propriedade” e *O Nordeste do Sr. Palhano* quanto aos problemas históricos, da seca, da fome, do latifúndio, entre outras questões, que afetam o Nordeste, fazendo uma afronta ao governo e aos grandes proprietários de terra ao defender a reforma agrária.

Sendo assim, percebe-se que a primeira dentição é assinalada por uma consciência ingênua, certa indefinição e ecletismo estético, político e ideológico, isto é, possuía estômago de avestruz⁸⁷, como coloca Augusto de Campos ao utilizar um dos artigos da revista. A ideia proferida da imagem do avestruz é tomada como antropofagia, então, em seu sentido superficial, pois leva à construção imagem do estômago enquanto

86 ANDRADE, Oswald. Manifesto Antropófago. In: *Revista de Antropofagia*. ANNO I, NUMERO I, mai. 1928, p. 3. A primeira edição da Revista se encontra fac-similada em ANDRADE, 1975, mas optei por referenciá-la respeitando a sua datação original.

87 Aves de apetite onívoro e estômago complacente e, aliás, estrangeira.

apenas junção de ideias, temas, estéticas, ideologias em um único lugar e para por aí. Não concebe a ideia da deglutição no sentido antropofágico posteriormente construído, da antropofagia enquanto movimento.

Toda a argumentação e exemplificação até o momento fez crer que esta fase da revista foi genérica, heterogênea, eclética e indefinida teórica e poeticamente, mas seu valor enquanto veículo midiático de divulgação e evolução da linguagem do Modernismo é inegável. A *Revista* não obedece a uma temática padrão, possuindo poemas, estudos, contos, fragmentos de livros, poucos desenhos, ponderações sobre folclore, notas irreverentes e brincadeiras.

Em relação às origens dos escritores, há a predominância dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, mas há autores que assinam de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraíba, Pará (Oswaldo Costa e Abguar Bastos), Rio Grande do Norte, Paraná, Ceará e Alagoas. Ainda há dois autores estrangeiros: desenho de Maria Clemência, de Buenos Aires, na página três do número dois e artigo de Nicolas Fusco Sansone, de Montevideú, na página cinco do mesmo número. Oswald diz em entrevista concedida ao *Estado de Minas*, 13 de maio de 1928, mês em que a *Revista* teve sua primeira edição publicada, que a única divergência encontrada entre os vanguardistas de todos os estados brasileiros seria sobre a centralidade da luta na *Revista de antropofagia*. Cada região defendia sua preponderância perante os demais estados da federação, mas concordariam com o modernismo e a antropofagia.

acidez de uma cultura mal digerida: a recusa de Abguar

No norte, coube à poesia a tarefa de servir de estandarte às novas ideias.
(BASTOS, 1944, p. 21)

Sendo a primeira dentição eclética quanto à estética, política, ideia de nacionalismo e origem dos autores publicados, se faz necessário agrupar os autores de origem paraense a fim de promover uma análise mais coerente, haja vista que, como vimos anteriormente, cada região do país possui uma maneira específica de compreender o modernismo. Interessa aqui identificar quais características do modernismo amazônico estão presentes na construção do modernismo paulista e na antropofagia de Oswald a partir da *Revista*, especificamente por meio de Abguar Bastos:

Ella vae sozinha, tropeçando nas colheitas.
Bate-lhe o sol nos ombros. Ella sente que um gosto
humano
deflora-lhe a bocca e illumina-a de absurdos.

Parece que um choro quer sorrir dentro de si.
Parece que o sangue dentro de si quer matal-a
e jogar-lhe clarões por cima.

Aquillo é o universo que se despenha dos seus cabellos.⁸⁸

Com estes versos Abguar Bastos inicia e encerra sua participação na *Revista de Antropofagia* em maio de 1928, revista esta representativa do início do pensamento antropofágico que, segundo ele, apresentava uma “via exageradamente folclórica”, que evoluiria para uma “nova concepção do fenômeno modernista”, qual seja, “o homem brasileiro, sim, mas integrado no concerto do homem universal” (BASTOS, 1944). Sua única participação, logo no primeiro número, reflete o interesse dos idealizadores em sua figura, afinal foram escolhidos a dedo de acordo com as aspirações estético-políticas que a *Revista* haveria de veicular. Sua aceitação em participar revela, também, a concordância com as características iniciais e intenções de seus idealizadores. Estes aspectos são facilmente compreendidos quando conhecidos certos aspectos de sua vida, como trajetória social, artística e política, com especial ênfase em dois manifestos escritos por ele: um de 1923 e outro de 1927.

Abguar nasceu em Belém no ano de 1902, cumprindo os estudos até ingressar na Faculdade de Direito de Manaus em 1921, adquirindo o título de Bacharel em 1925. Neste ano trabalhou como bancário em Belém, secretário da prefeitura de Coari, no Amazonas, e foi prefeito interino desta cidade. Entre os anos de 1926 e 1928, foi tabelião em um cartório e, em 1929, redator de debates da Assembleia Legislativa do estado do Amazonas⁸⁹. Desde sua entrada na Faculdade de Direito, Bastos carregou a atividade jornalística concomitante aos outros ofícios e marcou o mundo das letras mediante sua participação nos círculos intelectuais de Manaus e Belém.

Em depoimento a Edgard Cavalheiro, em 1944, quando já em fase de maturidade literária e política, Abguar narra que, em sua infância, começou “místico como todo menino de província. Era supersticioso e

88 BASTOS, Abguar. Poema. In: *Revista de Antropofagia*. ANNO I, NUMERO I, mai. 1928, p. 3.

89 Dados retirados de MENEZES, Raimundo. (1978), *Dicionário literário brasileiro*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos.; ABREU, Alzira & BELOCH, Isabel (coords.). (1984), *Dicionário biográfico brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro, Forense Universitária/FGV/Finep.

tinha um bruto medo do futuro”, frequentando a igreja dos católicos, dos batistas e dos espíritas, o templo teosófico, o Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento: “andei na latrina dos negros (...) Finalmente, fiquei como paraquedista que vai caindo no meio de inimigos ocultos. E até cheguei a acreditar em Nietzsche” (p. 17).

A respeito de sua formação intelectual, Bastos afirma que, em sua “província”, a transição entre o parnasianismo e o modernismo ocorreu por meio do simbolismo. Esta “onda futurista”, “mal disfarçada entre as roupagens do simbolismo” estava presente a todo momento. “Aceitávamos tudo que trazia rótulo de novidade, sem mesmo procurar adivinhar as intenções. Bastava que tratasse de material de combate para logo acreditarmos nele” (p. 16).

Sobre o movimento modernista como um todo, afirma que atrás da renovação literária estava a renovação espiritual e atrás dela a renovação política. Quando trata da Semana de Arte Moderna e do modernismo paulista enquanto “influência” em sua mentalidade e na de outros rapazes das províncias brasileiras, coloca que “da Semana de Arte Moderna derivaram várias ‘seitas’, o movimento ‘pau-brasil’, o ‘verdamearelismo’, a ‘anta’, o ‘maracajá’, o ‘flaminçu’, a ‘antropofagia’... (...) todos surgiam com arraigadas tendências nacionalistas (...). No Norte, coube à poesia a tarefa de servir de estandarte às novas ideias” (Idem).

Em um contato muito próximo com Raul Bopp, Bastos compartilha com o autor a necessidade de uma literatura nova que retomasse os elementos nativos da Amazônia e os transformasse em mote para a criação artística. Em carta, Bopp escreve a Abguar:

[vamos] tomar o pulso da terra. Consultar a floresta. Você aí agite essa Amazônia em combinação com o pessoal do Pará. Hostilmente. Intolerantemente. Não se pode fazer uma cruzada amena. Derrabada grande. Enforque o pessoal a cipó (...) O Brasil (vamos parodiar o velho Heródoto) é um presente do Amazonas. A arte brasileira, legítima, nossa, há de vir também daí, molhada de húmus e cheia de barulho de mato (...) Jurupari é nosso legítimo Moisés. Temos um fabulário riquíssimo. É só catar, colecionar, na maneira simples e ingênua como o povo conta (BOPP apud BASTOS, 1944, p. 16).

Esta maneira de perceber o ambiente literário e as intenções modernistas aproximaria, inevitavelmente, os novos intelectuais da Amazônia de figuras como Mario de Andrade e Oswald de Andrade, assim como Abguar descreve em seu depoimento:

Elegíamos novos nomes no altar da consagração: Guilherme de Almeida, Bopp, Ronald, Felipe de Oliveira, Tarsila, Cecília Meireles, Mário de Andrade, Álvaro Moreira, Drummond, Ascenso, Oswald...

Mas na minha terra, além de Graça Aranha e de Bopp, a influência crescia mais no rumo de Mário e Oswald de Andrade. Mário por via de seus sensacionais estudos sobre a arte moderna e de sua farta contribuição ao movimento. Oswald por ter lançado o primeiro romance absurdo do modernismo: *Trilogia ao exílio*. Ainda guardo os debates feridos em minha terra em torno desse livro [...] (BASTOS, 1944, p. 21).

Segundo Marco Aurélio Coelho de Paiva (2008), que analisou comparativamente as obras *Macunaíma*, de Mario de Andrade, e *Terra de Icamitaba*, de Abguar Bastos, a partir dos conceitos de nacionalismo e regionalismo, Bastos admirava timidamente Mario apenas devido à *Paulicéia desvairada*, mas que Oswald teve profundo impacto devido ao programa reformador da arte e da literatura nacional contido no *Manifesto pau-brasil*, de 1924. Segundo o autor, esta admiração intensa foi motivo de divergências entre Bastos e seu conterrâneo Bruno de Menezes.

Permita-me uma pequena digressão necessária. Ainda em 1923, com o surgimento da revista *Belém Nova*, havia surgido divergências entre Bruno de Menezes e Abguar Bastos quanto à forma de encarar o regionalismo e a aceitação de diretrizes do sul do país, em especial São Paulo e Rio de Janeiro. O regionalismo, para Bruno, deveria ser compreendido em conformidade com o que vinha ocorrendo com o restante do país, especialmente o Sul. Para Abguar, entretanto, o “regionalismo amazônico” deveria ganhar contornos próprios e específicos, dissociados de outras influências regionais e nacionais. Em 1923, Bastos publica o *Manifesto à geração que surge em Belém Nova* no mesmo número que Bruno de Menezes defende em tom de manifesto suas ideias (FIGUEIREDO, 2012).

À *Geração que surge* conclama artistas e intelectuais à defesa, valorização e produção da literatura e artes amazônicas. “Seja o Pará baluarte da Liberdade nortistas”, pois o “Sul, propositadamente, se esquece de nós”. “A literatura equatorial é uma história de mitologia que se anda a contar nos corredores da Academia Brasileira”, “ergamos” norte e nordeste e “criemos a Academia Brasileira do Norte”. Neste ponto, uma primeira questão nos é respondida em relação aos motivos que levaram Bastos a publicar na *Revista de Antropofagia*. Fora a admiração por Oswald e contato próximo com Raul Bopp – encontraram-se em Belém, eram amigos, trocavam correspondências –,

um dos interesses do manifesto de 1923 era que “Exportemos as obras dos Estados do Norte. Exportemos”. Sob a perspectiva regionalista de Bastos, exportar obras do Norte adquire sentido de enviar e publicar também nos outros estados da federação, enquanto o sentido de exportação de *Pau-brasil* referia-se ao estrangeiro, à Europa.

Após conclamar suas ideias neste manifesto e sob o impacto do *Manifesto Pau-Brasil* em Abgvar, este publicou em 1927, na revista *Belém Nova*, o *Flaminaçu*, a “grande chama”, a fim de combater o passadismo literário e convocar os intelectuais paraenses para o movimento renovador que na Amazônia deveria ganhar feições próprias, dadas as peculiaridades da natureza:

Assunto-vos agora o meu propósito de uma corrente de pensamento, cara a cara à que se inicia no sul com esta pele genuína: “Pau-brasil”. (...)

Apesar disso, noto, inflexível, que o repiquete “pau-brasil” ainda não é o próprio volume da nacionalidade. (...)

FLAMI-N'-ASSÚ é mais sincera porque exclui, completamente, qualquer vestígio transoceânico; porque textualiza a índole nacional; prevê as suas transformações étnicas; exalta a flora e a fauna exclusivas ou adaptáveis do país, combate os termos que não externem os sintomas brasílicos, substituindo o cristal pela água, o aço pelo acapu, o tapete pela esteira, o escarlata pelo açaí, a taça pela cuia, o dardo pela flecha, o leopardo pela onça, a neve pelo algodão, o veludo pela pluma de garças e sumaúma, a “flor de lótus” pelo “amor dos homens”. Arranca, dos rios as maravilhas ictiológicas; exclui o tédio e dá, de tacape, na testa do romantismo; virtualiza o Amor, a Beleza, a Força, a Alegria e os heróis das planícies e dos sertões, e as guerras de independência; canta ruidosa os nossos usos e costumes, dando-lhes uma feição de elegância curiosa. (Bastos, *apud Jornal da União Brasileira de Escritores*, 2002, p. 9).

Com *Flaminhaçu*, Bastos exaltava o homem amazônico, o falar amazônico, os costumes, lendas e mitos, folclore, fauna, flora, culinária, modo de vida, assim como defendia a mudança da visão do restante do país acerca da Amazônia, ou seja, um local exótico e idílico. Este manifesto pode ser encarado como contramito amazônico. “Bem, achei, em seguida, que deveria voltar-me decididamente para a Amazônia” (BASTOS, 1944, p. 23).

Podemos identificar no texto uma nova concepção de nacionalidade que, em uma conferência em Manaus em 1928 e, posteriormente, em 1944, o autor aborda. Segundo ele, em *Formação do*

Espírito Moderno, uma coisa era o nacionalismo e outra a brasilidade, ou seja, a síntese brasileira.

O nacionalismo, em sua concepção, era subjetivista, se apoiava na psicologia das massas, “cheirava a bacharelismo do império”, pensava em latim, queria regras, programas, estratificava a consciência brasileira, “se envergonhava do jacaré”, não mostrava os dramas e lutas da vida, não aceitava que se falasse em “tragédia da seringa, do cacau, da cana de açúcar, do algodão e da castanha”. A brasilidade, por sua vez, era objetiva, se apoiava na ação das massas, perdia a pose do bacharel, “não se acanhava de andar de pé no chão atrás de mato, de índio, macumba, tajá, minhocão, uirapuru”, queria a sensibilidade pura, a índole, o Brasil em si. Ele acreditava que pau-brasil iniciara a concepção de brasilidade. Em suas palavras:

Uma coisa era o nacionalismo, o tolo nacionalismo, e outra era a brasilidade, a síntese brasileira. Determinados grupos se deixaram exaltar pela simbologia exagerada, em torno não do que havia de vivo na humanidade brasileira, mas justamente à roda do que sobrava abstração e mito. O verdeamarelismo não teve outra intenção. O movimento “pau-brasil” era mais sincero, era brasilidade porque procurava resolver os problemas da terra (BASTOS, 1944, p. 23).

Dessa forma, sob os pendores metafóricos provenientes do modernismo, Abgvar, em plena fase de militância flaminacú, publicou *Poema*, transcrito no início do presente subtítulo, na *Revista de Antropofagia*, movimento anunciado a ele pelos amigos Clóvis de Gusmão e Raul Bopp.

Após o exposto, acredito que tenham ficado claros os motivos que levaram Bastos a publicar na Revista; a recordar: sua admiração por Oswald e pelo *Manifesto Pau-brasil*, sua amizade e concordância estético-ideológica com Raul Bopp, gerente da primeira denteição, e com Clóvis de Gusmão, “poeta magnífico de minha terra, que se filiara à corrente e andava no Rio” (BASTOS, 1944, p. 25), a busca da brasilidade e do homem natural, fora os aspectos sociológicos que devemos considerar a partir da leitura de Miceli, ou seja, pertencente a uma elite que facilitaria seus caminhos em direção à vida política e artística.

Entretanto, ao verificar a regularidade, temáticas, abordagens nas publicações do autor na *Revista*, constatou-se que ele inicia e termina sua participação logo na primeira publicação. Acreditando que o historiador

deve ater-se ao que existe, ao concreto, mas também ao não dito⁹⁰, às lacunas, à ausência, ao que falta, chegamos a conclusões pertinentes para o modernismo brasileiro, em geral, e paraense, em específico.

A partir da sua concepção de arte moderna com ponto de referência o norte do país – entendam-se as regiões norte e nordeste –, especificamente o protagonismo da Amazônia em seus aspectos naturais e sociais, contida nos manifestos de 1923 e 1927, o autor acaba mantendo-se afastado da influência das publicações ocorridas no Sul – entendam-se as regiões sudeste e sul –, pois defende a criação da “Academia Brasileira do Norte”, uma literatura de exportação regional. Movido pela intenção de negar estereótipos construídos acerca da Amazônia veiculados pelo restante do país, inclusive por meio de mitos “que se anda a contar nos corredores da Academia Brasileira”, Bastos considerou a Revista “exageradamente folclórica”. Não interessava a Bastos reproduzir lendas, mitos e histórias da Amazônia, como ocorria na Revista e eram apreciados pelos líderes Alcântara Machado, Raul Bopp e Oswald de Andrade na ocasião. Quem não conhecia a Amazônia profundamente tendia a exaltar o desconhecido a partir do elemento exótico; quem conhecia, como ele, acredita que atentar-se apenas para isso é um exagero e um descaso para com a realidade brasileira.

Abgaur, que vinha do seio paraense e amazonense, defendia, então, outro ponto de vista, menos folclórico e mais realista e social – ou pelo menos a junção de tudo isso: a realidade amazônica –, visão que se fortalece em 1928, 1929 e que se aprofunda a partir da Revolução de 1930, desembocando nas obras *Amazônia que ninguém sabe* (1930), reeditada em 1931 sob o título *Terra de Icamiba, Certos caminhos do mundo* (1936) e *Safrá* (1937), para parar na década de 1930. É importante frisar que o autor não nega o folclore nem os mitos e lendas. Ele acredita que isto faz parte da realidade da Amazônia, mas não é só. Uma gama de fatores e acontecimentos deveriam ser levados em consideração, como as relações pessoais e interpessoais, a existência de exploração natural e humana, as relações com a modernidade, as empresas, os senhores da borracha, latifundiários, enfim, a Amazônia não é apenas natureza e mito e todas as relações possuem suas especificidades. Parece que a Revista adquire em sua primeira denteição, para Bastos, a reprodução da imagem folclórica a ser negada e transformada.

No poema publicado na Revista, transcrito de maneira idêntica e completa no início do subtítulo, a natureza não aparece exótica nem idílica,

90 A esse respeito, ver: DE CERTAU, Michel. (1982) *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense.; FURET, François. (s./d.) *A oficina da história*. Lisboa, Gradiva.; VEYNE, Paul. (1983) *Como se escreve a história*. Lisboa, Edições 70.

mas natural, sem exageros. Revela a interação homem-natureza. Além disso, altera a visão do lugar-comum da Amazônia enquanto formação florestal densa, abrindo espaço para as “colheitas”. Ademais, Bastos sugere que as colheitas, ou seja, as ações humanas, alteraram a paisagem, gerando clareiras onde “bate-lhe o sol nos ombros”. Igualmente, o poema pode sugerir também a exploração da Amazônia, pois “ella” não está participando do plantio, mas “tropeçando nas colheitas”. Tropeça-se em algo que está fora de lugar ou antes inexistente.

Se pensarmos que Abguar lia Freud, como aponta em *Formação do Espírito Moderno*, e que traduziu obras como *Freud e as origens do sexo* e *Freud e a perversão das massas*, podemos sugerir que há, metaforicamente, conotação de exploração sexual da mulher natural pelo invasor das terras que, após “deflorar-lhe” e iluminá-la “de absurdos”, quer “matal-a e jogar-lhe clarões por cima”, ou seja, denuncia as mazelas amazônicas a partir da violência sexual e abertura de clareiras para explorar a terra. Explora-se o autóctone e a natureza, recusando o amor romântico, o amor puro e o meio urbano. Floreia o modernismo com características gerais e suas especificidades amazônicas.

O poema também pode representar, metaforicamente, a adesão de Bastos ao movimento antropofágico ao provar um gosto humano (antropofagia) que pela primeira vez havia sentido na boca e que o iluminou, ou seja, esclareceu, orientou, instruiu, inspirou de “absurdos”, de utopia, de ideias novas. Com isso, um misto incoerente de sentimentos o toma, pois um “choro quer sorrir dentro de si” e o corpo do inimigo devorado, representado pelo sangue antropofágico, quer matá-lo, consumi-lo, satisfazê-lo e iluminá-lo de lucidez. A imagem construída seria da devoração antropofágica da própria antropofagia.

“Ella” pode ser a representação da Amazônia vista sob um novo prisma. A imagem que o poema traz não é algo sobre a Amazônia, representando a passividade, mas a partir da Amazônia. A natureza vem e a transforma em humana. Há a interação homem-natureza, ou seja, não é mais a representação do “caboclo triste”, do “inferno verde”. É a natureza se apresentando a ela, mas o que age é o gosto humano. A ação do poema não vem do exterior, mas do interior. Do interior vem “o universo que se despenha dos seus cabellos”. O universo está no interior. A Amazônia se apresenta verdadeiramente ao mundo, é exportada, revelada. O referencial regionalista de Abguar se apresenta no poema. Bastos segue e, ao mesmo tempo, não segue os parâmetros da *Revista*. Ele anuncia suas impressões particulares a partir do modernismo amazônico de características regionalistas, ainda que diferente de Bruno de Menezes. Modernismo como forma, Amazônia como conteúdo.

Mesmo com esta única colaboração na *Revista*, o que se percebe é o interesse de Bastos em participar e analisar o movimento antropofágico, o que nos faz pensar que a *Revista*, em sua primeira fase, não era porta voz de um movimento amadurecido e solidificado, mas apenas uma tentativa de representá-lo. O início. Um ensaio. Aqui vale uma reflexão que pode servir para estudos futuros que analisam os movimentos de vanguarda e as publicações que os representam. Revista, jornais ou livros que são considerados porta vozes de um movimento podem ser muito diferentes do esperado. Se pudermos ter autores que não concordam com o veículo divulgador das ideias, mas concordam com o movimento no qual tal ideias surgiram, também o contrário poder ser válido.

Se, por um lado, Abguar criticava a antropofagia pelo excesso de material folclórico, por outro reconhecia no movimento uma nova concepção do fenômeno modernista: que deseja o homem brasileiro integrado ao movimento do homem “universal”. Segundo ele, o homem brasileiro não deveria ser o Abapuru, pregado à terra, mas o Abapuru no ritmo da vida de todos os homens. “O negro brasileiro irmão de todos os negros. O índio brasileiro irmão de todos os índios”.

O autor identifica duas correntes surgidas a partir do modernismo antropofágico que se distanciaram em diversos sentidos e graus. Uma delas ficou no folclore, representado por Mario de Andrade, e outra passou a encarar seriamente o problema social do Brasil, cujo expoente seria Oswald de Andrade. “A revolução de 30, portanto, podia contar comigo”, declara em 1944, inserindo-se na luta e definindo seus companheiros e opositores.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Oswald de. *Revista de Antropofagia: 1ª e 2ª dentições*. (fac-símile). São Paulo: Abril, Metal Leve, 1975.

_____. *Serafim Ponte Grande*. Estabelecimento de texto Maria Augusta Fonseca. São Paulo: Globo, 2000.

BASTOS, Abguar. Formação do Espírito Moderno. In: CAVALHEIRO, Edgard. *Testamento de uma geração*. Porto Alegre: Edição da livraria do globo, 1944.

BOAVENTURA, Maria Eugênia. *Vanguarda antropofágica*. São Paulo: Ática, 1985.

BOPP, Raul. *Movimentos Modernistas no Brasil 1921-1928*. Rio de Janeiro, São José, 1966.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DE CERTAU, Michel. (1982) *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense.

FABRIS, Annateresa. *O Futurismo paulista: hipóteses para o estudo da chegada da vanguarda ao Brasil*. São Paulo: Perspectiva: Edusp, 1994.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Os vândalos do apocalipse e outras histórias: arte e literatura no Pará dos anos 20*. Belém: IAP, 2012.

_____. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

FONSECA, Maria Augusta. *Oswald de Andrade: Biografia*. São Paulo: Globo, 2007.

LOPES, João Marques. *Uma leitura da revista de antropofagia: o espectro da Revolução Bolchevique?*. *Historae*, Rio Grande, 6 (1): 142-166, 2015.

LUCA, T. R.; MARTINS, A. L. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MENEZES, Raimundo. (1978), *Dicionário literário brasileiro*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos.

ABREU, Alzira & BELOCH, Isabel (coords.). (1984), *Dicionário biográfico brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro, Forense Universitária/FGV/Finep.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. *Um outro herói modernista*. In: *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 20, n. 2, 2008, p. 175-196.

PLUET-DESPATIN, Jacqueline. *Une contribution a l'histoire des intellectuelles: les revues*. Cahiers de L'Institut du temps present; sociabilités intellectuelles, lieux, milieu, réseaux. mars 1992, p. 125-136, p. 126.

SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas Latino-americanas: Polêmicas, Manifestos e Textos Críticos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Iluminuras: FAPESP, 1995.

SILVA, Anderson Pires da. *Mario e Oswald: uma história privada do Modernismo*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. Neste livro, constam mais exemplos.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: Rémond, Rene (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

WILLIAMS, Raymond. "The Bloomsbury fraction". In: *Problems in materialism and culture*. Londres, Verso Editions, 1982.

____. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

9

arquitetos da memória e as cidades encantadas⁹¹

literatura e fotografia na
Amazônia de Milton Hatoum
e Luiz Braga

*Arcângelo da Silva Ferreira
Caroline Fernandes*

91 Os motes para pensar e fazer este artigo estão relacionados à visita realizada no Museu do Estado do Pará (MEP) no ano de 2016, em Belém, num encontro ocorrido através da disciplina Seminário de Linha de Pesquisa II, ministrada pela professora Caroline Fernandes, quando, no segundo semestre de 2016, levou sua turma de doutorado, e mestrado, para visitar a exposição *Luiz Braga, retumbante natureza humanizada*.

A Cidade Encantada era uma lenda antiga, a mesma que eu tinha escutado na infância. Surgia na mente de quase todo mundo, como se a felicidade e a justiça estivessem escondidas num lugar encantado.

Milton Hatoum⁹²

O trecho da novela *Órfãos do Eldorado* fala sobre as cidades encantadas que povoam o imaginário amazônico, nutrido por narrativas fantásticas sobre seres que desaparecem, voluntária ou involuntariamente e habitam o fundo dos rios, a cidade de El Dourado: um lugar idílico, paradisíaco, onde a felicidade e a justiça seriam possíveis. Como ela, outras cidades vão ganhando forma na narrativa do escritor amazonense Milton Hatoum. Marcadas por contrastes e contradições, personagens arrebatadores e cores vibrantes. A obra em questão foi publicada em 2008 pela Companhia das Letras. A narrativa começa à beira do rio, com o falatório da índia tapuia que desaparece por desejo próprio nas águas do Amazonas. Sob o ruído da cidade, a lembrança daquela cena traz à tona antigas histórias da infância, sobre pessoas seduzidas por animais, lugares distantes. Lendas contadas pelos mais velhos, traduzidas da língua indígena por Florita para Arminto Cordovil.

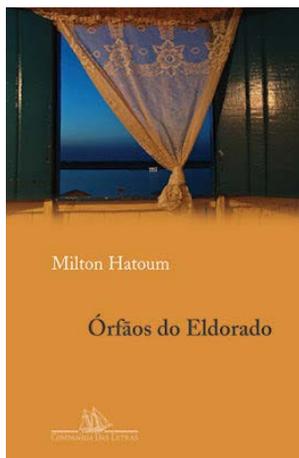
O livro trazia na capa uma fotografia do paraense Luiz Braga. A imagem deixa ver no horizonte o avesso do dia. Através de suas experiências, o leitor, antes de tudo é *espectador emancipado*, perante uma *imagem pensativa* (RANCIÈRE, 2012). Diante da paisagem em tons de azul que se firma afora da janela, nos damos conta de que a vemos do interior da casa. A janela é o meio que confirma a condição dessa fronteira. Em oposição ao que está lá fora, ao céu infinito que aparece

92 Entrecho do livro *Órfãos do Eldorado*, 2008, p. 64.

por trás da delicada cortina rendada, amarrada na ponta. Trata-se da tarde que finda ou da chegada do dia? O instante exato nos escapa à primeira vista. Da moldura sólida da janela de madeira, pende a transparência sensual da renda. Aqui do lado de dentro faz calor, como as noites mornas da Amazônia.



Janela em Marabá, 2005



Órfãos do Eldorado

Hans Belting (2009), historiador da arte alemão, propõe pensar a fotografia como uma experiência social, mas também estética e existencial. Nesse sentido, o mundo se torna imagem a partir de um processo de medição: a fotografia é um meio entre dois olhares, o olhar do produtor e o olhar do expectador. As imagens não estão no exterior, elas são elaboradas pelos sujeitos, elas estão dentro. Os sujeitos produzem e consomem as imagens, são eles quem as animam. Nesse processo, a fotografia torna objetivo o mundo visível, embora com subjetividade. Por isso, ela é o que Belting (2009) chama de uma espécie de arquivo, nela permanecem lembranças de olhares anteriores. Dito corretamente, fitando a mesma fotografia, os olhares divergem. As lembranças pelas quais a imagem suscita, igualmente são divergentes. Ocorre aí certa relação dialógica entre o *olhar recordante*, do espectador no tempo presente, e o *olhar recordado*, coisificado na fotografia que registrou um instante anterior, imediato ou extremamente remoto: *fotografia irrepitível*. Fragmento de percepção da alma do tempo. A fotografia é, portanto, o lugar da *harmonia afetiva* entre o olhar do espectador e o olhar do fotografado. Na peculiaridade de seus ângulos, intrinsecamente relacionados com as lembranças, as memórias, o chão histórico. Isto tudo mediado por fitos olhares, entrelaçados e entrelaçando temporalidades e experiências: existenciais, sociais (BELTING, 2009).

Ao comentar a relação de seu trabalho como fotógrafo com o do literato amazonense, Luiz Braga diz acreditar que ambos produzem uma visão da Amazônia sobre si mesma, intimista, sem os estereótipos usuais. Acrescenta ainda que Milton fala de suas referências de vida, daquilo que o moldou como homem, mas “ambos somos descendentes de imigrantes libaneses. Não nascemos caboclos, mas nos tornamos a partir de um processo de maravilhamento com a cultura ribeirinha”⁹³. Aos 11 anos de idade, Luiz Braga ganhou do tio uma câmera Start B (Rolleiflex). O pai, médico psiquiatra, havia lhe dado de presente um violino, no ano anterior. A câmera, por sua vez, lhe pareceu um instrumento de experimentação. Se voltássemos à sua adolescência, perceberíamos que ele trocou temporariamente a câmera por uma guitarra, talvez seduzido pelo som dos Beatles. Mais tarde, e depois de desfazer permuta, tratou de se articular com uma galera⁹⁴ de profissionais liberais amantes da fotografia. Nesse grupo, que à época criou o Fotoclube do Pará, Luiz Braga trocava ideias, socializava suas

93 Entrevista, gentilmente, concedida por Luiz Braga em fevereiro de 2017 (via e-mail). A partir de agora quando nos referirmos a esta fonte usaremos: BRAGA, 2017.

94 Gíria comum aos paraenses para se referir um grupo de pessoas.

experiências fotográficas. Predominava aí a fotografia em preto e branco e a recorrência a inúmeros efeitos. Suas primeiras imagens foram reveladas em laboratório improvisado construído em sua própria casa, em 1975, num porão. Segundo os relatos, quando chovia, tudo inundava. As revelações eram feitas no universo imediato do conhecimento adquirido de forma autodidata. Seus modelos: suas irmãs. Oriundo de uma família de classe média, Braga optou em fazer o curso de arquitetura, na ausência de uma faculdade de belas artes. São Paulo foi um ponto de interlocução importante. Conheceu um fotógrafo de publicidade, Meca Assunção, que lhe deu muitas dicas, inclusive as mais elementares e profissionais. Na capital paulista, também fez fotografias de publicidade, ganhou muito dinheiro. Mas, suas experiências naquela cidade lhe fizeram repensar seus rumos. Voltou à Belém para desenvolver trabalho autoral. Em 1979, articula sua primeira exposição, por onde passaram cerca de mil visitantes.

Em *Babá Patchouli* (1986) Braga buscou o sentimento do mundo por meio dessas cores que vazam o cheiro de seus personagens e da ambiência que retrata a dança imóvel do tempo. A referida fotografia é o registro da peculiar acepção de Amazônia: fluida, móvel, fugidia na luz e nas cores que o fotógrafo imprime através de sua câmera-óculo. Para ele o sublime reside no desconfortável, no estranhamento. Assim ele comenta a produção dessa fotografia, em entrevista concedida à Maura Castanheira Grimaldi (2012, p. 130):

(...) confesso, até por gostar e tender a fazer coisas tidas como certas, que estranhei muito a foto da *Babá Patchouli*, num primeiro momento, ela passou meses na gaveta, antes de ser assumida. Eu achava aquele verde um erro. Demorei quase seis meses para perceber que ela não era um erro, que ela era um grande acerto.

Milton Hatoum, ao falar sobre a obra de Luiz Braga⁹⁵, se rende à simplicidade inscrita nas cenas do fotógrafo paraense. Há uma verdade íntima no olhar de Braga. Beleza que fura a palidez da memória estereotípica. O tempo de Braga é prazenteiro, porque lento: perde-se nos devaneios. Valoriza a moleza do gesto, o jeito de viver da cultura e da história amazônica. Os registros do trabalho humano, que o fotógrafo faz, são testamentos de um tempo longo onde reside a permanência de uma tradição pautada nas marcas deixadas pela gente subsumida.

95 Aqui procuramos analisar as impressões de Milton Hatoum sobre a obra de Luiz Braga a partir do texto "Desenhos do Olhar: fotografias de Luiz Braga", escrito pelo literato e gentilmente cedido pelo fotógrafo, via e-mail (sem o registro do local de publicação e datação, isto é, tempo da escrituração).

Desta forma, há humanidade até mesmo em imagens sem a presença de figuras humanas⁹⁶, posto que Braga elucide os indícios dessa cultura simples. No olhar de Luiz Braga existe a impressão de uma etnografia do cotidiano que o fotógrafo anota pacientemente.



Babá Batchouli, 1986. In.: CHIODETTO, 2014.

A peculiaridade da linguagem de Luiz Braga é revelada quando, historicamente, o fotógrafo descobre a cor. Nesse marco ocorre a localização do lugar do artista no tempo. A cor, sua manipulação, loca com mais ênfase o fotógrafo no diálogo com a fotografia. Instrumento de sua narrativa. Ora, a narrativa possibilita a experiência humana no tempo. E o tempo se humaniza através da narrativa (RICOEUR, 2010). Nesse regime de historicidade, como Luiz Braga organiza o passado?

Primeiro, a representação daquilo que eleger como passado está intrinsecamente relacionado àquilo que observa no presente. As imagens, os modelos, os gestos, os eventos, a linguagem inscrita no olhar de seus personagens, por exemplo, sinaliza a preocupação da constante busca da memória. Uma maneira a qual engrena as temporalidades (HARTOG, 2013). Se a cor e a memória são suas armas secretas, como historicizar este ato processual que encontra sua culminância na materialização da fotografia? Na perspectiva apontada por Belting (2009), a fotografia como imagem-meio-corpo é mais que um dispositivo técnico sobre o qual seria possível avaliar a dimensão

96 Como o leitor pode perceber na fotografia utilizada para a capa desta coletânea.

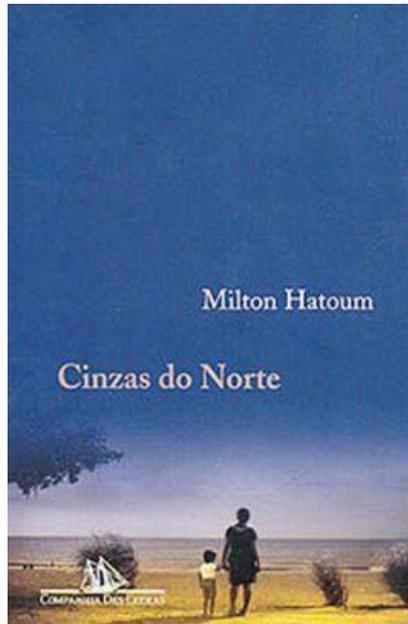
temporal, trata-se de uma experiência vivencial. Ao que tudo indica desde a experiência com a *Babá Patchouli*, Braga assume “o erro como linguagem” (CHIODETTO, 2014). Após a fase da fotografia em preto e branco, descobriu a força das cores em andanças peripatéticas pelas ruas de Belém. As cores do mundo, por sinal. O simbólico mundo de sua câmera-olho. Com Braga a fotografia expande a linguagem: inaudita. Por isso, questionadora. Sua estética é insurreta, rompe a técnica. Na referida fotografia utilizou “um filme não apropriado para captar luzes artificiais, a imagem resultou em desvios cromáticos um tanto bizarros, causados pela temperatura de cor” (CHIODETTO, 2014, p. 16). Nos “erros” de Luiz Braga reside sua poética. É possível enxergar em *Babá Patchouli* certo diálogo dos habitantes com o ambiente, o afeto da figura feminina com a criança. Como ele mesmo afirma:

Babá marca o início de minha jornada pela cor do crepúsculo amazônico e as misturas de luzes. Foi feita num fim de semana de férias com a família na Ilha de Mosqueiro. Não foi uma foto produzida, com modelos, etc. Um flagrante que ficou meses na gaveta pois no início estranhei a cor esverdeada (tecnicamente um defeito) e depois foi assumido e se transformou num ícone de meu processo/técnica. Hoje mais maduro vejo que ali estávamos eu e minha querida madrinha representados (BRAGA, 2017).

“Um alfabeto de cores extraído de erros e distorções dos filmes”⁹⁷, como o próprio fotógrafo assevera. A babá de Luiz Braga nos lembra Florita, personagem de Hatoum, central para o enredo da novela *Órfãos do Eldorado*, a contar histórias para Arminto Cordovil, sobre a cidade encantada no fundo das águas. Histórias como essas que estão representadas no matiz bordô das águas da baía do Marajó a qual a fotografia retrata. *Babá Patchouli* foi capa de outro livro de Milton Hatoum, *Cinzas do Norte*, publicado pela mesma editora anteriormente mencionada, em 2005. Decerto, compreende-se uma peculiaridade na forma em que o literato aborda as lembranças e memórias sobre a Amazônia: a ruptura com o fantasma do exotismo, do geografismo⁹⁸ e, ao contrário disso, a vazão a antropologia e a história; a relação dialógica entre os sujeitos amazônicos e a natureza; a percepção da polifonia e da diversidade para se tentar compreender a realidade social amazônica.

97 Fragmento retirado do texto “Memória de mim”, escrito por Luiz Braga, em agosto de 2016, gentilmente cedido via e-mail pelo fotógrafo.

98 Para compreensão mais acurada do geografismo e exotismo verificar o livro de Neide Gondim, *A invenção da Amazônia*, 1994.



Milton Hatoum, *Cinzas do Norte*, 2005.

Desde o livro *Relatos de um certo Oriente*, Milton Hatoum deixou patente sua aversão pelo regionalismo exacerbado, a poética cartão-postal, ou seja, aquela que anula a cultura e exalta a natureza. Se contrapondo a esta estética ambienta suas tramas em cidades amazônicas buscando o universalismo. Exemplo emblemático é a querela histórica elucidada em *Dois irmãos* e a procura existencial do personagem artista Mundo (onde o nome do protagonista suscita a constante busca de si), inscrita em seu terceiro livro, isto é, *Cinzas do Norte*. Quando elege a cidade de Manaus através de certas matrizes imagéticas sinaliza para as matrizes intelectuais nas quais estão fundamentados os elementos do imaginário e, por extensão, a acepção de História. Dizendo em outros termos, a permanente busca da cidade de Manaus de sua infância e parte da juventude suscita, por um lado um sentimento de pertença, por outro uma denúncia de tudo que a História laudatória fez e continua a fazer com a memória. Milton Hatoum nasceu em Manaus, em 1952, onde passou sua infância e parte de sua juventude, peculiaridade perceptível nas narrativas construídas pelo

escritor amazonense⁹⁹. Paralelo a isto, existe uma aberta preocupação com a Amazônia. Um compromisso com a compreensão desta região que há muito ficou à margem do mundo e da História, inclusive, da História nacional.

Arquiteto de formação¹⁰⁰, Hatoum recorta temporalidades em ângulos e planos nos quais inseri suas tramas, sempre densas, por ser um escritor ávido de leitores atentos àquilo que podemos fazer de nossa história. E também preocupado com aquilo que os donos do poder fizeram e continuam fazendo com a História, essencialmente, da Amazônia, posto que “(...) também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 1985, p. 224-225). Ao transcender a realidade pela linguagem, busca uma verdade inscrita no tempo de suas narrações, mais forte que a realidade externa. Portanto, denunciadora dos fantasmas do tempo. Provocadora, porque abre fendas para que vozes emudecidas passem a falar. Na tessitura de Hatoum reside a elaboração de uma narrativa artística fronteira ao enunciado histórico, mas na possibilidade aberta para se contar a História por outro ponto de vista, traduzido na sua inventividade e liberdade. Hatoum rechaça estereótipos. Em suas entrevistas afirma que a literatura que produz não é regionalista. Ao contrário, procurando evadir disto prefere narrar sobre famílias nas suas experiências urbanas. É, portanto, a decadência das cidades amazônicas que elucida¹⁰¹:

Sem laivos de nostalgia, penso que as metamorfoses por que passou a cidade nas últimas décadas emitem signos sombrios. O que restam dessas ruínas?

Reminiscências... Passeios ao léu em busca de imagens, porque a cidade tornou-se, enfim, um texto em andamento, páginas sempre revistas, palimpsesto a ser desvelado pelo vôo da imaginação e da memória (NUNES & HATOUM, 2006, p. 70).

Aí reside “a comparação diante da ruína e o desejo de que o passado não se torne um pretérito muito mais que perfeito” (FIGUEIREDO, 2006, p.7). A cidade aparece na relação com as pessoas. O olhar do arquiteto deixa marcas. Hatoum explica que a distância dos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro contribuiu para

99 *Relatos de um certo Oriente* (1989), *Dois irmãos* (2000), *Cinzas do Norte* (2005), *Órfãos do Eldorado* (2008), *A cidade Ihada* (2009), *Um solitário à espreita* (2013).

100 Nos anos de 1970 cursou a faculdade de arquitetura na Universidade de São Paulo.

101 Aqui nos reportamos à entrevista concedida à *Revista História* da Biblioteca Nacional. Edição nº 122 de novembro de 2015, na versão on-line. A partir de agora usaremos: RHBN, 2015.

produzir um olhar distinto em relação ao Brasil: “Você nasce no meio do estranhamento, no meio da floresta, com a força das árvores, com os índios. A herança indígena é muito presente no cotidiano das pessoas, na rede em que a gente dorme” (RHBN, 2015). *Em Dois Irmãos*, por outro lado, é possível ver o que aconteceu com a cidade de Manaus. Diz ele que seus livros também falam sobre o desastre urbanístico brasileiro (Idem). Corrobora isso em *Crônica de duas cidades: Belém – Manaus*, livro escrito juntamente com outro ilustre paraense, o filósofo e crítico literário Benedito Nunes:

Não apenas em Manaus, mas em todas as cidades amazônicas, a presença da cultura é significativa sob vários aspectos. Às vezes é uma presença soterrada, passado que se pretende morto, à semelhança dos cemitérios indígenas de Manaus, sobre os quais foram erguidos vários edifícios, símbolos da arquitetura de Manaus, sobre os quais foram erguidos vários edifícios, símbolos da arquitetura do poder de civilização. No entanto, os costumes, a habitação popular, a culinária, e até mesmo a língua portuguesa – em cujo vocabulário consta o étimo de vários troncos linguísticos de nações indígenas – tudo isso traduz formas de uma tradição cultural fortemente arraigada nas cidades amazônicas (NUNES & HATOUM, 2006, p. 52).

Luiz Braga, por sua vez, nasceu em Belém do Pará em 1956, nos anos de 1970 cursou a faculdade de Arquitetura. No caminho de casa para a Universidade, começou a notar o cotidiano paraense. Imagens (in) visíveis que poderiam ser retratadas. Chamou sua atenção a *caboquice*¹⁰² do paraense. Aos 23 anos, percebeu as cores da cidade. Desde então as levou para o mundo. Na exposição *No Olho da Rua*, organizada em 1984, ocorrida em Belém e em São Paulo, Luiz Braga reuniu 28 fotografias: cenas de uma cidade em cores revelando a personalidade da “caboquice paraense”. Porém, a partir de 1985, Luiz Braga voltou a fotografar em preto e branco. Este retorno, agora mais dedicado ao estudo, sem tantos improvisos, fez com que o fotógrafo ganhasse um prêmio importante da Universidade de Boston, em 1991. Com este prêmio percebeu a universalidade de seu trabalho. Nas memórias de Luiz Braga, encontramos um visitante da exposição realizada em Boston que, ao olhar para a fotografia *Babá Patchouli*, poderia sentir o cheiro da água, posto que havia crescido à beira do rio

102 Termo usado pelo fotógrafo quando de sua entrevista à revista *exame.com*, do dia 19 de dezembro de 2011, nosso acesso ocorreu em 01 de junho de 2017.

Mississippi, segundo contou ao fotógrafo. O expectador, tocado pelas sensações que aquela fotografia lhe causou, como posteriormente o artista descobriria, era um catedrático da mesma universidade onde estava ocorrendo a cerimônia de premiação.

Ao fuçar o menu da Câmera digital que comprei em 2004, descobri o night shot, uma faculdade que permite fotografar no escuro, mas eu resolvi experimentar de dia. Gostei do resultado. Me lembra aquelas coisas épicas, meio litogravura, Rugendas. Com essa técnica eu fiz xixi no poste, desenvolvi graças a minha vivência e a uma pesquisa minha. E a partir dela me aproximo de algo que nunca tinha feito parte do meu trabalho: a natureza. (BRAGA em entrevista para Patrícia Jota à revista EXAME, em 19 dez 2011, 12h53).

As experiências com as cores são fendas pelas as quais Luiz Braga retoma a natureza e a cultura de uma cidade que, sob a ótica do fotógrafo, são capazes de revelar as cores do mundo. Braga, reafirmamos, se tornou universal mostrando a “*personalidade da caboquice*” (Idem) dos paraenses. As fotografias de Luiz Braga nas capas dos livros de Milton Hatoum talvez sejam somente o primeiro indício da relação entre a Amazônia do fotógrafo paraense e do literato amazonense. A fotografia, nas palavras de Belting (2009), geometriza, nivela e classifica. A partir de então, os lugares passam a ser lugares fotografados. Por meio do domínio da luz e a peculiar manipulação das cores, Luiz Braga revela o particular oculto. Como se a fotografia despontasse o que não se pode enxergar no frenesi da vida cotidiana. Enquanto isso, o literato deixa que vozes ocultas ecoem na polifonia dos diálogos/conflitos de seus personagens; atento para uma história da Amazônia forjada na curva de enredos não contados oficialmente. Amalgamando estas perspectivas está o registro da memória no tempo da verossimilhança inscrita na literatura de ficção e na imagem representada pela fotografia. Ambos se tornam, assim, arquitetos da memória. Ou de memórias de uma Amazônia narrada a contrapelo da História. Hatoum parte das ruínas. Ao narrar elucida o decurso mais escuro de trajetórias escondidas: o trágico. Encontra nos vestígios deixados na memória, certo poder extraído da oralidade como indício, deixado no tempo, posto que nenhuma vida seja tão miserável ao ponto de não ter imaginários a relatar (BENJAMIN, 1985). Braga e Hatoum imprimem narrativas livres de estereótipos, avessas a exotismos exacerbados. Onde o referente da fotografia e o personagem da ficção tornam-se cúmplices da arte. Dizendo de outro modo, os espaços de experiência que vivenciam,

no ato do criar, suscitam horizontes de expectativa (BARROS, 2011): a fotografia e a literatura balizam outras memórias paralelas às oficiais. Insurgentes, por sinal, suscitam a relação dialógica entre os sujeitos e suas histórias. Em suma, estes produtores de cultura se apropriam da arte para colocar em cheque imaginários herdeiros de cosmovisões que insistem em representar a Natureza engolindo o homem. Imaginários também viajantes, desde os cronistas dos séculos XVI, XVII (UGARTE, 2003), e bem evidentes nos naturalistas do século XIX (HIDERALDO, 2013).

O registro visual é uma chave de leitura para compreender o lugar do fotógrafo no mundo. Nesse sentido, tanto Milton Hatoum como Luiz Braga, por meio de suas obras, promovem o encontro da sociedade com a arte e a cultura. Daí a narrativa de ambos se tornar acontecimento histórico, pois que com Jauss (1994) compreendemos que perpassado as temporalidades, a fotografia de Luiz Braga e a literatura de Milton Hatoum, continuam suscitando indagações e reflexões nos seus receptores. Ocorre, assim, a potencialização da experiência estética (mas também política) no encontro entre arte/cultura com a sociedade. Por isso, os mencionados artistas surgem como *mediadores culturais*. Com eles e através de suas obras surge a provocação: qual o lugar das imagens na cultura?¹⁰³ De fato, as imagens são fruto e produto da experiência existencial e, por extensão, estética e social, pois que os seres humanos são peculiares, se comparados aos outros seres, por causa da elaboração histórica de suas imagens. Nessa medida, as imagens também são chaves de leitura para a compreensão das diferenças entre as culturas. Pela arte a alteridade se revela (BELTING, 2009). Assim, o registro visual documenta

a própria atitude do fotógrafo diante da realidade; seu estado de espírito e sua ideologia acabam transcendendo em suas imagens, particularmente naquelas que realiza para si mesmo enquanto forma de expressão pessoal (KOSSOY, 2014, p. 46).

O elo entre o fotógrafo e o literato parece estar no olhar. Epistemologicamente no ponto de vista, na perspectiva, na metodologia. De onde narram, portanto. Ligeiramente é possível apresentar uma peculiaridade comum aos artistas: as cidades produzidas por eles são polifônicas, seus personagens emitem vozes sobre vozes até ouvirmos aquelas há muito inoportunas. Até ouvirmos nossas próprias lembranças que, juntas, constroem as cidades amazônicas e seus encantamentos.

103 Assim como em Jorge Luiz Borges, em Hatoum percebemos que literatura é a *arte das imagens*.

REFERÊNCIAS

fontes

BRAGA, Luiz Otávio Salameh. 61 anos, Fotografo paraense. Entrevistado por Arcângelo da Silva Ferreira, em 15/02/2017, via e-mail.¹⁰⁴

O Liberal. “Um mundo feito de cores”. Belém, quinta-feira, 28 de abril de 2016.

Revista História da Biblioteca Nacional. Edição nº 122 de novembro de 2015, na versão on-line. [digitalizada].

<http://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/fotografo-luiz-braga-fala-de-seu-percurso-suas-invencoes-e-reinvencoes/em> 19 dez 2011, 12h53, acessado em 01.06.2017.

bibliografia

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História*, 4: Acordes historiográficos – Uma nova proposta para a Teoria da História. Petrópoles: Vozes, 2011.

BELTING, Hans. *Antropología de la imagen*; traducido por Gonzalo Maria Vélez Espinosa. 1ª Edição. Buenos Aires, 2007.

BENJAMIN, Walter. “Sobre história”. In.: *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas. Vol. 1. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio: Jeanne Marie Gagnebin. 1ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense S. A, 1985.

CHIODETTO, Eder. *Luiz Braga*. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2014.

COSTA, Hideraldo. *Cultura, Trabalho e Luta Social na Amazônia*. Discurso dos Viajantes – Século 19. Manaus: Valer e Fapeam, 2013.

¹⁰⁴ Para obter a entrevista com o fotógrafo Luiz Braga foi necessária a gentil mediação do professor Aldrin Moura de Figueiredo, orientador do projeto de tese de doutoramento: *Narrativa de uma cidade encantada ou alegoria de uma história trágica: diálogos entre história e literatura em Órfãos do Eldorado*, de Milton Hatoum. Pesquisa em andamento, desde 2016, por Arcângelo da Silva Ferreira no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, na Universidade Federal do Pará (UFPA).

FIGUEIREDO, Aldrin Moura. Prefácio. In.: NUNES, Benedito & HATOUM, Milton. *Crônica de duas cidades: Manaus – Belém*. Belém: Secult, 2006.

GRIMALDI, Maura Castanheira. *Esquinas: uma pesquisa sobre a cor na fotografia brasileira contemporânea*, 2012. Dissertação (Mestrado – Escola de Comunicações e Artes). Universidade de São Paulo, São Paulo.

HARTOG, Francois. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte : Autêntica, 2013.

HATOUM, Milton. *Relatos de um certo Oriente*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Órfãos do Eldorado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Cinzas do Norte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Tradução Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática S. A., 1994.

NUNES, Benedito & HATOUM, Milton. *Crônica de duas cidades: Manaus – Belém*. Belém: Secult, 2006.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 5ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

UGARTE, Auxiliomar Silva. “*Margens Míticas: A Amazônia no Imaginário Europeu do Século XVI*”. In.: DEL PRIORE, Mary, GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*; tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. vol. 1: A intriga e a narrativa histórica; tradução Cláudia Berliner; revisão da tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar; introdução Hélio Salles Gentil. São Paulo: Editora WMF Martins Fonte, 2010.

10

a disputa pelo patrimônio arqueológico

*André Luis dos Santos
Andrade*

Durante a apresentação da cantora norte-americana, Alicia Keys, no dia dezessete de setembro, no festival de música conhecido como *Rock in Rio*, alguns minutos foram cedidos para a fala de Sonia Bone Guajajara, reconhecida liderança indígena que já esteve como coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)¹⁰⁵. Na chamada da notícia veiculada pelo portal G1 estavam os dizeres: “Alicia Keys volta ao Rock in Rio com o Dream Team do Passinho, discurso sobre causa indígena e fórmula igual”¹⁰⁶. Para um leitor funcional, pouco interessado nos detalhes do acontecimento, o título sugere que discurso em prol da causa indígena fora realizado pela própria Alicia. Não obstante, como já foi dito, Sonia fora responsável por expor e dar visibilidade mundial as recentes pautas da luta indígena no Brasil:

Existe uma guerra conta a Amazônia, os povos indígenas e o ambiente estão sendo brutalmente atacados. O governo quer colocar à venda uma gigantesca área de reserva mineral. No próximo dia 20, haverá uma votação no Senado, vocês têm a chance de evitar isso. E nós estaremos de olho. Estaremos de olho porque não existe plano B. É a mãe de todas as lutas, a luta pela mãe terra. O mundo inteiro precisa vir para a linha de frente. Vamos pressionar. Demarcação já.¹⁰⁷

A chamada pouco clara em relação a elaboração do discurso, escamoteando o momento de fala de uma militante indígena brasileira

105 Entidade criada em 2005 com o intento de aglutinar os povos indígenas brasileiros em pautas comuns, relativas, sobretudo, as ameaças e agressões aos seus direitos. Disponível em: <<http://apib.info/apib/>>. Acessado em: 18/09/2017.

106 Disponível em: <<https://g1.globo.com/musica/rock-in-rio/2017/noticia/alicia-keys-volta-ao-rock-in-rio-com-dream-team-do-passinho-pretinho-da-serrinha-e-formula-igual.ghtml>>. Acessado em: 18/09/2017.

107 Disponível em: <<https://g1.globo.com/musica/rock-in-rio/2017/noticia/alicia-keys-volta-ao-rock-in-rio-com-dream-team-do-passinho-pretinho-da-serrinha-e-formula-igual.ghtml>>. Acessado em: 18/09/2017.

e a convocação para o *front* em defesa dos direitos indígenas configurou mais um momento na história de conflito e negociação entre a política indigenista e indígena¹⁰⁸ no Brasil. Momento este marcado não somente por ameaças, mas por destruições já ocorridas no âmbito de projetos energéticos dos recentes governos, estou falando da construção de Usinas Hidrelétricas (UHE's) nos rios da Amazônia. Nesse sentido, para a discussão que intencionamos apresentar: a preservação do patrimônio arqueológico e sua importância como um ponto chave para pensarmos questões da história indígena e indigenista no Brasil, vamos focar em uma UHE em específico, a Teles Pires, localizada na divisa dos estados Pará e Mato Grosso.

patrimônio cultural morto x patrimônio cultural vivo

Construída sobre o argumento que a nação precisava de novas fontes energéticas e que as suas turbinas iriam tirar da escuridão uma população estimada em cinco milhões de pessoas por meio da sua capacidade de gerar 1.820 megawatts, o planejamento e a execução do projeto não levou em consideração a existência de cerca de 15 mil índios e 138 aldeias espalhadas entre Mato Grosso, Pará e Amazonas das etnias Apiaká, Munduruku e Kayabi que tiveram as urnas funerárias dos seus ancestrais esbuhadas do local sagrado onde estavam: as cachoeiras ou corredeiras sete quedas no rio Teles Pires, destruídas pela inundação provocada com o funcionamento da UHE Teles Pires. Usando em sua defesa o que prevê a legislação brasileira¹⁰⁹ em torno da preservação do patrimônio arqueológico, o empreendedor nega o roubo das urnas funerárias¹¹⁰, em contrapartida afirma que as mesmas foram guardadas:

108 De acordo com Cunha (2009, p. 130) a política/história indígena são as leituras e práticas sociais que as sociedades indígenas fazem da sua própria experiência no mundo, enquanto a política/história indigenista é construída pelas sociedades não indígenas, essa diferença é importante para enfatizar os índios como protagonistas (e não somente vítimas) no processo histórico.

109 A portaria 230/02 do Iphan normatizou os procedimentos arqueológicos nos processos que envolvam o licenciamento ambiental. Art. 1: “A contextualização arqueológica e etno-histórica da área de influência do empreendimento, por meio do levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo”. Art. 6, inciso 8º: “No caso da destinação da guarda do material arqueológico retirado nas áreas, regiões ou municípios onde foram realizadas pesquisas arqueológicas, a guarda destes vestígios arqueológicos deverá ser garantida pelo empreendedor, seja na modernização, na ampliação, no fortalecimento de unidades existentes, ou mesmo na construção de unidades museológicas específicas para o caso”. Disponível em: <https://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf>. Acessado em: 29/09/2017.

110 Um ponto a ser refletido foi a mudança na legislação acerca da responsabilidade na contratação da equipe de arqueólogos incumbidos pelos projetos de arqueologia executados no contexto do licenciamento ambiental. Na resolução Conama 001/1986 o EIA/RIMA o estudo arqueológico deveria ser realizado por equipe multidisciplinar habilitada, não dependente direta ou indiretamente do proponente do projeto e que será responsável tecnicamente pelos resultados da pesquisa. Esse artigo,

Os 12 vasilhames cerâmicos foram catalogados pela empresa Documento Cultural, responsável pelos estudos (...) o resgate e a catalogação, sempre manteve o material sob sua guarda em Alta Floresta, em ambiente devidamente climatizado e com umidade monitorada.¹¹¹

Essa perspectiva, a do salvamento arqueológico¹¹², entretanto, já não era aceita pelas etnias indígenas em 2011, quando em manifesto escrito em conjunto, já protestavam sobre a perda irreparável que a UHE Teles Pires iria gerar e, além disso, teciam severa crítica ao modo como nós, pesquisadores e estudiosos do campo¹¹³ do patrimônio, pensamos a sua preservação:

Concluimos que o governo federal quer construir, o mais rápido possível e qualquer jeito, uma grande quantidade de hidrelétricas nos rios Teles Pires, Apiacás e Tapajós, atropelando a Constituição, as leis e acordos internacionais, sobre os direitos indígenas. (...) Como vamos abrir mão de nossos direitos, de nossos lugares sagrados, como a Cachoeira das Sete Quedas, o Morro do Jabuti? E o Morro do Macaco? (...) O que diria o homem branco se nos construíssemos nossas aldeias em cima de suas propriedades, de seus santuários e cemitérios? (...) O homem branco chegou um dia desses no Mato Grosso e acha que seu dinheiro pode pagar o que para nós é de valor inestimável. Tenta com isso apagar a nossa ocupação nesse território que é muito antiga e pode ser comprovada pelo que vocês chamam de arqueologia (...)

porém, foi revogado pela resolução Conama 237/1997, de tal modo que na nova diretriz ficava posto que: os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais habilitados, às expensas do empreendedor. Essa mudança, ao retirar do Estado o ônus de custeio com as equipes e estudos arqueológicos, pôs um vínculo político em relação ao papel das pesquisas e pesquisadores da área da arqueologia com os interesses do empreendedor, assim, de acordo com Henrique Mourão (2007, p. 12) no Brasil as permissões concedidas pelo Estado a empresas para a realização do trabalho da arqueologia preventiva acabou provocando um paradoxo, no qual a arqueologia preventiva vai de encontro a própria preservação do patrimônio arqueológico, pois as permissões são concedidas por motivações econômicas.

111 Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/28/hidreletrica-inunda-cachoeiras-retira-urnas-funerarias-de-indios-e-gera-crise-espiritual-na-amazonia.htm>>. Acessado em: 19/09/2017.

112 O salvamento ou o resgate arqueológico é um procedimento realizado durante a fase de licença de operação, na qual a equipe de arqueólogos contratadas retiraram os vestígios arqueológicos pré-selecionados para acondicioná-los em laboratório adequado, conforme exposto na já citada portaria 230/02 do Iphan.

113 Campo aqui entendido como um microsistema social dotado de autonomia e, ao mesmo tempo, relacionado com um espaço social mais amplo. Os campos são constituídos por agentes (indivíduos ou instituições) que estabelecem relações objetivas para a tomada de posições. No interior dos campos existem disputas por controle e legitimação dos bens produzidos e seus agentes podem ter posturas "heréticas": contestação das leis e regras específicas ou híbridas (Bourdieu, 2004, p. 22-23).

Mas nossa arqueologia não é morta como a de vocês, nossa arqueologia é viva.¹¹⁴

Vale, todavia, assinalar que a Regional Norte da Sociedade Brasileira de Arqueologia (SAB) não ficou em silêncio diante desse contexto, chegando a publicar uma nota na qual expressava seu apoio a reivindicação das etnias indígenas quanto a devolução imediata das urnas retiradas durante a salvamento arqueológico¹¹⁵. Além disso, também em nota divulgada em seu site se pôs contra o substitutivo ao projeto de lei 3.729/2004 que desobriga a arqueologia preventiva no licenciamento ambiental¹¹⁶.

A implementação dos estudos do impacto ambiental, associados a legislação voltada para a preservação do patrimônio arqueológico e medidas como o termo de ajuste de conduta, foram medidas jurídicas criadas para a garantia de que a coletividade, incluindo aí as etnias indígenas, e suas futuras gerações tenham acesso ao patrimônio posto como nacional, porém, na prática, a lei está falhando, pois os projetos de arqueologia preventiva, assim como, os estudos no âmbito do EIA/RIMA, que deveriam promover o registro e a proteção do patrimônio cultural, acabam legitimando ou não tendo peso político para impedir a destruição dos bens arqueológicos que, no caso escolhido, são uma referência viva para a história dos Kayabi, Apiaká e Munduruku.

Nesse sentido, apontamos que a política pública de preservação do patrimônio arqueológico, sendo vista como uma política indigenista, entre em conflito direto com a noção de patrimônio cultural das etnias citadas. Como apontou José Reginaldo dos Santos Gonçalves (2002), no Brasil o discurso do Iphan¹¹⁷, em diferentes contextos, para preservação do patrimônio cultural foi/é orientado pela ideia da perda, assim, as ações institucionais do órgão eram/são justificadas pelo risco de desaparecimento dos bens patrimoniais, mas, ao lermos o manifesto acima, o desaparecimento das urnas funerárias não aconteceu até a

114 Manifesto Kayabi, Apiaká e Mundurku contra os aproveitamentos hidrelétricos no rio Teles Pires. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=6008>>. Acessado em: 19/09/2017.

115 Disponível em: <http://www.sabnet.com.br/informativo/view?TIPO=1&ID_INFORMATIVO=607>. Acessado em: 19/09/2017

116 Disponível em: <http://www.sabnet.com.br/download/download?ID_DOWNLOAD=439>. Acessado em 19/09/2017.

117 O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) foi criado em 1937 como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), atualmente possui 27 unidades administrativas em cada estado brasileiro, sendo o órgão federal vinculado ao Ministério da Cultura responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, assim, cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para gerações presentes e futuras.

construção de uma UHE em território sagrado, até a retirada das urnas nas ações de “salvamento” arqueológico. Para nós, não índios, a história dos índios pode ser contada em exposições compostas pela cultura material indígena do passado, para os Apiaká, Munduruku e Kaybi, a urnas fazem parte da sua história no presente.

Conforme iniciamos esse tópico, os índios são autores da sua história e, na atualidade, as etnias lutam e resistem pela continuidade das suas referências históricas, no exemplo escolhido, as urnas funerárias. Questionam, portanto, a função social da arqueologia (e por que não afirmar também da política de preservação do patrimônio cultural?) ainda que a mesma e os arqueólogos não sejam unívocos, como sugere a diferença entre o discurso da SAB em defesa da devolução imediata e o trabalho desenvolvido pelos arqueólogos da empresa Documento Cultural, que mantém as urnas em laboratório, segundo o que prevê a legislação¹¹⁸. Márcia Bezerra, então, aponta que o choque entre a perspectiva indígena sobre a arqueologia não pode ser encarada como uma dissolução da ciência, mas como um ponto de partida para repensar a prática arqueológica e sua episteme (2012, p. 82).

Esse choque entre ciência, intelectuais e indígenas não é, entretanto, novidade e exclusividade do século XXI, ainda que existam questões específicas do presente. No final da década de 1930 e início da de 1940 – quando ainda não havia uma complexa e intrincada legislação e o único texto jurídico responsável pela preservação do patrimônio histórico e artístico era o decreto nº 25/37¹¹⁹, também conhecido como: a lei do tombamento – estudiosos estipulavam e divergiam sobre a melhor maneira de preservar o patrimônio arqueológico.

118 Vale frisar que não é nossa intenção fazer uma dicotomia arqueólogo bom x arqueólogo ruim, mas ponderar sobre as nuances políticas e sociais que permeiam o ofício dos arqueólogos.

119 O tombamento é um instrumento jurídico, instituído pelo Decreto Lei nº 25/37, a qual atribui valor de patrimônio a coisa (objeto), tornando-a referência para a história da nação (Rabello, 2009).

o patrimônio arqueológico na revista do SPHAN

Fundado em 1937¹²⁰, o Sphan fazia parte do universo de instituições responsáveis pela construção da nação, mas nesse cosmos, sua função era específica: a tutela do patrimônio histórico e artístico nacional por meio da aplicação do tombamento. A *Revista do SPHAN*¹²¹ funcionou, então, como um *locus* para a divulgação das ações do órgão, assim como, para a promoção do patrimônio histórico, artístico brasileiro e da cultura brasileira (CHUVA, 2009, p. 246).

O conceito de civilização material foi primordial na elaboração da publicação. Segundo Teixeira, o conceito de civilização material presente na *Revista* foi desenvolvido por Afonso Arinos de Melo Franco, que sob a encomenda de seu primo (e diretor do SPHAN), Rodrigo Melo Franco de Andrade, proferiu um curso para funcionários do SPHAN em 1941 acerca dessa noção. Resultado do curso, em 1944, foi lançado o livro *Desenvolvimento da Civilização Material do Brasil*. Ao investigar esse conceito na obra de Afonso Arinos, Teixeira, então salienta que a ideia de uma única civilização (a europeia) no Brasil foi nuançada por outras civilizações possíveis, a negra e a indígena, não obstante, Afonso Arinos se manteve fiel ao esquema evolucionista e reafirma que a base da civilização material brasileira é portuguesa (TEIXEIRA, 2009, p. 6).

Mayumi também trabalhou com a mesma documentação na sua dissertação de mestrado, contudo, diferente de Chuva, defendeu a *Revista* como um espaço polissêmico e, portanto, não homogêneo e nem sempre veiculador do discurso oficial do SPHAN, apesar dessa ideia, atribui importância para o editor, Rodrigo Melo Franco de Andrade, “responsável maior pelo projeto coletivo, pelo processo de produção material, e pela seleção de seus conteúdos” (SILVA, 2010, p. 22) e, dessa

120 A transição do século XIX para o XX foi marcada pela crença no progresso e sentimento nacional, as histórias de países eram criadas a partir da sua materialização em objetos que simbolizavam o passado comum entre os membros de uma nação, tais objetos foram denominados como patrimônio, noção esta que, de acordo com Márcia Chuva, “está relacionada ao seu papel na formação de grupos de identidade, isto é, práticas voltadas para o fortalecimento de laços sócio-afetivos determinados grupos e de sua afirmação enquanto hegemônicos” (CHUVA, 2008, p. 31). Em perspectiva similar, Ângela de Castro Gomes, afirma sobre a construção de uma nação: “fruto de complexas operações socioculturais, que ocorrem em um tempo longo e mobilizam inúmeros e diferenciados atores históricos, sejam indivíduos ou grupos, em torno de diversos projetos políticos” (GOMES, 2013, p. 41). Dessa maneira, construir narrativas ou uma biografia para a nação por meio da atribuição de valores patrimoniais a objetos era (é) uma ação política que buscava atribuir um passado imemorial ao Estado – Nação, ainda que fossem historicamente determinados e envolve conflitos e negociações entre grupos sociais. No Brasil, durante o período de 1930-1960, houve uma intensa intervenção do Estado com políticas públicas para modernizar o Brasil, modernização essa que perpassava a criação de instituições tendo em vista a integração cultural (CALABRE, 2009, p. 22) e territorial (GOMES, 2008, p. 48).

121 Daqui em diante adotaremos a escrita em itálico com a inicial maiúscula quando nos referimos ao periódico do Sphan.

forma, considera a Revista “como veículo e resultado de um processo de construção de identidade de seu editor, da própria instituição que a edita, bem como do próprio campo do patrimônio” (SILVA, 2010, p. 23).

Baseados nas ideias que a Revista foi um espaço polissêmico e que no Sphan havia um embate e opiniões distintas, vamos analisar dois artigos lançados nas primeiras edições, um é de autoria de Heloisa Alberto Torres, a saber: *Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico do Brasil* (TORRES, 1939). O outro tem como autor Carlos Estevão de Oliveira sendo intitulado *A cerâmica de Santarém* (OLIVEIRA, 1939). Para dar subsídios teórico adotamos a definição de intelectuais apresentada por Raymond Williams, onde um grupo de intelectuais não pode ser visto somente como um grupo de amigos, mas possuem corpo de práticas e formulações em comum ligados ao seu tempo e, assim, ao examinarmos os textos, as biografias e características individuais e grupais, podemos compreender fatores sociais e culturais mais amplos (WILLIAMS, 2011, p. 201-203) ligados a preservação do patrimônio arqueológico e a história indígena e indigenista.

Heloisa Alberto Torres e a proteção aos costumes indígenas

Heloisa Alberto Torres ingressou no Museu Nacional como auxiliar de Roquette-Pinto aos 23 anos e virou funcionária concursada em 1925, em pouco tempo se tornou chefe interina da Seção de Antropologia e Etnografia, sendo efetivada no cargo em 1931, posteriormente ainda assumiria o cargo de vice-diretora e diretora em 1935 a 1937 e 1938 a 1955, respectivamente (CORRÊA, 1997, p. 12). Outrossim, possuiu um papel relevante na vinda de intelectuais estrangeiros, sobretudo norte-americanos, e na formação de jovens pesquisadores no campo da etnologia e antropologia, também fez sua primeira viagem de campo para o Marajó (CORRÊA, 1997 p. 14) e chegou a desenvolver pesquisas pelo MPEG (SIMÕES, 1992). Desse modo, quando teve seu artigo *Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil*, publicado em 1939 na primeira edição da Revista, Heloisa já era uma intelectual de destaque no seu referido campo de estudo e atuação, também contava a experiência burocrática dentro do Museu Nacional.

No texto analisado (e conforme nos sugere o título), a estudiosa apresenta propostas gerais para a preservação do patrimônio arqueológico e etnográfico ao recém-criado SPHAN, dando ênfase a três elementos: as jazidas arqueológicas, coleções e espécimes

arqueológicos e etnográficos e os produtos de arte das populações indígenas ou néo-brasileiras (TORRES, 1939, p. 9). Em sua arguição sobre como proteger e preservar os elementos citados, a então vice-diretora do Museu Nacional, usou o conceito de civilização, vejamos:

Parece ocioso repetir aqui que a existência de serviços públicos dessa natureza daqueles a que vimos aludindo decorre do reconhecimento por parte dos civilizados de que os indígenas devem ser conservados, pela constatação do direito à terra que habitavam; pelo interesse que fornecem, para a melhor compreensão do espírito humano, que eles representam em condições mais primitivas; pela reparação que lhes é devida ao cabo de alguns séculos de perseguições (TORRES, 1939, p. 25).

Ao mesmo tempo em que classificava os índios como primitivos, defendia um maior reconhecimento da parte civilizados na proteção aos índios e não somente porque os mesmos serviam aos estudos do espírito humano, mas pela dívida ante séculos de exploração. A crítica a civilização ainda era estendida pela ambição material do espírito progressista que incentivava a exploração dos recursos da terra, como a seringa e castanha, acelerando o desaparecimento do índio (TORRES, 1939, p. 25). O contato com o civilizado também seria prejudicial por conta da *enculturação* que, segundo Heloisa, era um processo responsável pela desmoralização e tristeza do índio, pois destruiu o modo de vida e os costumes indígenas, impedindo-os de alcançar uma “existência industriosa, livre e honesta” (TORRES, 1939, p. 26). Nota-se o uso ambíguo da ideia de civilização: a autora chamava o índio de primitivo, mas a culpa do não progresso indígena era atribuída ao contato com o civilizado.

Esta forma ambígua de tratar o índio como primitivo e, concomitantemente, inocentando-o pela sua condição também ficava presente nas soluções apontadas, a demarcação das terras indígenas e o controle rigoroso sobre o civilizado:

A chave do problema de proteção aos indígenas reside – e isso está bem claro na consciência de quantos já reflectiram no assunto – na demarcação de terras. Elas deverão ser suficientemente grandes para garantir o sustento dos selvícolas, de modo conforme às normas econômicas peculiares de cada grupo (caça, pesca, agricultura). [...] Essas terras, no caso de índios ainda hostis ou vivendo segregados, deveriam ser completamente fechadas à penetração do civilizado e unicamente

visitadas por empregadas do Serviço de Proteção e por pesquisadores, sob o controle do Serviço. [...] Resta a questão, mais grave, de regulamentação e fiscalização das atividades do *civilizado* com relação ao índio; deveriam ser rigorosíssimas e sem elas todos os esforços do Serviço seriam baldados. Na proteção ao indígena, é curioso, o *policimento do civilizado* constitue, certamente, o aspecto mais complicado (TORRES, 1939, p. 28).

Esse quase isolamento do índio seria uma tentativa de garantir sua evolução (estagnada, de acordo com o pensamento de Heloisa, devido ao contato com o civilizado), mas, por outro lado, assegurava os interesses científicos. Conforme apontamos no início do texto, Afonso Arinos pode ter sido o responsável por um minicurso, em 1941, que apresentou aos funcionários do SPHAN o conceito de civilização material. Não obstante, conforme mostramos, em 1939, a noção de civilização não era uma novidade para os intelectuais que tiveram espaço na *Revista*, digo intelectuais no plural, porque Heloisa Alberto Torres não esteve sozinha.

Carlos Estevão e a cerâmica de Santarém

Carlos Estevão de Oliveira nasceu em Pernambuco em 1880, veio ao Pará em 1908, onde, desde o início, acumulou experiência burocrática e administrativa no serviço público, até assumir a direção do MPEG em 1930. À frente da instituição buscou reconstruí-la e transformá-la em um símbolo nacional na Amazônia, para tanto visava:

tornar o Museu o órgão de fiscalização das atividades de exploração da flora, fauna e dos usos do patrimônio arqueológico na região. [...] Logo em 1931, foram estabelecidas algumas normas prevenindo a derrubada de matas para roçados e a retirada de madeira de lei; no ano seguinte, controlava-se o saque e a exportação de cerâmica dos povos indígenas extintos [...] Todos esses decretos estabeleciam o Museu Paraense como instância reguladora e fiscalizadora sobre todas essas frentes (FIGUEIREDO, 2001, p. 187).

Tal postura de cerceamento tinha como princípio auxiliar o trabalho da política no efetivo controle sobre o contrabando da fauna e flora, mas também das peças arqueológicas e artefatos indígenas (FIGUEIREDO, 2001, p. 188). Tais assertivas sobre seus dados biográficos

e atuação, nos serve como constatação que, tal como Heloisa Alberto Torres, Carlos Estevão não era um iniciante na lida com a preservação do patrimônio arqueológico quando, em 1939, teve seu artigo *A Cerâmica de Santarém* publicado na terceira edição da *Revista*.

No escrito o pernambucano considerava o estudo da cerâmica na Amazônia uma maneira irrefutável de provar “que os povos que habitaram Santarem, Monte-Alegria, Marajó, Cunaní, Maracá e tantos outros lugares da Hiléia, em tempos que já vão longe, tinham alcançado uma cultura material bastante desenvolvida” (OLIVEIRA, 1939, p. 7), conquanto, a pretensão do seu texto não era apresentar um minucioso estudo dos antigos ceramistas da Amazônia, via o mesmo como um ensaio para auxiliar o SPHAN na proteção da antiga cerâmica. Carlos Estevão, para valorizar a cerâmica santarena (parte dela sob sua guarda particular e outra no MPEG), afirmava a importância dada as peças pelo mundo científico, enfatizando o interesse de cientistas estrangeiros:

Ao que induz o citado trabalho de Hartt, foi R. J. Rhome quem primeiro reuniu elementos daquela cerâmica, colecionando-os na fazenda “Taperinha”, situada à margem direita do Amazonas, 30 milhas abaixo de Santarem. Que material idêntico foi, também, coletada naquela “Fazenda” e em lugares circunvizinhos pelo reputado geólogo e algumas outras pessoas, vê-se do mencionado trabalho. Essas coletas demonstram que há setenta anos passados a cerâmica de Santarém já interessava aos estudiosos da paleoetnografia paraense. Contudo, o material coletado não dava idéia da sua importância. De modo que, só depois das investigações feitas por Nimuendajú, em 1923-1926, foi que ela principiou a preocupar seriamente o mundo científico, representando por personalidades de valor de Erland Nordenskiöld, Sigvald Linné, J. Alden Mason e Helen Constance Palmatary (OLIVEIRA, 1939, p. 11).

O diretor do MPEG também exaltaria as especificidades da cerâmica, nesse sentido, a diferença de qualquer outro vestígio arqueológico encontrado no Brasil e insinuava uma semelhança com materiais encontrados na região das Antilhas:

Seu estilo é inteiramente diverso das demais existentes na Amazônia e mesmo no Brasil. No entretanto, quem a compara com as de algumas regiões das Antilhas, nota existir entre as mesmas um certo grau de parentesco.

Temos a impressão de que coisa semelhante acontece em certos lugares da América Central, mas, no momento, faltam-nos material de comprovação (OLIVEIRA, 1939, p. 12).

Outrossim, a cerâmica “possuía uma ornamentação complicada. No entanto, esta complicação de ornamentos, é feita com tal equilíbrio, que, em vez de prejudicar a beleza da peça, lhe dá maior realce” (OLIVEIRA, 1939, p. 16).

Tomando por base as crônicas do Pe. Bettendorff no século XVII, nas quais descreveu mulheres indígenas que se encontravam de cócoras com as mãos vedando os olhos, Carlos Estevão assevera que a cerâmica encontrada em Santarém pertence a cultura dos índios Tapajós, isto porque certos fragmentos arqueológicos tapajônicos também representariam mulheres na posição narrada pelo Padre de Luxemburgo (OLIVEIRA, 1939, p. 23). Tal filiação era realizada proposital, afinal, a cerâmica de Santarém foi “produto de um povo cuja fantasia raiava pelo maravilhoso” (OLIVEIRA, 1939, p. 12). Todas as qualificações e elogios atribuídos não são ingênuos e no próprio texto visualizamos a motivação: o investimento do SPHAN em escavações arqueológicas em Santarém, assim como, a monumentalização dos sítios arqueológicos ainda remanescentes que fossem encontrados (OLIVEIRA, *ibidem*, p. 31). Vale pontuar que Carlos Estevão chegou a denunciar no Instituto Arqueológico e Histórico civilizados que faziam sofrer os índios e no IHGB fez parte da Comissão de História e Arqueologia a partir da década de 1930, tendo colocado o MPEG como um epicentro institucional para os estudos referentes a nacionalidade brasileira (FIGUEIREDO, 2001, p. 193-196).

Não nos parece pertinente afirmar que o Sphan logrou em sua política pública porque aglutinou grupos regionais que estavam dispersos e desconectados, em torno de outros dominantes e centrais (CHUVA, 2009, p. 31). Nesse ponto, Saladino (2010), Dias e Lima (2011) apontam a relevância de Heloisa Alberto Torres na constituição de uma rede de relações e na atuação frente o Museu Nacional, tendo em vista a formação e preservação de coleções arqueológicas e etnográficas. Também não cabe reiterar a polissemia da *Revista*, mas relativizar a ênfase no protagonismo institucional do Serviço do Patrimônio e do seu primeiro diretor e editor da *Revista*, Rodrigo Melo Franco de Andrade (SILVA, 2010, p. 22-23). A tese de Anna Linhares (2015), por exemplo, põe em tela diferentes gerações de intelectuais que desde o século XIX apresentavam e defendiam em estudos a cerâmica marajoara como

objeto portador da autêntica identidade nacional brasileira, associando os vestígios arqueológicos marajoaras à civilização grega. Ainda que posteriormente o Sphan possa ter aglutinado os sentidos da memória nacional em torno da arte barroca e da arquitetura colonial, a presença de estudiosos ligados a outras instituições, no caso os Museus Goeldi e o Museu Nacional, punham como relevantes a valorização do patrimônio arqueológico e também dos grupos indígenas à época presentes. Nesse sentido, Raymondo Williams pondera que a consciência social de um grupo de intelectuais, ligado a estruturas elitistas, a grupos menos privilegiados acontece não por solidariedade, mas: como uma obrigação pessoal ou de um pequeno grupo simultaneamente contra a crueldade e a estupidez do sistema em prol de vítimas que, de outra forma, estariam relativamente abandonadas (WILLIAMS, 2011, p. 212-213).

Ao cruzarmos alguns dados biográficos com as ideias apresentadas nos artigos examinados, entendemos que tanto Heloisa Alberto Torres, quanto Carlos Estevão de Oliveira, não foram introduzidos ou apenas contribuíram para o campo do Patrimônio e, além disso, tomando emprestada a ideia que a escrita científica e o trabalho do historiador são práticas articuladas com um lugar social (CERTÉAU, 2011, p. 46-47), nos exemplos dos intelectuais aqui analisados, o escopo das questões apresentadas nos artigos *Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico do Brasil* e *A cerâmica de Santarém*, não faziam parte do domínio (lugar social) de Rodrigo Melo Franco de Andrade que, apesar de ser um articulador da Revista, admitia as “grandes falhas” (ANDRADE, 1937, p. 3) da publicação por priorizar monumentos arquitetônicos (ANDRADE, 1937, p. 4). Outrossim, se o conceito de *civilização material* desenvolvido por Afonso Arinos possuía nuances que permitiam outras civilizações (negra e indígena), são nos artigos de outros autores que podemos examinar o reconhecimento e valorização da cultura material dessas outras civilizações.

Seth Garfield (2000) nos lembra que o Estado Novo buscou incorporar e integrar o índio na sociedade orgânica que pretendia para o Brasil, dessa maneira, a política indigenista buscou construir uma noção de indianidade ambígua, pois valorizava o índio como sentinela e herói brasileiro de forma genérica, enquanto, por outro lado, defendia a emancipação e integração do índio ao Brasil, pois o entendia como atrasado. Havia também uma disputa entre intelectuais do período sobre o que fazer com os índios, expõe o embate entre Jorge Huley e Curt Nimuendaju, o primeiro entendia que era preciso levar a

civilização aos índios, já o segundo fazia apologia a preservação cultural dos indígenas pois o contato os levaria ao caos (FIGUEIREDO, 2010, p. 323). Carlos Estevão de Oliveira e Heloisa Alberto Torres tinham suas vidas profissionais, à época da publicação dos ensaios na *Revista*, consolidadas e possuíam lugar de relevo à frente de instituições, no caso o MPEG e o Museu Nacional, logo estavam atentos ao embate público acerca da política indigenista, assim, seus papéis não foram de contribuintes, mas decisivos e fundamentais na inserção de questões da arqueologia e política indigenista na preservação patrimônio arqueológico, demonstravam a necessidade de ampliar o debate em torno do escopo das ações do Sphan, mostrando a relevância do papel exercido por outras instituições que mesmo não carregando a alcunha “serviço do patrimônio” em suas nomenclaturas ou contando com legislação específica, como o decreto do tombamento, dispunha de intelectuais engajados em suas causas e, dessa forma, eram também agentes principais na defesa do patrimônio arqueológico.

Ao pensarmos na escrita da história e, no tema em tela, a história indígena e indigenista e a preservação do patrimônio arqueológico, a mesma é construída num campo de tensões e alianças, porém, se no passado é possível compreender noções evolucionistas e civilizacionais que marcavam o discurso e a atuação de intelectuais envolvidos, mas necessariamente em acordo, com a política do Estado Novo, no presente não só precisamos combater alguns remanescentes da perspectiva evolucionista¹²², mas lutar pela efetiva proteção do patrimônio arqueológico, não para que seja objeto dos nossos estudos e fiquem “salvos” em Museus, mas para que permaneçam nos lugares sagrados da história e memória indígena do Brasil, afinal, é essa a vontade dos índios.

122 Em 2015, em entrevista cedida para o portal de notícias G1, o deputado Jair Bolsonaro, filiado a época ao Partido Progressista (RJ), afirmou ser contra terras indígenas, pois as mesmas eram um privilégio para um grupo que deveria ser integrado ao Brasil, além disso, asseverou que as demarcações indígenas eram ruins para a economia do Brasil porque prejudicavam o agronegócio. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/11/em-cuiaba-bolsonaro-se-diz-contraterra-para-indios-e-cota-para-negros.html>. Acessado em: 28/09/2017.

REFERÊNCIAS

acervo consultado

Biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi.

fontes

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Programa. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro. Ed. 1, 1937. p. 3. Biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi.

OLIVEIRA, Carlos Estevão de. A cerâmica de Santarém. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro. Ed. 3, 1939. p. 7-32. Biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi.

TORRES, Heloisa Alberto. Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro. Ed. 1, 1937. p. 9-30. Biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi.

bibliografia

BEZERRA, Márcia. “Sempre quando passa alguma coisa deixa rastro”. Um breve ensaio sobre patrimônio arqueológico e povos indígenas. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/344723594/Marcia-Bezerra-Artigo-Sempre-Quando-Passa-Alguma-Coisa-Deixa-Rastro-Um-Breve-Ensaio-Sobre-o-Patrimonio-Arqueologico-e-Povos-Indigenas-PDF>>. Acessado em: 27/09/2017.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004. p. 22-23.

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil*. Dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHUVA, Márcia. *O ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural*. In: IPHAN/Copedoc. *Anais da I Oficina de Pesquisa*. A pesquisa histórica no IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2008, p. 31.

____. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CORREIA, Mariza. Dona Heloisa e a pesquisa de campo. *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, 1997, V. 40, nº 1.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 130.

DIAS, Carla da Costa; LIMA, Antônio Carlos de Souza. *O Museu Nacional e a construção do patrimônio histórico nacional*. In: CHUVA, Márcia (org.). *Revista do Patrimônio*. História e Patrimônio. Brasília: Iphan, nº 34, 2011, p. 199-221.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *O índio como metáfora: política, modernismo e historiografia na Amazônia nas primeiras décadas do século XX*. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6543>>. Acessado em: 22/09/2017.

____. *Parque da cidade, museu da nação: nacionalismo, modernismo e instituições científicas na Amazônia, 1930-1945*. In: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann de. *Conhecimento e fronteira: a história da ciência na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001, p. 181-204.

GARFIELD, Seth. *As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882000000100002>. Acessado em: 26/09/2017.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2002.

LINHARES, Ana Maria. *Um grego agora nu: índios marajoaras e a identidade nacional brasileira*. Belém: Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, 2015.

M. F. Simões. História da pesquisa arqueológica no Museu Paraense Emílio Goeldi. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Antropologia, v. 8, n. 2, 1992.

MOURÃO, Henrique Augusto. *Patrimônio arqueológico: um bem difuso*. Subsídios do direito ambiental brasileiro à participação das associações civis na promoção e proteção do patrimônio arqueológico. São Paulo: Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2007.

RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: Iphan, 2009.

SALADINO, Alejandra. *Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do Iphan*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Cíntia Mayumi de Carlo. *Revista do Patrimônio: editor, autores e temas*. Dissertação de Mestrado em História, Política e Bens Culturais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ FGV. Rio de Janeiro, 2010.

TEIXEIRA, Luciano dos Santos. *Civilização Material, História e Preservação em Afonso Arinos*. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

11

uma tribuna popular ou um palco de disputa política?

uma análise da coluna
“Reclamações do Povo” do
jornal paraense *Folha do
Norte* (1899-1900)

*Vanessa Cristiani Nunes de
Sousa
Geraldo Magella de Menezes
Neto*

Na virada do século XIX para o XX, o Brasil mergulha em um mar de mudanças devido ao advento da República. Emília Viotti da Costa afirma que, em meio a várias teses, a mais aceita é de que a República é o resultado de inúmeras transformações, a exemplo da decadência das oligarquias tradicionais, a abolição, a imigração, o processo de industrialização e urbanização, etc. Todos esses fatores, aliados à campanha republicana, contribuíram para a queda do império (COSTA, 1999, p. 451).

No Pará não foi diferente com a instalação do novo sistema de governo, que coincidiu com o período de maior ênfase na exportação da borracha tornando o porto de Belém ponto de referência no escoamento do látex. Diante desses fatos era necessário remodelar a urbe aos moldes republicanos de “Ordem e Progresso”.

Essas mudanças têm como mentor Antônio Lemos, que era o Intendente de Belém e ficou marcado na história por executar na capital da Amazônia um vasto e complexo projeto arquitetônico, urbanístico, sanitário, reestruturando o espaço público e embelezando aos moldes europeus, criando praças, bosques. Moralizando costumes, através da reformulação do Código de Postura do Município tudo em nome do bem-estar da elite dominante este período ficou conhecido como *Belle Époque* (SARGES, 2002).

Toda área central foi beneficiada por esse projeto, porém as pessoas das classes menos favorecidas, foram remanejadas para sítios ou rocinhas (bairros) longínquos como: Jurunas, São Braz, Pedreira, Marco e Umarizal. Famílias inteiras foram abandonadas à própria sorte, diante de um sistema político excludente e desrespeitoso, expurgando-os da sociedade e condenando-os a viver em locais insalubres, munidos de toda sorte de doenças, sem direito a saneamento básico, alimentação digna, moradias sem nenhuma

segurança, sendo obrigados a sobreviverem em meio ao lixo e a lama (LACERDA; SARGES, 2009).

Nesse contexto, uma fonte importante para investigarmos os problemas advindos do “progresso” excludente da *Belle Époque* é o jornal. No final do século XIX, o jornal paraense *Folha do Norte* cria a coluna “Reclamações do Povo” para dar voz aos problemas da população de Belém. Contudo, também expressava a oposição do jornal em relação ao intendente Antônio Lemos. Desse modo, este trabalho visa analisar os significados da coluna “Reclamações do Povo”, as reivindicações mais recorrentes e os interesses políticos da *Folha do Norte* no nascer do século XX. Cabe antes discorrermos sobre o contexto da chamada *Belle Époque* em Belém do Pará.

a Belle Époque e o embate *Folha do Norte* e A Província do Pará (Paulo Maranhão x Antônio Lemos)

O final do século XIX e o início do século XX (década de 1870 até a década de 1910) ficou conhecido como *Belle Époque* na cidade de Belém do Pará por adotar os padrões europeus e principalmente franceses de “civilização”, construindo um sistema arquitetônico, urbanístico, sanitário, e de costumes das grandes urbes europeias, alargando suas avenidas, adotando novos sistemas de transporte, padronizando as construções de casas, remodelando o centro da cidade, montando uma política sanitária e de infraestrutura de esgotos e tratamento de lixo, complementando a arborização e o embelezamento de praças e bosques, todas essas exigências estavam inseridas no ideal de “progresso” republicano (SARGES, 2002, p. 143-147). Tais transformações foram fruto do apogeu da economia da borracha na Amazônia, que trazia grandes lucros aos “barões da borracha” por causa da alta demanda do mercado internacional.

No entanto, essa “bela época” foi construída e idealizada para poucos, já que a grande maioria da população belenense foi expurgada do centro, por não se enquadrar financeiramente nas exigências do Intendente para construção de suas casas e se viam obrigados a morar em bairros longínquos, as conhecidas rocinhas, como: Jurunas, São Brás, Umarizal, Marco, locais sem condições de sobrevivência, extremamente insalubres, inundados pelas águas pluviais. Eram obrigados a conviver com o lixo produzido pela elite que era despejado nestes bairros.

Os habitantes dessas localidades eram negros, ex-escravos e migrantes cearenses na maioria, os quais fugindo das grandes secas aumentavam cada vez mais o número da população belenense e

eram descritos por Antônio Lemos como “[...] seres cheios de vícios de enfermidades *moraes* de *instinctos* criminosos” (RELATÓRIO DE INTENDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM, 1902, p. 85). Também havia os migrantes das mais diversas nacionalidades que vinham a cidade atrás de um sonho, enriquecer com a extração da borracha e que a maioria dessas famílias acabavam nesses subúrbios, pessoas pobres em geral que viviam à míngua do poder público (LACERDA, 2010, p. 237).

A República que exigia ordem à maioria e dava o progresso a poucos, trouxe a Belém uma política unificadora de costumes, e um código inteiro de proibições (Códigos de Posturas), ao qual o então Intendente Antônio Lemos reformula em 1900, listando tudo aquilo que a população devia ou não fazer, como tinha que se comportar em locais públicos. Qualquer comportamento fora dos padrões elitistas de ser, eram passíveis a duras multas em dinheiro, que deviam ser pagas aos Fiscais Municipais (o que hoje é a Guarda Municipal) enriquecendo cada vez mais os cofres públicos, o que era revestido em obras de benfeitorias as classes mais abastadas (LACERDA; SARGES, 2009, p. 168).

Ângela Tereza de Oliveira Corrêa salienta para a mão de obra em abundância nesse contexto e a pouca oferta de emprego, levando a maioria a trabalhar na informalidade, ou trabalhos domésticos (lavadeiras, quituteiras, tacacazeiras, e ambulantes em geral). Nestes termos o fato de um número considerável de pessoas viverem excluídos dos bens materiais e de cidadania política demonstra a incapacidade e a limitação do modelo urbano belloepoquista (CORRÊA, 2010).

A Intendência de Belém nesse período se alagou em dívidas astronômicas que não condiziam com a arrecadação do município, o que acabou acarretando o endividamento dos cofres públicos, tanto que outros Intendentes anos depois da época de Lemos ainda pagavam os resquícios do luxo da Belle- Époque (ROCQUE, 1996, p. 32).

Toda e qualquer manifestação cultural das camadas populares eram extremamente proibidas pelo Código de Posturas da Intendência de Belém (BELÉM, 1900). Qualquer batuque, boi-bumbá, capoeira, carnaval, e cordões juninos, eram considerados como coisa de “vadiagem”, conforme retrata De Campos Ribeiro em seu livro *Gostosa Belém de Outrora*, no qual fala dos Bois-Bumbás do Umarizal e do Jurunas e como as manifestações eram duramente reprimidas pela polícia (RIBEIRO, 2005). Fato confirmado por Luiz Augusto Pinheiro de Leal em seu artigo *Capoeira, Boi-Bumbá e Política no Pará Republicano*, no qual o autor elenca momentos de tensão e repressão quanto as manifestações populares e seu trato como caso de polícia (LEAL, 2005, p. 242).

Até o velho hábito de cavucar as mangueiras para saciar a fome, daqueles que não tinham o que comer era visto como errado pelos padrões de bom comportamento da época, como retrata Luís Otávio Viana Airoza. O autor aponta que Antônio Lemos não foi o pioneiro na arborização com mangueiras em Belém, contudo, prioriza o plantio das mangueiras em seu governo, no intuito de fazer de Belém uma “cidade pomar”, porém como preparar um pomar se só se pode olhar para os frutos e não usufruir do seu sabor? (AIROZA, 2010).

Angela Corrêa corrobora ao debate considerando que,

Portanto, a Belle-Époque belenense ergueu-se sobre os escombros do que era percebido como tradicional e atrasado, identificados como obstáculos, os hábitos e tradições populares que insistiam em permanecer. São, pois, espelhos da resistência, da inconformidade e de negociações por um lugar ao sol na ‘cidade das mangueiras’. Nessa perspectiva, inclusive não interessava se parte da população ficava à margem de todo esse processo modernizador/conservador” (CORRÊA, 2010, p. 289).

O poder republicano em Belém não tinha interesse em ouvir essas vozes, ao contrário eles usavam de vários artifícios para sufocá-las, como acontecia em todo Brasil.

Além de toda simbologia trazida pela República, a imprensa também atuou no papel de “disciplinadora” da população, imprimindo em suas páginas todo um código de moralidade e de novos costumes, desconsiderando toda riqueza cultural herdada pelos povos da África e dos povos indígenas, adotando o modelo capitalista e burguês da Europa.

O Embate: Folha do Norte e A Província do Pará (Paulo Maranhão e Antônio Lemos)

A imprensa no Pará cresce consideravelmente, nos primeiros anos da República o que coincide com o período áureo da borracha e nos últimos anos do século XIX e o alvorecer do XX. Segundo Aldrin Moura de Figueiredo que enfatiza os embates e as tensões vividos pelos periódicos em relação ao poder no Pará,

No correr do século XIX vários governos, políticos e grupos sociais tentaram conter o desenvolvimento da imprensa local, justamente porque a informação e a polêmica dificultavam o exercício do poder. Foi assim que a história da imprensa na Amazônia esteve muito relacionada,

desde seus inícios, com os conflitos entre os proprietários de folhas e a engenhosidade dos legisladores, que não cansavam de criar regulamentos e dispositivos destinados a limitar a liberdade da imprensa e entravar a difusão dos noticiários” (FIGUEIREDO, 2005, p. 246).

No entanto mesmo diante de tantos embates a imprensa permanece exercendo seu trabalho, propagando suas ideias nos mais diversos segmentos e com múltiplas opiniões, o que ficava a cargo do leitor a seleção de que leitura adotar. Mas o intuito desse artigo é voltar os olhares para dois periódicos que surgiram na segunda metade do século XIX e protagonizaram lutas ideológicas ferrenhas, esse embate era entre: *Folha do Norte* e *A Província do Pará*.

A Província do Pará que passou a circular no dia 25 de março de 1876 sendo um “jornal de circulação diária, fundado por Joaquim José de Assis, redator político, Francisco de Souza Cerqueira, tipógrafo, e Antônio José de Lemos, redator gerente” (JORNAIS PARAOARAS, 1985, p. 73).

No início de sua publicação era porta voz do partido liberal, em seguida se tornou independente e desligado a partido político se tornando um órgão comercial, passando por várias fases, merecendo destaque: a primeira fase a partir de 1897, quando Lemos associou-se a família Chermont, transferindo a sede do jornal para a Travessa Campos Sales n. 21, inovando e escrevendo um novo capítulo na História da Publicidade no Pará imprimindo os seus jornais nas máquinas Marinoni, equipamento de última geração da época.

Em novembro de 1900, em um segundo momento foi interrompida a publicação em novembro do corrente ano, retornando só em maio do ano seguinte, este fato ocorreu devido ao rompimento da sociedade entre Lemos e os Chermont, que depois de quase um ano sem o jornal ir as ruas Lemos indenizou os seus sócios e assume o comando do periódico como único dono.

A vida política de Lemos também foi traçada de forma estratégica e com uma pitada de oportunismo quem sabe, aos posicionamentos impressos em seu jornal que apoiava com afinco o fim da escravidão, e que possuía amplas ligações com os liberais, até que, diante a abolição e a força das ideias republicanas que se espalhavam entre os componentes do Clube Republicano, Lemos se desvencilhava dos resquícios liberais de seu periódico deixando o caminho livre para ser mais um propagador da República.

A Província do Pará tornou-se porta voz do Intendente em todo período do seu governo, que contava com nomes de destaque

trabalhando em sua redação, o que não passava de uma jogada de marketing, como salienta Maria de Nazaré Sarges:

Ao que parece, a reunião de tantas figuras importantes na redação do jornal dava-lhe a credibilidade necessária para impressionar e convencer os leitores da legitimidade das ações emanadas do poder municipal, além de cultivar a popularidade necessária à administração de Antônio Lemos (SARGES, 2002, p. 109).

Em contrapartida, em 1896, começa a ser publicado o jornal *Folha do Norte*, em oposição a Antônio Lemos, mais precisamente em primeiro de janeiro de 1896. O jornal *Folha do Norte*: era um “jornal de circulação diária, independente, noticioso, político e literário”. Fundado por Enéas Martins, Cipriano Santos, e outros, tendo por objetivo principal “lutar pelo desenvolvimento político e social da região combatendo a política de Antônio Lemos”, o jornal tinha sob a chefia de revisão Paulo Maranhão (JORNAIS PARAOARAS, 1985, p. 152-155).

Devido a inúmeras perseguições políticas, Enéas Martins mudou-se para Manaus, entregando a direção do jornal para Cipriano Santos que muda as instalações da *Folha do Norte* da Praça da Independência, atual Avenida Portugal, para Rua da Indústria, hoje Rua Gaspar Viana esquina com a Travessa 1º de Março, atualmente sede do jornal *O Liberal*.

Em 1897 é fundado o Partido Republicano Federal no Pará por Lauro Sodré, devido a uma cisão no Partido Republicano no âmbito federal, o que culminou na divisão do partido no Pará em duas frentes: os federalistas chefiados por Lauro Sodré, e os republicanos paraenses chefiados por Antônio Lemos. O que resultou no apoio incondicional da *Folha do Norte* a Lauro Sodré e *A Província do Pará* a Lemos, o que segundo Ricardo Borges, em sua obra *Vultos Notáveis do Pará*, esse apoio ocorria “sem se hostilizarem” (BORGES, 1986).

Em 1899, Justo Chermont se alia a Lauro Sodré e concorre ao governo do Estado, e acaba perdendo para Augusto Montenegro que ganhou com um número expressivo de votos diante da suspeita estampada na *Folha do Norte* de fraude. Em fevereiro de 1900, Montenegro assume o poder do estado, nasce aí a oligarquia Lemista, que aliada a Montenegro se tornou invencível em Belém por longos oito anos (ROCQUE, 1996, p. 183-192).

Do lado oposto, derrotados Lauro Sodré e os demais passam a morar na capital federal, com exceção de Enéas Pinheiro que foi para Manaus, no entanto, a *Folha do Norte* permanece viva e sob o comando

de Cipriano Santos, e a redação geral de Paulo Maranhão, que se tornou o autor de diversas colunas no intuito de combater a Intendência, usando o poder de convencimento da imprensa.

Quanto ao poder de convencimento da imprensa, como ferramenta de propagação dos ideais políticos republicanos, Lilia Moritz Schwarcz, no livro *Retrato em Branco e Negro* colabora ao debate com sua análise que por mais que seja voltada para São Paulo demonstra algo recorrente em todo país inclusive no Pará, de que “os jornais são aqui entendidos, primeiramente, como ‘produto social’, isto é, como resultado de um ofício exercido e socialmente reconhecido, constituindo-se como um objeto de expectativas, posições e representações específicas” (SCHWARCZ, 1987).

Paulo Maranhão se encaixa perfeitamente nessas “representações específicas” ao qual Schwarcz se refere, assumindo o papel de “algoz”, dos poderosos agindo em “prol” da população, trazendo as páginas da *Folha do Norte*, a voz daquele povo que foi excluído e vivia a margem do direito de cidadania. No entanto, é importante enfatizar, que não se deve deixar enganar, por eloquentes palavras ou discursos de bela persuasão, existia uma briga política, e esse jornal era a voz dos federalistas que ecoava e assombrava Antônio Lemos em Belém.

“Reclamações do Povo”: Uma Tribuna Popular ou um Palco de Disputa Política?

No início de 1899, o jornal *Folha do Norte* já causava muito incômodo a seus opositores, principalmente ao seu desafeto maior a quem seus redatores chamavam de “coronel”, o então Intendente Antônio Lemos. Das quatro páginas que constituíam o jornal *Folha do Norte*, duas eram recheadas de colunas atacando a Intendência, lançando uma campanha contra o governo municipal, dentre as inúmeras colunas e sempre com nomes diferentes.

Assim como no eixo Rio e São Paulo já existiam as colunas de reclamações de populares, como ressalta Marialva Barbosa (BARBOSA, 2010, p. 134-135), no Pará não acontece diferente, então a *Folha do Norte*, cria a coluna “Reclamações” a qual em 1900 passa a se chamar “Reclamações do Povo”.

No dia 25 de fevereiro de 1899 a coluna “Reclamações” surge como matéria de capa do jornal, que consistia segundo o redator chefe do periódico Paulo Maranhão, de cartas ou testemunhos verbais que

eram endereçados a redação da *Folha do Norte* por populares que se consideravam prejudicados pelos desmandos da Intendência, expondo suas denúncias contra os serviços descumpridos pelo poder municipal.

De forma despretensiosa sem muitas prévias apresentações, e cheia de hipérboles ela dizia o seguinte:

A lama das ruas ameaça engulir os transeuntes. Agora chegam-nos reclamações dos moradores da rua São Francisco sobre o péssimo estado em que se acha essa via pública, no perímetro compreendido pela praça Saldanha Marinho e a rua Arcipreste Manoel Theodoro. Dizem-nos que o leito da rua é um verdadeiro oceano de lama, em consequência das imundícies provenientes da desobstrucção das valas locais e que ali são depositadas. A estrada Almirante Tamandaré também está a pedir a misericórdia do executivo municipal. Ali, então, os moradores, quando recolhem á casa, são obrigados a tirar os sapatos, pois é impossível fazer uso deles no estado inacreditável em que se acha essa rua em quase toda a sua extensão.[...] E como estas, tantas outras que ahi estão no abandono, a atestar de um modo eloquente a inacção e a imprestabilidade do poder competente, quando se trata de cumprir o seu dever. Estamos convencidos da inutilidade de taes reclamações, mas ahi ficam ellas; (FOLHA DO NORTE, 25/02/1899, p. 1).¹²³

A primeira publicação aponta para os problemas de saneamento básico em Belém, o que era o “carro-chefe” do discurso de Lemos.

O periódico expõe as reclamações de vários moradores de bairros diferentes, quanto às obras inacabadas, no intuito de voltar o olhar de seu leitor a um discurso negativo ao trabalho da Intendência a acusando de abandono, imprestabilidade e não cumprimento de seu dever e que a reclamação do povo é inútil, pois segundo o jornal Lemos governava para poucos.

No dia 26 de fevereiro o primeiro fragmento da coluna é uma espécie de recado da *Folha do Norte* ao Intendente:

Apesar de convencidos de que estamos a bradar no deserto, por isso que por pirraçar, o sr.coronel intendente há por bem não attender-nos, prosseguimos no nosso posto dando acolhida as innumeradas missivas que nos endereçam pedindo-nos que solicitemos providências á Intendencia para os serviços, que em detrimento do publico, ele descursa com todo o desprante (FOLHA DO NORTE, 26/02/1899, p. 2).

123 Nas citações dos jornais preferimos manter a escrita da época de sua publicação.

É importante salientar que em 1899, Belém estava em uma calorosa campanha política a qual a *Folha do Norte*, representava os interesses dos Federalistas imprimindo em suas páginas a fala do partido e usando de seu poder de persuasão, propagando o discurso contrário ao trabalho de Lemos, articulando o apoio da população em geral. A *Província do Pará* que apoiava o Partido Republicano Paraense neste mesmo período funcionava como uma vitrine dos atos de Antônio Lemos e seus feitos na Intendência. Na capa do periódico havia a coluna “Governo Municipal”, que funcionava como uma espécie de resumo do dia do Intendente, seus compromissos de trabalho, sempre enfatizando o grande interesse de Lemos para com as obras públicas. Nesse sentido, Farias contribui quanto ao papel dos jornais como instrumentos políticos, que apesar de serem meios de comunicação, suas linhas vêm impregnadas de significados para o grupo que preside esses jornais e que exercem a função de “divulgadores de propostas políticas e discursos” (FARIAS, 2009, p. 306).

Enfim, fica bem claro no discurso da *Folha do Norte* o intuito de fortalecer no discurso político oposicionista a ideia de que o interesse da Intendência não era realizar obras para a população em geral principalmente os menos favorecidos, que sempre eram citados pela *Província do Pará* como “miseráveis” “desgraçados” e eram considerados como rudes e sem cultura.

As páginas de *A Província* apresentavam um toque de erudição, possuía uma linguagem mais rebuscada, as colunas eram assinadas por literatos e era carregada de uma forte herança europeia, com direito a coluna social e anúncios dos grandes eventos aos quais só a elite frequentava e sempre carregada de representações de como se portar, agir e pensar.

Diante do discurso do jornal percebe-se então o real desejo de Lemos que era se direcionar para um grupo restrito, onde, balizando costumes no intuito de controlar as mazelas dos “pobres” em detrimento da preservação a saúde e a integridade física, mental e moral da elite dominante, gerando um embate população/ Intendência. Quanto a esse fato, Lacerda e Sarges dizem que “a sociedade paraense da virada dos séculos denuncia um constante embate entre a ordem e a desordem, a ‘barbárie’ e o civilizado, numa compreensão de que a cultura dominante com o seu componente político impõe um modelo de comportamento” (LACERDA; SARGES, 2009, p. 170).

Esse discurso rebuscado não se encontra na *Folha do Norte* que adotou uma linguagem mais acessível às classes menos abastadas,

o que não é de se estranhar já que os jornais da época passavam por uma reformulação visando a expansão de mercado. No caso da *Folha* o intuito era expandir sua área de influência política, assim era necessário adotar uma linguagem menos erudita para atingir seu objetivo, na *Folha do Norte* não havia coluna social nem anúncio de banquetes nas mansões dos grandes seringalistas, contudo suas páginas eram voltadas para o cotidiano da cidade e seus percalços.

As reclamações durante os dois anos pesquisados tratavam dos mais diversos assuntos, porém, a Intendência era campeã no recebimento de cartas de munícipes descontentes, o reclame que mais se encontrava eram os relacionados ao saneamento básico, a coleta de lixo, os alagamentos, as epidemias, a insalubridade, a falta de água encanada, a escuridão das ruas, a questão da carne, do abastecimento de leite para os bairros periféricos, merecendo destaque a reclamação do dia 13 de abril de 1900:

RECLAMAÇÕES DO POVO

Meu caro e bom redactor,
A causa da minha mágua
E ter bebido com agua
Muito leite meu senhor!
Pois nesta terra a Intendencia
Destas cousas não faz caso;
Procede com tal descaso
Que chega a ser indecência
Os leiteiros do Jurunas
Não tem dó da humanidade;
Os fiscaes só são turunas
Para os que tem probidade;
Tose nelles, meu senhor.
Tose- os de rijo e seguro
Que eu d'aqui pelo favor;
Gratidão vos asseguro (FOLHA DO NORTE, 13/04/1900, p. 2).

Essa reclamação era bastante recorrente na coluna e várias vezes ressaltavam que o leite da periferia e do centro eram diferenciados devido a classe social de ambos, na periferia o periódico denunciava que o leite além de misturado a água ainda chegava as casas estragado, ao qual o povo era obrigado a consumir, por não haver alternativa nem de consumo e nem de reclamação.

Paulo Maranhão enfatizava em várias impressões da coluna que a população procurava o jornal devido à confiabilidade depositada na *Folha do Norte*, encontrando nas páginas do mesmo um local de

expressão da sua dor e do seu sofrimento. Esse fato remete ao discurso de Elmano Cardim, que fala da representatividade criada sobre a imagem do jornalista e dos jornais para a população, que o qualificava como o “redentor” ou o “Juiz”, que existia para esclarecer as notícias e deixá-los a par de todos os acontecimentos da cidade (CARDIM, 1949, p. 42-43).

Segundo a *Folha do Norte*, Antônio Lemos era um governante que não olhava para periferia da cidade, o periódico enfatizava que sua exigência de melhoria frente a Intendência era como “bradar no deserto”.

Ao finalizar a reclamação são citados os fiscais do município, que eram representantes da Intendência nos espaços públicos da cidade e que multavam todos aqueles que desobedecessem ao Código de Posturas de Belém, e a crítica permeia na acusação a esses fiscais de omissão do seu dever a esses leiteiros, por se tratar do abastecimento de bairros pobres e que a lei só funcionava para proteger a elite.

É interessante pontuar que a pessoa que escreveu a carta chama ao redator da *Folha do Norte* de “meu senhor”, o que aponta para certa submissão ao poder de influência do jornal, denotando total confiabilidade no periódico e mais a frente na frase: “Que eu d’aqui pelo favor” “Gratidão vos asseguro”, o ato de gratidão desse povo seria o apoio a ramificação política ao qual o periódico fazia parte.

A *Província do Pará* respondia com publicações diárias de uma coluna chamada de “Colunas Diversas”, onde eram expostas as multas aplicadas pelos fiscais. Uma delas relata o enquadramento de leiteiros por venderem leite adulterado e deixar entulhos em via pública, no entanto o jornal não deixa claro a área de atuação desses leiteiros:

“Multas, - Foram hontem impostas as seguintes: - Pelo guarda municipal José Gonçalves Dias a João da Silva, Antonio Jose e Ricardo Rodrigues, da importância de vinte mil réis cada um aquelles por infração do art.54 do código de posturas municipaes, que prohibe vender leite falsificado e este por infração do artigo. 118 do citado código que prohibe deitar entulho na via pública ou outra qualquer coisa que suje ou incommode” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 22/04/1900, p. 2).

Dentre as centenas de reclamações publicadas, na *Folha do Norte* era muito comum comentários supostamente de quem enviava a carta, no entanto, deixam evidências que tais palavras poderiam ser do redator, que sempre tecia comentários, aos quais sempre deixam dúvidas se já vinham nas cartas ou não, como no caso das multas que só eram rigorosamente cobradas aos ambulantes, o que era um dos problemas mais recorrentes vividos pelos trabalhadores naquele período.

Lacerda e Sarges pontuam que “sobreviver na dura condição de trabalhador informal parecia ser uma realidade na cidade de Belém, no início do século XX” (LACERDA; SARGES, 2009, p. 166). As autoras consideram também que Antônio Lemos atribuía aos ambulantes à responsabilidade de sujar a cidade deixando-a mais feia (Idem, p. 167).

Os cafeiteiros e garapeiros eram os que viviam em constantes tensões com os fiscais municipais que não mediam esforços para os impedirem de trabalhar; já aos comerciantes e donos de hotéis a lei era branda, a reclamação do Bairro do Jurunas apontava que os fiscais eram corrompidos facilmente. Nesse fragmento percebe-se claramente os comentários finais que se deduz serem do redator:

Sr.Redactor.

Queria v, por obsequio, inserir no seu jornal o seguinte: Uma valla que existe na Travessa dos Apinagés, entre as ruas Conceição e Tymbiras, e, que em todos os anos tem sido limpa, para o escoamento das aguas pluviais, não o foi no corrente anno porque a isto oppoz-se um sr. Hoteleiro, que pagou certa quantia a um fiscal da Intendencia que por alli anda alegando que a desobstrução da valla lhe estragaria os seus agriões! De modo que as aguas ficam estagnadas, augmentam com a chuva invadem os quintaes derruem as paredes das casas, matam as plantas, dizimam as criações, transformam os quintaes em lamaçais, inundam as ruas e impedem o trânsito.

Terá o Intendente olhos para ver isto e alma para compadecer-se da sorte dos moradores locaes? (FOLHA DO NORTE, 26/02/1900, p. 2).

Essa reclamação retrata as contradições do regime republicano implantado no Pará, que invertia valores, sacrificava comunidades inteiras em nome da “ordem” e do “progresso”, mas que ordem era essa? Ordem que para mantê-la era necessário agir em detrimento de comunidades inteiras que amargavam seus prejuízos, já que a política era a do beneficiamento financeiro ilícito, onde os fiscais aceitavam propinas e fechavam os olhos para todos esses entraves.

As denúncias vinham dos mais diversos bairros da periferia de Belém sendo que Umarizal e Jurunas eram as rocinhas mais recorrentes nas páginas do jornal, se fazendo presente também o bairro de São Brás, Marco, Pedreira, Reduto, Guamá, Cremação, sendo que, foi encontrada somente uma reclamação de bairros centrais como Cidade Velha e Campina.

No Jurunas e no Umarizal eram muito recorrentes os reclames de obstrução de ruas, falta da coleta de lixo, alagamentos pelas águas

pluviais, o leite adulterado, a insalubridade e os riscos de doenças, o que se leva a considerar que ambos eram os bairros que mais sofriam com as mazelas sociais, sem desmerecer o sofrimento vivido pelos moradores dos demais bairros, que foram menos visualizados, o que não quer dizer que sofriam menos.

Outra reclamação muito recorrente eram as denúncias de “atentado à ordem”, “vagabundagem”, reclames sobre “ociosos”, “desordeiros”, “meretrizes”, pancadarias em botequins, e a denúncia de construção de cortiços. Estes termos eram usados para os populares, que na maioria das vezes eram trabalhadores informais, o que não era considerado trabalho pela Intendência, e que em seus momentos de lazer, diante de seus batuques, ao qual era de péssimo gosto aos “homens de bem”, recebiam esses nomes pejorativos e eram duramente perseguidos.

Segundo Luiz Augusto Pinheiro Leal eram inúmeras as justificativas para embasar as perseguições, como elenca o autor: “o perigo para a ordem pública, a carência de mão-de-obra para lavoura, o aumento da criminalidade, e muitos outros argumentos de menor importância”. Leal acrescenta que “por ser a acusação de vagabundagem um instrumento de grande eficácia para a desqualificação de indivíduos e de práticas culturais, sua utilização era estendida às mais diversas circunstâncias” (LEAL, 2005, p. 242-243).

Essas práticas culturais, as quais Leal se refere (batuques, boi-bumbá, carimbó, capoeiragem, não eram reconhecidas pelas elites. Aqui nos referimos a Roger Chartier, que destaca que as classes dominantes criam a nomenclatura “cultura popular”, a toda prática cultural que não se enquadra nos padrões de erudição dos mesmos. Chartier aponta que: “os debates em torno da própria definição de cultura popular foram (e são) travados a propósito de um conceito que quer delimitar, caracterizar e nomear práticas que nunca são designadas pelos seus atores como pertencendo a “Cultura Popular” (CHARTIER, 1995, p. 179-192).

Os discursos dos dois jornais se equiparam, pois ambos primavam pelos preceitos republicanos de “ordem e progresso” tratando como caso de polícia tudo e todos que não se enquadravam no novo padrão de sociedade relegando-os a nomes pejorativos, desconsiderando suas crenças religiosas, suas práticas culturais, assim como seus costumes que eram carregados de regionalidade (LACERDA; SARGES, 2009, p. 171). Como mostram o exemplo a seguir:

Escrevem-nos os srs. José Paes de Oliveira e Joaquim Sampaio de Lemos, moradores á travessa do Príncipe, queixando-se-nos contra um Vicente de tal que todas as

noites organiza procissões de prece, fazendo um barulho levado dos demônios, para pôr em ordem os fiéis que se não querem subordinar a sua direção. D’ahi as desordens e os palavrões que obrigaram aqueles srs a formular esta reclamação que entregamos ao conhecimento da autoridade competente para providenciar (FOLHA DO NORTE, 01/09/1899, p. 2).

O discurso da Folha do Norte se igualava ao discurso de Antônio Lemos e ao Código de Posturas de 1900, que dizia no art.128, que, era extremamente proibido se tornando caso de detenção: “Proferir palavras obscenas, nas ruas e lugares públicos, praticar atos ou gestos reputados ofensivos à moral e a decência”.

Eram corriqueiras as denúncias de ajuntamentos de jovens como foi publicado na coluna “Reclamações do Povo”, no dia 18 de janeiro de 1900, “queixam-se de que todas as noites reúnem-se alli indivíduos desocupados que atordoam o quarteirão com algazarras medonhas. Valha a polícia aos atormentadores” (FOLHA DO NORTE, 18/01/1900, p. 2). Já no dia 19 de janeiro de 1900 as reclamações eram de “ociosos” que se ajuntavam em uma mercearia na Travessa do Pombo no bairro do Umarizal ao qual o reclamante diz que “são constantes as desordens” (FOLHA DO NORTE, 19/01/1900, p. 2). Outra peculiaridade tanto no discurso da *Folha do Norte*, quanto de *A Província do Pará* é quanto a construção de cortiços, que eram moradias coletivas onde pessoas de baixa renda dividiam o espaço de habitação, porém para ambos os jornais era um “atentado contra a moral e a ordem” (FOLHA DO NORTE, 09/02/1900, p. 2).

Outro caso noticiado pela *Folha do Norte* é a questão das meretrizes que aparecem na coluna no dia 13 de março de 1900, como um escândalo as famílias, aos quais as mulheres de “bem” daquela vizinhança nem poderiam ir à janela para não presenciar nenhum ato libidinoso.

Outra prática cultural que merece destaque é o carimbó¹²⁴, que além do Boi-Bumbá, que durante esses anos foi proibido de se

124 O carimbó é uma manifestação cultural do Pará, de música e dança. Segundo Tony Leão da Costa, se fosse possível resumir, em poucas linhas, a história do carimbó no Pará, ela seria definida, pelo menos, em dois momentos. A fase na qual o gênero era produzido e consumido por setores populares, interioranos e/ou suburbanos e era conhecido, além destes, apenas por folcloristas e intelectuais que o viam como uma manifestação do folclore local. E a fase de sua “urbanização” e assimilação pela indústria cultural local e regional e a consequente consolidação de duas tendências do carimbó: o “pau e corda” e o “moderno”. As primeiras referências ao termo carimbó, que se tem notícia, aparecem em leis dos municípios de Vigia e Belém no final do século XIX. Na capital do Estado do Pará, por exemplo, a Lei n. 1.028, de 5 de maio de 1880, do Código de Posturas de Belém, trata o carimbó da seguinte maneira: “É proibido, sob pena de 30.000 reis de multa: (...) Fazer bulhas, vozerias e dar autos gritos (...). Fazer batuques ou samba. (...) Tocar tambor, carimbó, ou qualquer outro instrumento que perturbe o sossego durante a noite, etc.” Ver COSTA, Tony Leão. Carimbó e Brega: Indústria cultural e tradição na música popular do norte do Brasil. *Revista Estudos Amazônicos*. vol. VI, nº 1 (2011), p. 149-177.

apresentar nas festas juninas pela Intendência, também é citado como caso de polícia pelos dois jornais ao longo dos anos de 1899 e 1900. Como mostram os seguintes exemplos:

“O Carimbo é, nesta época do anno, o pesadelo dos ânimos pacatos do Umarizal, que é o bairro onde ele se vae aboletar. A princípio, batem-nos os hábituéus uma vez por semana, depois, duas, e, afinal, todas as noites, desde às 6 da tarde até quase ao amanhecer. Neste período agudo de atividade é que está um que existe à travessa José Pio, e contra o qual toda vizinhança por não poder mais o suportar-o. Fica ahi a reclamação, e o socego público ainda é objeto das vistas da polícia teme ella os carimbolistas a sua conta” (FOLHA DO NORTE, 10/05/1900, p. 2).

A Província do Pará, também tece seu comentário sobre o Carimbó:

Há por ahi por Belém quem não tenha sofrido os martyrios de um insupportável carimbó? Hontem, pela manhã, o sr. capitão Gil, autoridade no 4º districto deteve a mulher de nome Raymunda do Espirito- Santo, moradora a travessa Nove de Janeiro, e que desde segunda-feira última usucrina os ouvidos dos infelizes moradores na sua vizinhança. Que os *batuques*, são prejudiciais sobre todos os pontos de vista, é uma verdade tão pura que ninguém de boa fé poderá contestal-a. E a prova d'isso está em que o carimbó acabou em rolo, tendo saído ferido um individuo de quem a polícia ainda não descobriu o nome. O criminoso vae ser... guardado (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 04/05/1899, p. 2).

O jornal *A Província do Pará* trata os participantes de batuques de carimbó como criminosos, e considera o batuque caso de detenção por ser considerado prejudicial e terminantemente proibido pelo Código de Posturas do Município.

Roger Chartier corrobora ao debate quando exemplifica um modelo de descrição e interpretação dessas práticas tidas como “populares” pelas classes dominantes que desconsideravam esses costumes, deixando sempre bem claro “a existência das relações de dominação que organizam o mundo social, percebe a cultura popular em suas dependências e carências e relação à cultura dos dominantes” (CHARTIER, 1995, p. 179).

É interessante enfatizar como ambos os periódicos que aparentemente andam em lados divergentes em certo momento pelo tom do discurso parecem tão iguais, e a população que habitava

em áreas periféricas em meio a tudo isso, mesmo diante de tantas reclamações era a que verdadeiramente “bradava no deserto”, vivendo em um cotidiano de tensões, privados dos seus direitos básicos e vigiados até nos seus momentos de descontração, era o Estado representado pelo governo municipal invadindo o setor privado das famílias, reprimindo costumes e culturas.

A coluna “Reclamações do Povo” também nesse tom regulador de comportamentos, traz reclamações de “pajelança”, de “defloramento”, espancamento de filhos e espancamento de esposas, fofocas entre vizinhos, calúnias e difamações, através das reclamações eram incutidos novos modos de agir.

O que chama a atenção é que esses reclames eram publicados com os devidos nomes dos reclamantes, o que quase não se encontrava nas reclamações que se referiam diretamente à Intendência.

A *Província do Pará* que aparentemente parecia não entrar no jogo da *Folha do Norte*, mesmo que quase todas suas páginas fossem dedicadas a louvor do trabalho de Antônio Lemos, no segundo semestre de 1899, passou a publicar uma coluna intitulada “*Crônica Vagabunda*”, que também era publicada entre a capa e a página dois do jornal.

O teor da matéria não era dar voz ao povo e sim responder de forma subjetiva, com um toque de cinismo, as críticas feitas ao então Intendente, a coluna apresentava uma linguagem grosseira a qual não condizia com a utilizada no restante do jornal, acredita-se que a referida coluna era escrita pelo próprio Antônio Lemos que usava o pseudônimo: “Falstal”. E lá ele escrevia seu desabafo e o que achava de seus inimigos políticos:

Quando os gênios passam a estátuas curvam-se! – clamaram um dia d’estes, n’um elegante jornal da terra paraense. Vou confessando muito francamente que por pé de mim passar quantos gênios quiserem que eu mesmo é que me não curvo. Talvez seja esse facto devido a nunca ter eu sido estátua, mas o caso é não me curvei nunca ante gênio algum, muito embora já uma vez me tivesse encontrado junto a Victor Hugo. É certamente, por isso que eu não passo de reles rabiscador de tiras insulsas, mas o que garanto é que se gênio algum ainda não recebeu uma curvatura da minha espinha, já houve e há algo que recebeu uma curvadela cá do Degas. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 02/08/1899, p. 2).

Que diabo é que hei de mandar aquella gente?! E cis-me a reflexionar, a matutar, pensativo como um burro quando está morre-não morre. O que é que eu hei de mandar aquella gente?! E aqui estou eu, braço cruzado sobre o peito, o dedo

fura-bolos espetado na testa, tal qual quando Hamlet o conhecidíssimo – Tobeornottobe.

Que história mandar áquella gente?! Ocorreu-me a ideia de lhe enviar uma albarda. Mas uma albarda é coisa que não custa déz réis de mel coado. Custa até um dinheirão respeitável e possui um inconveniente: - aquellespandegos, são mu'to capazes de arranjar um cavalo, arrumar-lhe a albarda no lombo e depois tenho eu de assistir o espectáculo ratão de um montando no outro. O que mandar?! Já me lembrei, também d'uma grammatica. Mas, os meus leitores hão de concordar n'uma coisa: - Maandar o compendio não é nada, o difficil, porém, é o resultado. Enviu-lhes um Julio Ribeiro, por exemplo e os nossos heróes são capazes ... – capazes do contrario é que elles não são: - são capazes de olhar para ele como boi olha para palácio. Não Mando a albarda; não mando a grammatica. [...] Verdade é que eles são creanças, ainda meninos do lyceu, esperanças floridas e risonhas da pátria e ... minhas, com boas intenções. São, são creanças, jovens em cujas cacholas ferve impetuoso o fogo sagrado da esperança, da inspiração, do desejo de conquistar um nome. São creanças, são. E vendo isso apreciando isso, já sei o que hei de mandar, aquellas bobagens publicadas hontem contra mim nascolunas de um jornal chinês. Então pensando que tenho em vista, presential-os com uma mamadeira. Nada! Nada de mamadeiras. Vou-lhes mandar uma ama-sêccasam de desmammal-os. Depois sim depois falarei com eles. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 22/07/1899, p. 1).

Na primeira coluna, o autor faz uma alusão ao dizer que “o gênio quando vira estátua é preciso curvar-se diante dele”, ele estava fazendo referência à reverência ao qual era tratado Lauro Sodré pela *Folha do Norte*, que cedia colunas inteiras e matérias de capa exaltando os grandes feitos do presidente dos Federalistas, se tornando os chamados lauristas, por oferecer apoio incondicional a Sodré.

A segunda coluna trata de uma forma bem satírica as respostas a várias acusações que eram publicadas na *Folha do Norte*, que chamava o então intendente de “burro velho”, sem cultura e que não entendia de artes. Para responder a essas críticas, ele cita Hamlet, a tela de Júlio Ribeiro, e ele vai mais longe oferecendo aos seus opositores uma gramática, uma crítica aos erros de gramática que eram recorrentes na *Folha*. Por fim ele ressalta que os que faziam a *Folha do Norte*, não passavam de crianças, eram crianças do Liceu escola em que Paulo Maranhão se formou e que não passavam de pessoas “esperançosas”, que se dedicavam a todo custo para obter um nome respeitado, e ele continua os considerando crianças que merecem uma mamadeira e

posteriormente uma ama de leite seca para desmama-los, assim se tornariam homens a altura dele para conversar de igual para igual.

Esta coluna foi publicada até o fim de 1899, período mais acirrado das eleições para Governador no Pará entre Justo Chermont (PRF), e Augusto Montenegro (PRP), sendo que em 1900 não se encontra mais nas páginas de *A Província do Pará*.

Diante de tantos embates surge novamente a indagação que intitula este estudo: A coluna “Reclamações do Povo” era uma tribuna popular ou um palco de disputa política?

Após todo o processo de pesquisa contando sempre com o suporte bibliográfico, entende-se que a “Reclamações do Povo”, foi mais uma artimanha política utilizada para travar um bom combate contra Antônio Lemos e o partido republicano paraense, que depois da cisão passou a ser o detentor do poder na capital paraense, relegando os federalistas à oposição, amargando pleitos com constantes derrotas, buscando denegrir a imagem do “todo-poderoso” intendente e trazer a opinião pública para o seu lado. Nesse contexto, uma série de medidas foram tomadas, inclusive a criação da coluna.

Seria imaturo declarar que não houve participação popular no envio das cartas com suas reclamações, sendo verdadeiras ou não. Já que a maioria delas não apresentava um endereço completo dos remetentes o que impossibilita a pesquisa junto aos órgãos responsáveis pela catalogação de endereços do município. A coluna proporciona um olhar a uma Belém que muitos não conheceram, traz à tona personagens esquecidos pelo tempo e por uma história contada de uma ótica dominante.

Os jornais *Folha do Norte* e *A Província do Pará*, por mais que fossem rivais, comungavam dos ideais republicanos, trocavam farpas políticas por causa de desavenças partidárias, mas quando se tratava em conter a população e mostrar o seu lugar sempre em condição inferior se tornavam aliados infalíveis.

A coluna “Reclamações do Povo” por mais que trouxesse à tona os reclames populares e proporcionasse uma leitura panorâmica dos problemas enfrentados cotidianamente pelo povo, não era o suficiente para que essa população fosse atendida. Contudo o que fica bem nítido são os objetivos da coluna que era expor não só a ineficácia da Intendência, mas também criar um espaço de cunho pedagógico para proliferação dos novos costumes republicanos. Os comentários tecidos na coluna esclarecem o teor político da publicação, que ao mesmo tempo em que cobra por providências deixa bem claro que é inútil o povo se levantar, por isso diversas vezes se encontrou o jargão: “Bradar no Deserto”, que transparecia a falta de compromisso do intendente com a população.

REFERÊNCIAS

jornais

Folha do Norte. Período pesquisado: 1899-1900. Pesquisa realizada no Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Arthur Viana do CENTUR, em Belém.

A Província do Pará. Período Pesquisado: 1899-1900. Pesquisa realizada no Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Arthur Viana do CENTUR, em Belém.

Jornais Paraoaras. Biblioteca Pública do Pará. Catálogo Belém. Secretaria de Estado e Cultura Desporto e Turismo, 1985.

documentos oficiais

BELÉM, Relatórios de Intendência do Município. Período pesquisado: 1899-1900. Pesquisa realizada no setor de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Viana do CENTUR, em Belém.

BELÉM, Código de Posturas do Município. Período Pesquisado: O código vigente a partir do ano de 1900. Pesquisa realizada no setor de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Viana do CENTUR, em Belém.

bibliografia

AIROZA, Luís Otávio Viana. *Cidade das Mangueiras: aclimação da mangueira e arborização dos logradouros belenenses (1616-1910)*. Belém. Editora Amazônia, 2010.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800- 1900*. Rio de Janeiro. Mauad X, 2010.

BORGES, Ricardo. *Vultos Notáveis do Pará*. 2.ed. Revista e aumentada comemorativa ao centenário do nascimento do autor. Belém. CEJUP, 1986.

CARDIM, Elmano. *Na Minha Seara*. s.e.Rio de Janeiro, 1949.

CHARTIER, Roger. “Cultura Popular”. Revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 179-192.

CORRÊA, Ângela Tereza de Oliveira. *Belém do Pará: palco de manifestações culturais no início do século XX*. In. SIMONIAN, Ligia T. Lopes (org.). *Belém do Pará: história, cultura e sociedade*. Belém. Editora do NAEA, 2010.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*: São Paulo. UNESP, 1999.

FARIAS, William Gaia. *Em Nome da República: imprensa, eleições e deportações no Pará republicano*. In. *IV Congresso Internacional de História*. De 09 a 11 de set, 2009. Maringá- Paraná- Brasil, p. 305-317.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Páginas Antigas: uma introdução dos jornais paraenses, 1822- 1922*. Margens, Revista Multidisciplinar do Núcleo de Pesquisa- CUBT/UFPA, Belém vol. 2, n. 3. Paka-Tatu, 2005, p. 241-255.

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Programa de pós- graduação em História Social da Amazônia. Belém. Editora: Açaí, UFPA, 2010.

LACERDA, Franciane Gama; SARGES, Maria de Nazaré. *De Herodes para Pilatos: violência e poder na Belém da virada dos séculos XIX para o XX*. *Projeto História*. São Paulo, nº 38, p. 165 à 182, jun 2009, p. 165-182.

LEAL, Luís Augusto Pinheiro. *Capoeira, Boi-Bumbá, e Política no Pará Republicano (1889- 1906)*. *Afro-Ásia*, 32, 2005, p. 241-269.

RIBEIRO, Campos (1905-1995). *Gostosa Belém de Outrora...*, Belém. Secult, 2005.

ROCQUE, Carlos. *Antônio Lemos e sua Época: história e política no Pará*. 2. ed. Revista e Ampliada- Belém, CEJUP, 1996.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle- Époque (1889-1916)*. Ed.2. Editora. Paka- Tatu, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos, e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

**sobre as autoras e
os autores**

André Luis dos Santos Andrade é graduado em história pela Universidade Federal do Pará (UFPA 2010), Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Iphan/Copedoc (2014) e atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da UFPA. Seu estudo hodierno é voltado para a análise de grupos de intelectuais e a construção social da noção de “patrimônio”.

Arcângelo da Silva Ferreira possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) 1997 e mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) 2006. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, na Universidade Federal do Pará (UFPA). É professor de nível superior da Universidade do Estado do Amazonas. Tem interesse na História Social da Cultural, direciona seus estudos para o século XX, principalmente a relação entre história e literatura. Pesquisa a trajetória histórica das representações e práticas relacionadas a cultura afro-brasileira e indígena no Baixo rio Amazonas. Atualmente atua no ensino de História do Brasil.

Carlos Henrique Gonçalves Assis é Licenciado em História na Universidade Federal de Viçosa-MG; Especialista em Metodologias do Ensino de História na Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Mestrando em História na Universidade Federal do Amazonas; Professor da SEDUC-AM.

Elisângela Maciel é Licenciada em História pela Universidade Federal do Amazonas (1998), Especialista em Historiografia da Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2003) e Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas (2008). É membro do CEHILA - Brasil e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de História Social da Amazônia (UFPA). Tem experiência em Pesquisa e Ensino na área de História, com ênfase em História e Religião, atuando principalmente nas discussões de história da Igreja Católica, Religião e religiosidade; cultura e sociedade.

Geraldo Magella de Menezes Neto é Professor da graduação e da pós-graduação em História da Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA). Professor do ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC). Atualmente é doutorando em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Heraldo Márcio Galvão Júnior é Doutorando em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Possui graduação em História /Licenciatura Plena pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009) e mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil. (20013). Atualmente é Docente de Ensino Superior da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Tem experiência na área de História. Atuando principalmente nos seguintes temas: Guilherme de Almeida, Oswald de Andrade, Mon Coeur Balance, Leur Âme, cosmopolitismo e nacionalismo.

Mônica Xavier de Medeiros possui graduação em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (2000), graduação em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (2003), mestrado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) (2006) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) (2017). Atualmente é coordenadora do curso de História da Universidade do Estado do Amazonas (CESP/UEA). Tem experiência na área de História atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de história, Amazônia, formação docente, classe social e estágio supervisionado.

Richard Kennedy Nascimento Candido é mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista do Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Possui graduação em História pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Tem experiência na área de História Social do Trabalho na Amazônia, com destaque para História Operária, Primeiro de Maio e Imprensa em Manaus. Membro do GT Mundos do Trabalho - Seção Amazonas.

Sarah dos Santos Araujo possui graduação pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e é mestra em História Social pela mesma instituição. Atua como professora pela Secretaria de Educação do Estado do Amazonas e como docente associada do Centro Universitário do Norte (Uninorte), ministrando as disciplinas de História das Américas e Amazônia. Tem interesse pelas temáticas de Inquisição e Religiosidade nas Colônias Portuguesas.

Stephanie Lopes do Vale é doutoranda pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestre e graduada em História pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Faz pesquisas na área de História da Amazônia colonial,

com ênfase em poderes locais, negociações, justiça colonial e no século XVIII. Ministrou disciplinas na pós-graduação em “História e Historiografia da Amazônia” na Faculdade Boas Novas – Manaus e na Universidade do Estado do Amazonas, no curso de História.

Vanessa Cristiani Nunes de Sousa é Graduada em História pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA);

Vinicius Alves do Amaral é Doutorando em História na Universidade Federal Fluminense (UFF) e Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Graduado em História pela Uninorte. Tem artigos publicados nas revistas Dimensões (UFES), Temporalidades (UFMG), Maracanan (UERJ), Ideias (Unicamp) e Fronteiras do Tempo (UFAM). Atualmente trabalha como professor na Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

Abril de dois mil e dezenove, quatrocentos e setenta e sete anos da chegada de Francisco Orellana ao Rio Amazonas.



para conhecer mais a *editora*UEA e suas publicações acesse o site e nos siga nas redes sociais

editora.uea.edu.br

[ueaeditora](#)



nas curvas do tempo

história e historiografia
na amazônia em debate

vol. 2

Arcângelo da Silva Ferreira
Vinícius Alves do Amaral
Elisângela Maciel
Heraldo Marcio Galvão Junior
Mônica Xavier de Medeiros
Orgs.